

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO/PPGE

**AS CONTRIBUIÇÕES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE UBERABA/MG PARA A
FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS**

Alexandre Barbosa Petermann

UBERABA – MG

2022

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO/PPGE**

**AS CONTRIBUIÇÕES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE UBERABA/MG PARA A
FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS**

Alexandre Barbosa Petermann

Relatório de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado, na linha de pesquisa Processos educacionais e seus fundamentos, sob a orientação do professor doutor Tiago Zanquêta de Souza.

UBERABA – MG

2022

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

P442c Petermann, Alexandre Barbosa.
As contribuições de uma escola estadual de Uberaba/MG para a formação política de jovens / Alexandre Barbosa Petermann. – Uberaba, 2022.
303 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos.
Orientador: Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza.

1. Política e educação. 2. Escolas. 3. Juventude. I. Souza, Tiago Zanquêta de. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 379.81

Alexandre Barbosa Petermann

AS CONTRIBUIÇÕES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE UBERABA/MG PARA A
FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 22/02/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza (Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba.



Prof. Dr. Pedro Augusto Dutra de Oliveira
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora.



Prof.ª Dr.ª Fernanda Telles Márques
UNIUBE – Universidade de Uberaba.

Dedico este estudo aos meus avós maternos, Martha (*in Memoriam*) e José (*in Memoriam*), e paternos, Lutraut (*in Memoriam*) e Theodor (*in Memoriam*), pela dedicação, pelo apoio e pelo incentivo ilimitados para a minha formação pessoal e educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha esposa Sandra Leão de Carvalho Petermann, pelo amor, paciência, dedicação e por ser uma companheira em todos os momentos dessa caminhada, que tiveram altos e baixos, me incentivando nos momentos que tive sentimentos de vulnerabilidade e me mostrando a felicidade e a esperança.

Ao meu filho Gabriel Carvalho Petermann, por ter a compreensão de que em alguns momentos que não pude ser mais presente ao seu lado, saber da necessidade que tive de me dedicar aos estudos.

Agradeço, ainda, ao meu orientador, Professor Tiago Zanquêta de Souza, pela paciência e dedicação nas conversas, orientações e conselhos, por acreditar que, mesmo com as minhas limitações e dificuldades, eu teria condições de fazer e concluir este trabalho.

Agradeço a todos os demais professores do curso pelos conhecimentos compartilhados durante as aulas.

Deixo, ainda, meus agradecimentos aos amigos e colegas do cartório eleitoral que me encorajaram nessa caminhada e compreenderam minhas ausências em determinados momentos do trabalho.

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde e por me permitir realizar alguns sonhos, dentre eles a conclusão desta etapa de minha existência, que muito contribuiu na minha aprendizagem e no meu crescimento como ser humano.

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. (FREIRE, 1996, p.47).

RESUMO

A presente pesquisa tem por tema a formação política de jovens para o exercício da cidadania. Está vinculado ao projeto de pesquisa “Educação na diversidade para a cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não escolares”. Tem por objetivo geral analisar e compreender as contribuições de uma escola estadual de Uberaba/MG para a formação política dos jovens. As noções de política e do político foram elaboradas à luz de Dussel (2007) e Arendt (2002). A noção de juventude como categoria geracional foi desenvolvida à luz de Schmidt (2000); Abramo, Venturi (2000) e Groppo (2016, 2018), partindo-se para uma noção contemporânea da Teoria do Protagonismo Juvenil, na perspectiva de Groppo (2016, 2018). Apresenta-se uma discussão sobre a educação na diversidade para a cidadania, que se deu a partir de Freire (1979, 2001), Brandão (1989) e Dayrell (1996). E, por fim, para tratar das culturas política e juvenil, suas diversas identidades e sobre a socialização política na escola, trabalhou-se as ideias de Schmidt (2000), Araújo (2007), Silva (2017), Abramovay, Figueiredo e Silva (2019) e Martins e Carrano (2011). A metodologia é de abordagem qualitativa, conforme André e Gatti (2008). A pesquisa documental, no Projeto Político Pedagógico da escola deu-se a partir de Ludke e André (1986), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Já a pesquisa de campo partiu da perspectiva de Marconi e Lakatos (2002). Entrevistas semiestruturadas foram utilizadas para a coleta de dados junto a 3 professores do ensino médio, que lecionam Geografia, História e Filosofia, e foram utilizados questionários, aplicados a 14 estudantes do 2º ano do ensino médio, segundo os pressupostos de Ludke e André (1986). Ressalte-se que a pesquisa de campo foi realizada de forma virtual, diante da crise sanitária face à pandemia de Covid-19, quando as entrevistas foram realizadas por videoconferência, pelo *Google Meet*, e os questionários aplicados pelo *Google Forms*. A metodologia de análise de dados foi realizada com base na análise temática de Braun e Clarke (2006). Ao ser analisado o Projeto Político Pedagógico da escola, constatou-se que o referido documento demonstra certa convergência ao referencial teórico da pesquisa e com o tema principal da mesma, qual seja, a formação política e cidadã dos jovens pela escola, ainda que de forma, algumas vezes, não explícita. Com a utilização do Programa ATLAS.ti, que auxilia no gerenciamento e organização de análises qualitativas, todo o material da pesquisa de campo (transcrições de entrevistas e questionários) foi nele inserido, onde teve os trechos relevantes selecionados (citações/extratos), codificados de forma automática e criados os temas potenciais pelo pesquisador, temas esses que foram vinculados aos respectivos códigos/citações. Seguiu-se com a construção dos temas definitivos, que foram estabelecidos em razão de terem a melhor potencialidade de captar o objetivo principal da pesquisa, sendo selecionados “Política”, “Cidadania” e “Papel da Escola na Formação dos Jovens”, os quais foram analisados sob a ótica de todo o referencial teórico e dos dados produzidos, bem como foram traçados os perfis dos participantes da pesquisa. Encerrou-se o estudo com o relatório final das análises e com as considerações finais em que se apurou, em linhas gerais, haver contradições no processo de ensino-aprendizagem, já que ao mesmo tempo em que há professores com práticas ativas de socialização política, que objetivam uma formação crítica dos estudantes, e um projeto político pedagógico que busca o incentivo à uma educação libertadora do conhecimento, há uma escola com práticas autoritárias, inflexíveis, não receptivas às ideias dos jovens e que não os leva a participar da âmbito escolar, gerando um prejuízo à construção do conhecimento aos professores e aos estudantes, bem como um desincentivo a esses últimos nas suas socializações políticas.

Palavras-chave: Juventude. Escola. Política.

ABSTRACT

The present research has as its theme the political training of young people for the exercise of citizenship. It is linked to the research project "Education in diversity for citizenship: a study of school and non-school educational and training processes". Its general objective is to analyze and understand the contributions of a state school in Uberaba/MG to the political formation of young people. The notions of politics and the political were elaborated in the light of Dussel (2007) and Arendt (2002). The notion of youth as a generational category was developed in the light of Schmidt (2000); Abramo, Venturi (2000) and Groppo (2016, 2018), starting with a contemporary notion of the Theory of Youth Protagonism, from the perspective of Groppo (2016, 2018). A discussion about education in diversity for citizenship is presented, which started with Freire (1979, 2001), Brandão (1989) and Dayrell (1996). Finally, to address political and youth cultures, its various identities and political socialization at school, the ideas of Schmidt (2000), Araújo (2007), Silva (2017), Abramovay, Figueiredo and Silva (2019) and Martins and Carrano (2011) were worked on. The methodology has a qualitative approach, according to André and Gatti (2008). Documentary research in the School's Political Pedagogical Project was based on Ludke and André (1986), Sá-Silva, Almeida and Guindani (2009). The field research started from the perspective of Marconi and Lakatos (2002). Semi-structured interviews were used to collect data from 3 high school teachers, who teach Geography, History and Philosophy, and questionnaires were applied to 14 students from the 2nd year of high school, according to the assumptions of Ludke and André (1986). It should be noted that the field research was carried out virtually, in the face of the health crisis due to the Covid-19 pandemic, when the interviews were carried out by videoconference, by Google Meet, and the questionnaires were applied by Google Forms. The data analysis methodology was based on the thematic analysis of Braun and Clarke (2006). When analyzing the School's Political Pedagogical Project, it was found that the aforementioned document demonstrates a certain convergence to the theoretical framework of the research and to the main theme of the same, that is, the political and citizen formation of young people by the school, although in a , sometimes not explicit. With the use of the ATLAS.ti Program, which helps in the management and organization of qualitative analyses, all field research material (transcripts of interviews and questionnaires) was inserted into it, where the relevant excerpts were selected (citations/extracts), coded automatically and potential themes created by the researcher, themes that were linked to the respective codes/citations. This was followed by the construction of the definitive themes, which were established because they had the best potential to capture the main objective of the research, being selected "Politics", "Citizenship" and "Role of the School in the Formation of Young People", which were selected. they were analyzed from the perspective of the entire theoretical framework and the data produced, as well as the profiles of the research participants. The study ended with the final analysis report and final considerations in which it was found, in general terms, that there are contradictions in the teaching-learning process, since at the same time there are teachers with active practices of political socialization, that aim at a critical formation of students, and a political pedagogical project that seeks to encourage a liberating education of knowledge, there is a school with authoritarian, inflexible practices, not receptive to the ideas of young people and that does not lead them to participate in the school environment, generating a detriment to the construction of knowledge for teachers and students, as well as a disincentive to the latter in their political socialization.

Keywords: Youth. School. Politics.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E FIGURAS

GRÁFICOS

Tabela 1 – Declínio do Eleitorado Jovem	21
--	----

QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de Teses e Dissertações no período de 2016 a 2020 em todas as áreas de conhecimento.....	27
Quadro 2 – Levantamento de Artigos em Periódicos no período de 2016 a 2020 em todas as áreas de conhecimento.....	28
Quadro 3 – As fases da análise temática	44
Quadro 4 - Relatório Quantitativo de Citações/Códigos das Entrevistas – 88 citações.....	133
Quadro 5 - Relatório Quantitativo de Temas das Entrevistas - 13 temas	134
Quadro 6 - Relatório Quantitativo de Citações/Códigos dos Questionários – 465 citações.	135
Quadro 7 - Relatório Quantitativo de Temas dos Questionários - 13 temas.....	136
Quadro 8 – Questionários X Gênero	139
Quadro 9 – Questionários X Raça/Etnia	140
Quadro 10 – Questionários X Trabalho	140
Quadro 11 – Questionários X Atividades Comunitárias.....	141
Quadro 12 – Questionários X Renda Familiar	142
Quadro 13 – Questionários X Gênero X Atividades Comunitárias	143
Quadro 14 – Questionários X Trabalho X Atividades Comunitárias.....	144
Quadro 15 – Questionários X Gênero X Trabalho.....	145
Quadro 16 – Definição de política pelos jovens	146
Quadro 17 – Definição de jovem pelos jovens	149
Quadro 18 – Interesse dos jovens por política.	151
Quadro 19 – Onde os jovens buscam informações sobre política.....	151
Quadro 20 – Esclarecimento sobre política na escola.....	159

FIGURAS

Figura 1 – Tela do programa ATLAS.ti com uma visão geral da análise	132
Figura 2 – Temas definitivos	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
REANP	Regime Especial de Atividades Não Presenciais
SciELO	Scientific Library Online
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFEMM	Centro Universitário de Sete lagoas
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIUBE	Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	14
INTRODUÇÃO	21
Levantamento Bibliográfico	26
Hipótese do estudo.....	31
Objetivo geral	32
Objetivos específicos.....	32
Metodologia aplicada na pesquisa	32
Metodologia de análise dos dados	42
Organização da Pesquisa	44
I – A POLÍTICA E O POLÍTICO: APONTAMENTOS FUNDAMENTAIS.....	47
1.1 Conhecendo Hannad Arendt.....	47
1.2 As contribuições de Enrique Dussel.....	50
1.3 A Política	52
1.4 O Político	64
II – JOVEM E JUVENTUDE: UMA DIMENSÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL.....	71
2.1 Uma discussão no campo conceitual.....	71
2.2 Teoria Pós-Crítica – O jovem como sujeito social crítico	75
III – CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA/PELA ESCOLA: A FORMAÇÃO DOS JOVENS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE	87
3.1 Educação e Escola	87
3.2 Educação na Diversidade para cidadania	93
3.3 Cultura política e cultura juvenil na escola: reflexões possíveis	97
3.4 Socialização política na escola	110
IV – O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	123
4.1 Procedimentos preliminares para a análise	123
4.2 Um olhar no Projeto Político Pedagógico da Escola	126
4.3. O aprendizado com o Programa ATLAS.Ti.....	130
4.4 O processo de codificação e tematização	133
4.5 O perfil dos participantes da pesquisa	138
4.6 A política entre os jovens pesquisados.....	145

4.7 A cidadania no contexto juvenil escolar estudado.....	152
4.8 O papel da escola na formação política dos jovens	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
APÊNDICES	181
Apêndice I – Formulário para entrevista dos professores.....	181
Apêndice II – Questionário aplicado aos alunos.....	184
Apêndice III – Quadro de Codificação e Tematização das Entrevistas	189
Apêndice IV – Quadro de Codificação e Tematização dos Questionários.....	199
ANEXOS	230
Anexo I – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa.....	230
Anexo II – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira	237

MEMORIAL

O presente Memorial é parte integrante de minha dissertação ao final do Curso de Mestrado em Educação, junto à UNIUBE – Universidade de Uberaba, servindo para que os leitores tenham conhecimento sobre a minha vida pessoal, escolar e profissional, sobre meu caminho para chegar nessa escolha pelo mundo da educação e para propiciar uma visão sobre meus objetivos para ser mais atuante na mudança por uma Educação formadora de Cidadãos.

Meu nome é Alexandre Barbosa Petermann, nasci em 13 de março de 1981, na cidade de Joinville/SC. Devido a separação dos meus pais, com menos de 3 anos fui morar com meus avós maternos, que me criaram, me educaram e me ensinaram os valores da vida. Fui um menino “criado com vó”, problema para uns, minado para alguns, solução para outros. Sou de uma família de classe média. Minha mãe, Rosana (falecida), era secretária. Meu pai, Hansjorg, é engenheiro civil, natural da Alemanha, que ainda criança, com uma idade em torno dos 5 anos, ao final da Segunda Guerra Mundial, veio para o Brasil, com seus pais (meus avós, falecidos), tendo se naturalizado brasileiro.

Meus avós e meu pai vieram para o Brasil em uma grande embarcação, como vários outros alemães, trazendo todos os seus pertences (roupas, móveis, utensílios em geral). Meu avô, Theodor, quando ainda vivo, relatou que veio para o Brasil e iniciou seu trabalho de engenharia com o famoso arquiteto Oscar Niemeyer, entretanto, por razões pessoais, desistiu do trabalho no Rio de Janeiro e seguiu sua própria carreira em São Paulo. Pelo que me lembro seus projetos eram muito semelhantes aos de Niemeyer, com muitas curvas ousadas. Minha avó, Lutraut, como arquiteta sempre trabalhou junto ao meu avô, trabalhos que se completavam. Após sua aposentadoria na engenharia, meu avô tornou-se um pintor ao estilo de Claude Monet, telas impressionistas, sendo uma de suas grandes realizações pessoais, aos 87 anos de idade, ter sido convidado a expor uma de suas obras (“A mulher lendo”) na Bienal de Belas Artes, organizada pela Pinacoteca de São Paulo.

Na casa dos meus avós maternos(falecidos), onde fui criado, na pequena cidade de Matozinhos/MG, moravam meu avô, José Ferreira, titular do Cartório de Protesto e Notas da Comarca, minha avó, Martha, servidora pública da Fazenda Estadual de Minas Gerais, minha tia/madrinha Rosangela, professora de Matemática em Escolas Estaduais e Municipais, que logo na minha chegada comecei a chamar de “mãe outra”, acredito que devido à proximidade e à falta de uma figura feminina que representasse minha mãe (já que a minha mãe não morava

comigo), além de outra tia (Mércia), secretária em uma empresa na cidade, e meu tio (Carlos), que trabalhava junto com meu avô.

Tive uma infância feliz, como muita dedicação de toda a família na minha criação, muitos amigos, muitos primos, brincadeiras ao ar livre.

Admito não ser muito bom de memória, não me lembro de muitos detalhes de minha educação durante a infância. Vejo alguns colegas fazerem suas memórias descrevendo o primeiro livro que leu, os nomes de todas as professoras que tiveram, dentre outros detalhes que infelizmente eu não tenho, mas tenho lembranças de momentos que marcaram minha vida.

Antes mesmo de ingressar no ensino fundamental, frequentava várias escolas no município de Matozinhos, junto com minha tia/madrinha/“mãe-outra” Rosangela, que ia às escolas para lecionar e eu a acompanhava com admiração pelo trabalho, pela dedicação e pela reação e interação com felicidade dos estudantes ao entenderem os ensinamentos compartilhados por ela.

Iniciei minha vida estudantil na Escola Estadual Visconde do Rio das Velhas, que ficava a uns 500 metros da minha casa, escola na qual aprendi a reconhecer as primeiras letras, os primeiros números, a formar palavras, a ler, a realizar operações matemáticas (adição, diminuição, multiplicação, divisão), momentos de descobertas. Nesta etapa uma professora muito me marcou, a Senhora Geralda, Dona Geralda para os íntimos. Excelente professora, ensinava com dedicação e paixão, mais do que uma simples professora foi uma amiga, que conversava e preocupava-se com o aprendizado dos estudantes. Fiquei nessa escola até a 4ª série.

Uma sementinha estava plantada!

Em continuação aos estudos do ensino fundamental fui para a Escola Estadual Bento Gonçalves, referência de ensino na cidade, naquela época, tendo permanecido lá da 5ª à 8ª série. Havia um processo seletivo e, antes de serem matriculados, todos os pretendentes deveriam passar por uma prova, um mini vestibular, para o ingresso nessa escola, já que a procura era muita e o número de vagas era pequeno. Para a minha felicidade e de minha família, eu consegui ser aprovado, acredito que tenha sido o meu primeiro desafio escolar, já que foram dias e dias de estudo, revendo a matéria para realizar a referida prova.

Durante todo o meu ensino fundamental, sempre tive ao meu lado a minha tia/madrinha/“mãe-outra” Rosangela, que dedicava parte de seu tempo a estudar junto comigo, esclarecendo minhas dúvidas, sendo professora não só fora de casa, como dentro de casa também.

Minha família sempre atenta à qualidade dos meus estudos resolveu que eu deveria cursar o ensino médio em outra escola, em outra cidade. Fui matriculado Escola João Herculino, na cidade de Sete Lagoas, a 35 km de distância de Matozinhos, uma pequena escola que vinha se destacando no ensino médio e como preparatória para os vestibulares nas Universidades/Faculdades. Muita ansiedade e apreensão. Tudo novo, escola nova, cidade nova, novos professores e novos colegas de sala. Viajava entre as duas cidades todos os dias, independente se dias ensolarados, nublados, chuvosos ou frios, uma oportunidade de ensino que não poderia ser desperdiçada.

Logo nos primeiros meses senti a diferença no ensino, professores com muito conteúdo e uma didática cativante, que me incentiva a estudar, mas não só estudar, e sim aprender. Em uma leitura recente vi a seguinte frase de Paulo Freire (1996, p.12) “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Hoje vejo que o método de ensino aplicado por aquela escola de ensino médio encaixava-se muito nisso, aqueles professores criavam as possibilidades para que eu e os demais estudantes produzíssemos nosso próprio conhecimento. Foi uma preparação intensa para o Vestibular e para a vida.

Se já admirava a profissão de professor, em razão da minha tia/madrinha/“mãe outra” Rosângela e da Dona Geral, mais ainda com a dedicação e a didática dos professores do meu ensino médio.

Nunca fui um “caxias”, hoje não se utiliza essa palavra, foi substituída por “CDF” ou “nerd”. Era da “turma do fundão”, muitas brincadeiras, muitas amizades com os colegas e professores, fui para a direção das escolas algumas vezes por essas brincadeiras, mas na hora de estudar não dava moleza, nunca fui o inteligente, sempre fui o esforçado.

Acho que a semente tinha começado a germinar!

Fim do ensino médio, curso superior escolhido, DIREITO. Sempre me interessei por esse mundo de leis, de uma suposta ordem, mas também dos estudos, dos ensinamentos, é uma área em constante mudança. Também acredito que esse interesse tenha vindo, ainda que subliminarmente, do trabalho do meu avô materno, envolvido no Poder Judiciário Mineiro.

Fiz o vestibular em duas instituições, na UNIFEMM – Centro Universitário de Sete Lagoas e na UFV – Universidade Federal de Viçosa. Passei em ambas. Tendo resolvido ficar perto da família, optei pela primeira instituição.

Em 1999, com 17 anos de idade, ingressei na Faculdade de Direito. Um início empolgante, que aos poucos foi-se mostrando uma realidade diferente do que imaginava. Admito, fui a alguns “botecos”, faltei a algumas aulas e não me dediquei com tanto afinco,

como seria necessário em algumas disciplinas, mas também tenho que declarar que muitos professores não tinham didática, muitos eram professores pelo mero fato de serem “amigos” da direção ou por serem promotores de justiça e juízes de direito. Até quando estourou a notícia da possibilidade de o Ministério da Educação fechar a faculdade por notas insuficientes nas avaliações daquele Ministério. Após muitos protestos dos estudantes, mudanças graduais foram ocorrendo, como troca de direção, troca de professores, mudanças pedagógicas e mudança total de infraestrutura. Durante esse período turbulento, em conversas com amigos (promotores de justiça, advogados – profissionais comprometidos), aprendi uma coisa, que naquele momento de minha vida a faculdade não seria a única forma de conseguir concretizar projetos futuros, mas um esforço do próprio estudante ajudaria neste desejo. Um pouco tarde, mas antes tarde do que nunca, comecei a me dedicar mais aos estudos na faculdade de direito, sempre focando no meu futuro como um servidor público, com um bom cargo e um bom salário.

Lembro-me vagamente que temas relacionados ao direito penal, à política, ao exercício de cidadania, às defesas de interesses de pessoas menos favorecidas, sempre me deixavam mais interessado, chamavam-me a atenção.

Meus estágios foram no setor público. O primeiro foi em uma das Promotorias de Justiça da Comarca de Sete Lagoas, junto ao Promotor Paulo, onde trabalhava como secretário/assistente o meu sogro (ainda não sabia, nesse período, que seria o meu sogro, coincidência do destino? Talvez). Um aprendizado prático fantástico.

O segundo estágio foi na Secretaria da 2ª Vara Criminal de Sete Lagoas, ora como assessor dos juízes que lá passaram (Dr. Adair, Dra. Iara, Dr. Marco Aurélio, entre outros), ora no auxílio da secretaria. Outro local incrível para minha formação profissional e de vida.

Lembro que em ambos estágios havia atendimentos à população, onde sentia uma carência de conhecimento desta sobre seus direitos, sobre como deveria exercer sua cidadania.

Após 5 anos na faculdade, em dezembro de 2003, formei no Curso de Direito, mas não satisfeito foquei meus estudos para passar no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil e para o ingresso no serviço público.

Esse período da Faculdade de Direito, foi um período que faltou um pouco de água naquela semente que havia germinado, já que não houve o desenvolvimento esperado.

Após a faculdade, tive uma breve experiência dando aulas particulares de Direitos Constitucional e de Direitos Administrativo, voltadas para concursos públicos, a um amigo da biblioteca da faculdade, onde passava várias manhãs e tardes estudando.

Acredito que minhas aulas particulares surtiram algum efeito, já que este amigo foi aprovado no concurso do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

O primeiro objetivo foi alcançado, em 2004 passei no Exame de Ordem dos Advogados do Brasil e iniciei minha carreira como advogado.

Pouco tempo depois, o segundo objetivo também. Após participar de vários concursos públicos, em 2006 assumi o cargo de Técnico Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sendo lotado na Secretaria da 2ª Vara Criminal de Sete Lagoas, a mesma Vara Criminal onde fiz meu estágio.

Em dezembro de 2007 assumi o cargo de técnico judiciário – área administrativa no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, sendo possível escolher a cidade para ser lotado, escolhi Andirá, localizada no norte do Estado, menos longe de Minas Gerais, em torno de 1000 Km da cidade de Matozinhos/MG.

No período em que estive no Paraná, continuei a me dedicar aos estudos para conseguir ser aprovado em um outro concurso público, a fim de me aproximar de Minas Gerais.

Finalizei uma Pós-Graduação em Direito Processual, via EAD, pela UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina.

Sempre estudei para concursos não só em casa, mas fiz vários Cursos Preparatórios on-line e presenciais desde que me formei na graduação e comecei a sentir novamente uma vontade de estudar, de aprender, graças à didática, ao conhecimento e à forma de cativar os estudantes que os professores desses Cursos Preparatórios possuíam, e me perguntava se eu teria aquela capacidade de passar uma aprendizagem, um conhecimento de forma tão simples, de modo tão cativante a um estudante.

Na Justiça Eleitoral comecei a identificar uma certa deficiência na capacidade dos eleitores para escolha de seus candidatos nas Eleições, bem como uma falta de interesse da maioria dos jovens em exercer seu direito ao voto, muitos solicitavam seu alistamento eleitoral em razão de completarem 18 anos, quando eram obrigados a fazer o alistamento eleitoral.

Ainda durante minha estadia em Andirá, fui convidado a lecionar em um curso preparatório para Concursos Públicos, nas disciplinas de Direitos Eleitoral e Direitos Penal, entretanto, devido a minha inexperiência, insegurança e, principalmente, ao meu despreparo para iniciar na atividade de professor, rejeitei o convite.

Em conversas com amigos da cidade, informaram-me sobre o Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas ministrados pelo Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, foi quando percebi a oportunidade de apreender mais e me preparar para uma futura possibilidade de lecionar. Iniciei minha preparação para o processo seletivo na instituição, entretanto, mais mudanças ocorreram na minha vida, meu casamento, no ano de 2010, e a possibilidade de uma transferência para Minas Gerais e ficar mais perto da minha família.

Retornei a Minas Gerais em 2011, não para a minha região (centro do Estado), vim para o Triângulo Mineiro, para a cidade de Estrela do Sul. Ao mesmo tempo minha esposa, também servidora pública, foi lotada na cidade de Uberaba. Ainda tive uma passagem pela cidade de Conquista, até finalmente vir para Uberaba, de forma provisória.

Quando do meu retorno a Minas Gerais já me preparando para retomada de meus estudos e verificando a existência de algum curso de Mestrado na região, fui diagnosticado com um tumor da coluna, o que necessitou de uma imediata intervenção cirúrgica.

Estudos adiados mais uma vez. Foram 4 meses de fisioterapia todos os dias para voltar a apreender a andar novamente.

Momentos difíceis superados, vieram os momentos felizes. Primeiro, o nascimento do meu filho Gabriel, hoje com 10 anos de idade.

Há um dito popular que diz que um ser humano deve fazer três coisas na vida: plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro. Então, plantar árvores, já plantei muitas quando ainda morava com meus avós. Realizei a segunda coisa, e acredito ser a mais maravilhosa do mundo, ter um filho, ser um pai. E o livro? Em um futuro próximo, se Deus quiser.

O segundo momento de felicidade em minha vida, nesse período, foi conseguir minha lotação em definitivo na cidade de Uberaba, ficar ao lado de minha esposa e do meu filho sem preocupações de uma possível volta para uma cidade distante foi ótimo.

Com certa estabilidade familiar e profissional, retomei a procura de um Curso de Mestrado, sendo me apresentado, por alguns amigos, o Mestrado em Educação da UNIUBE – Universidade de Uberaba.

Mestrado em Educação? Mas minha área é o Direito, não deveria ingressar em um Mestrado na minha área? Após algumas dúvidas e incertezas, resolvi tentar.

Ingressei como aluno especial em janeiro de 2017, uma matéria optativa por semestre. Acertei na escolha! Realmente aquele era o aprendizado que me faltava. Iria seguir os passos da minha tia/madrinha/“mãe outra” Rosângela, da Dona Geralda, daqueles professores que me fascinaram nos Cursos Preparatórios.

Diante da evolução no Curso de Mestrado, como aluno especial, e com uma aparente constatação de falta de uma atividade de socialização política, de promoção de formação cidadã dos jovens no município voltada à área da política, decidi iniciar o Projeto “Eleitor do Futuro” (Projeto da Justiça Eleitoral) em Uberaba, com palestras e conversas com os estudantes do ensino médio das escolas locais, mostrando um pouco da história do voto e da Justiça Eleitoral, a importância do ato de votar, do ato de escolha de bons candidatos e mostrando como os jovens poderiam realizar o alistamento eleitoral. Não tenho dúvidas de que essa experiência foi

fundamental para que fazer florescer o sentimento de dedicar à docência, sem antes finalizar/ingressar no Mestrado em Educação, para ter o suporte e a segurança necessários.

Em junho de 2019, mais uma oportunidade de lecionar surgiu e mais uma vez a insegurança bateu, fazendo declinar do convite. A instituição Claretiano – Centro Universitário, após selecionar um artigo que publiquei na Revista do Tribunal Superior Eleitoral, ofereceu-me a oportunidade de lecionar a disciplina de Direito Eleitoral no Curso de Pós-Graduação, via EAD. Destaco que o referido artigo foi o desenvolvimento de um trabalho na disciplina de História de Educação, que havia cursado, como aluno especial, no Mestrado da UNIUBE – Universidade de Uberaba.

Diante de tantas certezas, dediquei ao ingresso no Curso de Mestrado, tendo alcançado este objetivo em janeiro de 2020.

E aqui estou hoje, na realização de um memorial, fabricando e produzindo um passado. Não tenho a certeza de que tudo foi lembrado, certeza que tenho é de que alguns fatos importantes, que poderiam dar um sentido mais completo, contextualizar melhor minha vida e minhas passagens, ficaram sem ser lembrados. Tenho a esperança que na trajetória desde curso possa aprender mais, realizar uma pesquisa que, apesar de não conseguir esgotar o assunto proposto, possa trazer uma contribuição para a sociedade, para a educação e para a política, mas essa será uma história futura, que no momento oportuno se tornará passado e fará parte de outro memorial.

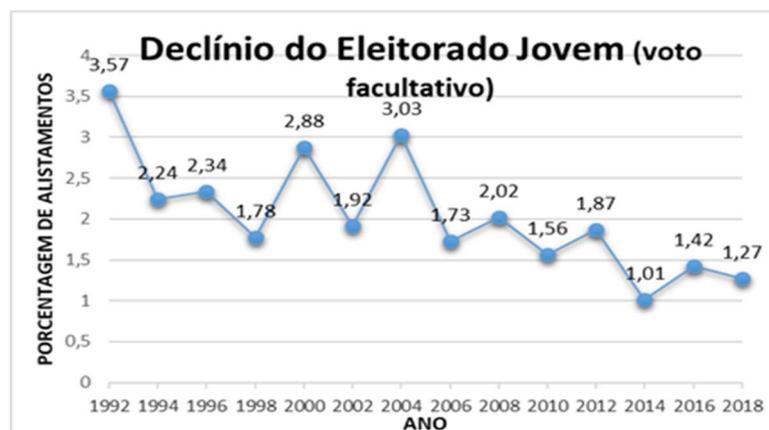
INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está intimamente vinculada a um caminho traçado para chegar à escolha pelo mundo da educação e para propiciar uma visão sobre objetivos mais atuantes em uma mudança necessária, primando por uma educação transformadora.

Retomando o exposto no memorial, cabe lembrar que, como servidor da Justiça Eleitoral, no atendimento aos eleitores, em especial aos jovens, tive uma impressão inicial de que esses jovens não se apresentavam preparados para o exercício da política eleitoral-partidária na sociedade, compareciam ao cartório eleitoral para realizarem seu alistamento eleitoral devido a outros motivos (uma ordem do pai e/ou mãe, uma solicitação de um político conhecido, exigência para ingressar em emprego, exigência para ingressar em um curso superior ou pelo fato de completarem 18 anos, sendo esta última situação um alistamento eleitoral obrigatório), que não a opção por um exercício efetivo de uma cidadania ativa.

Quando da participação do Projeto “Eleitor do Futuro”, nas escolas do ensino médio de Uberaba, em conversas com os jovens, com idades entre 16 e 17 anos, que são considerados eleitores facultativos, aquelas impressões iniciais tornaram-se quase certeza, já que diversas eram as reclamações dos jovens sobre o sistema político como um todo, sem muito conhecimento do que é a política efetivamente, restringindo-se apenas à política eleitoral-partidária, o que trouxe um sentimento de curiosidade para saber o motivo dessa ausência de formação e, ao mesmo tempo, um sentimento de indignação pelo fato desses jovens, não obstante apresentarem suas próprias indignações à política, não terem intensão de buscar um maior conhecimento sobre a política e não buscarem uma participação mais efetiva na vida da sociedade.

Tabela 1 – Declínio do Eleitorado Jovem



Fonte: Site do Tribunal Superior Eleitoral

Em levantamento realizado junto ao Tribunal Superior Eleitoral, percebe-se haver um constante declínio da porcentagem de eleitores facultativos, em comparação com a porcentagem total de eleitores.

Assim fica nítido que esses jovens eleitores facultativos estão cada vez menos procurando a Justiça Eleitoral para realizarem os seus alistamentos eleitorais, ou seja, estariam cada vez mais perdendo o interesse pela principal forma de exercício de cidadania, que seria a participação, através do voto, na escolha de seus representantes nos Poderes Executivo e Legislativo.

O Tribunal Superior Eleitoral em recente campanha publicitária “Semana do Jovem Eleitor”, na qual busca incentivar os jovens eleitores, com idade entre 16 e 17 anos, a realizarem o alistamento eleitoral e exercerem a cidadania por meio do voto, tornou público que nas eleições municipais de 2020, 0,69% do eleitorado estava com idade entre 16 e 17 anos, o que demonstra uma tendência contínua de declínio a cada eleição¹.

Com o ingresso no presente curso de mestrado em educação, tornou-se necessária a reformulação de alguns itens para moldar a inquietação sobre o absentéismo dos jovens no meio político com os propósitos do curso de mestrado na área da educação.

Foi necessária uma reflexão para atentar ao fato que um dos locais mais relevantes para a educação é a escola, sendo que esta, sabidamente, assume, entre suas principais funções sociais, a formação política necessária dos jovens, com práticas pedagógicas que formem situações concretas de atuação dos mesmos nas inúmeras atividades e deliberações, a princípio no âmbito escolar, assim fomentando uma convivência democrática que possa desempenhar politicamente suas atribuições na vida em sociedade.

O jovem quando procura educar-se e adquirir conhecimento reconhece na escola o órgão institucional com essa atribuição, na qual Freire (2001) entende ter uma obrigação universal de transformar-se em educativa para acolher as demandas dos cidadãos, aqui representados pelos jovens estudantes, que buscam participar de forma consciente nas atividades que os circundam e são intrínsecas na sociedade de sua convivência.

Percebe-se que no cenário atual a escola vem sofrendo um processo de silenciamento e opressão de liberdades e de formação de pensadores críticos no ambiente escolar. Essa

¹ Semana do Jovem Eleitor começa nesta segunda-feira (29) em todo o país. Tribunal Superior Eleitoral, 2021. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Novembro/semana-do-jovem-eleitor-comeca-nesta-segunda-feira-29-em-todo-o-pais> >. Acesso em: 01 dez. 2021.

tendência pode ser introduzida com uma atenção ao Movimento Escola sem Partido² que declara-se como um ato de defesa à liberdade de expressão de estudantes e suas famílias, com ações que pregam a necessidade de um comportamento imparcial político-partidário, religiosos e de gênero no ambiente escolar, sem envolvimento de um pensar crítico do mundo no processo formativo dos estudantes, quando na verdade, trata-se de um movimento que, arditamente e com argumentos falaciosos, tem por fim sufocar as liberdades de ser, saber e poder de outros estudante e de suas famílias, bem como fere a liberdade de ensinar e de contribuir na formação dos jovens que os professores têm como compromisso profissional e social perante a sociedade, contrariando os preceitos instituídos pelo ordenamento jurídico constitucional, de igualdade de direitos, liberdade de expressão e da educação como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado (também da família).

Cabe, ainda, considerar que a sociedade tem uma visão de sucateamento da educação pública pelos poderes instituídos, de escolas públicas com baixa qualidade em seu processo de ensino-aprendizagem, salas de aulas lotadas, professores desestimulados e, algumas vezes, desatualizados ou despreparados, e infraestrutura abandonada, o que reforça a ideia de métodos pedagógicos que não privilegiam uma participação ativa dos estudantes nas aulas, não contribuindo para torná-los protagonistas dessa metodologia de ensino e da vida.

A necessidade da apropriação de novas ideias, gestos, interações e formas de ver o mundo está sobremaneira associada à capacidade de persuasão e atratividade do que é ensinado: alunos se desanimam em estudar porque não tem nada que lhes chame a atenção. (ABRAMOVAY et al., 2019, p. 28).

Contempla-se, também, que algumas instituições escolares têm objeções às culturas juvenis, que adentram no ambiente escolar confrontando práticas já realizadas há muitos anos, com regras e valores inflexíveis, trazendo a dificuldade nos debates e diálogos, sem que os jovens façam parte das decisões tomadas no rumo da vida escolar, assim gerando certas atitudes autoritárias por parte da escola no tratamento com os jovens estudantes, não efetivando um clima democrático. Esse autoritarismo também pode estar vinculado às práticas pedagógicas de alguns professores que se colocam como figura central do ensino, com explicações exaustivas, sem momentos para práticas ativas de ensino, que motivem interações e participações dos jovens estudantes.

São situações que trazem uma reflexão para se acreditar que algumas práticas escolares são embasadas na doutrina da educação bancária, tão criticada por Freire (1979), que considera os estudantes como simplórios espectadores de um suposto ato de ensinar dos professores, que

² O Movimento Escolar Sem Partido será abordado de maneira mais atenta em capítulo posterior.

inserir informações nesses estudantes, sem qualquer necessidade de construção de saber crítico, apenas devem memorizar aqueles supostos ensinamentos.

A verdadeira educação a ser praticada nas escolas deve compreender a necessidade de formação de jovens estudantes com pensamentos críticos, sabedores e compreendedores de todo o arcabouço que envolve a vida da sociedade da qual participa, não podendo serem tolhidos da educação de forma direta, como o movimento Escola Sem Partido pretende, ou de forma indireta, como vem ocorrendo em alguns instituições de ensino que têm práticas autoritárias e pouco democráticas no ambiente escolar ou professores com atitudes centralizadoras (“educação bancária”), pois são atos que tem um potencial de desiludir, desinformar e desestimular uma formação política e cidadã nos jovens estudantes.

A prática educativa, conforme lições de Freire (1996), deve libertar e humanizar aqueles que se encontram restritos, cerceados, submissos e/ou oprimidos na possibilidade de edificação do conhecimento, considerando, ainda, que a mera transmissão de conhecimento (“Educação bancária”) também é opressora e desumana.

Assim a escola deve praticar a educação como atividade do ser humano basilar para o bom andamento da vida em sociedade, o que leva a um necessário preparo dos jovens que estão sob sua tutela para que tenham um incentivo a atuações ativas e transformadoras na comunidade, por consequência terão habilidades, capacidades e conhecimentos desenvolvidos para pensamentos conscientes, autônomos, críticos, reflexivos e solidários sobre seus atos e as consequências dos mesmos, abrindo-lhes as portas para uma educação libertadora e humanizada.

Portanto, sendo a educação uma prática de atuações ativas no âmbito da sociedade, principalmente de forma crítica, reflexiva e solidária, pode-se dizer, como disse Freire (FREIRE; GUIMARÃES, 2011), que educação é política propriamente dita, aquela de suma importância na formação educativa do Estado aos jovens.

Diante dessas ponderações, por que não analisar e compreender as contribuições dessa instituição de ensino, que é uma das principais agências de socialização, na formação política dos jovens do ensino médio? E assim foram feitos os ajustes necessários para a realização de uma investigação sobre a visão dos jovens/estudantes e dos professores da área de Ciências Humanas (Geografia, História e Filosofia) da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, sobre a forma como a educação escolar está a contribuir na formação política daqueles jovens, com idade entre 16 e 17 anos, que estão, em sua maioria, cursando o ensino médio e que são eleitores facultativos, de acordo com o artigo 14, II, c, da Constituição República Federativa do

Brasil de 1988, a fim de exercerem uma cidadania ativa, assim a justificativa para a vinculação deste projeto ao campo da educação.

Para compreender da melhor forma o objetivo desta pesquisa, que se encaminhou para a análise e compreensão das contribuições da escola na formação política dos jovens/estudantes, foi necessário o esclarecimento de alguns pontos, que muito foram usados, que estiveram sempre em diálogo durante o desenvolvimento desta pesquisa e que foram desenvolvidos nos capítulos que se seguem, quais sejam a política, o político, o jovem, a juventude, a escola, a educação, a cultura política e a socialização política.

A política e o político, como conceitos essências da pesquisa, tiveram como base teórica os estudos de Dussel (2007) e Arendt (2002) que trazem uma visão formativa da Política como o poder do povo, que o delega a representantes eleitos, devendo estes cumprirem essa delegação em benefício do povo, seguindo os preceitos do princípio do poder obediencial, sendo apresentado os conceitos de *potencia* e *potestas*. É apresentado, ainda, a questão da corrupção, tão debatida na atualidade, como sendo um desvio do exercício desse poder delegado ou como uma desconexão da *potencia* (o poder do povo) e da *potestas* (o exercício delegado do poder), o que foi denominado por Dussel (2007) de fetichismo.

Com o fim de tratar as definições do que seriam juventude e jovem, foi buscado um aporte teórico em Schmidt (2000), Groppo (2016), Abramo e Venturi (2000). Inicialmente é apresentada uma visão mais tradicional por Schmidt (2000), Abramo e Venturi (2000), na qual essa geração é tratada com uma fase de passagem para a vida adulta ou uma fase de rebeldia, de descobertas do próprio ser, da sua vida e de sua história. São apresentadas definições de Juventude embasadas em limites cronológicos bem definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e pela legislação brasileira (Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Juventude).

Considerando que a presente pesquisa buscou apurar a socialização política com o fim de trazer uma formação política dos jovens que os tornassem mais críticos e atuantes na vida em sociedade, por meio da atuação da escola, elegeu-se um pensamento contemporâneo para o entendimento/definição do jovem, adotando a teoria do jovem como ator social ou protagonista juvenil, defendida por Groppo (2016, 2018).

Ao final são apresentadas as concepções de educação e escola, já que a presente proposta de pesquisa é apresentada no Curso de Mestrado em Educação. Esses temas são relacionados aos jovens, à juventude, à cultura política e à socialização política, a fim de apresentar um diálogo para trazer a compreensão necessária ao problema aparentemente constatado de falta ou insuficiente formação política dos jovens. São trabalhadas concepções

de Brandão (1989), Freire (1979, 2001) e Dayrell (1996). Também são apresentados conceitos de Silva (2017), Schmidt (2000) e Dussel (2007) quando são relacionadas as temáticas direcionadas à cultura política e à socialização política.

Levantamento Bibliográfico

Para fundamentar a justificativa da presente pesquisa, no sentido de analisar e compreender as contribuições que a escola propicia aos jovens em suas formações políticas, foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo como recorte temporal o período de 2016 a 2020, ou seja, nos últimos 5 anos, contados do ingresso no curso do mestrado, demonstrando a atualidade do tema proposto. A realização do presente levantamento bibliográfico sobre a temática da juventude e seu interesse pela política, vinculada a formação escolar, como a escola vem atuando na socialização política desse público-alvo, demonstrou a escassa produção de trabalhos específicos sobre o assunto.

As teses, dissertações e artigos produzidos estão, em sua grande maioria, vinculados às áreas de ciências políticas, direito e educação. Este levantamento bibliográfico foi elaborado no banco de dados digitais de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Já o levantamento de periódicos foi realizado no bando de dados digitais da *Scientific Library Online* (SciELO) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Primeiramente, foram definidas as palavras tomadas como descritores, de forma a melhor representar o intuito da temática tratada, sendo definidas: política e juventude; política e escola; política e educação. Durante este levantamento bibliográfica, foram constatados os descritores ao menos no título e/ou no resumo e/ou nas palavras-chaves dos resumos dos trabalhos pesquisados/encontrados.

Após uma leitura mais apurada nos títulos e nos resumos dos trabalhos encontrados, apenas 1,52% do total encontrado foi selecionado, uma vez que somente esses selecionados tratavam de forma mais enfática/objetiva a temática buscada no presente trabalho, conforme detalhamento que se segue.

Ao realizar a pesquisa no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores definidos, foram apresentadas 84 produções, sendo selecionado apenas um trabalho, uma dissertação em um curso de Mestrado em Ciências Sociais, defendida no ano de 2017.

A mesma pesquisa realizada no banco de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), sendo limita a pesquisa dos descritos nos títulos, retornou com 805 trabalhos, destes 7 foram selecionados, por estarem mais próximos da temática do presente estudo, sendo 5 dissertações e 2 teses, assim especificadas: no ano de 2016 foi apresentada uma dissertação na área de Ciências Políticas; em 2017 uma dissertação na área de Ciências Sociais; em 2018 uma dissertação na área de Educação e uma defesa de tese na área da Psicologia; para finalizar, no ano de 2019 foi uma dissertação na área de História e uma defesa de tese na área de Ciências Políticas.

Quadro 1 – Levantamento de Teses e Dissertações no período de 2016 a 2020 em todas as áreas de conhecimento

DESCRIÇÃO DA ETAPA 1	BASE DE DADOS	DESCRITORES UTILIZADOS	N.º DE PRODUÇÕES ENCONTRADAS	N.º DE PRODUÇÃO SELECIONADAS
Levantamento de teses e dissertações, seguido de leitura de títulos, palavras-chave e resumos para seleção das produções sobre a temática	CAPES	Juventude e Política	4	1
		Política e Escola	1	0
		Política e Educação	79	0
	BDTC	Juventude e Política (no título)	53	4
		Política e Escola	217	2
		Política e Educação	535	1
TOTAL SELECIONADO				8

Fonte: Elaboração do autor

Passando para a pesquisa de artigos, foi iniciada a busca no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a utilização dos mesmos descritores supramencionados, foram encontrados 353, sendo selecionados 9 trabalhos por guardarem pertinência com o tema aqui proposto.

Por último, foi realizada uma pesquisa de artigos na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores definidos, onde foram encontrados 218 trabalho e selecionados 4 trabalhos relacionados à proposta do presente.

Quadro 2 – Levantamento de Artigos em Periódicos no período de 2016 a 2020 em todas as áreas de conhecimento

DESCRIÇÃO DA ETAPA 1	BASE DE DADOS	DESCRITORES UTILIZADOS	N.º DE PRODUÇÕES ENCONTRADAS	N.º DE PRODUÇÃO SELECIONADAS
Levantamento de artigos em periódicos, seguido de leitura de títulos, palavras-chave e resumos para seleção das produções sobre a temática	CAPES	Juventude e Política (no título)	14	3
		Política e Escola	68	1
		Política e Educação	271	5
	SciELO	Juventude e Política (no título)	12	4
		Política e Escola	30	0
		Política e Educação	176	0
TOTAL SELECIONADO				13

Fonte: Elaboração do autor

Em leitura apurada nos artigos, teses e dissertações selecionadas percebe-se uma ideia em comum, qual seja, em geral os cidadãos estão desencantados e desconfiados com os rumos tomados pelas democracias representativas, sendo esta percepção notada pela alta taxa de abstenções nas eleições, mesmo nos países onde o voto é obrigatório, como no Brasil. Tais índices são muito semelhantes quando analisamos os dados relacionados aos jovens eleitores facultativos brasileiros, sendo estes jovens maiores de 16 anos e menores de 18 anos.

Caetano (2016) em artigo sobre a socialização política dos jovens do ensino médio em Portugal, apresenta que esta mesma preocupação está em pauta no continente europeu, onde foi criado o Programa Eurydice (EC, 2016), que tem em seu núcleo a preocupação com o declínio do número de jovens que estão a participar dos processos eleitorais europeus e focam na necessidade de incentivar espaços de vivência e de experiências para mudar essa realidade.

No Brasil a situação não é diferente do resto do mundo, acredita-se até que estejamos em situação mais frágil. É vivenciado um cenário repleto de notícias sobre a corrupção no meio político, estando os jovens apáticos, indiferentes e desacreditados com esta imagem e afastando-se do exercício de sua cidadania, em especial do exercício da política (INGLEHART, apud CASTRO, 2008, TOMIZAKI; SILVA; CARVALHO-SILVA, 2016). Também estão há agravar a situação a falta de conhecimento e de informações corretas sobre o exercício da cidadania.

Como conclui Aristóteles (2001), em sua obra “A Política”, quanto mais ausente um povo fica de sua política, mais perto o sistema político fica do colapso, da corrupção.

Vale destacar que alguns estudos, como o apresentado por Daniliauskas e Tomizaki (2018), destacam que talvez esse afastamento dos jovens seja por total conhecimento das situações e pela rejeição das práticas cotidianas da política institucional contemporânea.

Para ter uma melhor visão sobre as questões a serem dispostas na presente pesquisa, necessário o conhecimento de alguns conceitos básicos que serão trabalhados e extraídos das leituras selecionadas.

As relações, atitudes, orientações, crenças e valores construídos e partilhados entre os cidadãos sobre questões políticas e sobre seus papéis como tais em uma determinada sociedade ou nação, que se iniciam na infância e continuam em constante desenvolvimento na fase adulta, são denominadas de cultura política. Em outras palavras, pode-se considerá-la como soma de elementos subjetivos, que têm um determinado padrão de orientação em relação à política e compartilhada entre os membros de uma específica sociedade (SCHMIDT, 2000, SILVA, 2017, FURTADO, 2017).

Já a socialização política seria a modo pela qual essas relações, atitudes, orientações, crenças e valores são partilhados, ensinados, interiorizados pelos agentes socializadores (família, escola, mídia, comunidade, amigos) às crianças, aos jovens, aos adolescentes e aos adultos, ou seja, é o processo de internalização da cultura política nos cidadãos (SCHMIDT, 2000, ARAÚJO, 2007, SILVA, 2017).

Esta denominação de socialização política traz uma noção de um processo de estabelecimento de atos preparatórios para que os jovens tenham capacidade de participarem da atividade política.

A transmissão de orientações políticas na infância e na adolescência torna-se um momento propício já que há uma certa fragilidade psicológica, dependente da interação com os agentes socializadores do momento, qual seja a família e a escola (CASTRO, 2009³).

O que se conclui da maioria dos estudos (ZORZI, 2016, DANILIAUSKAS; TOMIZAKI, 2018, RODRIGUES; MENEZES; FERREIRA, 2018) é que a família ainda é o maior agente socializador das crianças e dos jovens. Entretanto, a escola também é considerada uma importante agência de socialização que atua de maneira decisiva na orientação cognitiva dos jovens, fato de suma importância na formação da cultura política dos jovens e de transmissão de concepções democráticas e cidadãs. Cabe a ressalva que os meios de

³ Apesar de ser uma referência fora do corte temporal pré-estabelecido, trata-se de um estudo consistente para as ideias aqui apresentadas

comunicação (rádio, TV, internet/redes sociais) tiveram um avanço significativo nas últimas décadas, o que lhes trouxe um certo grau de competitividade, como agentes socializadores, com a família e a escola (FURTADO, 2017, SCHMIDT, 2000). Além desses, ainda, há os ambientes laborais, religiosos, de amizades que, a depender dos rumos que o indivíduo traça para sua vida, podem apresentar-se como agentes socializadores com potencial influência na socialização (FURTADO, 2017).

Um dos trabalhos selecionados merece destaque ao trazer como seu objetivo analisar a influência dos processos educativos na formação política dos jovens e seu desenvolvimento (“A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas” – Marcelo Daniliauskas e Kimi Tomizaki, 2018), onde apresenta em um primeiro momento, os supostos motivos das insatisfações dos jovens, as conceituações sobre juventude e socialização política, deixando claro que a escola é um ambiente para o pleno e contínuo desenvolvimento de conhecimento político, entretanto, o simples acesso a tal não garante a formação de jovens interessados e engajados na atuação política cidadã.

As instituições escolares devem ter metodologias de ensino-aprendizagem que apresentem formas concretas de participação dos jovens em atividades coletivas, como modo de incentivo a discussões sobre temáticas políticas (DANILIAUSKAS; TOMIZAKI, 2018).

A metodologia de ensino participativa favorece o atuar e a eficácia, ao contrário de metodologias centradas no professor, ou seja, “autoritárias”, tendem a gerar a passividade e a ineficiência (DANILIAUSKAS; TOMIZAKI, 2018).

A dissertação apresentada por Silva (2017), na área de Ciências Sociais, dá uma clara visão sobre a importância das instituições escolares na socialização dos jovens do ensino médio, sendo realizada ainda uma pesquisa empírica qualitativa, através de questionários, aplicados a esse público, quando se demonstrou que essa socialização ainda depende do meio social de inserção e dos demais agentes socializadores aos quais estão a influenciar os jovens.

As instituições escolares são diferentes dos demais agentes socializadores por serem instituídas única e exclusivamente para produção planejada e continuada de conhecimentos sobre a sociedade, estando incluídas as atitudes políticas.

Schmidt (2000, p. 69) apresenta que:

Na sala de aula são difundidas informações sobre atividades e instituições políticas, analisados fatos políticos e debatidas as formas possíveis de inserção da vida sócio-política. Por isso, em todas as sociedades modernas o conhecimento político está fortemente associado à escolaridade.

A escola é um ambiente para discussão de ideias, onde agregam-se pessoas das mais diversas culturas e opiniões, sendo este um ambiente indicado para a socialização, já que os cidadãos ali inseridos estão dividindo e expondo suas ideias e opiniões uns com os outros.

Outro estudo que vai ao encontro deste pensamento, da importância da escola na socialização política dos jovens, é o de Lucia Rabelo de Castro (“Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate”, 2009), quando desenvolve a ideia do ambiente escolar como meio para o desenvolvimento social, onde não há uma relação regida por laços de parentesco (pais e filhos), mas sim um embate, no bom sentido da palavra, de valores como igualdade, liberdade e justiça em relações políticas e cidadãs nas quais não há, mas deveria haver, a participação mais efetiva dos jovens em diálogos e decisões “a respeito de quais conhecimentos e experiências podem lhe ser úteis no presente e no futuro” (CASTRO, 2009, p. 486).

Sendo a educação/escola um agente tão importante na socialização política, que atua de forma decisiva na orientação da aquisição de conhecimentos políticos relevantes e de atitudes condizentes com o exercício da cidadania pelos indivíduos, há uma necessidade de demonstrar se essa escola vem exercendo de forma satisfatória o seu papel nessa temática junto à juventude/estudantes, a fim de desenvolver uma cidadania mais moderna e participativa em termos políticos.

Assim, pode-se ao final trazer a seguinte questão problematizadora da pesquisa: *quais as contribuições de uma Escola Estadual de Uberaba/MG para a formação política de jovens?*

Hipótese do estudo

Diante do cenário atual da nossa política, do declínio no número de alistamentos eleitorais e de uma possível falta de interesse da juventude de se envolver na política, o que se espera constatar é que a escola, campo de investigação, contribua para a formação política de jovens. Entretanto, não se pode deixar de considerar que questões familiares, econômicas, de gênero, dentre outras, influenciem no resultado. Outra questão importante a ser considerada é que a instituição de ensino não é o único agente de formação/conscientização da socialização política aos jovens, sendo que os demais (família, meio social – amigos, mídia) também apresentam relevância na formação política dos jovens.

Objetivo geral

- ✓ Analisar e compreender as contribuições de uma escola estadual de Uberaba/MG para a formação política dos jovens.

Objetivos específicos

- ✓ Identificar marcadores (gênero, classe social, étnico-racial) que ajudem a entender o perfil dos jovens estudantes.
- ✓ Verificar se documentos, tais como o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, fundamentam a formação política dos Jovens, vinculando à socialização política dos mesmos.
- ✓ Revelar como a Escola pode ajudar a melhorar a formação dos jovens sobre política e como despertar ou reavivar o interesse para uma cidadania mais ativa, mais participativa na sociedade, em especial no exercício do voto.

Metodologia aplicada na pesquisa

A pesquisa realizada está ancorada no método qualitativo, diante da necessidade de realizar uma interpretação dos dados a serem produzidos, para encontrar a forma como as escolas estão contribuindo ou não na formação política dos jovens para o exercício da cidadania, em especial a Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, instituição selecionada para a produção de dados. Mas o que vem a ser exatamente a pesquisa qualitativa? Para André e Gatti (2008, p. 3) seria:

Busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador.

É com base nesses pressupostos que se configura a nova abordagem de pesquisa, chamada de qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de ciência, [...].

Robert Stake (1982) também denomina de Pesquisa Naturalista ou Pesquisa Interpretativa ou Pesquisa Intuitiva.

Na Pesquisa Qualitativa os registros e interpretações devem ser minuciosos, deve haver uma procura por padrões e situações que mereçam consideração e atenção. O pesquisador deve focar sua atenção em interpretar o fenômeno que foi ou será observado, sem se preocupar muito com os números dos dados coletados. É uma pesquisa consequente da aquisição de dados descritivos, onde o pesquisador obtém esses dados diretamente da situação em estudo. Há uma

maior preocupação com o processo da pesquisa do que com os resultados obtidos. A visão do participante da pesquisa é de maior relevância em comparação à situação problema escolhida.

Seguindo esse mesmo posicionamento Bogdan e Biklen (1982 *apud* LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11) apresentam as principais características da pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa tem o ambiente natural como sua fonte de coleta de dados, por isso o nome de pesquisa naturalista. O pesquisador torna-se, dessa forma, o principal instrumento para a coleta desses dados, ocorrendo um contato direto e prolongado deste com o ambiente e a situação problema em investigação, sem que possa gerar quaisquer intervenções no ambiente que possa modificar a situação. Os dados coletados devem ser majoritariamente descritivos, com detalhes sobre as pessoas/participantes, a situação problema e os acontecimentos à sua volta (visão holística). Deve haver uma maior preocupação com o processo do que com o produto da pesquisa, já que o interesse é saber, naquela situação problema, como essa se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. O pesquisador deve focar no significado que os participantes/pesquisados dão à vida e as coisas. Busca-se sempre observar com afincamento as características dos participantes/pesquisados, ou seja, há uma busca constante pela visão desses sobre as questões focadas. Capturada esta visão, ao pesquisador é permitido esclarecer a dinâmica interna da situação problema. Existe um processo indutivo para que o pesquisador possa realizar a análise dos dados produzidos e não uma busca para provar hipóteses definidas previamente ao início da pesquisa. Isso não significa não haver um quadro teórico prévio, este existe apenas para orientação da produção e análise dos dados pelo pesquisador.

Após um levantamento sobre os objetivos a alcançar com a pesquisa realizada e do quadro da saúde pública pelo qual nossa sociedade enfrentou e ainda enfrenta (Declaração da OMS – Organização Mundial da Saúde de que a contaminação com o novo Coronavírus, causador da COVID-19, classifica-se com Pandemia), optou-se pela realização de uma pesquisa documental e uma pesquisa de campo, respeitando as regras sanitárias vigentes no momento da produção dos dados.

Para iniciar a produção dos dados foi necessária a escolha da instituição de ensino onde iria ocorrer, sendo proposta a Escola Estadual Professora Corina de Oliveira por se tratar de uma instituição voltada, em especial ao ensino médio⁴, que possui em torno de 970 estudantes

⁴ A título de informação a Escola Estadual Professora Corina de Oliveira oferta o Ensino Fundamental da 6ª à 9ª série, no turno vespertino, o Ensino Médio da 1ª à 3ª série, nos turnos matutino, vespertino e noturno, e o Curso Normal para Professor de Educação Infantil, no turno noturno, conforme informações do Projeto Político Pedagógico que se encontra no Anexo II

matriculados no ensino médio, distribuídos em 25 turmas, nos períodos da manhã, tarde e noite, com uma média de 40 estudantes por turma, residentes em vários bairros da cidade de Uberaba/MG, sendo que 75% deles residem em bairros diversos do bairro da instituição escolar, conforme informações extraídas do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino em questão (Anexo II), o que possibilitou uma análise diversificada. As tratativas com a direção da instituição escolar iniciaram no mês de outubro de 2020, tendo sido autorizada a pesquisa e encaminhado, no mês de dezembro de 2020, o contato dos professores que lecionavam as disciplinas da área de ciências humanas (Filosofia, Geografia e História) no turno da manhã, já que estes aparentemente foram os que demonstraram interesse em participar da pesquisa, por consequência foi possibilitado o contato com os estudantes desses professores.

Num primeiro momento acreditou-se ser necessária a realização de uma pesquisa documental, tomando Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino selecionada (Escola Estadual Professora Corina de Oliveira), a fim de verificar quais são as orientações e propostas pedagógicas direcionadas para a realização da socialização política dos jovens/estudantes.

A pesquisa documental é uma técnica importante tanto para completar dados/informações coletadas por outras técnicas, como para esclarecer ou revelar novos aspectos surgidos ou que surgirão na análise da situação-problema. O pesquisador/investigador deve atentar-se para a busca de informações e dados pontuais nos documentos, para que não perca o foco. O que não foi diferente na presente pesquisa em que a pesquisa documental serviu para complementar os dados obtidos na pesquisa de campo (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 4), após uma extensa análise dos conceitos de pesquisa documental de outros estudiosos (CAULLEY, *apud* LUDKE; ANDRÉ, 1986, CELLARD, 2008), e uma análise dos termos utilizados por esses estudiosos no dicionário Houiss, apresentam uma definição de modo preciso.

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos [...]

Portanto, a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.

Philips (1974, p. 187 *apud* LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38) deixa claro o que se pode considerar como documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Definição esta que se encaixa perfeitamente

na descrição da documentação que será analisada, qual seja, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira.

Corroborando com o supramencionado, Cellard (2008, p. 297) apresenta sua definição de documento:

O “documento” em questão, aqui, consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Mais precisamente, consideramos as fontes, primárias ou secundárias, que, por definição, são exploradas – e não criadas – no contexto de um procedimento de pesquisa.

Ainda de acordo com este último autor, os documentos podem se classificar em públicos (arquivados ou não) ou privados (arquivo privado e documentos pessoais). O documento analisado na presente pesquisa pode ser classificado como público não arquivado, sendo de amplo acesso à população, já que se encontra disponível para consulta dos interessados na Escola Estadual Professora Corina de Oliveira.

Destaca-se, ainda, que os documentos são fontes estáveis de informações, ou seja, persistem ao longo do tempo, podem ser consultados diversas vezes e são base para diversos estudos, além de terem um baixo custo de obtenção, dependendo apenas de investimento do tempo por parte do pesquisador/investigador para se dedicar a selecionar e analisar os documentos e dados mais relevantes para as pesquisas e os estudos.

Acrescenta-se, ainda, a fim de trazer conhecimento, que a análise documental também pode ser considerada não-reativa, que quer dizer trazer informações quando não for possível o acesso aos sujeitos pesquisados (em razão do falecimento, por exemplo) ou quando a interação com o sujeito puder alterar o comportamento do mesmo.

Guba e Lincoln (1981 *apud* LUDKE; ANDRÉ, 1986) apresentam algumas críticas válidas a essa técnica. Os documentos são amostras que não representam a situação problema no cotidiano; não retratam para o pesquisador, no exato momento em que ocorre, a situação problema; são registros realizados por terceiros, que muitas vezes podem apresentar falhas de representação ou lacunas. Outra questão importante seria a falta de objetividade, já que pode haver uma certa influência da subjetividade do autor do documento no conhecimento científico, o que poderá ainda gerar uma validade questionável da pesquisa.

Vale destacar o alerta de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 6) ao trazerem a diferença essencial entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, qual seja, a natureza de suas fontes. Enquanto na pesquisa bibliográfica o pesquisador busca fontes secundárias, que seriam dados/informações já analisados, estudados e interpretados por outros autores, já estando no domínio da ciência, na pesquisa documental o pesquisador busca fontes primárias, que

seriam dados originários, documentos que não receberam um tratamento analítico, como no presente estudo que foi analisado um documento sem análise científico-conceitual de outros estudiosos, somente com orientações e propostas de ensino-aprendizagem.

Os tipos são muitos, com destaque para os seguintes: institucionais, pessoais, materiais de divulgação, jurídicos, iconográficos, revistas, jornais, legislações e páginas da internet. O Projeto Político Pedagógico analisado enquadra-se como um documento institucional da instituição de ensino.

Para a pesquisa de campo na Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, decidiu-se produzir os dados pelos métodos de entrevistas semiestruturadas, aplicadas juntos aos professores do ensino médio da área de Ciências Humanas, por videoconferência, via *Google Meet*, e questionários aplicados aos estudantes do ensino médio, via *Google Forms*, diante das condições sanitárias do município de Uberaba/MG, e em razão do não retorno das aulas presenciais, no momento da realização da pesquisa de campo, quando as aulas, ainda, ocorriam de forma *on line* em sua totalidade.

Após a aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Uberaba⁵, foram agendadas para o mês de março de 2021 as entrevistas com os professores das disciplinas de Filosofia, Geografia e História da instituição de ensino selecionada, que ocorreram por meio de videoconferência, pelo *Google Meet*, com duração média de 1 hora cada entrevista, todas devidamente gravadas para a posterior transcrição. O modelo de entrevista adotado foi do tipo semi-estruturada⁶, tendo os professores respondido a 14 questões pré-definidas, além de outras que surgiram durante as conversas/entrevista, que foram transcritas.

A pesquisa de campo consiste em buscar, após um prévio estudo bibliográfico, informações, dados, fatos e conhecimentos a fim de obter um entendimento mais profundo sobre os problemas destacados no objetivo da pesquisa.

Marconi e Lakatos (2002, p. 83), corroborando sobre essa definição apresentam que a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”.

A pesquisa de campo deve ser iniciada com a definição das técnicas a serem empregadas para a coleta e registro dos dados/informações (MARCONI; LAKATOS, 2002). Na presente pesquisa, após análise de alguns dados bibliográficos, situações concreto-fáticas

⁵ Conforme se verifica no Anexo I

⁶ Conforme consta no Apêndice I.

para produção de dados e as condições sanitárias pela qual nossa sociedade vinha passando, entendeu-se, como expostos acima, que a melhor forma, a fim de evitar possível contaminação/propagação do COVID-19, em respeito às leis sanitárias, seria a realização de entrevistas semiestruturadas com os professores do ensino médio da instituição de ensino escolhida, por meio de videoconferência, às quais foram gravadas e transcritas.

A entrevista que pode ser pessoal ou por videoconferência, sendo esse último tipo escolhido para ser realizado junto aos professores, trata-se de uma técnica muito utilizada em vários tipos de pesquisa na área das ciências sociais (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A entrevista tem como principal característica a interação entre o pesquisador/entrevistador e o participante/entrevistado, com a finalidade de produção de dados e informações imprescindíveis para a pesquisa, de forma individual ou coletiva.

Uma vantagem expressiva desta técnica que Ludke e André (1986, p. 34) relatam é que:

Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário. E pode, também, o que torna particularmente útil, atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação.

Cabe esclarecer que as entrevistas podem ser classificadas pela sua forma de realização em estruturada, semiestruturada ou não-estruturada. A entrevista estruturada é aquela em que o entrevistador se organiza com um roteiro de perguntas/questões, sem possibilidade de flexibilização. A entrevista semiestruturada ocorre quando o entrevistador elabora um roteiro prévio de perguntas/questões, entretanto, a depender dos rumos que a entrevista tomar, o entrevistador poderá elaborar, no momento da entrevista, novas perguntas/questões ou eliminar algumas existentes. Já a entrevista não estruturada é aquela em que o entrevistador não tem um roteiro, há uma certa liberdade de percurso na entrevista, existem questão/perguntas, mas que necessariamente não precisam ser realizadas ao entrevistado.

Ludke e André (1986) e Oliveira (2010) deixam claro que a melhor forma de se realizar uma entrevista seria a do tipo semiestruturada, onde há uma certa adequação, se necessário, durante o ato da coleta. Acrescente-se a isso, para que a entrevista seja bem-sucedida deve-se escolher um local sem barulhos, interrupções e que garanta a confidencialidade da conversa, realizar a gravação e/ou anotação da entrevista, utilizar-se de fala moderada e diretiva, atuação neutra, manter boa relação com o entrevistado/participante e fazer uma análise constante do desenrolar da entrevista para realizar possíveis adequações.

Foi diante das sugestões dos autores supramencionados é que se optou pela realização da entrevista semiestrutura, via videoconferência, a fim de possibilitar as adequações necessárias durante o ato.

Diante do contínuo estado pandêmico, sem o retorno das aulas de forma presencial, no momento da produção da pesquisa de campo, a aplicação de questionários, com respostas objetivas e algumas dissertativas, aos estudantes do ensino médio da instituição de ensino selecionada, foi realizada via *Google Forms*, sendo está considerada a forma ideal para a produção dos dados com a obtenção da visão dos jovens de como está sendo a formação político-cidadã pela instituição de ensino, onde estão ocorrendo possíveis falhas/desincentivos e/ou formas adequadas de socialização política nesses jovens eleitores, e insisto porque não nesses jovens futuros políticos e governantes de nossa sociedade.

O modelo de questionário foi composto de 28 questões de múltipla escolha e 6 questões dissertativas, conforme o apêndice II.

Os questionários são instrumentos formados por uma série de perguntas, elaborados pelo pesquisador, mas respondidos sem a sua presença. Também tem essa ideia sobre questionário Marconi e Lakatos (2002, p. 98): “Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Os questionários tem algumas vantagens que merecem destaque: há economia de tempo e de pessoal; possibilita atingir um maior número de indivíduos; possibilita a atuação em uma maior área geográfica; há obtenção de respostas mais rápidas; há liberdade do participante em suas respostas e menos riscos de distorções dessas, por não contar com a presença do entrevistador.

Mas também pode-se enumerar algumas desvantagens: são poucos os questionários que voltam respondidos; muitas perguntas ficam sem respostas; não há possibilidade do participante de receber auxílio do entrevistador para o esclarecimento de dúvidas no preenchimento; pode ocorrer a devolução tardia, o que inviabiliza sua utilização.

Na elaboração o pesquisador deve inicialmente conhecer bem o assunto, ser cuidadoso em relação às questões; limitar a extensão e a finalidade, porque o questionário longo demais pode tornar-se entediante ou sendo curto demais, não oferecer informações suficientes. Recomenda-se que o questionário seja encaminhado com notas explicativas para ajudar os participantes no preenchimento.

Os questionários podem ser apresentados com questões abertas, fechadas (dicotômicas ou de múltipla escolha) ou mistas.

Através de um dos professores, houve a possibilidade de participar, no mês de abril de 2021, das aulas *online* das 5 turmas do 2º ano do ensino médio. Os estudantes do 1º ano do ensino médio não foram selecionados em razão de estarem em uma faixa etária em torno dos 15 anos de idade, o que lhes impossibilita de realizarem o alistamento eleitoral para exercer o voto como mais um ato de cidadania. Ao tratar dos estudantes do 3º ano, conforme informações dos professores, os referidos estudantes registravam baixa presença nas aulas online. Em uma turma com um total de 35 estudantes, em média, apenas em torno de 3 a 5 estudantes frequentavam, o que não configura uma amostra representativa para a pesquisa⁷.

Percebe-se uma volumosa evasão de estudantes das aulas *on-line*, cabendo uma reflexão sobre essa situação. No momento em que foi realizada a pesquisa de campo a sociedade estava a enfrentar a pandemia do COVID-19, com a população assustada, muitas pessoas adoecendo, hospitais com enfermarias e unidades de tratamentos intensivos lotados, sem vacinais disponíveis para os cidadãos de uma forma efetiva. Pode-se ter em mente que o ensino público sofreu essa debandada de estudantes, em sua grande maioria de camadas sociais empobrecidas, por diversos motivos, dentre os principais está a indisponibilidade de conexão/sinal de internet e de equipamentos tecnológicos como smartphones, notebooks ou computadores. Se analisado o âmbito econômico da situação, vários são os pais e responsáveis legais dos estudantes que tiveram suas rendas familiares diminuídas ou que perderam seus empregos, em razão da pandemia e das medidas de contenção da contaminação, o que pode ter levado diversos jovens a buscarem trabalhos informais para auxiliar na renda familiar, desvinculando-se da escola. Os estudantes, ainda, podem ter sido afetados psicologicamente no momento que precisaram fazer da casa uma sala de aula, alguns locais sem a tranquilidade necessária para os estudos, com diversas distrações e obrigações domésticas, levando os mesmos a uma certa desmotivação para prosseguir nos estudos. Esse sentimento pode também ser resultado de uma falta de conhecimento ou dificuldade de como utilizar as plataformas virtuais para acesso a aulas por parte dos estudantes, de seus pais/responsáveis e, algumas vezes, dos professores, já que todos não tiveram auxílio para aprender a lidar com essas ferramentas, antes pouco ou nunc utilizadas. Deve ser considerado, ainda, que o ensino remoto foi uma modalidade imposta em um momento de urgência, sem qualquer preparo prévio e implantação gradual, a educação exige reflexão para sua implantação, necessita de tempo para as devidas adequações, não devendo ser realizada de forma afritiva e sufocante, essas são situações que

⁷ Cabe destacar que o Ensino Médio foi alvo de reforma recente, por meio da lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Porém, esta pesquisa se deu em momento anterior à implementação da referida reforma, que é passiva de críticas por aqueles/as que se alinham a uma perspectiva crítica de educação.

podem ter sido potencializadoras para uma desilusão e desestímulo aos estudantes neste momento delicado da sociedade educacional.

As ações implantadas pelas escolas, através dos professores e das gestões escolares, foram de suma importância nesse momento para amenizar essa evasão dos estudantes, entretanto, a presente pesquisa não teve tempo hábil para averiguar as medidas efetivas tomadas pela Escola Estadual Professora Corina de Oliveira nesse sentido.

Durante as aulas adotou-se a dinâmica de primeiramente apresentar aos estudantes a pesquisa e sua importância. Em seguida os estudantes eram convidados a participar. Àqueles que demonstravam interesse foi solicitado o número do telefone celular com *WhatsApp* do responsável legal. Com o número “em mãos” o pesquisador enviou mensagem, via *WhatsApp*, ao responsável informando que seu filho/filha demonstrou interesse em participar da pesquisa e, caso assentisse com a participação, deveria preencher o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, disponibilizado por link do *Google Forms*. Com o consentimento dos responsáveis, o pesquisador enviou, também por *WhatsApp*, aos estudantes, mensagem para participarem da pesquisa com os links do “Termo de Assentimento Livre e Esclarecido” e do “Questionário”.

Cabe lembrar, ainda, que a Diretora da instituição de ensino enviou mensagem os pais e responsáveis dos estudantes sobre a participação deste pesquisador durante algumas aulas e da possibilidade de contato para que fosse apresentado o convite para participação na pesquisa.

Durante a participação de uma aula de cada turma (5 aulas ao total, pois eram 5 turmas), pode-se notar uma média de 14 estudantes *online*, sendo esta uma realidade constante nas aulas do 2º ano do ensino médio da instituição escolar escolhida para a pesquisa, conforme relatos dos professores, quando na verdade deveriam ser em torno de 40 estudantes por turma. Dentre os estudantes participantes das aulas, 21 deles demonstraram interesse em participar da pesquisa e forneceram o telefone do responsável.

Ao enviar mensagem para 21 responsáveis dos estudantes, 15 autorizaram os estudantes/menores a participarem da pesquisa, 1 não autorizou e 5 não responderam ao termo no *Google Forms*, mesmo após o pesquisador ter reiterado algumas vezes as mensagens.

Seguindo o planejamento formulado, foram encaminhados aos 15 estudantes, sendo 3 homens e 12 mulheres, o “Termo de Assentimento Livre e Esclarecido” e o “Questionário”, tendo uma aluna desistido de participar, concluindo com 14 estudantes (11 mulheres e 3 homens) que responderam ao questionário.

Um dos cuidados essenciais que se deve ter tanto nos questionários, quanto nos formulários é o relacionado à estética do instrumento para que não haja um desincentivo dos

participantes ou crie uma confusão no entendimento e preenchimento do mesmo. Wirt (1975, p. 46 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 112) foi certo ao afirmar que: “Causam má impressão questionários ou formulários antiestéticos em termo de papel, disposição das perguntas, grafia, etc.”.

Apresentando esclarecimentos sobre a pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2002), citando Tripodi *et al* (1975), entendem que há tipos de pesquisa de campo: quantitativo-descritivas, exploratórias e experimentais.

A pesquisa de campo do tipo quantitativo-descritiva baseia-se em uma pesquisa empírica com finalidade de delinear e analisar as características de fatos e fenômenos, bem como avaliar programas. São estudos que utilizam métodos formais, semelhantes a projetos experimentais, e tem um controle estatístico dos dados coletados, comparando-os com as hipóteses da pesquisa. Subdivide-se em: estudos de verificação da hipótese, estudos de avaliação de programa, estudos de descrição de população e estudos de relações de variáveis.

Na pesquisa de campo do tipo exploratória tem-se por finalidade formular questões e/ou problemas, com o desenvolvimento de hipóteses, familiaridades do pesquisador com o tema, clarear conceitos e delinear a pesquisa. Possibilita ao pesquisador obter descrições do objeto da pesquisa, permitindo ser realizada conceituações e ligações entre as propriedades dos fatos e/ou fenômenos pesquisados. Também pode ser subdividida em: 1) estudos exploratório-descritivos combinados, onde há descrição completa dos fenômenos estudados; 2) estudos que usam procedimentos específicos para coleta de dados, onde há uso exclusivo de determinado procedimento retirando generalizações e produzindo categorias conceituais a serem utilizadas; e 3) estudos de manipulação experimental, em que busca-se manipular uma variável independente para localizar variáveis dependentes para estudá-las no seu ambiente natural, assim objetiva-se demonstrar a viabilidade de utilização de algumas técnicas, que a princípio se mostravam inadequadas.

Ao tratar da pesquisa de campo do tipo experimental tem-se o objetivo de testar hipóteses de causa-efeito, nestas pesquisas há utilização de grupos de controle, seleção de amostra por técnica probabilística e manipulação de variáveis independentes com o objetivo de controle de fatores do estudo.

Entendeu-se que nesta pesquisa foi realizada uma pesquisa de campo exploratória com descrição completa dos fenômenos e com uso de um procedimento específico para a produção de dados.

O público alvo da presente pesquisa são os jovens do ensino médio, mais especificamente aqueles na idade de 16 a 17 anos, que já se encontram em idade que lhes

possibilita, caso demonstrem interesse, realizar pela primeira vez sua inscrição eleitoral/título de eleitor, de forma não obrigatória, para analisar e compreender como está a ocorrer a socialização política no ambiente escolar. Não menos importante, os professores da área de ciências humanas também contribuíram com a presente pesquisa, já que os mesmos trabalham com os estudantes temáticas ligadas à socialização política. Acreditou-se que os sujeitos participantes da pesquisa permitiram a aquisição de uma compreensão de como a escola vêm contribuindo na formação política e cidadã dos jovens.

Finalizada a etapa da pesquisa de campo com a produção de dados, a pesquisa adentra na análise dos referidas dados, a fim de estruturar as proposições realizadas.

Metodologia de análise dos dados

Após a produção dos dados de acordo com a metodologia supramencionada, os mesmos foram analisados a partir de uma análise temática, sendo esta segundo Souza (2019, p. 52) “um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos”. Esse tipo de análise ajuda na organização, descrição e na interpretação dos dados produzidos de forma detalhada. São características básicas a busca por padrões, a recursividade, a flexibilidade, a homogeneidade interna nos temas e a heterogeneidade externa nesses mesmos temas (SOUZA, 2019).

Sobre sua utilização podem ser realizadas análises temáticas indutivas (nas quais a pesquisa não tem categorias certas para a análise dos dados) ou análises temáticas dedutivas (onde há categorias certas para a análise dos dados).

Souza (2019), fazendo uma referência a Clarke (2017), apresenta os tipos das análises temáticas:

[...] três grupos de AT, os quais serão apresentados em seu idioma original. Há a AT de tipo *Coding Reliability* (codificação para confiabilidade, tradução livre), a de tipo *Codebook* (grade de códigos), e a *Reflexive* (reflexiva). Classificou esses tipos também como “*small q qualitative research*” – pesquisa qualitativa com q minúsculo – ou “*Big Q Qualitative Research*” – Pesquisa Qualitativa com Q Maiúsculo. No primeiro caso, a pesquisa usa uma técnica de base qualitativa, mas seu raciocínio subjacente é fundamentalmente positivista; no segundo, tanto a filosofia como a técnica são de raiz qualitativa. Desta feita, a AT de tipo *Coding Reliability* é *small q*, a AT *Reflexive* é *Big Q* e a de tipo *Codebook* é de tendência para *Big Q*, mas com traços da *small q* – ou seja, uma abordagem mista.

Estes tipos de análises temáticas podem ser descritos de forma resumida da seguinte maneira:

- a) Coding Reliability (codificação para confiabilidade) = há a coleta, análise e relato dos dados, que são enviados a analistas que, com a utilização de cálculos de confiabilidade e com código prévios estabelecidos, reduzem aos dados essencialmente confiáveis, ou seja, inicia-se com a intenção de realização de uma pesquisa qualitativa e finaliza-se com uma quantitativa.
- b) Codebook (grade de códigos) = após a coleta dos dados, ocorrem análises com código e temas previamente estabelecidos, havendo a possibilidade de alteração dos temas ao longo da análise, a depender dos primeiros resultados alcançados, o que lhe dá certo caráter reflexivo.
- c) Reflexive (Reflexiva) = na análise dos dados objetiva-se ter uma visão mais profunda dos fenômenos pesquisados, o que demonstra sua característica fluida e flexível.

Pela descrição dos tipos de análises temáticas, realizou-se na presente pesquisa uma do tipo reflexiva, com o objetivo de identificar, nas entrelinhas dos dados produzidos e de forma mais densa, junto aos participantes, o modo como a escola está colaborando na formação dos jovens, ajudando em sua socialização política, demonstrando a importância da participação na política e as consequências de uma ausência nesse plano.

O procedimento para a realização da análise temática inicia-se com o pesquisador localizando padrões de conhecimento e de interesse para a pesquisa. A análise temática vai ocorrendo à medida que há uma contínua troca de ideias entre os dados produzidos, os trechos codificados e a análise daqueles dados já produzidos e codificados, finalizando com um relatório dos padrões localizados na pesquisa (SOUZA, 2019).

O pesquisador na análise temática deve estar continuamente registrando suas ideias, interpretações e entendimentos sobre os dados produzidos, desde o primeiro momento, por se tratar de material de grande ajuda na redação final da pesquisa.

Para Souza (2019) não se pode deixar de lado a questão da abordagem da revisão de literatura, mesmo com divergências entre alguns estudiosos sobre sua aplicação. Entretanto a autora acredita que quando se tratar de uma análise temático do tipo indutiva haverá vantagens ao não ocorrer uma revisão literária prévia, pois não haveria o risco de serem pré-concebidas categorias subjetivamente. Ao contrário no tipo dedutivo uma revisão literária pode trazer ganhos na interpretação dos dados produzidos e na elaboração de categorias para a realização da análise.

Souza (2019), adaptando a descrição do método da análise temática de Braun e Clarke (2006) apresenta, no quadro 3, as fases dessa análise.

Quadro 3 – As fases da análise temática

FASE	DESCRIÇÃO
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo
2) Gerando códigos	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial
4) Revisando temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Fonte: Souza (2019).

Organização da Pesquisa

A presente dissertação foi composta deste capítulo introdutório no qual, inicialmente, apresenta o objetivo da pesquisa e, de forma geral, os principais pontos que são tratados com seus respectivos referenciais teóricos. Segue-se com um Levantamento Bibliográfico, com recorte temporal no período de 2016 a 2020, sendo utilizado para tal o banco de dados digitais da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e da *Scientific Library Online (SciELO)*, demonstrando a relevância e atualidade do assunto proposto. Em seguida são apresentados a hipótese de estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

Finaliza-se essa parte introdutória com uma explicação da metodologia qualitativa que foi aplicada na pesquisa com suas características e fundamentos para seu manuseio, demonstrando, ainda, a escolha da utilização da Pesquisa Documental para verificar se o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira está a contribuir em uma educação na diversidade para o exercício da cidadania, com foco na socialização dos jovens/estudantes, e da Pesquisa de Campo, consistente em um processo/produção virtual, com a realização de entrevistas junto aos professores da área de ciências humanas, por videoconferência, e com a aplicação de questionários aos estudantes do ensino médio, com a ferramenta *Google Forms*. Por último, é revelado que os dados produzidos foram analisados a

partir de uma análise temática, a fim de trazer uma melhor descrição e interpretação dos mesmos⁸.

Parte para mais 4 capítulos, com suas respectivas seções, e as considerações finais apresentados conforme explicação que se segue.

No capítulo 1, inicia-se com uma apresentação dos pensamentos de Hannah Arendt (2002) e Enrique Dussel (2007), segue-se com a apresentação das noções de política e do político à luz dos estudos dos referidos autores, a origem histórica da política, bem como o entendimento conceitual na contemporaneidade. Demonstra-se, ainda, a questão do poder político como o poder do povo (*potencia*) que é delegado ao político (*potestas*), para o exercício de um poder obediencial, ou seja, um exercício de atividades a bem e/ou no interesse do povo, chamando a atenção para que o exercício em descompasso com o interesse do legítimo detentor (povo), que vem a ser considerado um fetichismo, denominação para corrupção, além da demonstração de um interessante diálogo entre a política e a liberdade.

O capítulo 2 foi destinado ao esclarecimento da noção de juventude como categoria geracional formada por jovens e, em seguida, a caracterização da juventude e do jovem vem sendo explorada como um ritual de passagem para a fase adulta da vida, com atitudes revolucionárias, dentre outras, além da apresentação da juventude diante de um cenário com limites cronológicos, embasados e bem definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e pelo ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Estatuto da Juventude (SCHMIDT, 2000, ABRAMO; VENTURI, 2000). Destaca-se que várias são as correntes teóricas que tratam de definição do jovem, entretanto, tendo Groppo (2016, 2018) como referência e levando em consideração a visão que se pretende no presente trabalho, aquele olhar do jovem como um sujeito crítico e com uma atuação ativa em sociedade, mostrando-se com figura importante de sua própria socialização, optou-se por contemplar a corrente teórica mais contemporânea, a Teoria Pós-Crítica, com suas vertentes e teorias de aporte, que caracteriza o jovem como um protagonista juvenil ou sujeito social.

No capítulo 3, deu-se atenção para diversos temas, sendo na primeira seção demonstrados os temas educação, como o processo de ensino-aprendizagem do indivíduo, e escola, como o espaço sociocultural criado para esse processo, sob a visão de Freire (1979,

⁸ Quando da escrita do presente estudo, optou-se pela utilização do gênero masculino nos momentos em que houve referência conjunta a pessoas dos gêneros masculino e feminino, seguindo as regras gramaticais. Entretanto, tem-se a noção da importância na e para a sociedade das pessoas que se declaram do gênero feminino e de forma alguma pretendeu-se utilizar de uma linguagem machista e hegemônica, mesmo porque a maioria das pessoas que participaram da presente pesquisa declararam-se do gênero feminino.

2001), Brandão (1989) e Dayrell (1996), em um diálogo, nas seções seguintes, com os temas cultura política, interpretada no sentido de serem orientações, conselhos e atitudes que os indivíduos exercem perante um sistema política determinado, considerando seu papel nele, interagindo com questões da cultura juvenil e suas diversas identidades, dentre outras questões pertinentes, e socialização política, que nada mais seria que a forma como essa cultura política seria interiorizada nos jovens para suas formações políticas e cidadãs, sob a ótica de Schmidt (2000), Araújo (2007), Silva (2017), Abramovay, Figueiredo e Silva (2019) e Martins e Carrano (2011), não deixando de lado a temática da relação diversidade, como respeito às individualidades e suas relações com os termos tolerância e preconceito, e cidadania, no sentido ativo, como garantia da dimensão política da vida (CARDOSO, 2014).

A proposta do quarto capítulo foi demonstrar um detalhamento sobre a análise temática dos dados produzidos, sob a perspectiva de Braun e Clarke (2006), com o auxílio do Programa ATLAS.ti. Busca-se apresentar uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira (local selecionado para a pesquisa de campo), sob a perspectiva da presente pesquisa e seus referências teóricas, seguindo-se com uma explicação mais pormenorizada sobre o manuseio do Programa ATLAS.ti e como, com a ajuda do referido programa, foi possível realizar a seleção dos extratos, a codificação e a tematização dos dados produzidos na pesquisa. Nesse mesmo capítulo são apresentados e analisados os perfis dos participantes da pesquisa, partindo-se para uma análise dos temas selecionados como definitivos sob o prisma dos dados produzidos e do referencial teórico utilizado.

Finaliza-se com as considerações finais em que se retoma os objetivos da pesquisa e pondera-se sobre as percepções e lições desenvolvidas e assimiladas que têm como perspectiva serem aplicadas na vida dos jovens.

Com o fim de trazer mais esclarecimentos aos leitores da presente pesquisa foi incluído como Apêndices o Formulário de entrevista dos professores, o Questionário aplicado aos estudantes e Quadros com as codificações/tematizações realizadas/selecionadas nas entrevistas e nos questionários, e como Anexos o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa e o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira.

I – A POLÍTICA E O POLÍTICO: APONTAMENTOS FUNDAMENTAIS

A partir de um levantamento sobre o tema em questão, verificou-se que Hannah Arendt (2002) e Enrique Dussel (2007) apresentam elaborações teóricas que ajudam no desenvolvimento dos fundamentos epistemológicos das categorias “político” e “política”, que estão vinculados ao objetivo da presente pesquisa.

Procurou-se, através de um diálogo possível entre esses dois filósofos e outros estudiosos que se referenciam àqueles apontar como a política surgiu entre os indivíduos, de que forma ocorrem suas manifestações e quais os objetivos a serem alcançados em seu âmbito de ação. Em seguida é apresentado o indivíduo selecionado para realizar esse atuar político, no caso o Político com suas características e nuances.

Inicialmente, neste item, destaca-se alguns eventos e elementos da biografia dos autores supramencionados que, em alguma medida, relacionam-se com aspectos deste trabalho.

1.1 Conhecendo Hannah Arendt

Hannah Arendt (Johannah Arendt) foi uma filósofa política, de origem judaica, natural de Lindem, na Alemanha, tendo nascido em 14/10/1906. Iniciou sua graduação em Filosofia no ano de 1924, na Universidade de Marbug, quando teve aulas com Martin Heidegger⁹, Nicolai Hartmann¹⁰ e Rudolf Bultmann¹¹. Por motivos pessoais mudou de instituição universitária, indo para a Universidade Albert Ludwig de Freiburg, sendo orientada por Edmund Husserl¹². No

⁹ Martin Heidegger (1889-1976) foi um filósofo um dos maiores filósofos do século XX, além de ter exercido a docência nas principais universidades alemãs e escrito diversas obras. Foi um dos principais defensores da fenomenologia e da corrente existencialista. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/martin_heidegger/ >. Acesso em: 23 ago. 2021.

¹⁰ Nicolai Hartmann (1882 – 1950) foi um filósofo letão, que teve sua vida acadêmica formada na Alemanha. Lecionou nas principais universidades alemãs, sendo um crítico da Fenomenologia, sendo criador da teoria da Metafísica do Conhecimento. Disponível em: < <http://www.paradigmas.com.br/index.php/revista/edicoes-31-a-40/edicao-38/472-38-nicolai-hartmann-a-metafisica-do-conhecimento> >. Acesso em: 23 ago. 2021.

¹¹ Rudolf Karl Bultmann (1884 – 1976) foi um filósofo e teólogo luterano alemão, tendo como marca uma proposta de desmitologização do Novo Testamento da Bíblia sob a visão do existencialismo. Disponível em: < <http://www.paradigmas.com.br/index.php/revista/edicoes-41-a-50/edicao-42/553-rudolf-bultmann-hermeneutica-e-desmitologizacao> > e < <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/rudolf-karl-bultmann.htm> >. Acesso em: 23 ago. 2021

¹² Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859 a 1938) foi um matemático e filósofo alemão, exerceu a docência em universidades alemãs e que fundou a Corrente Fenomenológica, sendo um ferrenho crítico à corrente Naturalista. Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/biografias/edmund-husserl.htm> >. Acesso em 23 ago. 2021.

ano de 1929, Arendt defendeu sua tese de doutorado, pela Universidade de Heidelberg, tendo como orientador Karl Jaspers¹³.

Com a crescente do movimento nazista, Arendt refugiou-se, em 1941, nos Estados Unidos da América, onde redigiu diversos artigos, lecionou e escreveu suas obras mais importantes. Somente no ano de 1951 foi que Arendt obteve a cidadania americana.

Os pensamentos de Arendt foram intensamente influenciados por momentos históricos importantes no cenário mundial os quais presenciou: duas guerras mundiais, o surgimento de regimes totalitaristas (Comunismo e Nazismo) e a Guerra Fria. Não obstante totalmente contrária aos regimes totalitaristas, não nutria alta admiração pelo regime capitalista (SILVA, 2015).

Para Silva (2015) as ideias sobre política apresentadas por Arendt são independentes e originais, não podendo serem inseridas na teoria política tradicional de seu período.

[...] dificilmente pode ser acomodada nas categorias de direita e esquerda que predominam no debate político público. Ela é realista e idealista, concomitantemente. Não nutre ilusões utópicas sobre o mundo, mas afirma com firmeza que, como está, não deve continuar (SILVA, 2015, p. 22)

Esse pensamento encaminhou Arendt a relacionar política com oportunidades e espaços de liberdade, reforçando a relevância da ação humana. Assim traz uma importante defesa da república, da democracia e da liberdade política (SILVA, 2015). As ideias de Arendt trazem grandes influências de pensadores como Husserl, Heidegger e Jaspers. Seus questionamentos sobre as mazelas da modernidade logo desaguaram em questionamentos relacionados à política.

Lima, Passos e Souza (2011, p. 22) entendem que Arendt marcou-se pela busca de um “tesouro perdido, para que, nele, pudesse encontrar as chaves para o seu pensamento político”. Os estudos de Arendt lhe orientaram para o caminho da verdadeira dimensão da política, onde demonstrava-se a capacidade de ocorrer a interação da ação e diálogo dos indivíduos para a criação de um espaço público e político, embasado na liberdade (LIMA; PASSOS; SOUZA, 2011).

¹³ Karl Theodor Jaspers (1883 – 1969) foi um psiquiatra e filósofo alemão. Exerceu a medicina no Hospital de Heidelberg, sendo que em 1913 iniciou a docência em Psicologia na Universidade de Heidelberg. Em 1922 passou a lecionar Filosofia na mesma instituição, tendo em vista sua demonstração de interesse pelos estudos na área de Filosofia. Ainda lecionou Filosofia na Universidade da Basileia. Destacou-se na área da filosofia por ser um dos fundadores da Teoria Existencialista. Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/biografias/karl-jaspers.htm> >. Acesso em 23 ago. 2021.

Como já citado, Husserl e Heidegger apresentam grande influência nas ideias e interpretações de Arendt, como na compreensão do mundo da vida e nas críticas ao ser humano moderno sempre com certo vínculo com a política.

[...] com Husserl, Arendt, pôde, a seu modo, “voltar às próprias coisas” e compreender que o “mundo da vida” (*lebenswelt*) constitui-se como âmbito sobre o qual aconteceram as vivências humanas, às suas costas sem poder negá-lo ou desvincular-se dele quando se pretende realizar um exame técnico, um experimento científico ou uma compreensão de cunho político [...] em A condição humana (ARENDR, 2005, p. 260ss.), nossa autora realiza uma crítica da alienação do homem moderno em relação ao mundo; esta postura está em flagrante aproximação com as críticas heideggerianas sobre a instrumentalização que, ao transformar o *homo faber* em um fabricante de utensílios para o consumo do *animal laborans*, faz com que os homens destruam os objetos que formam o mundo e, conseqüentemente, também destruam o próprio mundo (LIMA; PASSOS; SOUZA, 2011, p. 23).

Constata-se que os trabalhos de Arendt têm como condução a referência a liberdade e o sentido da política, conforme bem apontado por Silva (2015) em análise às principais obras da autora em questão, conforme se segue.

Em “Origens do Totalitarismo”, lançado em 1951, Arendt traz reflexões de um período pós-guerra, que deram partida para a Guerra Fria, e sobre a compreensão dos regimes totalitaristas (Nazismo e Comunismo).

“A Condição Humana”, de 1958, traz uma reflexão da condição do ser humano, com descrição do labor, do trabalho e da ação como experiências que compõe a vida, expondo a noção de espaço público com base na experiência política grega e demonstrando, de maneira evidente, o valor da política, em um mundo que aparenta não lhe dar a devida importância.

Com o fim de aflorar reflexões sobre suas ideias, Arendt apresenta a obra “Entre o passado e o futuro” (1997) onde trata da relação entre o pensamento político clássico e a época moderna, o conceito de história, a questão da autoridade, as crises da educação e da cultura, a relação entre verdade e política, além de um rico diálogo da noção de liberdade como sentido de política, dentre outras questões.

Em “Dignidade da Política”, Arendt apresenta sua visão minuciosa sobre as condições reservadas para a política, e sua integração com as experiências da condição do ser humano.

“O que é política?” foi a obra de Arendt em que houve um maior aprofundamento sobre o tema política, vinculando ideias de liberdade e espontaneidade humanas no mundo moderno.

A publicação de “Promessa da Política” foi uma compilação de textos em que Arendt mais uma vez trata da política, apresentando reflexões sobre o fim da tradição político-filosófica da política e do sentido da política no Ocidente.

1.2 As contribuições de Enrique Dussel

Enrique Domingos Dussel é natural de Mendoza, na Argentina, nascido aos 24/11/1934. Seu pai era um médico e sua mãe uma católica praticante ligada aos movimentos religiosos, filiação essa que lhe possibilitou um bom desenvolvimento de seus estudos e uma certa ligação com a militância católica.

Cursou filosofia na Universidade Nacional de Cuyo. Em 1957 mudou-se para a Espanha para fazer doutorado em Filosofia pela Universidade Complutense de Madri, período em que teve uma melhor visão sobre os problemas socioeconômicos da América Latina.

Após a conclusão de seu doutorado, passou um período de 2 anos (1960-1961) em Israel, junto a Paul Gauthier¹⁴, um sacerdote católico que também exercia a carpintaria e a pesca. Tal experiência rendeu a Dussel a obra “O Humanismo Senita”, de 1969, onde traz uma reflexão sobre a pobreza e exclusão em Israel em contraponto a essas mesmas questões na América Latina.

Ao final da década de 1960, Dussel completou um doutorado em História pela Universidade de Sorbonnes. Nesse período, Dussel é influenciado pela fenomenologia de Paul Ricoeur¹⁵ e de Husserl, além do existencialismo de Heidegger.

As ideias de Dussel podem ser partilhadas em 4 períodos distintos. Em um primeiro momento com sua Fase Ontológica (1961 a 1969), traz uma tentativa de desconstrução crítica da filosofia, sob a perspectiva de Ricoeur, para revelar como a América Latina sofria uma opressão pela ética colonial implantada.

Não obstante o pensamento heideggeriano ter sido de grande influência, inicialmente, para Dussel, posteriormente mostrou-se contraditório ao que buscava para a América Latina.

Os modelos de isolamento do ser a que Heidegger conduzia parecia um fundamento teórico inadequado para o momento histórico que vivia, momento de união de diversos setores da sociedade contra governos autoritários, ditatoriais, que se espalharam pela América Latina. Havia, assim, uma espécie de contradição entre o fundamento teórico eleito por Dussel para seus estudos e sua militância acadêmica e política [...] (PANSARELLI, 2019, p. 248)

¹⁴ Paul Gauthier (1914 a 2002) foi um padre católico, teólogo e humanista francês. Vale destacar que em 1954, ainda sacerdote em Djion, pediu seu afastamento do ministério para se dedicar à evangelização dos pobres. É considerado o criador da corrente da Teologia Libertadora. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/534815-paul-gauthier-1914-2002-o-padre-operario-conciliar> >. Acesso em: 23 ago. 2021.

¹⁵ Paul Ricoeur (1913 a 2005) foi um dos grandes filósofos do Pós-Segunda Guerra Mundial. Graduou-se em Filosofia pela Universidade de Rennes em 1932, tendo obtido os títulos de Mestre e Doutor pela Universidade de Sorbonne, nos anos de 1935 e 1950, respectivamente. Iniciou a carreira acadêmica em 1933, lecionou nas Universidades de Nanterre, de Strasbourg de Paris e de Chicago. Destacou nos estudos das áreas da Fenomenologia e da Hermenêutica. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/paul_ricoeur/ >. Acesso em: 23 ago. 2021.

O período de 1968 a 1976 foi marcado como Fase Metafísica, quando Dussel realiza uma análise da exterioridade, sob os olhares de Ricoeur e Lévinas¹⁶, tendo elaborado o conceito de Metafísica da alteridade, que, em uma explicação superficial, seria a relação existente entre os indivíduos, do contato face a face.

No ano de 1968, Dussel participou da 2ª Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, tendo despertado o interesse pelo estudo da história do cristianismo latino-americano de forma crítica e libertadora, iniciando seus estudos relativos à Filosofia da Libertação. Para Pansarelli (2019, p. 249) foi a descoberta de Emmanuel Lévinas por Dussel que o impulsionou a superar “aos limites impostos pelo modelo heideggeriano de compreensão do ser humano”.

Em 1973, Dussel lecionou filosofia na Argentina, com críticas ao governo ditatorial daquele período, o que possivelmente causou sua demissão/afastamento da docência na Universidade Nacional de Cuyo e, posteriormente, exilou-se no México em 1975.

No México, Dussel inicia o terceiro período de suas ideias (1976 a 1986). Começou a lecionar na Universidade Autônoma do México e a fazer uma releitura crítica do pensamento de Karl Marx¹⁷. Foi um período em que se tornou uma figura conhecida no mundo acadêmico, tendo conseguido desenvolver sua própria corrente filosófica, o que lhe rendeu o título de *doutor honoris causa* pela Universidade de Friburgo na Suíça.

Trata-se da Filosofia da Libertação que discutindo a teoria crítica, criticando a visão europeia dos séculos XVIII, XIX e XX, apresenta a perspectiva da América Latina com seus indivíduos colonizados, oprimidos e silenciados, com entendimentos sobre os sistemas de exclusão dos povos, sendo esses denominados de vítimas, que apresenta críticas constantes à ideia europeia da natureza do ser, classificando como não-ser tudo e todos que não estavam sob o domínio europeu, “se apresentando como uma universalidade que encobre as realidades locais dos países periféricos colonizados” (TIROLI, 2021, p. 1)

A partir da década de 1990, Dussel parte para sua Fase da Exclusão e da Globalização, onde desenvolve a analética, que seria uma forma de criticar o sistema produtor de milhares de vítimas dos países ricos para com os países pobres. Como destaque deste momento é

¹⁶ Emmanuel Lévinas (1906 a 1995) foi um filósofo lituano de origem judaica. Tendo grande influência da Fenomenologia, destacou pela ideia de que a Ética, e não a Ontologia, é a Filosofia primeira. Graduiu-se em Filosofia pela Universidade de Strasbourg, tendo doutorado-se em Filosofia, sob a orientação de Husserl, no ano de 1930. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2223-biografia-5> >. Acesso em: 23 ago. 2021.

¹⁷ Karl Heinrich Marx (1818 a 1883) o do mais famoso filósofo e revolucionário socialista alemão do século XIX. Graduiu-se em Filosofia pela Universidade de Berlim e obteve o título de Doutor, em 1841, pela Universidade de Jena. Foi um crítico do Socialismo e do Capitalismo, tinha o pensamento de que teoria e práxis eram indissociáveis e em sua dialética, como método de abordagem, partia da realidade concreta para a abstrata. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/karl_marx/ >. Acesso em: 23 ago. 2021.

apresentada a obra “Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão”, em que Dussel descreve a implantação do processo de exclusão na contemporaneidade.

Uma vez apresentados a autora e o autor de referência básica do capítulo, passa-se à discussão das categorias centrais que o sustentam: “A Política e O Político”.

1.3 A Política

O significado/sentido da política pode-se ligar à época de Platão, que diante de experiências vividas na *Polis*, como a forma de organização da sociedade, definiu de forma expressiva o que se conhece por política atualmente.

De forma genérica a política pode ser expressa como um meio para alcançar um fim maior para a sociedade, entretanto, esse fim maior vai transformando-se ao longo do tempo. Bem demonstrada a importância da política, dessa forma, para a vida em e da sociedade, com o fim de aumentar o significado e a fruição da vida humana, tais afirmações vão ao encontro de Arendt (2002, p. 17): “Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranquilidade, ou seja, sem ser molestado pela política”.

Arendt (2002) ao questionar sobre o sentido da política credita tal à antiguidade, em Platão ou até mesmo em Parmênides, inspirando-se nas experiências vivenciadas na *Polis*. Poderia ser considerada como a forma de organização do convívio dos indivíduos na *Polis*, que trouxe a inspiração para o que entendemos hoje como política, sendo que essa até é a palavra que origina todas as demais nos idiomas europeus.

Conforme Arendt (2002), as Guerras e as Revoluções foram experiências políticas vivenciadas no século XX que possuíam em comum a força e a violência, assim somos levados a acreditar que o agir político pode ser equiparado ao agir violento. Este agir violento necessita de ferramentas e algumas vezes, no relacionamento com os indivíduos, pode, ainda, produzir objetivos diversos dos inicialmente planejados.

Esse objetivo pode ser, no caso da defesa, a auto-afirmação e, no caso do ataque, a conquista e o domínio; no caso de uma revolução, o objetivo pode ser a destruição ou também o restabelecimento de um corpo político do passado e pôr fim a construção de um novo corpo político. (ARENDR, 2002, p. 51).

Os objetivos e as metas nesse agir político são diversos, e as metas não são apenas orientações do modo de agir, pois estão a se modificar na medida que se relacionam com outros

objetivos. Arendt (2002) deixa clara a necessidade da diferenciação entre o objetivo, a meta e o sentido da Política.

O sentido é apresentado como uma coisa que está contida na própria política, sendo que o sentido de uma atividade só pode existir enquanto durar a referida atividade. O objetivo da política pode ser configurado quando uma determinada atividade chegar ao seu fim (assim também um objeto que só surge quando seu produtor encaixar a última peça). A meta da política orienta para produzir os parâmetros pelos quais devem ser julgados todos os feitos.

Ainda é apresentado um quarto elemento da política, qual seja, o princípio do agir, que Arendt (2002, p. 51) define como “a convicção básica que um grupo de homens compartilha entre si, e essas convicções básicas desempenham um papel no andamento do agir político que nos foram transmitidas em grande número.”

Um questionamento é apresentado por Arendt (2002), qual seja, se a política ainda tem objetivos ou se esses objetivos, que o agir político persegue, compensam tendo em vista os meios a serem utilizados para seu alcance.

[...] não é o agir político, pelo menos em nosso tempo, justamente típico da falta de todos os princípios, de modo que ao invés de derivar de uma das muitas origens possíveis do convívio humano e de se alimentar de sua profundidade, prende-se, de maneira oportunista, à superfície do acontecer diário, é arrastado por ele nas mais diferentes direções, de modo que aquilo que é recomendado hoje, sempre contradiz aquilo que aconteceu ontem? Por acaso, o agir não se levou *ad absurdum* e com isso também enterrou os princípios ou as origens que talvez o colocou em movimento antes? (ARENDR, 2002, p. 52)

Hoje não há mais questionamento sobre o real conceito da política, que seria a manifestação no convívio e nas atividades em sociedade, sendo essa manifestação atuante sobre o agir político referindo-se aos objetivos e metas.

O âmbito político para Arendt (*apud* BRAGA; MÜLLER, 2010), por estar enfraquecido e desacreditado pelos cidadãos, atualmente não busca mais o sentido correto da política, já que a desconfiança faz o distanciamento entre cidadãos e política crescer. Conforme Braga e Müller (2010, p. 156):

Em 1958, ao examinar a *vita activa* em A Condição Humana, Arendt percebe que a política tornou-se meramente um espaço que tem a função de garantir a subsistência e outras necessidades da vida social – percebe-se o quanto a maioria dos seres humanos só valoriza a esfera do labor (vida) e do trabalho (mundanidade), isto é, da subsistência (vida biológica), do consumo e da produção. A política não é mais vista como o espaço da ação. A contemporaneidade parece ter esquecido que o significado da política está contido na própria política e que se revela no curso da ação, ou seja, a política não deve se ocupar de coisas que não são políticas em si mesmas.

[...]

Sob uma perspectiva arendtiana, pode-se dizer que para salvar a política da ruína é inevitável a renovação do espaço político – não se pode arrancar das mãos dos homens a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista – concisamente, a

natalidade, isto é, a vontade de agir no mundo constantemente, é o ponto de partida em que decidimos se amamos o mundo público o bastante para quereremos assumir a responsabilidade por ele, pois cada ser humano que aparece no mundo é uma nova promessa de mudança, de renovação.

O ser humano tem como natureza a vida em comunidade, a fim de permanecer vivo, sendo essa perseguição pela vida chamada de vontade ou vontade-de viver e quando este indivíduo e seus semelhantes conseguem cumprir e fazer cumprir os meios necessários para que sobrevivam tem-se o poder. Essa vontade-de-viver detém uma robustez ou um impulso para sobrepor a vida humana/necessidade de viver à morte (DUSSEL, 2007). Ela é formada por ações que impulsionam o permanente desejo do indivíduo de continuar vivo, através dos meios necessários para essa sobrevivência. Essas ações podem ser consideradas o poder em si que a sociedade detém.

Desde o início dos tempos os seres humanos convivem em grupos para terem maiores garantias de não morrerem, em que a comunidade poderia ser retratada, por uma visão mais tradicional, como um local em que todas as vivências são partilhadas entre os seres humanos.

Cabe ressaltar que o sentido de comunidade vem, na atualidade, sendo apresentado de forma ampliada e capilar, deixando de ter uma visão restrita do que seria constituído apenas por seres humanos, para incluir seres vivos em geral, que possuam determinadas ações e interações e que compõem planos da vida e da saúde. Assim tornar-se-ia um aglomerado onde tudo e todos estão ligados, apresentando uma situação complexa, dinâmica e multifacetada. (ALMEIDA *et al.*, 2013).

A partir desse momento garantem-se as formas e os meios para driblar a morte e as necessidades essenciais com negações às próprias negativas à vida, conforme exemplos apresentados por Dussel (2007): sendo a fome a carência de alimentos, o fornecimento destes negam aquela; sendo a ignorância a falta do saber/ensino, a produção e o incentivo destes negam, diminuem ou extinguem aquela.

Diante da necessidade de sobrevivência, negação à negativa de vida, a comunidade é impulsionada a institucionalizar-se, a se organizar ao redor de uma instituição para que possa exercer as estratégias necessárias para sua sobrevivência em todas as esferas. A necessidade de sobrevivência vem a ser uma vontade de continuar vivo, ter bem estar, ter qualidade de vida e para tal, o ser humano deve agir de forma a evitar a morte. Este agir é o poder, portanto, esta necessidade de sobrevivência, este agir para evitar a morte, foi o que Dussel (2007, p. 26) apresentou como:

determinação material fundamental da definição do poder político. [...] Neste sentido, quanto ao conteúdo e à motivação do poder, a 'vontade-de-vida' dos membros da

comunidade, ou do povo, já é a determinação material fundamental da definição do poder político.

Cabe ressaltar que os indivíduos de uma comunidade, diante de seus interesses diversos, múltiplos, particulares e/ou contraditórios, necessitam ajustar-se, sob pena de suas vontades se anularem, o que geraria uma impotência ao poder que detêm, quando, na verdade, há uma necessidade de comporem objetivos comuns para formarem uma “vontade-de-viver-comum”, por meio de práticas argumentativas entre si (DUSSEL, 2007).

Para Dussel (2007, p. 27) o ideal seria a formação de uma “comunidade comunicativa”, onde seus membros concordassem uns com os outros a fim de obterem um consenso, mesmo que não intencional, através de exposições de argumentos e com a possibilidade da participação de todos igualmente, livres e autônomos, quando o consenso geraria uma aceitação comum, tal dinâmica foi definida como o “poder político”.

Não bastam os consensos para o exercício do “poder político” pela sociedade, ela deve ter meios, técnicas e estratégias factíveis que garantam a prática da vontade-de-viver ou o poder da sociedade (DUSSEL, 2007).

Desta forma, a política pode ser considerada como aquela atividade organizada que garante a vida dos membros de uma determinada sociedade, baseada na pluralidade dos seres humanos e na convivência entre esses. Assim, os seres humanos organizam-se para objetivos em comum, em um primeiro momento em torno de uma entidade familiar, que liga os diferentes ou semelhantes.

[...]sob o ponto de vista prático-político, a família ganha sua importância inquestionável porque o mundo assim está organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo – vale dizer, para os mais diferentes. As famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual se precisa ter parentesco. Esse desejo leva à perversão fundamental da coisa política, porque anula a qualidade básica da pluralidade ou a perde através da introdução do conceito de parentesco. (ARENDRT, 2002, p. 7).

No âmbito político o ser humano existe para garantir direitos iguais aos diferentes, dentro da pluralidade da sociedade, de forma acordada, atendendo às reivindicações semelhantes dos indivíduos.

Em seus estudos, Arendt (2002) compreendeu que o sentido da coisa política, esta entendida como meio necessário ou como justificativa para o alcance de um objetivo mais elevado na política, que viria de 2 experiências, quais sejam, o surgimento de sistemas totalitários (como o Nazismo e o Comunismo) e o fato de a política ter seus meios técnicos para exterminar a humanidade e ela própria (a autora referia-se à bomba atômica).

Ao focar nos regimes totalitários, regimes políticos esses que acabam ou reduzem ao máximo com as liberdades, característica essencial da política, Arendt (2002) entende o mesmo como uma forma de desnaturação da política, ou seja, de tolhimento gradual, ou de opressão da política, interpretada como ruptura total, pois reprime e destrói as liberdades e os direitos dos indivíduos, impondo a eles uma determinada ideologia, impossibilitando qualquer resistência, baseando-se em um terror e em um domínio ideológico, indo de encontro com os fins legítimos da política, qual seja, a liberdade¹⁸, a livre participação dos cidadãos no âmbito público.

Conforme Torres (2007, p. 242), nos regimes totalitários ocorria de certa forma uma eliminação das liberdades.

[...] aniquilação do espaço comum iniciada com a atomização da sociedade de massas e potencializada com os regimes totalitários é concomitante com a eliminação dos parâmetros normativos que são configuradores do político, pois sem a mediação do Direito, enquanto liberdade e igualdade, só há poder que devora a si mesmo.

O surgimento/crescimento de regimes totalitários somente foi possível pelo afastamento dos cidadãos da participação na vida política. Cidadão aqui que pode ser tratado como aquele indivíduo que tem direito a ter direitos, que possui direitos humanos, incluindo, além desse, direitos políticos, para participar ou possibilitar sua participação na formação da vontade nas tomadas de decisões do Estado.

Um cidadão é, por definição, um cidadão entre cidadãos de um país entre países. Seus direitos e deveres devem ser definidos e limitados, não só pelos de seus companheiros cidadãos, mas também pelas fronteiras de um território. (ARENDR, 1997, p. 62)

Durante esses períodos totalitários lembrados por Arendt (2002), o Nazismo e o Comunismo, os cidadãos viveram em uma sociedade de massas, que seriam sociedades onde os cidadãos não tomam decisões sobre o mundo a sua volta, nem assumem responsabilidades, apenas estão a participar do processo de produção e consumo. Os cidadãos são comparados a partículas, que o governo pode manipular ou trocar a qualquer momento. Esse tipo de ser humano para Arendt seria aquele isolado, atomizado, um cidadão¹⁹ que não participa da vida política da sociedade, ou seja, poderia ser denominado de “não-cidadão” (BRAGA; MÜLLER, 2010).

Para Arendt (2002) o principal sentido da política seria a liberdade.

¹⁸ Liberdade para Arendt (1997, p. 209) pode ser dividida em Liberdade Filosófica, aquela que se encontra no âmbito da vontade do indivíduo, sem necessidade de avaliar circunstância e conquistas alcançadas pelas metas, e Liberdade Política, que seria aquela onde há possibilidade de fazer o que se deseja, encontrada no âmbito da ação, sendo esta última concepção contemporânea que mais interessa no presente estudo.

¹⁹ O termo “Cidadão” será melhor trabalhado, com a profundidade necessária, quando do Capítulo que irá tratar sobre Cidadania.

Essa liberdade de movimento, seja a liberdade de ir em frente e começar algo novo e inaudito, ou seja, a liberdade de se relacionar com muitos conversando e tomar conhecimento de muitas coisas que, em sua totalidade, são o momento em dado momento, não era nem é, de maneira alguma o objetivo da política; é muito mais o conteúdo e o sentido original da própria coisa política. Nesse sentido, política e liberdade são idênticos e sempre onde existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no sentido verdadeiro. [...] só importa aqui o fato de entendermos liberdade como algo político, e não como o objeto mais elevado dos meios políticos, e que a pressão e violência sempre foram, na verdade, meios para proteger o espaço político, ou para fundá-lo e ampliá-lo – mas sem serem políticos em si com tal, são fenômenos marginais que pertencem ao fenômeno da coisa política e, por causa disso, não são ela. (ARENDDT, 2002, p.23).

Torres (2007, p. 238) ao interpretar essa questão da liberdade em Arendt, faz um paralelo com a *Polis* grega:

[...] a pólis surge como um espaço onde a distinção entre governantes e governados não fazia sentido, onde todos aqueles que igualmente obtiveram libertação das necessidades vitais podiam tornar-se livres, podiam participar e construir um mundo comum através de feitos e palavras. Desse modo, percebe-se que a liberdade não era obtida no relacionamento do eu consigo mesmo, mas sim na interação com seus semelhantes, pressupondo tanto a presença de outros “eus”, quanto a existência de um espaço público organizado que permitiria a todos os homens livres “aparecer”, isto é, agir.

Definir liberdade para Arendt não foi uma atividade desenvolvida de maneira simples.

Em todas as questões práticas, e em especial nas políticas, temos a liberdade humana como uma verdade evidente por si mesma, e é sobre essa suposição axiomática que as leis são estabelecidas nas comunidades humanas, que decisões são tomadas e que juízos são feitos. (ARENDDT, 1997, p. 189).

O que chamava a atenção de Arendt sobre o tema liberdade não era o medo de que os regimes totalitaristas pudessem acabar/extinguir com a liberdade, mas sim a esperança e a certeza que tinha do ser humano ser capaz de começar um novo início, de criar uma nova forma de governo, que ao contrário dos regimes totalitários, os indivíduos pudessem manifestar-se livremente suas falas, opiniões e formas de agir no âmbito político (VICENTE, 2017).

Segundo Dussel (2007), o sistema repressivo/totalitário mesmo tendo uma força organizada para se manter no poder, por estar fetichizado, perde força já que não mais se apoia no poder do povo (*potentia*), que mesmo diante de forças instrumentalmente menores vai desfazendo-se. A partir do momento que o povo se torna oprimido ou excluído, começa a surgir a consciência da insatisfação, por consequência o governo opressor fica insustentável/intolerável. Os movimentos sociais e críticos de defesa do povo têm o dever de atuar de forma consciente sobre sua inferioridade de forças instrumentais e ciência de que podem contar com o poder que vem do povo (*potentia*).

Somente A. Gramsci pôde descrever adequadamente como a classe dirigente, diante da destruição do consenso pelo desacordo popular, passa de hegemônica a dominante. E, como tal, exerce o poder como dominação, repressão, violência, terrorismo de Estado nos casos limites (das ditaduras militares latino-americanas impostas pelo Pentágono nas décadas de 60 até 80, por exemplo) (DUSSEL, 2007, p. 126)

O poder do povo (*potentia*) é constituído de baixo para cima, como disse Dussel (2007, p.128), “se constrói (não se toma) é a acumulação de força, a unidade”, ou seja, ele não pode ser usurpado do povo, ocorre algumas vezes dele ser enfraquecido e/ou aterrorizado a fim de não ser exercido, é um poder fetichizado sendo exercido com certo autoritarismo e objetivando a destruição da política, mas nunca o poder do povo será subtraído dele.

Toda essa construção foi denominada de práxis da libertação, ou seja, seria a atuação do povo que toma para si o protagonismo para tornar a principal peça dessa política e criar essa nova cultura política/forma de governo.

Assim, deve haver uma proposta projetada pela maioria da população, sem deixar de incluir as melhores ideias da oposição política e de todos os nichos da sociedade, sendo uma forma inovadora, criativa e inventiva de administrar.

Todo esse movimento pode ser liderado por movimentos sociais ou partidos políticos progressistas que devem ter a capacidade de captar todas as reivindicações da população, de forma que haja uma representação ampla, constituindo nova proposta, resultante da práxis da libertação (DUSSEL, 2007).

A práxis da liberdade põe em xeque as estruturas dominantes do sistema político. Ela pode ser definida como uma atividade crítico-prática que um movimento popular ou o povo realiza, sendo este o detentor do poder político (*potentia*), a fim de defender seus interesses (DUSSEL, 2007).

Esta ação, primeiramente, manifesta-se como uma luta negativa, onde há a tentativa de se desconstituir a estrutura dominante no poder, para em nova estrutura dominante, desta vez atendendo o povo.

Assim que liberta (ato pelo qual o escravo é emancipado da escravidão), suas potencialidades criadoras se opõem, ao final triunfando sobre as estruturas de dominação, de exploração ou exclusão que pesam sobre o povo. O poder do povo (a *hiperpotentia*, novo poder “dos de baixo”) torna-se primeiro presente no começo, por sua extrema vulnerabilidade e pobreza; mas, ao final, é a força invencível da vida que quer viver; vontade-de-viver que é mais forte que a morte, a injustiça e a corrupção. (DUSSEL, 2007, p. 116).

Essa práxis da libertação não pode ser realizada de forma solitária, deve ser composta por um ato intersubjetivo, da comunhão coletiva de consensos, em que o povo atua com o fim de se resguardar e educar, e para tal deve organizar-se. A não realização da organização, da

mudança, deixa o poder do povo (*potentia*) como mera “possibilidade, inexistência objetiva, voluntarismo ideal, anarquismo” (DUSSEL, 2007, p. 120).

A essa liberdade fica evidente que seu espaço para manifestação deva ser no âmbito público, perante a sociedade, afastada da obscuridade e do privado, a fim de que ocorra a manifestação entre os iguais.

Arendt não acredita que todos os seres humanos nascem livres e iguais, como dita a Declaração Universal de Direitos do Homem, mas que todos tornam-se iguais, em razão de uma decisão da sociedade, traduzida por instituições políticas através de leis. Pode-se pensar que a igualdade no âmbito público seria uma igualdade entre desiguais, que são igualados em aspectos e fins específicos. Cabe, ainda, o alerta de que essa igualdade se expressa somente no âmbito público, pois, no âmbito privado, em especial, no âmbito familiar, há uma certa subordinação entre os membros daquela esfera (WINCKLER, 2004).

Mas a igualdade no âmbito público, não significa de imediato igualdade no âmbito político. Para ocorrer a igualdade no âmbito político deve haver liberdade, que seria a conquista de espaço público para livre manifestação e a igualdade de papéis, de atividades e/ou de condições no âmbito público.

A igualdade política existe quando as práticas políticas são livres e democráticas. Para isso o pertencimento ao corpo político deverá estar assegurado. Em outras palavras, é necessário que exista um espaço público no qual as pessoas possam expressar-se. A instituição e a preservação do espaço público constituem-se em garantia de igualdade política (WINCKLER, 2004, p. 17).

Para Arendt (1997) não existe liberdade no âmbito privado, o que existiria é apenas uma certa obediência às leis naturais, sem qualquer ambiente para discussões, falas, imposições e exposições de ideias e pensamentos a outros indivíduos iguais.

Nenhuma política tem sentido sem a liberdade, sem espaços nos quais os homens possam agir entre seus pares através de atos e palavras, pois são nesses espaços, ou em outras palavras, apenas na esfera pública que temos de fato o direito de esperar milagres [...]. (VICENTE, 2017, p. 76).

Arendt (1997) esclarece que a liberdade e a política sempre andaram de mãos dadas, mesmo em momentos de turbulência, como na época dos regimes totalitários, quando estes tentaram destruir a liberdade e começaram a disseminar a ideia de que a liberdade somente poderia existir onde a política tivesse cessado. Entretanto, essa dúvida foi extinta na contemporaneidade, já que a liberdade é que garante uma convivência politicamente organizada entre os cidadãos e na sociedade.

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. E mesmo hoje em dia,

quer o saibamos ou não, devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado com o dom da ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana. A liberdade, além disso, não é apenas um dos inúmeros problemas e fenômenos da esfera política propriamente dita, tais como a justiça, o poder ou a igualdade; a liberdade, que só raramente - em épocas de crise ou de revolução se torna o alvo direto da ação política, é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. (ARENDRT, 1997, p. 191/192).

Duarte (2000, p. 214 *apud* VICENTE, 2017, p. 77) apresenta a ideia de que Arendt entendia que a liberdade era consumada na ação política conjunta, qual seja, no agir, este representado por ações e discursos (atividades políticas por excelência), dentro da sociedade política organizada de sua atuação, dentre os demais indivíduos de sua convivência (ação política conjunta), onde ocorreriam fatos inesperados, novos ou imprevisíveis que faziam as interações entre os indivíduos tomarem outros caminhos, o que garantia “uma história e sem final”.

A liberdade para Arendt não é algo concedido pela natureza, de forma espontânea, ela é artificial, sendo o resultado da atividade do indivíduo e das qualidades do mundo construído por esse, não sendo uma liberdade interior, nem um livre arbítrio. Ela só existe no âmbito político, visível a todos os pares (VICENTE, 2017).

Ainda sobre a liberdade do ser humano, Arendt (1997, p. 216) entende que “o homem é livre porque ele é um começo [...] Deus criou o homem para introduzir no mundo a faculdade de começar: a Liberdade.”

Portanto, a liberdade do ser humano não é algo que nasce com ele, mas sim é construída no mundo por ele, para ele e em conjunto com os demais seres humanos, em especial com aqueles da sua convivência, em um âmbito público, estando ligada à livre possibilidade de divergências.

Onde os homens convivem, mas não constituem um organismo político - como, por exemplo, nas sociedades tribais ou na intimidade do lar -, o fator que rege suas ações e sua conduta não é a liberdade, mas as necessidades da vida e a preocupação com sua preservação. Além disso, sempre que o mundo artificial não se toma palco para ação e discurso - como ocorre com comunidades governadas despoticamente que os banem para a estreiteza dos lares, impedindo assim o ascenso de uma esfera pública - a liberdade não possui realidade concreta. Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer. Ela pode, certamente, habitar ainda nos corações dos homens como desejo, vontade, esperança ou anelo; mas o coração humano, como todos o sabemos, é um lugar muito sombrio, e qualquer coisa que vá para sua obscuridade não pode ser chamada adequadamente de um fato demonstrável. A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria. (ARENDRT, 1997, p. 194-195).

Vale destacar que as vítimas da sociedade, ou seja, aquelas que a elas não foi assegurado o poder de viver e de viver bem, devem ter as necessidades de vida garantidas ou ter por parte da sociedade a preocupação com a preservação de suas vidas, com o desenvolvimento e progresso da vida e do querer-viver dessas vítimas pelos políticos, que Dussel (2007, p. 106) tratou como aqueles “que foram postos fora desta possibilidade de cumprir com a satisfação de suas necessidades, das mais básicas até as superiores”, postulando uma obrigação à sociedade de simular a vivência dessas vítimas para encontrar o que gerou as negações de vida, com mudança na sociedade para o aumento e melhora de todas as vidas.

Disso decorre a ideia de que a política não seria nada mais que um agir que organiza e promove atividades para o bem do povo, da comunidade, o que leva ao pensamento de Arendt (2002) por acreditar ser o cidadão um ser apolítico, ao contrário da ideia da Aristóteles, que entendia o cidadão como um animal político por natureza, que a política surgiria entre os homens, no intra-espço e se estabelece nas relações desses, graças a liberdade e a espontaneidade dos diferentes indivíduos.

Esse espaço seria um “mundo de aparências”, onde realizam-se ações, discursos e compartilhamento de opiniões entre os indivíduos, momento em que um mostra sua individualidade pelas falas, pelo poder de convencimento, pelo poder de ser visto e ouvido, pelo participar das deliberações da coisa pública, tudo isso de forma a estimular o interesse dos indivíduos pela política.

Indo ao encontro com as ideias de Arendt (2002), Dussel (2007) esclarece que as vontades dos indivíduos de uma sociedade podem ser divergentes, o que levariam a um desencontro de vontades comuns, gerando uma impotência da sociedade. Poderia, porém, ser perfeita, quando todos com as mesmas vontades ou objetivos gerariam uma potência enorme para o poder da sociedade. Assim, o principal objetivo da prática discursiva é fazer com que os indivíduos, com vontades diversas, encontrem um denominador comum para unirem forças e cheguem a acordos.

Mediante o uso de argumentos dos mais diversos tipos [...] como expressão retórica pública em referência a comunidade de vontades, e quando o cidadão participa simetricamente, pode-se chegar a consensos as vezes não intencionais, mas sim aceitos por tradição e não por isso menos vigentes, que produzem a convergência das vontades para um bem comum. (DUSSEL, 2007, p. 27)

Com base na pluralidade dos indivíduos, que mesmo diferentes, buscam objetivos em comum, pode-se dizer que a política, baseando-se nesta afirmação, dá forma e organização aos objetivos comuns que pretende alcançar a sociedade (ARENDRT, 2002).

A política trabalha o conveniente entre os diferentes, a fim de conseguir uma organização política para assuntos de interesse comum a todos, garantir os mesmos direitos aos diferentes indivíduos. Arendt (2008, p. 145 *apud* BRAGA; MULLER, 2010) apresenta bem essa ideia ao dizer que: “Política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes”.

Neste contexto, deve-se ter em mente que não só a política pode implicar nos seres humanos a possibilidade da criação do novo, do inesperado ou do imprevisível no âmbito político, mas também que o agir político não se realizará de forma isolada, sem a participação conjunta de mentes humanas, em comum acordo, buscando um fim comum, com todos em pé de igualdade.

A ação política é uma estratégia dirigida aos demais indivíduos que interagem na sociedade, que se põem a atuar ou auxiliar nas atividades dos demais indivíduos no âmbito político, que se compõe mais da concordância dos indivíduos na obtenção do bem comum, em que o consenso dos indivíduos é que faz alcançar os objetivos da coletividade (DUSSEL, 2007).

Vale notar que a ação política não apresenta uma natureza de dominação (dominadores/dominados) e sim uma natureza de consensos formados pela maioria dos indivíduos da sociedade, onde todas as partes envolvidas cedem um pouco em suas convicções. Muitas vezes esse consenso ou esse acordo não é unânime ou perfeito, mas é aceitável para todos.

Levando-se em consideração que os movimentos sociais são diversos (feminismo, classe operária, ecologistas, camponeses, etc.), sendo que cada um possui sua própria bandeira ou seu objetivo, esses devem se unir para encontrarem um objetivo comum para defenderem e atuarem, o que foi denominado de ação política hegemônica. Não obstante, permanece a certeza de que todas as reivindicações não foram ou serão atendidas de imediato, já que a unanimidade universal é praticamente impossível, sendo que essa classe não atendida deverá ser atendida em um momento futuro, onde essa deverá ser a próxima demanda a ser satisfeita pela ação política (DUSSEL, 2007).

Partindo da ação política (consenso dos indivíduos) para se alcançar objetivos comuns, fica evidente a utilização do poder do povo (*potentia*), pela delegação de seu exercício (*potestas*), momento no qual deverá ocorrer uma atuação com respeito ao delegatário do poder (*poder obediencial*)²⁰ (DUSSEL, 2007).

A comunidade para chegar a esse nível de organização e definição do que viria a ser para o seu bem, deve, através de seus membros e mediante o uso de argumentos, chegar a um

²⁰ No tópico seguinte serão tratados de forma mais aprofundados os temas *potentia* / *potestas* e poder obediencial / poder fetichizado.

senso comum, esse será o Poder Político. Portanto, para se chegar a esse senso comum, a participação dos indivíduos da comunidade torna-se importante, a fim de legitimá-la (DUSSEL, 2007).

Indo ao encontro dessa afirmativa, Arendt (2002, p. 8) relata que: “A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas”, em que a igualdade relativa seria aquela igualdade criada pelas instituições políticas através de leis para tornar os indivíduos iguais perante a sociedade, já que há a pluralidade, ou seja, o famoso provérbio de que “ninguém é igual a ninguém”, sendo esta a diferença relativa, diferenças essas que nascem com o indivíduo e que o diferencia dos demais.

Reforçando essa ideia, na Grécia antiga a política foi entendida como tendo seu núcleo na liberdade, onde não deveriam os indivíduos serem dominados, nem dominarem outros, sendo um local de atuação de iguais. A não existência dessa igualdade, no espaço comum, poderia ser interpretada como uma injustiça ou uma ausência de liberdade ou ausência de isonomia.

Arendt (2002) trata a política como algo que não é domínio, que não deve basear-se na distinção entre governantes e governados e nem em mera violência, deve apoiar-se em ações organizadas em comum acordo, refletindo a condição de diversidade do ser humano.

Para que ocorra a liberdade, a diversidade do ser humano não pode ser deixada de lado, já que este somente será livre se tiver possibilidade de atuar no âmbito da política, onde liberdade política será uma forma ativa de participação na sociedade, garantindo-se a pluralidade humana pela convivência harmoniosa entre as diferenças de ideias e de opiniões, sendo este um sentido para a política. (ARENDR, 2002)

Não sendo o indivíduo um político, ele apresenta preconceitos em desfavor da política, conforme lições de Arendt (2002), para quem esse termo é algo natural, sem necessidade de explicações muito detalhadas, sendo um termo político em sentido amplo.

Um indivíduo sem preconceitos não teria inteligência ou conhecimento para as decisões a serem tomadas na vida, portanto ninguém, aparentemente, é desprovido de preconceitos. No campo da política, esses preconceitos devem ser esclarecidos, explicados e desacreditados.

Os preconceitos quando apresentados sem qualquer juízo de valor, quando se embasam apenas no “dizem” ou no “acham”, quando manifestam em razão de experiências pessoais, devem ter nossa atenção, a fim de serem dissipados.

No âmbito da política, os preconceitos também merecem certa atenção, já que em geral, vêm com certos juízos de valor, com capacidades de formação de opiniões.

Entretanto, ainda assim, deve-se atentar para quando foi formado esse juízo, já que o passar do tempo, sem que ocorram justificativas periódicas ou revisões, baseado em experiências vividas há muito tempo, pode torná-lo sem relevância.

Após uma análise detida sobre a temática da Política, necessário um olhar aprofundado sobre o ator dessa função, qual seja, o político. Aquele que irá representar os indivíduos, fazendo cumprir as vontades, necessidades e reivindicações dos mesmos, sem deixar se levar pela pecha da corrupção.

1.4 O Político

Vale inicialmente, para se compreender o termo político, ter a mesma preocupação de Dussel (2007, p. 15) ao advertir que “o político não é exclusivamente nenhum de seus componentes, mas todos em conjunto”. Também é importante ter em mente que o poder da política é o poder do povo ou da comunidade, sendo esse exercido por delegação do povo.

Conforme apresentado na seção anterior, a vontade-de-viver com consensos, através da prática de meios e estratégias factíveis caracteriza o poder da comunidade/povo, o que Dussel (2007) definiu como *Potentia*.

O fato de o povo possuir a *Potentia* não significa sua existência real, objetiva ou empírica, em um primeiro momento ela é indeterminada, tem apenas uma potencialidade de ação. Para tal tornar-se realidade, necessária que seja atualizada, através de uma ação política com poder, ou seja institucionalizada, com mediações políticas de indivíduos integrantes da sociedade para exercerem as funções de delegações políticas (DUSSEL, 2007).

A comunidade, segundo Dussel (2007), com o fim de obter/alcançar fins diversos, resolve organizar, de forma heterogênea, as suas várias funções, já que a política apresenta uma certa complexidade, em especial com o surgimento de cidades que para o seu funcionamento são necessárias diversas funções/ofícios. Essa institucionalização do poder do povo, com a criação de um poder organizado e a delegação de funções políticas é o que se denominou de *potestas*, ou seja, a delegação do poder político da sociedade a determinados indivíduos para o exercício das diversas funções.

Essa institucionalização poderá alcançar vários fins com a organização de funções, dessa forma, a política faz nascer institutos e instituições que irão exercer a delegação do poder do povo de modo legítimo. O representante que recebe a delegação do povo vem a ser o político, que seria um agente que atua em um ofício como um profissional burocrático, em determinados

momentos pelos lucros e altos salários, e em outros momentos atua por vocação, com ideias e motivações subjetivas derivadas das necessidades dos detentores do poder a ele delegado, o povo, a fim de querer assumir uma responsabilidade maior a bem do povo. Nesse cenário é que devemos descrever o político em sua totalidade e não apenas através de uma visão simplória (DUSSEL, 2007).

A sociedade deve atuar de forma a incentivar o surgimento e o desenvolvimento de uma nova geração que busque a política como vocação, que utilize da política em benefício do povo. Dussel (2007, p. 38) bem reflete sobre a vocação do político: “Feliz o que cumpre fielmente sua vocação! Maldito aquele que trai porque será julgado em seu tempo ou pela história!”.

Entretanto com o fim de melhor esclarecer qual a definição, quais os seus elementos, seus objetivos e seus defeitos, Dussel (2007, p. 15) apresenta uma “negação” sobre o político: “O político não é exclusivamente nenhum dos seus componentes, mas sim todos em conjunto”.

O representante/político exerce de forma delegada o poder do povo, este como aquela classe que teve suas necessidades, no âmbito da vida ou de sua tentativa de atuação democrática, negativas, o que a incita a realizar movimentos como forma de cobrar e fazer cumprir suas exigências, reivindicações e necessidades.

Assim surge a necessidade de ter uma categoria que possa englobar a unidade de todos esses movimentos, classes, setores, etc., em luta política. Ora, “povo” é a categoria estritamente política (uma vez que não é propriamente sociológica nem econômica) que aparece como imprescindível, dada a sua ambiguidade – mas sua ambiguidade não é fruto de um equívoco, mas sim de uma inevitável complexidade. (DUSSEL, 2007, p. 92).

Assim, o político exerce como delegatário do povo um poder obediencial.

O poder da comunidade (potentia) dá-se nas instituições políticas (potestas) [...] que são exercidas delegadamente por representantes eleitos para cumprir com as exigências da vida plena dos cidadãos [...], com as exigências do sistema de legitimidade [...], dentro do estrategicamente factível. (DUSSEL, 2007. p. 39).

De forma concisa, o político será aquele representante eleito pelo povo que cumpre a função da *potestas*, ou seja, exerce por delegação o poder do povo, a *potentia*, sempre buscando satisfazer as exigências, as reivindicações e as necessidades do verdadeiro detentor do poder, daí a conclusão de que exercem um poder obediencial, com certa autonomia nas decisões, mas sempre em obediência às exigências, reivindicações e necessidades do povo.

Construindo uma denominação do poder político, vale destacar que a factibilidade do agir, definido em comum pela comunidade, é importante para que não se caia no vazio da ação. Este poder da comunidade, poder do povo, conforme visto em alguns parágrafos anteriores, foi

o que Dussel (2007) denominou de *potentia*, a qual seria o patamar final de autodeterminação, de administração e de governança.

A partir do momento da institucionalização da *potentia*, seu exercício constitui-se na *potestas*, que seria um momento no qual há a decisão de criar para si um governo, de institucionalizar-se como um poder instituinte. Um momento em que o povo delega a um representante eleito/político o exercício da *potentia*, sempre exercendo o que Dussel denominou de poder obediencial, total obediência ao delegatário do poder (ao povo), de forma que não ocorra a corrupção desse poder (DUSSEL, 2007).

Não obstante a delegação do poder político da comunidade, do povo, ser necessária, pois em uma democracia direta contemporânea seria impossível instituições políticas e tomadas de decisão que envolvessem toda a população, ainda assim é um ato perigoso, uma vez que o representante/político poderá atuar de forma não obediencial, buscando seus objetivos pessoais ou de seu grupo, indo na contramão do interesse do povo, que o elegeu para representa-lo e defender seus direitos, suas reivindicações e anseios.

Em sentido pleno, político, originário, a representação é uma delegação do poder para que seja exercido ou completo em “serviço” dos representados que o escolheram como seu representante porque, sem diferenciação de funções heterogêneas, não é possível a reprodução e aumento da vida da comunidade, nem o exercício das instituições de legitimação, nem alcançar eficácia (DUSSEL, 2007. p. 41).

Portanto, além da divisão do poder do povo em *potentia* e *potestas*, ele pode-se dividir em poder obediencial, que, positivamente, seria aquele poder exercido pelo político por vocação e com respeito às vontades e ideais do povo/comunidade, e poder fetichizado, que, negativamente, qualifica o político corrompido, que defende suas ideias particulares ou as de seu grupo, oprimindo a comunidade política, o povo, titular do poder político originário.

Na atualidade, esses políticos, que são representantes eleitos pela população, tornaram-se, em sua maioria, uma classe elitista e corrompida pelo desvio da subjetividade de suas ações. No cenário político brasileiro é muito comum ser visualizada essa temática da corrupção, em que há certa divergência de opiniões, com interesses políticos exercidos por representantes eleitos pela população brasileira, ou seja, pelos políticos, que focam em seus interesses específicos, individuais e corrompidos, em total dissonância com os interesses do povo que os elegeram nas urnas. Para Dussel (2007, p. 33):

A política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*. O nobre ofício da política é uma possibilidade que se abre desde esta primeira cisão [...]; a outra possibilidade é a do ofício corrompido idolátrico do poder como *potestas* auto-referente que sempre termina por oprimir o povo.

Essa corrupção foi denominada por Dussel (2007) de fetichismo. Esse vem a ser uma negação às vontades e às necessidades da comunidade, do povo, que deveria representar, mas que impõe e sobrepõe a sua própria subjetividade para a instituição em que exerce a sua função, em que exerce o poder delegado, a *potestas*, deixando em evidência a ocorrência da desconexão entre a *potentia* e a *potestas*.

O não referir, o isolar, o cortar a relação do exercício delegado do poder determinado de cada instituição política absolutiza, fetichiza, corrompe o exercício do poder do representante em qualquer função [...] O representante corrompido pode usar um poder fetichizado pelo prazer de exercer sua vontade, como vaidade ostensiva, prepotência despótica, sadismo ante seus inimigos, apropriação indébita de bens e riquezas. (DUSSEL, 2007, p. 16).

Portanto, na corrupção, o político, aquele cidadão no exercício da política, satisfaz sua própria vontade com vaidade ostensiva, prepotência despótica, sadismo ante seus inimigos, apropriação indevida de bens e riquezas públicas, com desvirtuação do objetivo principal de sua função, qual seja, a de ser servidor e se manter no caminho do princípio do exercício obediencial.

Pode-se, ainda, falar em fetichização na política quando os políticos invertem os papéis da *potentia* e da *potestas*, onde a *potestas* torna-se o poder originário em si, o fundamento principal de tudo, com uma despotencialização da *potentia*, transformando-se em ordem passiva de indivíduos obedientes do poder político, sendo a *potestas* divinizada (DUSSEL, 2007).

Essa corrupção, ou fetichização, pode ocorrer tanto por parte do político como da comunidade (do povo), o primeiro ao desviar do seu objetivo fundamental como supramencionado e o segundo ao consentir ou se omitir com a atuação corrupta de seu representante ao invés de ser um cidadão participante da construção da política.

Ressalte-se que não existe um sistema político perfeito. Conforme Dussel (2007), qualquer que seja irá produzir efeitos negativos ou prejudiciais à sociedade e à sua população, no caso o detentor do poder (*potentia*), entretanto, cabe a análise da intencionalidade ou não da produção desses efeitos negativos/prejudiciais, bem como uma análise da vontade para corrigi-los ou ignorá-los, a fim de demonstrar o real caráter do político que está a exercer delegadamente o poder do povo (*potestas*).

Aqueles que sofrem estes efeitos negativos são as vítimas do sistema político, sendo vítimas por serem oprimidas ou excluídas da vida política, da participação das decisões políticas, o que as levam a manifestarem e/ou reivindicarem suas insatisfações de todo o sistema vigente, na forma de novos movimentos sociais, vindo esses movimentos a se conscientizarem da situação desfavorável, formando novos consensos sobre os efeitos negativos e da

necessidade de manifestações/reivindicações, com desacordos sobre os antigos acordos vigentes que tinham sua consensualidade e sua obediência no início, de forma legítima, aí nascendo um exercício crítico da democracia.

O princípio de legitimação crítico ou de democracia libertadora (completamente afastada da democracia liberal) poderia enunciar-se assim: devemos alcançar consenso crítico, em primeiro lugar, pela participação real e em condições simétricas dos oprimidos e excluídos, das vítimas do sistema político, porque são os mais afetados pelas decisões de que se lembraram no passado institucionalmente! (DUSSEL, 2007, p. 110)

Com esses efeitos negativos, gera-se aos políticos por vocação a obrigação de solidarizarem-se com as vítimas a fim de corrigirem ou minimizarem as insatisfações, ao final trazendo a máxima igualdade possível de oportunidades a todos os cidadãos. A política, considerada por Dussel (2007) como a vontade-de-viver, consensual e factível, tem por objetivo alcançar os meios para que o povo tenha qualidade de vida.

O político por vocação é chamado para trabalhar para o bem do povo, a fim de que o povo consiga obter a qualidade tão almejada por todos. Portanto o político, como representante do povo, tem a obrigação de desenvolver a qualidade de vida da população, priorizando os indivíduos mais necessitados, mais pobre e mais excluídos.

A política em seu sentido mais nobre, obediencial, é esta responsabilidade pela vida em primeiro lugar dos mais pobres. [...] Os povos que souberam dar-se esses políticos exemplares puderam vencer as dificuldades que a história lhes proporcionou! Os que tiveram políticos corruptos, egoístas, de horizontes mesquinhos, passaram momentos amargos até desaparecerem! O fetichismo dos governantes no exercício do poder debilita os povos e os deixa inermes diante de seus inimigos. (DUSSEL, 2007, p. 106).

O político tem o dever de atuar no exercício delegado do poder, concedido pelo povo, de forma obediencial, mas ainda assim poderá incidir em erros/equívocos, já que errar é humano. Entretanto os políticos mesmo justos não alcançarão a perfeição extrema em seus atos e julgamentos, o que devem fazer é sempre agirem de forma íntegra, cumprindo de forma mais justa possível os atos legais, tal atitude pode ser denominada como “pretensão política de justiça” (DUSSEL, 2007, p. 112).

Quando o político exerce delegadamente o poder obediencial, quando tem uma honesta pretensão crítico-política de justiça, pode-se dizer que cumpre com o nobre ofício da política. Servir obedecendo ao povo, militantemente, produz na subjetividade do cidadão, do político uma certa alegria [...]. (DUSSEL, 2007, p.113).

Ainda cabe uma necessária distinção entre as atuações públicas e privadas do indivíduo perante a sociedade, em especial se verificarmos as ações realizadas pelos cidadãos nas funções políticas, ou seja, pelos políticos.

O agir privado seria o agir intersubjetivo do sujeito que está protegido dos olhares dos “outros”. Mesmo o agir no âmbito privado sendo necessariamente diante de no mínimo dois indivíduos, não deixa de ser um agir intersubjetivo mais reservado, já que participam dessa relação os “próximos”, as pessoas habituais da convivência mais familiar.

O agir público seria aquele agir intersubjetivo perante os “outros”, que não aqueles do seu convívio familiar ou habitual, é um agir com um papel definido para atuação, com representação sabida perante a sociedade. Ao adentrar no âmbito público, o indivíduo retira-se do âmbito privado. O agir no âmbito público possui limites que são ou devem ser obedecidos diante das regras impostas na sociedade.

Dentre essas regras, a forma de governo que melhor se adequa à liberdade, seria aquela que tenha conselhos, nos quais cada participante tenha total possibilidade de participação nos assuntos públicos, apresentando suas ideias, tentando convencer seus pares com seus argumentos e sendo convencido pelos mesmos, sem quaisquer formas de intervenções em períodos eleitorais ou fora deles (VICENTE, 2017).

A liberdade precisa de um espaço público de aparência baseado na pluralidade humana, onde todos possam ter a oportunidade de manifestar-se diante dos seus pares, agindo, debatendo, opinando e posicionando em relação a algo que diz respeito a todos. (VICENTE, 2017, p. 83).

Vale destacar que no âmbito público há uma maior visibilidade, pensando em política o que não seria mais visível/público do que as sessões das Câmaras Municipais, das Assembleias Legislativas ou do Congresso Nacional? Locais de atuação dos políticos, onde podem ser observadas as atuações dos cidadãos escolhidos para representarem a população no campo político.

Dussel (2007, p.22) deixa claro seu pensamento sobre a relação do campo político e o âmbito público: “Da ‘ágora’ grega ou do ‘magno conselho’ de Veneza, a política é sinônimo ‘do público’”. Assim o político que atua como representante da sociedade fora do âmbito público, tem probabilidade de estar atuando de forma corrupta, já que esconde de seus representados atos talvez não justificáveis se realizados no âmbito público.

A sociedade deve priorizar a formação de uma juventude interessada na política, na formação de jovens políticos, que haja uma reinvenção da política, que crie uma outra política, diferente da conhecida atualmente. Entretanto, parece ser um trabalho hercúleo, em valores que a mídia, a moda, a sociedade do consumo, impondo uma vida de ostentação e superficialidades aos jovens que têm e terão certa dificuldade para chegar a esse patamar. Portanto, aquele que trilha o caminho da política em sua vida, pode-se enveredar nas trilhas do fetichismo, utilizando

do poder político delegado a si pelo povo para alcançar fins pessoais ou de seu grupo, o que dá origem, desse modo, a políticos e partidos políticos preocupados com os seus próprios interesses, passando à população essa sensação de corrupção da subjetividade dos políticos (DUSSEL, 2007).

Diante desse cenário, torna-se necessário o encaminhamento e a construção de práticas a fim de garantir o surgimento/nascimento de uma nova geração de jovens decididos em praticar e recriar uma nova política, onde haja “uma fidelidade incorruptível no exercício delegado do poder a favor de seus povos” (DUSSEL, 2007, p. 38), assim confirmando uma verdadeira vocação para assumir um serviço de forma responsável e íntegra a bem do povo.

O presente estudo é dirigido não só aos profissionais da área da educação, mas também, em especial, aos estudantes, a fim de incentivá-los a uma participação mais efetiva na política, sendo essa também a ideia de Dussel (2007, p. 9) ao declarar no primeiro parágrafo de sua obra que:

Estas vinte teses sobre política vão dirigidas primeiramente aos jovens, aos que devem compreender que o nobre ofício da política é uma tarefa patriótica, comunitária, apaixonante. [...] Considerar os de baixo, a comunidade política nacional, o povo dos pobres, oprimidos e excluídos, é tarefa que conta com pouca imprensa e prestígio.

Nessa seção, fez-se um debate teórico-conceitual, observando a literatura contemporânea sobre a política, seu desenvolvimento, seu objetivo e os desvios de finalidades, e sobre o político, sua formação e seu atuar na arte do ouvir, ser ouvido, do convencer e ser convencido, sempre dentro de parâmetros estabelecidos pelo poder que detém, entretanto, um poder com requintes de obediência. Sendo o foco desse estudo o jovem, precisa-se definir quem é este outro ator, como age, como é representado e como quer ser representado no cenário político, sendo a próxima sessão essencial para essas considerações.

II – JOVEM E JUVENTUDE: UMA DIMENSÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL

Este capítulo está estruturado a partir da definição adotada acerca das categorias conceituais Juventude e Jovem que, mesmo sendo concepções simples para a maioria da sociedade, apresentam lacunas e/ou peculiaridades que prejudicam o real conhecimento, de acordo com as noções contemporâneas do ser jovem. Desse modo, passa-se a uma discussão radicada nos pressupostos da teoria do protagonismo juvenil.

2.1 Uma discussão no campo conceitual

A Juventude seria uma categoria geracional ou um grupo social formado por um âmbito aparentemente homogêneo (se equiparado a outras gerações), mas que não deixa de ser também heterogêneo (quando verificado o grupo social com suas respectivas características diferenciadoras de seus integrantes), de indivíduos denominados jovens, que já passaram pela fase da infância (formada por crianças) e, em um momento de transição, os primeiros passos são dados em direção à fase de vida adulta (formada por adultos), em um procedimento de desenvolvimento na perspectiva social e pessoal para a capacitação e adequação às responsabilidades/deveres na continuidade da vida (ABRAMO, 2007, REGUILLO, 2007, ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007).

Es importante plantear de entrada que los jóvenes no representan una categoría unívoca. La juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos socio históricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad. (REGUILLO, 2007, p. 48/49).

Segundo Schmidt (2000), independente da região ou da condição social, a juventude apresenta as seguintes características:

- a) Transitoriedade: os jovens estão em passagem por transformações psico-físicas-sociais, não havendo estabilidade nas suas vidas, o que influencia em suas realidades;
- b) Marginalidade: os jovens em muitas oportunidades estão “fora” da sociedade, ou seja, do trabalho, do acesso ao consumo, da inserção em instituições, dos valores e hábitos sociais, o que gera a marginalidade;
- c) Adaptabilidade: os jovens têm alta receptibilidade de novas tendências, em especial com a internet, que traz várias informações sem qualquer controle e qualidade, ocorrendo assimilações de hábitos e atitudes de forma inconsciente;

- d) Potencialidade de mudança: os jovens não possuem posição definida, têm potencial para solidarizarem-se com movimentos sociais que se encontram “na moda”;
- e) Reação contra o mundo adulto: a natural busca pela sua autonomia faz com que os jovens sempre questionem a realidade social, que se identifica com os adultos.

Os limites cronológicos para definição de juventude, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, seriam entre 15 e 24 anos, sendo o período de 14 a 18 anos, definido como adolescência. De acordo com a legislação brasileira, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/90, em seu artigo 2º, há a definição de adolescente como aquele indivíduo com idade entre 12 a 18 anos. O Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, fixou a faixa etária de 15 a 29 anos para definir o jovem.

O jovem pode ser conceituado como aquele que está em uma passagem da infância para a vida adulta, que tem uma essência revolucionária e um estilo próprio de existência. Vale destacar que há várias maneiras de ser jovem e que a distinção dessas dependerá da diferenciação social e da diversidade econômica.

Esta imagem de passagem entre gerações, de transitoriedade para a vida adulta, demonstra um jovem que almeja tornar-se um ser, o que pode trazer como consequência a negação do presente vivido pelo mesmo, desconsiderando suas experiências na formação individual e social (DAYRELL, 2003), ou seja, ainda não se interpreta o jovem como um sujeito social, sendo que somente no futuro, com a preparação adequada, alcançaria esse status.

Para Augusto (2005, p. 5 *apud* ARAÚJO, 2007, p. 23), a juventude tem sinais próprios de uma fase prévia à maturidade, “fase dramática de revelação do eu, essencial para a formação da pessoa, a juventude corresponderia a um momento definitivo de descoberta da vida e da história”.

Sendo a juventude uma passagem para a vida adulta, segundo Abramo e Venturi (2000, s/p.), trata-se de um período de transformações, onde há a busca e a definição de valores, de ideias e de modos de se comportar e agir, daí a instabilidade emocional, vez intensa e arrojada, vez turbulenta e descaminhada. Para os autores retro mencionados, nessa fase deve haver uma preparação para a vida futura/vida adulta, em especial “via formação escolar, de modo a garantir uma adequada inserção na vida social [...], para que as buscas e inquietações não levem a ‘desvios’”.

Outra tendência de visão seria uma imagem mais romantizada do jovem, criada pelo mercado de consumo na moda, na música, na cultura, etc. Aqui o jovem, aparentemente, encontra-se em um movimento de liberdade, de prazer, de experimentações, em que há uma

noção de moratória social a seu favor, na qual chega a não ser considerado um sujeito social atuante e/ou relevante na sociedade (DAYRELL, 2003).

A juventude também pode ser conceituada como uma fase de rebeldia, com tendências revolucionárias. A ausência de compromissos sociais/responsabilidades, tende a fazer com que os jovens sejam mais maleáveis a novas culturas e políticas. A juventude foi identificada como disposta a propor transformações utópicas, que conforme Abramo e Venturi (2000, s/p.):

[...] concepção já presente no início do século XIX, que se renova e se consolida nos anos 60 deste século, com a mobilização juvenil, de dimensão internacional, expressa nas imagens do hippier em comunidades alternativas ou do estudante em passeata.

O jovem nessa perspectiva torna-se um problema/risco para a sociedade ou apresenta um baixo nível de manifestação perante a sociedade, o que prejudica o seu desenvolvimento. As políticas públicas nessa perspectiva do jovem são voltadas para minimizar as vulnerabilidades, os riscos e as transgressões.

[...] ainda é predominante na fundamentação da necessidade de gerar ações dirigidas a jovens: quase todas as justificativas de programas e políticas para jovens, quaisquer que sejam elas, enfatizam o quanto tal ação pode incidir na diminuição do envolvimento dos jovens com a violência (ABRAMO, 2002, p. 21)

Dayrell (2003, p. 41) alerta para o risco, diante dessas visões comuns, para que os jovens não sejam compreendidos como deveriam:

[...] corremos o risco de analisar o jovem de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências.

A juventude pode ser considerada concomitantemente uma condição social e uma espécie de representação, por isso cabe ressaltar que a interpretação de cada sociedade é variada, levando-se em consideração o momento histórico, as condições socioeconômicas, as condições culturais, de gênero, dentre outras.

A noção de juventude em uma visão de diversidade deve estar livre da rigidez conceitual e sempre considerar em seus contornos as experiências vividas pelo ser no seu ambiente sociocultural. Esta noção não pode restringir-se a uma fase da vida com um termo definido.

Referenciando-se a Meluci, Dayrell (2003) traz a ideia de que essa fase da juventude não termina com a maturidade, após momentos de crise e transição, mas é uma formação de continua influência por toda a vida do indivíduo.

Mas representa o momento de início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais.

Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida (DAYRELL, 2003, p. 42)

Não obstante, essas concepções adotadas para o conceito de juventude (fase de passagem, visão romantizada ou momento de rebeldia), são, ainda, incompletas para conceituar a juventude brasileira, vez que grande parte dos jovens tem obrigações e responsabilidades de ordem econômica e familiar, ficando afastados da atenção necessária aos estudos e à sua própria condição, como os dramas (a dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho ou uma educação, na maioria das vezes, com baixa qualidade), riscos (insucesso profissional ou familiar, maternidade/paternidade precoces) e desvios (o envolvimento com atos criminosos). Tais questões colocam os jovens brasileiros ora como vítimas de uma sociedade que não oferece oportunidades iguais aos jovens, ora como produtores de gravíssimos problemas sociais, em razão de exemplos familiares ou a desilusão com as políticas públicas que lhes são ofertadas, como o envolvimento com drogas, crime, violência das gangues, etc. (ABRAMO, 2007).

É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas (programas e projetos criados, por instituições particulares e públicas para auxílio aos jovens), apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”. Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. Grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação) (ABRAMO, 2007, p. 75).

Pesquisa dirigida por Abramo e Venturi (2000, s/p.), apresenta as seguintes importantes conclusões:

Em suma, não se pode dizer que o que caracteriza a situação juvenil nas áreas metropolitanas brasileiras²¹ hoje é a condição de estudante, mas tampouco que o trabalho apareça somente como a negação dessa condição. Essa percepção é importante para se compreender a relevância do tema do desemprego – junto com a violência, o principal tema de preocupação, presente em muitas das respostas dos jovens.[...] esta pesquisa constatou baixa taxa de participação em atividades políticas e afins: apenas 4% dos jovens que estão estudando participam de centros ou diretórios acadêmicos, só 3% dos que estão trabalhando têm algum vínculo com sindicatos ou associações profissionais, 8% participam de reuniões de partidos políticos, mas antes eventualmente (6%) do que sempre (2%). Trata-se de níveis de participação inferiores aos observados em relação a grupos de jovens auto-organizados em torno de atividades culturais. Isto aponta um caminho para o diálogo com os jovens e a reversão

²¹ Não obstante a afirmação de Abramo e Venturi (2000) sobre a multiplicidade de fatos para definição do jovem referir-se a jovens de “áreas metropolitanas”, tal conclusão também pode ser levada a jovens do interior do Brasil, conforme pesquisa de Araújo (2007) junto a jovens da cidade de Londrina/PR e pesquisa de Schmidt (2000) com jovens das cidades de interior e de capitais: Santa Cruz do Sul/RS, Porto Alegre/RS, Viçosa/MG, Belo Horizonte/MG, Rio Verde/GO, Goiânia/GO, Arcoverde/PE e Recife/PE.

desse quadro: o desenvolvimento de políticas públicas de lazer e cultura voltadas especificamente para eles – uma tarefa já iniciada por muitas prefeituras [...]

A juventude pode ser uma fase da vida onde o indivíduo procura por certa autonomia para a construção de sua identidade, existindo um caráter que pode ser comum para todos os indivíduos de uma determinada faixa etária concorrente com distinções entre os mesmos em razão de suas formações históricas e sociais, ou seja, cada sociedade pode apresentar seus jovens de formas diversas (SEMICHECHE; HIGA; CABREIRA, 2012).

A juventude, assim, se caracteriza como uma fase de constituição do ser, com influências dos âmbitos social, cultural e econômico de convívio do jovem, e de trocas de experiências, que se qualificam pela diversidade dos modos de se constituírem. Por isso, não pode apequenar-se para uma definição de mera passagem entre gerações, um momento influenciado pelo mercado ou um momento de crises/revoltas pessoais, devendo ser entendido como um momento que contribui na formação do sujeito de forma plural.

Diante da situação apresentada, deve ser verificada a forma como trabalhar a formação política/socialização política dos jovens. Em seus estudos, Groppo (2018) e outros autores apresentam de forma didática a noção que vem prevalecendo na atualidade sobre juventude, qual seja, a noção do jovem como ator social ou como protagonista juvenil em sua sociedade, o que possibilita trazer reflexões para a sociedade e embasar as políticas públicas para a juventude, orientar as instituições privadas que atuam nesta área e apresentar um consenso sobre a conceituação do jovem.

Groppo (2016, 2018), em seus estudos, apresenta diversas correntes teórica e uma certa evolução conceitual para tratar da temática da juventude e do jovem (Teoria Estrutural Funcionalista, marcada pelos períodos etários e transição linear de gerações; Teorias Críticas, que concentram na visão do jovem como participante de uma reforma ou de uma revolução do sistema social com as Teorias das Gerações, da Moratória Social e da Cultura de Massas; e Teoria Pós Crítica, em sua primeira vertente, vinculada à noção do sujeito atuando em diversos papéis na sociedade com as Teorias da Juvenilização, de Tribos e da Subjetivação), entretanto, sendo objetivo da presente pesquisa investigar a socialização política direcionada aos jovens de forma a torná-los mais críticos e atuantes na sociedade, por meio da escola, optamos por um pensamento mais atual, adotando a corrente teórica pós crítica, em sua segunda vertente, que traz a ideia do jovem como sujeito social e de protagonismo juvenil.

2.2 Teoria Pós-Crítica – O jovem como sujeito social crítico

Em seus estudos Groppo (2016) apresenta o jovem com uma nova visão, qual seja, como sujeito social, resultado de um saber crítico, que não se deixou levar pelas simplórias verdades socialmente consolidadas, e de um saber radical, que se trata de uma vontade de ir mais a fundo no saber, iniciar nas raízes mais profundas, nas origens, passando por toda sua estrutura, pelas ações e interações sociais, tornando compreensível todo o potencial transformador do jovem, deixando a mostra esta veia social de ação perante a sociedade.

A teoria Pós-Crítica iniciou-se no final do século XX, tendo como premissa a superação da sociedade moderna de forma total ou parcial. Na visão contemporânea propõe-se teses de socializações ativas e de diversas mudanças sociais da juventude, na qual há a convicção que se vive uma segunda pós-modernidade.

A Teoria Pós-Crítica possui uma crença de convivência em uma segunda modernidade mais flexível, líquida e reflexiva (HARVEY, 1992, BAUMAN, 1999, GIDDENS, 1997 *apud* GROppo, 2016), na qual há a afirmação de que houve uma alteração profunda no interior da própria modernidade, com transições juvenis não lineares e realizadas por meio de socializações mais ativas. Daí a promoção do jovem como Sujeito Social ou Protagonista Juvenil. Também houve derivações desse termo para agente social, ator estratégico de desenvolvimento e jovem voluntário.

O jovem pode ser considerado como um sujeito social à medida que seria aquele ser com uma história própria, uma bagagem de vida, uma experiência, com desejos que o faz mover-se para o futuro, em uma rica integração com os demais sujeitos da sociedade, ocupando seu lugar entre as relações na sociedade, demonstrando as suas singularidades e interpretações do mundo à sua volta, agindo sobre esse mundo de forma ativa, o que tem a potencialidade de gerar relações sociais nas quais está inserido (DAYRELL, 2003).

Essa equiparação do jovem como sujeito social fica evidente nas palavras de Dayrell (2003) ao demonstrar a formação do jovem.

[...] eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. Acreditamos que é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformando em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém (DAYRELL, 2003, p. 43/44).

Para Costa (2007), objetiva-se na atualidade a formação de jovens que sejam autônomos, solidários, competentes e participativos, o que bem reflete a ideia desse jovem ser um protagonista em sua própria vida e perante a sociedade, daí a definição/derivação de Protagonismo Juvenil.

A origem da palavra protagonismo pode ser dada ao idioma da Grécia antiga onde *proto* significa primeiro, *agon* seria luta e *agonistes* significaria lutador. Assim, o lutador principal ou o sujeito principal de um ato/situação é o protagonista. A título de comparação, em uma peça de teatro ou em um filme, o ator ou a atriz que possui o papel principal na trama é definido(a) como protagonista.

O entendimento da expressão protagonismo juvenil ainda é sujeito a diferentes interpretações, já que é “reconhecidamente fluído e multifacetado, carregado de significado pedagógico e político, o que torna um potencial catalizador de conflitos e, portanto, um fértil objeto de estudo” (FERRETTI; ZIBAS; TARTUCE, 2005, p. 412).

Mesmo o protagonismo juvenil apresentando-se com diversas interpretações, trata-se de uma construção de ideia mais relevante e alinhada à contemporaneidade, que demonstra tal protagonismo como uma prática social, capaz de desencadear processos de um sentimento de empoderamento dos jovens e de participação ativa na sociedade.

Busca-se pela noção do jovem como sujeito social, como protagonista de sua formação, a finalidade de fortalecer sua participação nos cenários sociais e políticos de sua convivência, reavivando suas posições de sujeitos de direitos e de cidadãos.

[...] é preciso ter claro que esta participação não ocorre por si, [...] resulta de um processo que torne o jovem capaz de superar a condição de mero ator social, passando a questionar e intervir consciente e criticamente em sua vida e na sociedade (STAMATO, 2009, p. 26).

Ao longo do tempo, tentou-se recriar a noção de socialização, uma segunda sociedade moderna. Esta transformação apresenta maior dificuldade e instabilidade nas mudanças geracionais, com mais ênfase na juventude, vindo a socialização a apresentar características mais plurais, reversíveis e com participações ativas dos indivíduos. Caracteriza-se pela:

[...] liquidez dos padrões de convivência e das instituições de proteção social, flexibilidade que leva à fluidez nas relações e imprevisibilidade constante na vida profissional e pessoal – de acordo com Sennet (2005) -, precariedade nas condições de trabalho e nos recursos para viver dignamente, segundo Harvey (1992) -, riscos múltiplos e imprevisíveis que dificultam projetos de vida e obrigam ao constante labor reflexivo dos sujeitos. (BAUMAN, 1999; BECK; GIDDENS; LASH, 1997; HARVEY, 1992; SENNET, 2005). E os jovens aparecem como aqueles mais atingidos por esta instabilidade permanente, ao mesmo tempo como aqueles de quem se espera soluções e respostas criativas. De certo modo, também os adultos passam a compartilhar com os jovens sua experiência de tempo e socialização na segunda modernidade: instabilidade, reversibilidade, precariedade e transitoriedade. (GROPPO, 2018, p. 32).

Diante dessas considerações, há a proposição de três formas para a adequação da juventude à contemporaneidade.

Inicialmente, propõe um enfrentamento ao precário estado juvenil atual, direcionado às instituições sociais, incentivando as políticas públicas para a juventude. Em seguida, há uma tentativa de contribuição para que os jovens adquiram recursos, informações e habilidades (ideias, opiniões, incentivos) para que possam administrar da melhor forma possível a vivência em sociedade, considerando os riscos inerentes (desemprego, evasão escolar, violência, maternidade e paternidade precoces, etc.), a fim de conseguir uma estabilidade na vida. Por último, diante de um ritmo frenético, onde todos ficam sem tempo para seus planos, torna-se necessária a assunção de auxiliar os projetos de vida em construção pelos jovens com incentivos por parte da sociedade (GROPPO, 2018, VENTURI; ABRAMO, 2000)

Na atualidade, nos estudos sobre juventude no Brasil há duas noções principais, sendo uma a juventude como problema social e outra da juventude com jovens que atuam como sujeitos sociais (GROPPO, 2018).

Há a ideia de que muitos jovens, com o fim de serem vistos e terem suas importâncias reconhecidas, apresentam comportamentos contra as normas vigentes, em uma tentativa de afirmação própria, entretanto, em meio a essas ações sem reflexão, perdem o caminho que lhes direcionariam para um crescimento positivo (SEMICHECHE; HIGA; CABREIRA, 2012).

A figura do jovem como problema social surge, em sua maioria, como fundamento para ações e programas socioeducativos de instituições não governamentais e algumas vezes de políticas públicas governamentais, a fim de combater a violência, as drogas, o desemprego, a desigualdade social como um todo (ABRAMO, 2007).

A tematização da juventude pela ótica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social - ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social - por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social [...] (ABRAMO, 2007, p. 79)

Lado outro, há o pensamento que os jovens têm a capacidade e vontade de realizar mudanças positivas na e para a sociedade, mas antes desta transformação, esses jovens necessitam ter oportunidades para que consigam garantir uma renda para o sustento próprio e da sua família, uma educação de qualidade, uma formação profissional e uma empregabilidade adequadas, a fim de obterem, ao menos, o necessário para a sobrevivência (SEMICHECHE; HIGA; CABREIRA, 2012).

Fica claro que os jovens são sujeitos que têm direitos que devem ser garantidos, possibilitando-os participar na comunidade, já que possuem capacidades criativas, participativas, solidárias e inovadoras, assim eles podem ser parceiros da comunidade, ao serem

ouvidos para as práticas e avaliações das políticas públicas a eles designadas, deixando de serem causadores de problemas para fazerem parte da solução. Semicheche, Higa e Cabreira (2012, p. 24) partilham desse pensamento ao afirmarem que “é necessário ouvir, planejar, agir e avaliar com os jovens, acreditar em sua capacidade de ideias, de compreensão de suas necessidades e de efetivação de propostas diferenciadas”.

A noção do jovem como agente social seria a mudança de paradigmas da sociedade, a fim de que esta dê mais atenção aos jovens, ouvindo-os, entendendo-os e levando em consideração suas falas e opiniões na formulação e implantação das políticas públicas no âmbito escolar, laboral e na política (GROPPO, 2018).

No âmbito da educação, o jovem para se tornar um protagonista deve agir de forma a desenvolver seu repertório interativo, ampliando ativamente sua potencialidade de interferência no âmbito escolar e comunitário, com propostas construtivas, solidárias e que tenham o condão de trazer soluções aos problemas no âmbito de sua convivência. Para atingir este estado, a própria sociedade necessita alterar a visão que tem dos jovens, que são vistos em um primeiro momento como “problema” para se tornarem uma “solução”.

Na perspectiva do protagonismo juvenil, é imprescindível que a participação do adolescente seja de fato autêntica e não simbólica, decorativa ou manipulada. Essas últimas são, na verdade, formas de não participação. Tais formas desviadas de participação podem causar danos ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens, além de minar a possibilidade de um convívio autêntico entre ele e seus educadores. A participação é a atividade mais claramente ontocriadora, ou seja, formadora do ser humano, tanto do ponto de vista pessoal como social (COSTA, 2007, s/p).

Essa participação que se pretende alcançar tem suas origens na política que busca um protagonismo social atuante da população nos rumos da política nacional. Essa atuação da população pode ser realizada por uma política democrática representativa, em que a população delega a um grupo de pessoas o poder para representá-la nas tomadas de decisão no âmbito legislativo do governo, ou por uma política democrática participativa, em que a população participa na gestão e nas tomadas de decisão da sociedade, cujas manifestações têm um claro poder de interferência, o que caracteriza plenamente a participação cidadã (STAMATO, 2009)

A participação cidadã é o princípio de atuação dos cidadãos como protagonistas sociais na comunidade, realizando ações organizadas/coordenadas para uma gestão compartilhada nos rumos das políticas públicas, momento que os cidadãos saem da cadeira de espectadores da vida e entram no palco de suas vidas, na direção das ações da sociedade, ou seja, assumirão responsabilidades e direitos para o pleno exercício da cidadania.

A garantia de participação dos jovens na sociedade colabora no desenvolvimento pessoal e da sociedade, construindo indivíduos autônomos e responsáveis socialmente,

incutindo valores de solidariedade e respeito, o que gera um efetivo protagonismo juvenil com potencial de transformação social.

Gropo (2018, p. 37) alerta para as versões do jovem como sujeito social, no seguinte sentido:

Primeiro, aquela do protagonismo juvenil, uma ideia nascida de um intelectual orgânico das fundações empresariais, de acordo com De Tommasi (2005), que influenciou a ideia de que os jovens que participam dos programas estatais de transferência de renda devem propor e realizar “ações comunitárias”, de alcance reduzido e eficácia questionável (SPÓSITO; CORROCHANO, 2005). Segundo, aquela emanada de Mannheim, na qual a juventude ainda é técnica ou “instrumento” de mudança (e não agente decisório relevante), mas para questões mais gerais, impactantes e importantes.

Destaque-se que esta noção do jovem como agente social ou protagonista, veio em contraponto à noção do jovem como problema, criada nas políticas públicas sociais da América Latina, sendo um complemento à noção do jovem como sujeito de direitos, a fim de trazer uma maior diferenciação à criação deles e aos adolescentes, reconhecendo, ainda, uma maior capacidade de ação social. Reforçando esta noção do jovem como sujeito social, destaca-se as teorias da reflexividade, de Antony Giddens²², da Crítica Contemporânea, de Axel Honneth²³ e do Reconhecimento (GROPPO, 2016).

A teoria da reflexividade traz a necessidade de estimular o indivíduo, em um mundo com constantes transformações, a desenvolver sua criatividade e se ajustar às mudanças, deixando acostumado aos riscos do mundo social, submetido ainda mais a problemas que podem surgir. Já as teorias da crítica contemporânea e do reconhecimento apresentam um foco nas lutas sociais contra a degradação e o desrespeito, bem como contra a exclusão social, tendo como consequências políticas públicas destinadas às classes vulneráveis, em situação de risco (GROPPO, 2018).

²² Anthony Giddens (1938): sociólogo britânico, que teve como principais construções a Teoria da Estruturação (capacidade de realização, pelo indivíduo, diante da estrutura social) e a Reflexividade (capacidade de incorporação de novas ideias/informações a fim de reorganizar os ambientes de convivência, importante para o desenvolvimento do *self*. Nasceu em Edmonton, Londres/Inglaterra, em 18 de janeiro de 1938. Em 1959, graduou-se em Sociologia e Psicologia na Universidade de Hull, na Inglaterra. Em seguida, obteve o título de mestre pela London School of Economics and Political Science e em 1974 o de doutor pela Universidade de Cambridge. É membro do King’s College e foi professor de Sociologia da Universidade de Cambridge. Foi diretor da London School of Economics and Political Science entre 1997 e 2003 (Anthony Giddens in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. Disponível em: < [https://www.infopedia.pt/\\$anthony-giddens](https://www.infopedia.pt/$anthony-giddens) >. Acessado em: 17 fev. 2021).

²³ Axel Honneth (1949): filósofo e sociólogo alemão. Destaca-se pela releitura da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (Crítica Contemporânea), pela Teoria do Reconhecimento Recíproco. Nascido em 18 de junho de 1949 na cidade Essen/Alemanha. Estudou filosofia e sociologia em Bonn e em Bochum. Em 2001 tornou-se diretor do *Institut für Sozialforschung* (Instituto para Pesquisa Social) da Universidade de Frankfurt, e professor de Filosofia Social na mesma universidade, desde 1996. (AXEL HONNETH. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Axel_Honneth >. Acessado em: 17 fev. 2021)

Souza (2009) faz um resumo sobre a trajetória da noção do jovem como sujeito social nas políticas públicas para juventudes na América Latina, começando na década de 1980, quando destaca que a participação juvenil deveria ter sido menos política, pois as democracias, naquela época, estavam estabilizando-se, e ser mais social, em prol do desenvolvimento, já que se passava por um momento de crise social e econômica. Portanto, desde esse período, o jovem como ator social tornou-se um marco para a formação das políticas públicas para as juventudes. Outro ponto trabalhado com o objetivo de incentivar a juventude a um atuar mais social foi o desenvolvimento, como um incentivo às capacidades individuais e à valorização de capitais sociais locais, com incentivos e investimentos locais para que a própria comunidade resolvesse seus problemas e o combate à exclusão de pessoas ou grupos locais, em situação de vulnerabilidade.

As políticas da juventude e as escolas para Touraine (1998, p. 78 *apud* GROppo, 2018, p. 54) deveriam: “incrementar nos jovens a capacidade de se comportarem como atores sociais, ou seja, de modificarem seu entorno social para realizarem projetos pessoais”.

Ensinar os jovens a participarem e oportunizar aos mesmos criarem formas para formação do ser, são ações que melhor desenvolvem-se com as práticas e as vivências do dia-a-dia, assim aos educadores/professores cabem não se limitarem à mera docência, mas agirem como líderes, organizadores, facilitadores, criadores e co-criadores de ações pelas quais os jovens possam desenvolver atuações protagonistas (COSTA, 2007).

O protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividade em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos (ABRAMOVAY *at al*, 2002, p. 67)

Para Stamato (2009) o protagonismo e participação ativa do jovem têm um grande laço de afinidade, pois, em uma educação cooperativa, com práticas pedagógicas ativas e democráticas, os jovens tem suas opiniões e vozes consideradas na construção das políticas públicas, em especial naquelas que lhes dizem respeito.

Assim o que fica claro é que uma prática educativa voltada para a cidadania não há de ser completa sem a inclusão do protagonismo juvenil, em que o jovem é o agente principal no desenvolvimento das atividades, proporcionando-lhe a formação de uma autoestima positiva, de valores éticos, de um sentimento de solidariedade e responsabilidade (SEMICHECHE; HIGA; CABREIRA, 2012).

É uma maneira de reconhecer que a participação dos jovens tem poder para provocar transformações decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política na qual estão inseridos [...] onde o jovem deixa de ser visto com um problema para ser uma solução (SEMICHECHE; HIGA; CABREIRA, 2012, p. 26).

A fim de garantir um verdadeiro jovem como sujeito social, protagonista de seus rumos, deve-se abolir qualquer forma de participação juvenil ilusória, em que de forma aparente trata-se como uma atuação protagonista do jovem, quando na verdade o jovem está sendo usado como um fantoche, servindo para atender interesses de terceiros. Uma autêntica participação do jovem lhe garantirá um desenvolvimento de características importantes na sua formação como a autonomia, a autoconfiança e a autodeterminação.

Também deve haver um compromisso ético entre o educador e o jovem, quando ao jovem cabe a participação integral em toda a ação de desenvolvimento educativo e ao educador garantir essa participação. Complementando a construção do protagonismo juvenil, o educador deve ter a vontade política de contribuir em uma sociedade que respeite e valorize a democracia e os direitos de cidadania (COSTA, 2007).

Assim, torna-se necessário que os adultos abandonem o lado autoritário, impositivo e centralizador de produção do conhecimento para agirem de forma colaborativa, integrativa, como conselheiros e/ou companheiros dos jovens na construção dos conhecimentos, das experiências e das ações perante a sociedade. Seguindo uma linha de raciocínio semelhante estão Semicheche, Higa e Cabreira (2012, p. 30): “Pensar o desenvolvimento do protagonismo juvenil é romper com relações de dominação, é favorecer que os sujeitos se constituam a partir de espaços verdadeiramente democráticos”.

Esta forma de incentivar o agir dos jovens ajuda a prática de ações afirmativas, escolhas e julgamentos corretos para si e para a sociedade, fortalecendo “no jovem a personalidade para resistir a pressões e a falta de estímulos e recompensas” (GROPPO, 2018, p. 54). A ideia do jovem como sujeito social, garantindo seu protagonismo, apresenta características importantes, dentre algumas a valorização da fala dos jovens. Desta forma, esses jovens passam a ser considerados indivíduos com mais autonomia e capacidade para a tomada de decisões ou para o auxílio em consensos decisórios coletivos.

Para Groppo (2018, p. 55) essa qualidade diferencia jovens (a juventude) dos adultos no seguinte sentido: “[...] qualidades que os permitem assumir dadas perspectivas e construir certas ideias que não seriam possíveis a pessoas adultas – com outras relações com as instituições sociais e outras experiências de vida”. A versão mais significativa para nossa sociedade é aquela onde o jovem atua de forma participativa, capaz de refletir as situações, opinar, ser ouvido e realizar suas ações.

Em meio a essas noções de juventude (juventude-perigo, aquela figura do jovem como problema social, e juventude-como-sujeito, sendo o jovem considerado como sujeito/agente

social/protagonista juvenil), há um meio termo. A juventude como fase de transição da infância para a vida adulta, recebendo a socialização e a integração social necessárias, sendo um lado positivo para o jovem, torna-se contraponto à juventude como problema social. Também como meio termo nas concepções da juventude, entretanto, mais pendente para a juventude como sujeito social há a noção de juventude como sujeito de direito, tendo como seu fundamento a legislação (Emenda Constitucional n. 65/2010 e Lei n.º 12.852 – Estatuto do Jovem).

Houve resultados positivos para a sociedade, como constatado por Groppo (2018, p. 38)

Primeiro, a proposta de sociólogos da juventude e da educação de um diálogo mais aberto e franco entre as escolas de ensino médio e as culturas juvenis. (DAYRELL, 2007; MARTINS; CARRANO, 2011). Segundo, pelos mesmos pensadores, mas também reconhecida, ao menos retoricamente, pelos líderes políticos: a importância das vozes ativas dos sujeitos jovens na construção das políticas sociais para a juventude, em particular, e na vida pública, em geral (CARRANO, 2011).

Não obstante os resultados positivos, questões negativas persistem como: estar aquém os resultados pretendidos da conversa entre escolas e culturas juvenis e, ainda, serem muitos os destaques para as noções de juventude como perigo, como uma simplória fase de transição ou uma atuação dessa noção com um protagonismo brando em políticas socioeducativas e apoio financeiro aos jovens carentes (GROPPO, 2018).

Ao tratar os jovens com sujeitos sociais esse paradigma destacado por Groppo (2018), valoriza a escuta dos mesmos, sendo considerados autônomos e com capacidades decisórias, tornando-os mais ativos em sua própria socialização, ocupando um papel central nos acontecimentos que são de seu interesse e da sociedade, ainda que com o risco da precariedade e de reversão de conquistas, em especial os jovens pobres e carentes.

Deve-se atentar para algumas preocupações sobre a questão de interpretação do jovem como sujeito social, como protagonista de sua socialização. Silva (2009) pondera que o protagonismo juvenil pode ser apresentado como uma corrente neoliberal em que há uma negociação de interesses próprios por parte dos sujeitos sociais, que buscam inserção em uma sociedade, mais especificamente no mercado de trabalho, no acesso à educação, à saúde, entre outros interesses. Há o risco, nesta visão neoliberal, de um incentivo ao individualismo, além do que esses “tipos de ações não trazem profundas mudanças sociais, políticas e econômicas” (SILVA, 2009, p. 36).

Klein (2004 *apud* SILVA, 2009) apresenta sua crítica a essa visão ao alertar que tais ações tem potencialidades de trazerem maiores benefícios às classes dominantes e/ou dirigentes, já que retira de certa forma do Estado a responsabilidade frente às políticas sociais

e às inclui nas responsabilidades dos cidadãos, no presente caso nas responsabilidades dos jovens.

Partindo dessas noções, são realizadas políticas públicas voltadas para a juventude, com o fim de fornecer os recursos e as informações necessários para que conduzam a vida com coerência nas diferentes experiências pelas quais enfrentam. O que se percebe é que, nas últimas décadas, houve uma ressignificação da noção de jovem, com novos limites etários, onde foram incluídos nas pesquisas outros sujeitos.

No Brasil, o jovem foi elevado efetivamente a uma categoria jurídica constitucional com a Emenda Constitucional n.º 65/2010, que estreou o termo no texto constitucional, demonstrando uma certa preocupação com o tema e seus sujeitos, bem como trouxe a previsão expressa de criação de um Estatuto da Juventude que não tardou, tendo entrado em vigor no dia 05 de agosto de 2013, através da Lei n.º 12.852 – Estatuto da Juventude.

A definição de jovem no âmbito jurídico foi realizada com base em critérios etários objetivos. Não obstante a Emenda Constitucional n.º 65/2010 não definir essa faixa etária, o Estatuto da Juventude apresentou como jovem aquele indivíduo na faixa etária de 15 a 29 anos de idade.

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Em um primeiro olhar poder-se-ia dizer que haveria uma sobreposição das classes etárias adolescente e jovem, já que a Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe como adolescente o indivíduo na faixa etária de 12 a 18 anos de idade.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

O que ocorre na verdade é uma ampliação de direitos, conforme apresentado pelo Deputado Federal Benjamim Maranhão, relator do projeto de lei do Estatuto da Juventude (Projeto de Lei n.º 4529/2004).

Sabemos da dificuldade da tarefa, ainda mais se levarmos em consideração as limitações constitucionais quanto à iniciativa das leis e à diversidade do segmento juvenil. Um dos pontos controvertidos, por exemplo, é a conceituação do termo juventude. Porém não tivemos outro caminho que não fosse o aspecto cronológico para caracterizá-la, o que fizemos por meio da fixação de uma faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos. Essa escolha, todavia, não conflitará como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei n.º 8.069, de 12 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção de adolescente, definida nessa lei como pessoa entre 12 e 18 anos de idade, na medida em que não estabelece o mesmo tratamento dado nesse diploma. Para a faixa etária contemplada no ECA, o Estatuto

da Juventude disporá sobre direitos suplementares ainda não assegurados aos jovens entre 15 e 18 anos.

Pelo estudo realizado no Estatuto da Juventude, percebe-se que ele veio para trazer uma certa diferenciação entre os adolescentes e os jovens. Os adolescentes, em transição para a classe jovem, e os jovens que estão em total sintonia com o mundo global, com a internet, vivenciado questões do dia a dia dos adultos em tempo real, de forma muito próxima. O Estatuto da Criança e do Adolescente ainda traz um tratamento infantilizado aos indivíduos que tutela, e não é esse tratamento que deve ser dispensado aos jovens no mundo contemporâneo.

O Estatuto da Juventude, em contrapartida, veio apresentar um tratamento com inclusão de responsabilidades e autonomias, com a promoção da participação dos jovens nos meios sociais e políticos, indo ao encontro com a noção do jovem como sujeito social, como protagonista na sociedade, apresentada por Groppo (2018).

É imperioso ressaltar que o Estatuto da Juventude, em uma série de dispositivos trabalha a promoção da participação juvenil na sociedade e na política através da promoção de grupos organizados e nas manifestações populares, como ainda se verá. A autonomia e a cidadania são características marcantes do Estatuto da Juventude, diferente do ECA mais pautada na proteção de vulneráveis. (AMORIM, 2011, s/p.)

Ao contrário do que se pode imaginar o Estatuto da Juventude não veio para demonstrar a vulnerabilidade do jovem ou apresentar alguma restrição à sua autonomia. Ele apresenta uma noção de jovem ligada à autonomia, ao respeito, à tolerância, à diversidade e à inclusão de responsabilidade. Vejamos os princípios norteadores do diploma legal em questão.

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;

II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;

IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;

V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;

VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;

VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e

VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Em uma análise do protagonismo juvenil diante do cenário de redemocratização de 1988, Krischke (2004 *apud* STAMATO, 2009) deixa claro que houve uma ampliação da participação ou da possibilidade desta, em especial em projetos culturais e nas tomadas de decisões no âmbito político, com a facultatividade dos jovens a partir dos 16 anos poderem

exercer o direito ao voto nos pleitos eleitorais, demonstrando relevantes alterações no campo da cultura política dos jovens.

Dessa forma, reforça-se a intenção da formação cidadã dos jovens brasileiros. Diante desse cenário, percebe-se que dentre as fases da vida (infância, juventude, fase adulto, velhice), a juventude pode ser partilhada em adolescência e juventude propriamente dita.

Para Groppo (2018, p. 42) esse panorama traz certa dificuldade ao Estado para a criação das políticas públicas e sociais, bem como para a sociedade definir exatamente onde termina e onde começa essas categorias etárias.

[...] ilustra a própria dificuldade de o Estado criar políticas sociais que não se sobreponham umas às outras, assim como da sociedade definir exatamente, apesar destes e outros marcos legais, quando começam e quando terminam os supostos privilégios e obrigações de cada categoria etária – na verdade, quando começa e acaba cada categoria.

Para conseguir a formação de jovens que sejam sujeitos de uma efetiva ação sócio-política na comunidade, é necessária uma atuação para consolidar o jovem como um protagonista, com uma participação ativa, crítica e consciente, solidificando com uma prática que ponha fim a uma cultura adultocêntrica e que, ao mesmo tempo, desenvolva cada vez mais a figura do jovem como sujeito social de sua própria mudança e da sociedade.

Apresentada uma interpretação do jovem como protagonista, que seria a melhor forma do sujeito buscar os seus próprios interesses e os da sociedade, com uma ação direcionada à prática da cidadania, com um voluntarismo pensado na solidariedade e com atuações a favor de todos os cidadãos e do bem comum, vindo o jovem a construir condições para uma ação livre, criativa e crítica, cabe apontar as formas como interagem a educação e a escola com os jovens, nos ambientes de diversidade juvenil, com foco no processo de socialização política desses indivíduos para uma formação cidadã, passando por um entendimento da cultura política das sociedades.

III – CULTURA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA/PELA ESCOLA: A FORMAÇÃO DOS JOVENS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE

Neste capítulo pretende-se introduzir, inicialmente, algumas ideias sobre a definição da educação como uma forma constante de produção de conhecimentos humanos acumulados ao longo da história e de formação de uma consciência crítica ao e pelo indivíduo, que se apresenta inacabado e com uma necessidade de superação do saber, além da escola, como agente socializador e responsável por essa atuação educacional perante os jovens e como espaço de socialização. Segue-se com apontamentos importantes sobre o respeito à diversidade da juventude no ambiente escolar, com enfoque em uma educação que compreenda e transmita um respeito às individualidades, diferenças e os diversos sentidos que um mesmo valor tem a oferecer. Apresentam-se, ainda, questões sobre a formação voltada para o exercício de uma cidadania mais ativa dos jovens.

Ao final são introduzidas as noções de cultura, com um diálogo entre culturas política, juvenil e escolar, e de socialização política, com uma visão voltada à formação político-cidadã dos jovens e demonstrando a importância das instituições de ensino nesse processo da socialização.

3.1 Educação e Escola

A educação é considerada como um fenômeno que pode ocorrer em qualquer lugar e momento e com qualquer indivíduo, por meio da relação entre parentes, amigos, anciãos e aprendizes, professores e estudantes. Assim, haverá a criação e/ou transformação de qualidade do ser humano a depender da cultura de cada um e da formação que se pretender, surgindo as divisões sociais de trabalho e poder.

Para Brandão (1989, p. 11) a “educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender”. A educação poderia, ainda, ser definida como prática social, que tem por objetivo ensinar o ser humano um saber específico para formá-lo de acordo com as necessidades e exigências da comunidade a que pertence, numa época vivenciada (BRANDÃO, 1989).

Jaeger (*apud* Brandão, 1989, p. 33) deixa claro seu entendimento sobre a relação entre educação e a comunidade.

Primeiro que tudo; a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade. O caráter da comunidade imprime-se em cada um dos seus

membros e é no homem, muito mais que nos animais, fonte de toda a ação e de todo o comportamento. Em nenhuma parte, o influxo da comunidade nos seus membros tem maior força que no esforço constante de educar, em conformidade com o seu próprio sentir, cada nova geração.

Para Freire (1979), antes de se falar em educação, torna-se necessária uma reflexão do ser humano sobre ele mesmo, pois ao ser encontrada sua natureza, encontrar-se-á a fundamentação do processo educacional. A necessidade da educação, por isso, se faz pela percepção do ser humano de que ele é um ser inacabado ou imperfeito e que com a educação há uma tentativa de alcançar uma forma mais perfeita e adequada às demandas do cotidiano.

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação (FREIRE, 1979, p. 14).

A busca pela educação estará sempre ligada a necessidade do saber e também à ignorância, já que constatada esta, percebe-se a necessidade da educação, “o saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância” (FREIRE, 1979, p. 15).

O que se pode perceber é que não existem seres educados e não educados e sim formas diversas de educação. De forma similar, não existem seres humanos ignorantes absolutamente, existem níveis de ignorância, sendo que a partir destes níveis busca-se uma sabedoria, que vai superando-se constantemente e tornando-se em outra ignorância, e assim sucessivamente.

Por isso não podemos nos colocar na posição de ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade (FREIRE, 1979, p. 15).

Essa busca constante pela superação da ignorância e aquisição de sabedoria é que caracteriza naturalmente o ser humano como um ser inacabado, que se apresenta em contínua busca, não só pela educação em si, mas também pela vontade de criar sua educação, devendo ser livre, sem restrições, o que permite o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os acontecimentos da sociedade.

Uma importante lição apresentada por Freire (1979) é que muitos países, em especial na América Latina, possuem um dogma de que os professores são intelectuais que ensinam estudantes ignorantes, simplesmente aqueles repassando os conhecimentos a estes, de forma a ir depositando, colocando ou inserindo o suposto conhecimento na mente do estudante, daí a expressão cunhada de “Consciência Bancária” na educação. Apesar de existirem defensores desta forma de produção de conhecimentos, com a ideia de que quanto mais conhecimento

passado (depositado), maior seria o intelecto do receptor, Freire (1979) deixa explícito que não passa de produção de estudantes medíocres e sem capacidade criativa.

Indo na contra mão da ideia da formação de estudantes críticos, com respeito às múltiplas diversidades, cabe um alerta sobre o Movimento Escola sem Partido²⁴ que inicialmente apresenta-se como um movimento que defende as liberdades de ideias, tendo um discurso de aplicação de uma postura neutra no processo formativo dos estudantes, sem imiscuir em pensamentos críticos do mundo em que os estudantes estão em convivência, entretanto, mostra-se como uma proposta, que de forma dissimulada, com justificativas inverídicas, objetiva tolher as liberdades de ser, saber e poder dos estudantes, indo de encontro com a ordem jurídica constitucional (SOUZA; NOVAIS, 2021).

É apresentada a defesa de que nas instituições escolares não haja influências político-partidárias junto aos estudantes, considerando que os professores deveriam se limitar à transmissão de conhecimentos, o que remete à Teoria da Consciência Bancária de Paulo Freire, sem adentrar na construção de um pensamento crítico sobre temas/assuntos atuais ou discursos de valores, devendo serem “neutros”.

Qualquer coisa que ultrapasse a mera transmissão de conhecimento poderia ser considerada “doutrinação ideológica” e, por isso, passível de “estar em conflito com as convicções morais dos estudantes e de seus pais” (Art. 2º, PL n.º 867/2015). A Educação seria responsabilidade da família, que não poderia ser contraditada nos seus valores morais, religiosos e sexuais (MATTOS *et al*, 2017, p. 89)

Para Souza e Novais (2021, p. 540) o Movimento Escola sem Partido nega enxergar-se como uma proposta ideológica de uma classe com interesses que desconsideram os demais pontos de vista, o que tem o potencial de gerar até mesmo uma desconsideração dos interesses das minorias, apresentando manifestação no seguinte sentido: “É também uma proposta que se recusa a reconhecer a visão neoliberal e neoconservadora como ideologia, atribuindo o caráter ideológico apenas às práticas e às visões de mundo que lutam contra a desumanização”.

²⁴ É um movimento que surgiu no ano de 2004, tendo como fundador o advogado e procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, que indignado com uma aula de história em que uma de suas filhas participava, em que o professor comparou o revolucionário socialista Che Guevara ao católico São Francisco de Assis, e inspirado em movimentos norte-americanos, criou a ideia de que movimentos esquerdistas estariam se camuflando entre os docentes, das escolas públicas, e realizando uma doutrinação de alunos em contragosto aos pais e/ou responsáveis desses. Cabe ressaltar que o movimento não influencia na rede particular de ensino, deixando-a de fora, e que Nagib foi um membro do Instituto Liberal de Brasília, cuja missão foi defender e difundir valores neoliberais com o apoio financeiro de grandes grupos econômicos. O referido movimento ganhou uma dimensão a nível nacional, no momento que o, então, deputado estadual Flávio Bolsonaro solicitou a Nagib a elaboração de um projeto de lei a fim de colocar em prática as ideias do movimento, o qual foi proposto na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro em 2014. No ano seguinte, o vereador Carlos Bolsonaro apresentou proposta semelhante na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Assim Nagib disponibilizou projetos a nível estadual e municipal no site do Movimento (www.escolasempartido.org), o que resultou em diversas propostas por todo o Brasil. (MOURA, 2019; MATTOS *et al*, 2017).

Ao se referir à liberdade de aprender dos estudantes e de suas famílias, o movimento Escola sem Partido apresenta-se em contradição já que tolhe a liberdade dos professores no ato de ensinar e, também, a liberdade de aprender daqueles estudantes e de suas famílias que desejam receber das instituições de ensino a possibilidade da construção de um aprendizado crítico sobre os assuntos pertinentes na atualidade.

[...] então, como o termo é apropriado de modo unilateral, pois, ao esgarçar a liberdade dos que aprendem, comprime a liberdade dos que ensinam, resultando em uma fórmula que nos parece questionável se entendemos que para que se dê de modo efetivo, a educação está para além da repressão, seja qual parte for. (MATTOS *et al.*, 2017, p. 90)

A tentativa de restringir a aprendizagem mais crítica, e porque não, mais solidária (já que atende a interesses de minorias, sub-representadas na sociedade), com o fim de prescrever convicções morais de estudantes e seus familiares, defendida pelo movimento retromencionado, está em total descompasso com as realidades escolares, com as culturas dos próprios estudantes, que apresentam convicções, ideias e ações pessoais baseadas na diversidade e pluralidade de cada um dos indivíduos.

Mattos *et al* (2017) bem apresenta a ideia de inviabilidade das atividades dos professores em caso de adoção de preceitos do movimento.

É fácil perceber que a determinação do Art. 2º do PL n.º 867/2015 torna inviável qualquer atividade pedagógica, pois o professor ou a professora não poderá atender às convicções morais da totalidade de seus estudantes e dos pais destes. (MATTOS *et al*, 2017, p. 95)

Na educação deve-se priorizar a segurança e os meios necessários/ferramentas para possibilitar aos estudantes a produção de conhecimento crítico, a fim de trazer um debate saudável para a sala de aula, em que todos possam expressar-se e opinar, sem que haja qualquer forma ou tentativa de convencer os estudantes sobre determinado ponto de vista político-ideológico-partidário.

Admitir as ideias do movimento Escola sem Partido seria o mesmo que tornar os professores como meros transmissores do conhecimento acrítico acumulado ao longo da história e os estudantes como meros receptores desse conteúdo, indo ao encontro dos preceitos da Teoria da Consciência Bancária, tão criticada por Freire (1979), já que com as práticas de tal teoria as instituições de ensino estariam a produzir estudantes sem capacidade crítica, sem talentos e medíocres, pois receberiam uma “educação mecanicista prescritiva, apartada dos acontecimentos da vida e esvaziada das questões culturais, políticas, sociais e econômica que a atravessa” (MATTOS *et al*, 2017, p. 99).

A formalização da educação ocorre com a pedagogia (teoria da educação), que desenvolve as situações para aplicação, os métodos e as regras para utilização, e define os agentes das ações, momento de surgimento das escolas, dos estudantes e dos professores (BRANDÃO, 1989).

A escola pode ser considerada como um espaço sociocultural, compreendida na ótica cultural e no resgate do papel dos sujeitos da sociedade que faz parte como instituição. Essa visão iniciou-se na década de 1980, época quando a escola era analisada tomando por referência as teorias funcionalistas e as teorias de reprodução, que determinaram a instituição escolar com base nas estruturas das relações sociais, caracterizada pela sociedade capitalista, que atuava na definição de escola e nas ações dos sujeitos atuantes.

A partir dessa década, a Escola passou a ser analisada por outro ângulo, no qual há uma inspiração nas ciências sociais, indo além da dicotomia homem-circunstância, ação-estrutura, sujeito-objeto, sendo que para Boaventura (1991, p. 43 *apud* DAYRELL, 1996, p. 1) o ser humano estaria retornando às ciências, "o sujeito, que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica".

É desenvolvida uma nova análise, em que o atuar dos sujeitos torna-se sua principal fonte. Com esta nova visão, a Escola torna-se a combinação de visões diferentes. Em uma ponta, uma instituição organizada com fins escolares, com funções definidas e hierarquizadas, conseguindo definir as relações sociais; em outra, os atores deste cenário, estudantes, professores e demais funcionários que participam e atuam de forma a se relacionarem e criarem uma construção social permanente na instituição escolar.

Ezpeleta e Rockwell (1989, p. 58) apresentam bem esse cenário:

[...] em cada escola interagem diversos processos sociais: a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido.

Portanto, entender a escola como um espaço sociocultural requer a compreensão de duas dimensões: a primeira, é a de que há uma institucionalização formal de regras, para possibilitar o convívio dos sujeitos, e a segunda, direcionada à relação entre sujeitos, com destaque para acordos, desacordos, imposição de regras de forma individual ou coletiva e até mesmo o descumprimento dessas (DAYRELL, 1996).

Assim, sempre há um embate entre essas dimensões a fim de possibilitar a captação dos procedimentos formais escolares e confirmação dos papéis dos atores neste cenário escolar, com exposto por Dayrell (1996, p. 2):

Desta forma, o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva. Esta abordagem permite ampliar a análise educacional, na medida em que busca apreender os processos reais, cotidianos, que ocorrem no interior da escola, ao mesmo tempo que resgata o papel ativo dos sujeitos, na vida social e escolar.

Todo esse procedimento gera um empoderamento contínuo dos espaços de convívio, das regras de convivência, das ações praticadas e dos conhecimentos que vão dando formato à instituição de ensino, sendo um procedimento com interações recíprocas dos atores diversos deste cenário entre si e destes com a instituição educacional, que pode ser definido com um processo heterogêneo, em que várias interações vão gerando outras, ampliando o universo educacional naquele ambiente.

Dentre esses atores citados por Dayrell (1996), o foco deste estudo vem a ser o jovem, aquele que por ainda ser um ente inacabado, busca o conhecimento na escola, entidade de ensino esta que representa o Estado, que na visão de Freire (2001) tem a obrigação universal de tornar-se educativa para atender as necessidades dos seres humanos, e no presente estudo, pode-se entender o ser humano como o jovem com a necessidade de educar-se, de aprender, de ensinar, de ter conhecimento das atividades que lhe permeiam e são inerentes à sociedade em que vive.

O mesmo autor traz uma relação desta Educação Universal, obrigação do Estado, com a política, deixando clara a importância da política na formação educativa do e pelo Estado à classe chamada juventude.

Enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política da saúde, a dos transportes, a do lazer. A própria política em torno de como sublinhar este ou aquele conjunto de memórias da Cidade através de cuja só existência a Cidade exerce seu papel educativo. Até aí, a decisão política nossa pode interferir. (FREIRE, 2001, p. 13).

Diante das ideias e definições apresentadas, entende-se que, talvez, a Escola seja um bom agente socializador, para poder ter como fim a possibilidade da produção do conhecimento aos jovens sobre a política, sobre o modo de exercê-la e a importância da mesma na vida de cada cidadão.

3.2 Educação na Diversidade para cidadania

Após apresentar considerações sobre a escola, é necessário que seja analisada a questão de diversidade que tanto se manifesta no âmbito das instituições de ensino. No mundo sempre houve muita diversidade, porém não havia essa visão, somente com a globalização, em especial, pela ampliação dos meios de comunicação é que essa percepção da diversidade foi notada e a visão da humanidade homogênea e definitiva foi deixada de lado. Destaca-se que todos os comportamentos, aparências e pensamentos, na antiguidade, que eram diferentes dos padrões estabelecidos em uma sociedade, eram visualizados como diferentes, estranhos e, algumas vezes, até reprováveis, assim considerados como desvios de normalidade, originando o preconceito (CARDOSO, 2014).

A convivência entre os seres humanos no mundo pós globalizado deve ser realizada de forma diferente, já que não se vive mais em uma sociedade homogênea com definições imutáveis, onde se tinha uma visão centrada nos costumes, atitudes e conhecimentos de sua própria sociedade, deve-se, no mundo contemporâneo, estar preparado para a convivência não só com os semelhantes, mas também com aqueles que são, que pensam e que agem diferentes daquela visão do que seria o normal.

O ser humano não nasce sabendo tudo de tudo, na convivência com outros é que vai adquirindo valores, conhecimentos, orientações e, principalmente, formando sua personalidade individual, que irá diferenciá-lo dos demais ou fazer com que se aproxime de um determinado grupo, que mais se assemelhe aos seus ideais.

Assim, educar na diversidade é pautar-se no respeito à individualidade de cada ser humano ou grupo desses e ser respeitado da mesma forma. Para Cardoso (2014, p. 4) esse educar no âmbito da diversidade nada mais seria do que “ensinar e aprender junto com os alunos a conviver com pessoas, destacando nossas diferenças físicas, sociais e culturais”.

Falar em diversidade na educação exige, primeiramente, que haja o ensino de valores para o respeito de todos os indivíduos, independente de raça, etnia, religião, região que habita, situação socioeconômica, dentre outros fatores, e não apenas o respeito aos “semelhantes” ou ao “próximo” como foi apresentado pela educação tradicionalista.

Deve-se, ainda, ter em mente que os valores apresentados e ensinados aos indivíduos pela educação escolar podem ter interpretações diversas a depender do contexto histórico e das ideias daquela pessoa ou de seu grupo e, não obstante essas diferentes interpretações, pode ocorrer a fala “da mesma coisa em sentidos diferentes ou trata-se de coisas diversas, buscando neutralizar suas reais diferenças, em vista de uma diversidade cômoda e harmoniosa na

aparência” (CARDOSO, 2014, p. 5), assim a sociedade atual não apresenta aos seus integrantes valores, conhecimentos e orientações absolutas e inconciliáveis entre si, e a educação não pode mais continuar com essa perspectiva que não colabora na formação e interpretação da sociedade contemporânea.

A conjuntura atual exige uma atitude reflexiva, de sintonia fina, para distinguir os diversos sentidos de um mesmo valor não apenas aqueles vindos de culturas e civilizações diferentes, mas os vários sentidos que um determinado valor adquire numa mesma sociedade, devido a interesses diversos (CARDOSO, 2014, p. 5).

Como afirmado anteriormente, são diversos os sentidos que os valores podem ter e ser interpretados no mundo contemporâneo. Não é diferente o valor da tolerância que tem estreita ligação com o contexto da diversidade na educação.

Inicialmente, cabe citar o que se entende por tolerância, em uma visão mais tradicional eurocêntrica, que seria a ação de suportar o que é diferente do “normal”, sendo “normal” para a interpretação de um determinado indivíduo, que tem a cultura europeia como seu parâmetro, ou não agradável para uma determinada visão ou interpretação, o que traz por consequência uma relação de superior e subordinado. Há, ainda, um entendimento no sentido de que ter tolerância seria aceitar o outro por pena, em compadecência à diferença do outro, o que acentua mais um sentido discriminatório e de superioridade. Cardoso (2014, p. 7) exemplificou que “isso mostra que a relação europeu-indígena não foi vista somente como uma relação entre cultura superior e a inferior, mas também entre o bem e o mal”.

Em uma visão progressista, com o fim de extirpar a marginalidade sobre alguns, além de trazer a conscientização dos oprimidos e opressores sobre os tratamentos diferenciados, Cardoso (2014, p. 8) apresenta uma interpretação mais condizente com a lógica contemporânea.

É um conceito de tolerância comprometido com o respeito à diversidade cultural explicitada no mundo contemporâneo e ao mesmo tempo consciente do direito fundamental de cada povo à sua identidade cultural, livre de formas de dominação econômica e ideológica que o excluem de uma vida digna material e espiritualmente.

Há que se ter a noção que mesmo em um mundo com tantas diferenças de culturas, com grande desigualdade a mostra e onde ainda existem superiores e subordinados, nem tudo deve ser tolerável. A tolerância propriamente dita é aquela onde ocorre a extinção da violência, da opressão e da desigualdade. Entretanto, deve-se ficar atento para que não sejam tomadas atitudes de tolerância ou indiferença aos atos de opressão ou que instiguem as desigualdades sociais, pois estaríamos diante de uma tolerância passiva ou falsa tolerância.

Também relacionado à diversidade está o preconceito, já que se caracteriza não apenas pela desconfiança do que ou de quem é diferente, mas também como um julgamento em desfavor daquele que apresenta aspectos físicos, morais, sociais e/ou intelectuais diferentes e

diversos daquele indivíduo ou grupo de indivíduos tomados como referências, ou, ainda, definido como um prévio julgamento, sem um conhecimento mínimo que seja, com parcialidade e pré-disposição para formar uma opinião negativa em relação a determinada situação ou determinado indivíduo.

O ato preconceituoso, portanto, sustenta-se pela crença na desigualdade natural entre os seres humanos e isso implica em considerar-se como possuidor da verdade absoluta e como padrão de comportamento de referência para todos (CARDOSO, 2014, p. 10).

A escola não deve apenas formar estudantes e/ou cidadãos que respeitem a diversidade física, de pensamento ou comportamental na visão de Cardoso (2014), pois corre-se o risco de incentivar ainda mais as desigualdades presentes na sociedade, somente a partir dos valores referentes à diversidade e à desigualdade é que serão formados cidadãos que saberão diferenciar as pessoas diferentes daquelas com tratamentos desiguais.

É inegável a evolução nos estudos e nas ações contra qualquer forma de negar a dignidade humana, mas, ainda, constata-se diversas desigualdades sociais, econômicas, religiosas, intelectuais, étnicas e/ou culturais, que tornam cada indivíduo ou grupo desses diferentes uns dos outros.

Para Cardoso (2014) há dois posicionamentos que podem ser abordados no âmbito educacional para definir a diversidade e a desigualdade.

Na educação liberal, os conceitos diversidade, desigualdade e diferenças pessoais são vistos como realidades isoladas. Uma maior igualdade social somente ocorrerá com uma educação centrada no desenvolvimento das competências intelectuais, funcionais e morais do indivíduo. O posicionamento histórico-crítico parte da ideia de que os conceitos se inter-relacionam e, portanto, devem ser tratados conjuntamente. Assim, além do desenvolvimento das competências pessoais, a educação pode e deve preparar o indivíduo para atuar coletivamente, visando mudanças nas estruturas sociais que causam a exploração e exclusão de muitos (CARDOSO, 2014, p. 14)

Nesse sentido, é preciso pensar a educação no contexto da diversidade para o exercício da cidadania. No geral vê-se a definição de cidadania ligada a deveres e direitos de um indivíduo no seu ambiente de convivência, onde há reivindicações de direitos junto aos poderes públicos, que não cumpriram seus deveres junto à população. Ao mesmo tempo, a população tem obrigações de cumprir seus deveres junto à sociedade.

Todo esse esquema pode ser caracterizado como uma cidadania passiva, já que fica restrita a direitos e deveres pré-definidos pela legislação. Os jovens, inicialmente, devem sentir-se no exercício de uma cidadania ativa, ou seja, sentir-se parte de um país, querer e fazer o melhor para a sociedade, serem conscientes do empenho para construir um país melhor com uma ação coletiva, que tem a força motriz na ação individual, na ação concreta.

Verifica-se que a definição de cidadão de Aristóteles (2001), aquele que participa da vida política, é muito semelhante daquela adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro. Em termos jurídicos, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cidadão é o brasileiro (nato ou naturalizado) eleitor. O instrumento através do qual o brasileiro comprova e adquire a condição de cidadão é o alistamento eleitoral/título de eleitor, o que lhe possibilita o exercício de alguns direitos políticos previstos no ordenamento jurídico.

Cardoso (2014) traz como origem da cidadania ativa o pensamento grego, onde o cidadão exercia a cidadania com sua participação na administração da *polis* (termo grego para cidade), escolhendo seus representantes, convencendo e/ou sendo convencido pelo demais sobre decisões a serem tomadas para as soluções dos problemas da *polis*, finalizando ele diferencia os tipos de cidadania como : “Enquanto a cidadania passiva apenas enfoca direitos e deveres da vida em sociedade, a cidadania ativa refere-se a participação na vida da sociedade” (CARDOSO, 2014, p. 17).

A cidadania na temática juvenil apresenta relevância nesta visão que a sociedade tem sobre os jovens, em especial quando considerados os direitos e as participações de diversos sujeitos da sociedade.

Deve-se focar em primeiro lugar na cidadania ativa para se garantir a dimensão política da vida em sociedade e os jovens não devem ser tratados de forma diversa, o estímulo para o exercício ativo da cidadania é importante para garantir o futuro de uma sociedade democrática, estimulando-os a um pensar na coletividade, trabalhando práticas pedagógicas que os façam participar de decisões no âmbito escolar, o que lhes trará maior confiança na efetividade de suas participações na sociedade ao longo da vida. Cardoso (2014, p. 18) conclui que: “Em todas as fases de sua vida o ser humano deve ser respeitado como sujeito de direitos, podendo exercer uma específica cidadania ativa de participação nas decisões coletivas”.

Abramo (2007, p. 78), pondera que:

Toda vez que se relaciona a questão da juventude à cidadania, seja pelos atos políticos, seja pelas instituições que formulam ações para os jovens, são os “problemas” (as privações, os desvios) que são enfocados; todo debate, seminário ou publicação relacionados a esses dois termos (juventude e cidadania) traz os temas da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce, da violência. As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problema (para si próprios ou para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo porque regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos.

O que fica claro é que os jovens têm direitos não concretizados, mas estão muitas vezes ausentes dos debates, do exercício de sua cidadania, em raras exceções são apresentados como atores sociais com capacidade de participação nos debates, com propostas e definições

relevantes no exercício dos seus direitos de cidadão. Os problemas constatados podem estar vinculados à constituição dos direitos sociais e à forma como as desigualdades estão se distinguindo das políticas e o modo como está ocorrendo a criação de debates e negociações no âmbito político brasileiro.

Nas instituições de ensino ainda se percebe um distanciamento da igualdade dos currículos, sendo essa igualdade necessária para a defesa do interesse dos menos favorecidos, de uma participação e escolarização mais comum e de uma produção histórica da igualdade (MOREIRA; CANDAU, 2003). Para Connell (1993 *apud* MOREIRA; CANDAU, 2003) essa igualdade de currículos ou “justiça curricular” seria o nível de propostas pedagógicas a serem alcançadas para a diminuição das desigualdades do sistema educacional.

Deve-se estar atento não só às diferenças individuais, mas também às desigualdades, por isso a necessidade de uma orientação multicultural nas instituições de ensino e na elaboração de seus currículos, na busca de políticas para a igualdade e do direito a diferença. “As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos” (SANTOS; NUNES, 2003, p. 33).

A escola foi concebida como uma instituição mediadora para o desenvolvimento de uma função social, qual seja, produção de cultura, oferecimento de oportunidades de construção de saberes e formação de cidadãos conscientes de seus direitos, entretanto, pode não ser isto o que vem ocorrendo. Toda essa ideia baseia-se na igualdade e no direito de todos a oportunidades na educação e na escola, mas dessa maneira ocorre uma homogeneização dos conteúdos do processo escolar, assim havendo um esquecimento da visão de diversidade cultural, onde os indivíduos dessa diversidade, nas palavras de Moreira e Candau (2003, p. 160), “ao penetrarem no universo escolar desestabilizam sua lógica e instalam outra realidade sociocultural”.

É importante que a escola seja reconhecida como um local onde ocorrem choques de culturas e entrelaçamento de diversidades, o que impõe aos educadores uma reinvenção de suas posturas, a fim de criarem identificações com as diversas culturas dos estudantes, uma reinvenção da instituição escolar para se redefinir diante desta multiculturalidade e desta multidiversidade escolar.

3.3 Cultura política e cultura juvenil na escola: reflexões possíveis

O modo como as instituições de ensino pode colaborar na formação cidadã dos jovens passa pelo entendimento da cultura política de uma sociedade e, mais especificamente, pela socialização política. A cultura cívica não chega a ser uma cultura tradicional, mas também não é moderna, sendo uma cultura pluralista, com um embasamento comunicativo e de persuasão, onde há consensos com mudanças e moderações.

A importância desse âmbito cultural na política já era idealizada desde Platão, em sua obra “A República”, que defendia que para ser um governante o sujeito deveria ser instruído moral e intelectualmente, enquanto Aristóteles aduzia que cada povo teria um governo e/ou regime de acordo com o seu caráter. Ou seja, sempre sendo levada para alcançar o melhor em uma dimensão cultural. Avançando alguns séculos, Montesquieu entendia que a ação política de uma sociedade era dependente de fatores naturais, sociais e culturais. Assim também Rousseau, em sua obra “O Contrato Social”, que traz a ideia de que para a criação de leis o legislador deveria verificar o caráter específico de seu povo (SCHMIDT, 2000).

Clássicos da sociologia também são lembrados por Schmidt (2000, p. 28/29) pela importância de seus pensamentos sobre a cultura política.

[...] Karl Max é uma referência imprescindível para os estudos posteriores sobre o tema em análise, pelo vínculo de dependência que estabelece entre os fenômenos culturais (superestruturais) e a estrutura econômica [...] Antonio Gramsci, autor que leva em conta a importância dos fatores materiais, mas confere considerável autonomia à dimensão cultural [...] Max Weber, em cuja sociologia compreensiva, atitudes, sentimentos e valores são importantes variáveis explicativas [...].

Tais personalidades trouxeram importantes contribuições para as áreas da Psicologia Social, da Antropologia e da Ciência Política. Neste último campo inclusive onde o entendimento e o desenvolvimento sobre a cultura política ocorreram. Primeiramente com a teoria funcionalista, que traduz a sociedade pelos sistemas, onde seus componentes são interpretados pelas funções que os indivíduos exercem. Também a teoria comportamental que teve como objetivo o estudo do comportamento do ser humano como ator político, além de suas motivações, atitudes e expectativas (SCHMIDT, 2000).

A cultura política tem um maior e melhor desenvolvimento na segunda metade do século XX, mais especificamente, após a segunda guerra mundial. Detalhando a cultura no âmbito político, pode-se entender como orientações e conselhos relacionados à política, com atitudes direcionadas a determinada forma de atuar no sistema político e nos processos sociais. Essa definição pode, ainda, ser caracterizada como um modo de se comunicar com o sistema político, repassando o conhecimento, os sentimentos e as avaliações da comunidade

(ALMOND; VERBA, 2001 *apud* SILVA, 2017), ou como ações e comportamentos no âmbito político que os membros da sociedade detêm, bem como a consciência sobre suas funções.

A cultura política passa a ser uma área de estudos marcada pelo conteúdo específico desse conceito: cultura política como conjunto de atitudes e orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema. (SCHMIDT, 2000, p. 33).

[...]cultura política como orientações especificamente políticas e posturas relativas ao sistema político e seus elementos diferentes, sendo um conjunto de orientações relacionadas a um sistema de objetos e processos sociais. [...] falar sobre a cultura política de uma sociedade significa falar sobre o sistema político [...] (SILVA, 2017, p. 18).

A cultura política pode ser, também, conforme lições de Furtado (2017), caracterizada como as atitudes e as orientações ligadas ao âmbito político que os indivíduos detêm, considerando as funções que exercem na sociedade, que vão sendo construídas, montadas e/ou encaixadas ao longo de toda a vida através de processos de socialização política.

Um marco para esses sentidos do conceito de cultura política foi a obra de Almond e Verba, “*The Civic Culture*” (1963), que focou em um significado voltado nas orientações e atitudes políticas dos indivíduos em relação ao sistema político (SCHMIDT, 2000, ARAÚJO, 2007, SILVA, 2017).

A cultura política apresenta tipos, a depender do nível de conscientização e do tipo de participação dos cidadãos.

- a) Cultura Política Paroquial: uma cultura onde não existem funções definidas aos cidadãos, estes têm conhecimento escasso ou desconhecem a política, têm apenas uma expectativa por evoluções do sistema político, com uma orientação política mais afetiva do que cognitiva;
- b) Cultura Política de Súdito (ou do Sujeito): aquela em que os cidadãos conhecem e se orientam pela autoridade maior de sua sociedade, acreditando nela ou não, considerando-a legítima ou não e não desejam participar, atuam de forma passiva e mais afetiva, seguindo normativas legais, onde se sentem com certa limitação de sua competência política; e
- c) Cultura Política de Participação: aquela onde os cidadãos estão cientes de todo o sistema político e de suas estruturas, e têm um papel mais ativo e crítico ao governo, que pode variar a depender da aceitação ou não desse governo.

São tipos de culturas políticas que atuam de forma conjunta a depender do contexto histórico, social e econômico, e pelas características peculiares da sociedade ou do povo.

O conceito de cultura política, ao longo dos anos, foi sendo aperfeiçoado, definido na atualidade como conhecimentos, crenças, assunção de obrigações de valores políticos e com a política vivenciada. O produto dessa operação resulta na socialização, desde a infância, por processos educacionais e por constantes contatos dos cidadãos com os meios de comunicação, com as experiências sociais e econômicas de vivência em determinado sistema político vigente (SILVA, 2017).

A cultura política seria, então, como as atitudes padronizadas e os conselhos políticos dos e aos cidadãos, relacionadas aos sistemas políticos vigentes, sendo o resultado de relações entre os próprios cidadãos ou destes com o respectivo sistema político.

A cultura política, fruto da conexão entre políticas micros (motivações e atitudes dos indivíduos) e macros (estruturas e funções do sistema político), configura-se em três tipos ideais: 1) cultura política paroquial, caracterizada pela ausência de consciência política e de expectativas em relação ao sistema político; 2) cultura política moderada, aquela em que os membros têm consciência do sistema político, mas não estão dispostos a participar e 3) cultura política participante, caracterizada pela presença de cidadãos conscientes, ligados afetivamente ao sistema político e com capacidade avaliativa, propensos à participação política (AMORIM, 2006, p. 64).

Para além das culturas políticas e das instituições de ensino, a juventude está presente com culturas próprias e com diferentes identidades, assumindo e criando espaços onde ocorrem socializações específicas relacionadas às suas identidades, com manifestações práticas coletivas, representações, símbolos e rituais. Trata-se de um movimento em constante ebulição, onde a todo momento novas culturas/identidades surgem a partir da integração/interação daquelas presentes e representadas em um determinado momento naquela cultural juvenil (MARTINS; CARRANO, 2011).

As identidades na sociedade contemporânea não são impostas de modo hereditário ou institucional aos indivíduos, são escolhas próprias que os fazem ser reconhecidos socialmente de modos diferentes uns dos outros. É neste momento da escolha de identidades pelos indivíduos que está uma das principais funções das instituições formadoras (escolas) de jovens, qual seja, ajudar e direcionar em uma escolha consciente os rumos da vida, com a construção de valores e conhecimentos.

Assim fica caracterizada a hibridização de culturas, que expande as culturas juvenis aos diversos locais onde os jovens socializam e, como um movimento espiral, nesses locais novas culturas poderão surgir com novas interpretações e se expandir para outros.

Martins e Carrano (2011) entendem que as instituições educacionais não estão a contribuir para essa hibridização, à medida em que buscam nivelar todos os jovens ao simples

personagem “estudante”, sem possibilitar a exploração dessa gama de culturas políticas e juvenis que surgem fora de seus muros.

A escola conta com mecanismos de silenciamento que promovem a invisibilidade das práticas que não se encaixam nos cotidianos escolares institucionalizados e pouco aberto para as expressividades das culturas juvenis. Nesse contexto, o jovem é homogeneizado na condição de aluno que necessita responder positivamente aos padrões do ser “estudante” que a instituição almeja (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 45).

Ainda sobre o movimento espiral da hibridização cultural, pode-se dizer que forma uma cultura popular urbana quando há uma interação de diversos grupos identitários com a cidade e seus nichos, onde cada indivíduo será, algumas vezes, ator principal do movimento ou outras, objeto das mudanças socioculturais ocorridas naquele momento. Toda essa dinâmica constrói o que Martins e Carrano (2011, p. 45) denominaram de “teia social”, o que trouxe a conclusão de que a cultura poderia ser considerada como um “conjunto de contribuições, trocas simbólicas e resistências em que cada grupo se faz presente” (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 45/46).

Toda essa interação, que gera uma hibridização cultural com a formação de culturas populares urbanas diversas, está a ocorrer de modo espantosamente muito rápido no mundo contemporâneo e tal se deve muito à modernização em todos os sentidos pelos quais o mundo e sua população está atravessando ou atravessou, mudanças nos modos de ver a vida, de ser cidadão e de viver em sociedade, bem como a revolução tecnológica, em especial a expansão e evolução dos meios de comunicação. Assim, percebe-se que nas sociedades as diversas culturas estão a se entrelaçar, diante de vários grupos identitários presentes, mas pela carga cultural que esses trazem, às vezes semelhantes, outras contraditórios, sempre fazem nascer novas discussões e ideias. Assim também deve ser no ambiente escolar, onde jovens com diversas identidades estão presentes (MARTINS; CARRANO, 2011), o que pode potencializar a identificação do âmbito político, com diversidades de ideias, de discussões e de orientações.

Nota-se que a variedade de culturas de jovens em uma sociedade ocorre e modifica-se muito devido às novas identidades que surgem com o tempo. Não é possível tomar um determinado espaço como referência de cultura juvenil graças à instabilidade, por estar em constante mudança com substituição “por diferentes expressões que encontram na indústria cultural a possibilidade de difusão e apreensão de suas linguagens e identificações por parte dos jovens e da sociedade juvenilizada” (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 47).

A banalização das culturas juvenis torna-se uma preocupação diante da globalização cultural, na qual os verdadeiros valores e culturas formados pelos jovens são deixados de lado

e as indústrias vêm mercantilizando todos os símbolos marcantes das culturas juvenis, a fim de transformá-los em produtos com significados simplesmente visuais, no sentido de garantir a qualquer um, que tenha poder aquisitivo para tal, o rejuvenescimento e a beleza, assim “o mito da eterna juventude é mais uma vez ressuscitado, valorizando o ser jovem apenas nos seus aspectos estéticos e corpóreos” (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 46).

Nos espaços de vivências das juventudes há uma tendência para consumir e assumir uma cultura global, onde o consumismo seria o diferenciador de identificações e diferenciações da sociedade.

Essa cultura global, que se encontra vinculada ao consumismo, é consolidada de maneiras diferentes entre os indivíduos em razão das desigualdades socioeconômicas e de questões locais do âmbito de convivência daquele indivíduo, assim não sendo cumprida a potencial ameaça de homogeneização. Não obstante o consumo ser globalizado, as formas de consumir e se apropriar ainda são arraigadas no âmbito local, assim pode ser sugerido que as culturas juvenis têm por fundamento o “consumo de bens materiais e simbólicos que permitem observar as ligações entre o local e o global e as maneiras que as culturas se inter-relacionam e interagem naquele espaço” (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 48).

Falar em cultura juvenil, é falar de diversidades de culturas que se constroem por expressões específicas de cada grupo e pelas impressões ou percepções. Existem, ainda, culturas juvenis que são instituídas para contrapor as culturas institucionais, que pretendem assumi-las.

Verifica-se que a cultura política, e em certa medida também a cultura juvenil, é o resultado da junção de relações, orientações e atitudes que ocorrem entre os indivíduos e desses com a sociedade, que inicia na infância e continua em plena atuação/construção durante toda a vida do indivíduo e apresenta influência na ação política do mesmo, no seu papel em sociedade e no funcionamento do regime político. Assim, pode-se considerar que a cultura política tem íntima ligação com o âmbito político e, algumas vezes, com o âmbito eleitoral, facilitando o desenvolvimento e a evolução da socialização política (SILVA, 2017).

Termos como atitude, personalidade e comportamento políticos estão diretamente ligados aos estudos da cultura política, merecendo especial atenção para um melhor entendimento do todo.

Iniciando pela atitude política, essa pode ser definida como o possuir vontade de atuar quando diante de uma determinada situação política vivenciada por um indivíduo em um momento de convivência.

Atitude Política é a disposição relativamente persistente para agir diante de uma situação política. É uma propensão para ação, constituindo-se uma variável intermediária entre a situação em que vive o indivíduo e o seu comportamento. Em seu significado técnico, a atitude não pode ser tomada como sinônimo de ação ou comportamento. (SCHMIDT, 2000, p. 36).

Cabe também apresentar os componentes que constituem as atitudes políticas, quais sejam, os pensamentos, as crenças, os sentimentos, as emoções e as tendências para atuação. Quando são criadas tendem a facilitar o ajuste à sociedade, entretanto, quando criadas de forma muito rigorosa tendem a levar a ações repetitivas, sem um pensamento crítico dos atos (SCHMIDT, 2000).

Após estudos detalhados, Jean Meynaud e Alain Lancelot (1966, *apud* SCHMIDT, 2000, p. 36/37) apresentam a conclusão de que as atitudes políticas são formadas através de 3 tipos de experiências políticas: “[...] a) a experiência da relação com a autoridade; b) a experiência dos valores e problemas políticos; c) a experiência da sociedade com o regime político”.

Outra questão que muitas vezes é citada na cultura política, às vezes, de forma equivocada, com o mesmo significado de atitudes políticas, são as orientações políticas que podem ser definidas como características concretizadas de objetos e suas relações. Schmidt (2000, p. 38) pondera que: “Em palavras simples pode-se dizer que as atitudes são predisposições relativamente estáveis sobre determinados assuntos, enquanto as orientações são as concepções envolvidas nestas predisposições, os conteúdos das atitudes”.

Diante de um comportamento peculiar de cada indivíduo de sua socialização forma-se a personalidade política, com estabilidade e ordenação de suas atitudes políticas, integrando “constituição física, os caracteres morfológicos e fisio-químicos, os modos de interação entre as pessoas e o mundo, suas aspirações, afetos e modos de se comportar, cujo conjunto constitui o estilo próprio de cada um” (SCHMIDT, 2000, p. 38).

Quando se trata do tema atitude política, sempre vem à tona, ainda, o tema do comportamento político, havendo uma diferença sutil entre ambos. Enquanto o primeiro tem uma predisposição com certa estabilidade, o segundo é instável comportamentalmente, reagindo a solicitações momentâneas e impulsionado por outros determinantes, podendo ser através de uma ação/conduita (comportamento ativo) ou com uma expressão de opinião (comportamento passivo) (SCHMIDT, 2000).

O tema cultura política ainda envolve a questão da eficácia política, definida como o sentimento de confiança, que possui os atributos necessários para conseguir influenciar nas tomadas de decisões no âmbito político. Schmidt (2000, p. 42) ao se manifestar sobre este termo

esclareceu que “as pessoas que possuem elevada eficácia política acreditam que são capazes de influenciar o mundo da política, entendem que sua presença faz diferença, que as autoridades prestam atenção a indivíduos como ele(a)”.

Ligada à questão da confiança em si mesmo, a eficácia política revela que quanto maior for, maior será a confiança que o jovem terá em si para influenciar no cenário político em âmbitos escolares, laborais e/ou nas relações pessoais, havendo assim uma relação direta entre o âmbito de vivência do jovem e o exercício de atividades ligadas mais estritamente à política, tanto no âmbito governamental, como não governamental (SCHMIDT, 2000).

O conceito de eficácia política transcende, pois, o ideário liberal dos autores que o popularizaram, e se constitui num instrumento teórico valioso no estabelecimento de relações entre os elementos subjetivos e o sistema político e social [...] Como qualquer outra atividade, a eficácia política não pode ser considerada como causa da participação política. Ela favorece a participação, mas vários outros fatores estão envolvidos. Entretanto, há algo mais: o próprio senso de eficácia é afetado pelas oportunidades de participação. (SCHMIDT, 2000, p. 43).

Por último, mas não menos importante e ligada à cultura política está a questão do capital social. O capital social é um pré-requisito para ações conjuntas, coletivas ou cooperativas da população, já que expressa a confiança entre os membros da sociedade.

Capital Social refere-se ao grau de confiança existente num determinado meio social. Trata-se, pois, de confiança dirigida a outras pessoas, a qual é um pressuposto para a ação cooperativa [...] A confiança social, interpessoal, é um pressuposto para a ação organizada. (SCHMIDT, 2000, p. 44).

Há uma tendência diante desse quadro de que em sociedades com democracias mais antigas e consolidadas os cidadãos possuam uma elevada confiança social, ou seja, um maior capital social para com os outros cidadãos e com as instituições, ao contrário de sociedades com regimes autoritários ou democracias mais novas, onde os cidadãos possuem certa desconfiança (SCHMIDT, 2000).

Vale lembrar que o capital social não é um termo criado recentemente, tendo sido melhor desenvolvido, conforme estudos de Morais (2017, p. 46-47), por teóricos como “Bourdieu (1980 e 1989), Coleman (1988 e 1994), Putnam (2005), Portes (1998), Fukuyama (2002), entre outros. No entanto, ganhou destaque com a obra de Putnam sobre a cultura cívica e o desenvolvimento regional na Itália”.

Putnam (1993, p 177) traz sua visão sobre o capital social no seguinte sentido: “[...] capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.”

No campo político o conceito de capital social é ampliado para incluir além da confiança, normas e sistemas, onde este conjunto em uma sociedade conduz a uma melhora nas atuações coletivas.

Schmidt (2000, p. 44) completa sua ideia de capital social da seguinte forma:

Onde há confiança entre os cidadãos, há tendência inercial para a manutenção de relações cooperativas e de reciprocidade. Onde impera a desconfiança, a tendência inercial é de conflitos e enftretamentos, derivados em boa parte da trajetória histórica.

Em geral, há uma grande insatisfação da população com o poder público e com os políticos, não se desagregando dessa vertente estão os jovens, o que lhes causa certa apatia e desconfiança pela política em si. Motivo que chamou a atenção de estudiosos no tema de atitudes políticas, comportamentos políticos e capital social dos jovens para tentar reverter esse quadro. Muito se fala em aumentar o capital social da juventude, como forma de melhorar a confiança própria e no outro, o que por consequência poderia alavancar uma melhora política e econômica da sociedade (SCHMIDT, 2000, ARAÚJO, 2007).

A esperança de um futuro com inovações e a resolução dos problemas atuais passa pela atuação dos jovens que se encontram em uma transição para a vida adulta, por serem caracterizados com inovadores, que aceitam riscos com mais facilidade e dispostos a mudanças, entretanto, a sociedade não disponibiliza todas as ferramentas, nem para a mudança, nem para demonstrar e reconhecer neles as possibilidades de mudança.

A juventude apresenta-se, sob a visão da população em geral, da mídia e da escola, como uma categoria com características homogêneas, quais sejam, encontrar-se em um momento de crise na vida e ser mera receptora passiva de valores, orientações e conhecimentos da cultura dominante ou das gerações antecedentes. Vale lembrar, ainda, a visão de que a sociedade de consumo globalizada viria moldando os jovens a bem de seus interesses e não da cultura juvenil. Em oposição, levando em consideração toda a diversidade de sua formação, a juventude altera-se, constantemente, graças aos conflitos pelos quais passa e pelas diversas relações em sociedade que são alteradas pelo tempo. Não é possível categorizar a juventude com um conceito restrito e fechado diante de sua diversidade de modos de ser e dos variados meios de aquisição dos bens materiais e simbólicos (MARTINS; CARRANO, 2011).

Para Martins e Carrano (2011) a melhor visão seria enxergar a juventude pelos seus sujeitos, pela interpretação desses da sociedade e em que medida os valores propostos em sociedade afetam as suas formações.

Incluir questões de classe, de poder, econômicas, sociais, étnicas, políticas, dentre outras tão importantes no ambiente escolar é de extrema importância a fim de que os jovens

entendam a dinâmica e sintam-se parte desse processo, garantindo a visibilidade às suas culturas e a conexão de suas identidades com as instituições de ensino.

Entender os jovens na atualidade é um exercício que leva a ter múltiplas visões e considerações, já que na construção de suas personalidades e na caracterização dos grupos juvenis fatores como poder aquisitivo, questões socioeconômicas, saúde, trabalho, escolarização própria e dos pais, etnia e gênero deverão e serão de grande influência na formação individual.

Os jovens têm certa dificuldade para adentrarem, por exemplo, em ambientes laborais, seja por problemas sociais, seja pela crise de desemprego, o que lhes dificulta, também, construir um espaço próprio a partir dos valores que consideram adequados, assim tendem a adentrar em espaços sociais adultos, que já possuem valores pré-estabelecidos e que não representam os jovens, daí a possibilidade de conflitos geracionais quando os jovens apresentam seus valores em um espaço buscando representatividade. Assim também vem a ocorrer nas instituições de ensino que não dão representatividade, como deveriam dar, à juventude (MARTINS; CARRANO, 2011).

Do mesmo modo, a invisibilidade imputada pela escola aos jovens ao traduzi-los apenas à condição de alunos contribui para adjetivá-los negativamente sempre que expressem suas atividades através de marcadores culturais próprios desse período da vida (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 52).

Muitas são as características da cultural juvenil, dentre essas, algumas são visualizadas a partir da frequência com que aparece entre os jovens, entretanto, algumas são interpretadas como supostos problemas pelos pais, responsáveis ou pelas instituições de ensino, que insistem em solucioná-los, sob a argumentação/justificativa de proteger os jovens, mas sem ao menos ouvi-los o que têm para falar sobre os seus maiores interesses. Essas atitudes tendem a não solucionar nada e a acirrar os conflitos geracionais.

[...] determinadas atitudes parecem reforçar os distanciamentos intergeracionais justificando a maneira dos jovens olharem os poderes constituídos com certa desconfiança e descrédito, assim como possibilitam o surgimento de novos problemas e conflitos [...] (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 52).

Algumas características dos jovens que poderiam ser utilizadas para a construção de uma nova realidade/cultura a bem da sociedade, como são estranhas às gerações ascendentes, que possuem um pensamento mais fechado e conservador, acabam não sendo consideradas a contento ou consideradas como rebeldia, entretanto, esta vem a ser apenas a forma como os jovens têm de se opor a cultura dos adultos que dominam aquele momento.

[...] todas as culturas contra-hegemonicas buscam estratégias de legitimação que, na maioria das vezes, configuram-se à margem do que está posto enquanto o instituído.

É provável que a maior visibilidade provocada pelas formas de expressão juvenis que são marcadas por resistência e provocação, assegure-lhes essa adjetivação que na verdade é própria de todos aqueles que estejam em oposição e lutam por mudanças (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 53).

A partir do momento que os jovens e seus grupos buscam formas de manifestarem suas identidades, de se exporem e se tornarem donos de seus próprios destinos, a fim de solucionarem as situações problemas que entendem como tal, em oposição à cultura dominante, no caso a cultura dos adultos, é que se está diante da construção de uma cultura juvenil. Essa pode ser até mesmo uma busca por certa mudança geracional com reinterpretações que garantam a continuidade da geração antecedente (MARTINS; CARRANO, 2011).

O mundo moderno trouxe diversas mudanças, dentre elas pode-se destacar as diversas visões e os infinitos valores das relações sociais absorvidos pelos jovens, em profunda divergência com as instituições tradicionais, defendidas pelas gerações dos adultos. Por isso, a escola precisa estar atenta para que os jovens construam perspectivas da vida, ambições pessoais, sociais e profissionais diversas das que foram planejadas, devendo haver uma maior abertura às novas ideias, aos novos comportamentos e, especialmente, um maior empenho no diálogo entre as gerações para que aos jovens seja garantida uma maior e mais efetiva participação nas decisões tomadas a bem da sociedade (MARTINS; CARRANO, 2011).

As instituições escolares têm um papel de grande relevância em todo esse processo de participação entre gerações, entre culturas (política e juvenil), e de inclusão dos jovens, já que possuem como função basilar a colaboração na formação cidadã dos jovens, atuando com uma cultura própria e única, baseada em personagens (família dos jovens/estudantes, professores, gestores e estudantes), em discursos e linguagens (como forma de interação), em instituições (instituições educacionais e o seu respectivo sistema) e em práticas do seu cotidiano. Assim, a escola tende a oferecer à sociedade uma cultura com programas oficiais/institucionais, com a apresentação de objetivos educacionais a serem alcançados junto aos e para os jovens, denominada de cultura escolar, esta pode ser considerada como “adquirida na escola e encontrada nela não somente seu modo de difusão, mas também sua origem” (SILVA, 2006, p. 202).

As escolas estão organizadas não só por planos governamentais, mas também pelas relações que derivam de sua própria existência como um grupo da sociedade, onde conseguem trazer novas interpretações das normas, dos valores e das práticas adotadas, dessa forma construindo toda uma estrutura peculiar à sua cultura.

A instituição escolar e seus professores podem abrir campo ao entendimento adotando a investigação e a escuta como ferramentas para compreensão das identidades e

comportamentos de seus jovens alunos e de suas jovens alunas que são simultaneamente criadores e criaturas da diversidade das culturas dos grupos juvenis presentes na sociedade urbana [...] Através da elaboração de linguagens em comum, a escola pode recuperar seu prestígio entre os jovens, bem como o prazer deles estarem em um lugar que podem chamar de seu [...] (MARTINS; CARRANO, 2011, p.54).

Silva (2006) traz uma sutil diferença entre os termos cultura da escola e cultura escolar. Enquanto a cultura da escola poderia ser definida como um aglomerado de características do cotidiano da instituição, com os seus processos, normas, valores, ritos e pensamentos, a cultura escolar seria caracterizada pelos saberes que formam o embasamento para o trabalho de professores e estudantes. Tudo estaria a fazer parte do mundo social da escola, definido como “os elementos estruturais determinantes nos processos pedagógicos, organizativos, de gestão e de tomada de decisões no interior da escola, responsáveis pela instituição [...] (SILVA, 2006, p. 205).

A cultura escolar poderia, ainda, ser delineada como um mix de normas e ações práticas, com definição do que ensinar e quais práticas inserir no cotidiano, portanto, a escola fica marcada com atribuições de dotar os jovens/estudantes de meios para obter o conhecimento e imprimir no espírito dos mesmos práticas e hábitos úteis para a participação na política da sociedade.

Essas suposições, basicamente, querem trazer uma participação política e cidadã mais efetiva dos jovens, o que se tornará real a partir de uma noção de empoderamento desses, ocorrendo um envolvimento mais assertivo e responsável dos jovens, com participações, discussões e decisões que seriam consideradas nos rumos das políticas públicas (ARAÚJO, 2007, SILVEIRA; AMORIM, 2005).

A relevância deste aporte teórico para explicar o distanciamento e a apatia dos jovens em relação à vida política pauta-se pela ideia de que quando os cidadãos participam ativamente de redes associativas, maior a confiança depositada no poder público. [...] Relacionar a noção de empoderamento à proposta de construção de capital social na juventude sugere a necessidade de realizar práticas de intervenção na realidade como forma de reverter o sentimento de apatia e o comportamento de repúdio em relação à vida política. Portanto, requer a promoção de processos de socialização política, objetivando possibilitar aos jovens noções sobre direitos, cidadania e engajamento cívico em atividades coletivas e solidárias. (SILVEIRA; AMORIM, 2005, p. 158).

Necessário o desenvolvimento de ações para a mudança desse possível cenário de apatia e desinteresse dos jovens pela política. Seria o momento ideal para trabalhar junto às noções de capital social e atitude política a questão do empoderamento. Silveira e Amorim (2005, p. 158) definem esse último termo como “um processo que visa fortalecer a autoconfiança de grupos sociais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum”.

Esse ato de empoderamento dos jovens é uma tentativa de ampliar o capital social com a construção e consolidação de projetos comuns para o bem da sociedade, com uma maior assunção de responsabilidades pelos jovens, um melhorando de suas participações cidadãs e tornando-os um dos atores principais nos processos políticos.

[...] discutir os conceitos de capital social e empoderamento no contexto da educação tem como proposta a educação cidadã, cujo objetivo é promover e formar na juventude uma orientação política que incentive a participação e a intervenção no meio sociopolítico. (SILVEIRA; AMORIM, 2005, p. 159).

Araújo (2007) adere à relação entre o empoderamento e a juventude, mas acrescenta, ainda, a noção de que esse ato de empoderamento dos jovens pode trazer a esses uma reflexão crítica sobre as estruturas políticas.

O que, de fato, está em questão é a ideia de que empoderar é a capacidade de proporcionar a reflexão e a ação das práticas cotidianas como uma proposta de intervenção na realidade, através de um processo intencional e conscientizador no âmbito educacional. Nesse sentido, a proposta de Paulo Freire pode ser de grande valia, uma vez que empoderar é a capacidade de possibilitar a reflexão e a ação nos temas geradores, presentes no processo de ensino e aprendizagem, podem desencadeá-los. (ARAÚJO, 2007, p. 60).

Há a ideia de que as sociedades apresentar-se-iam mais desenvolvidas, quanto maior o seu capital social, onde este representaria as práticas sociais, as normas e as interações de confiança entre os membros da sociedade, havendo, ainda, um maior estímulo à cooperação recíproca (MORAIS, 2017).

O capital social tem relação direta também com a socialização política, já que em sociedades com baixo capital social, a probabilidade é maior para que a socialização política ali seja pouca ou de baixa qualidade.

[...] a cultura política é um componente do sistema político, que ajuda a explicar tanto a estabilidade quanto as transformações do sistema. Pode, em determinados momentos, ser o elemento principal da estabilidade ou das mudanças, mas nem sempre se constitui no elemento determinante. Ela é, portanto, condição necessária mas não suficiente para explicar umas e outras [...] a cultura política é uma variável interveniente no estudo do sistema político. (SCHMIDT, 2000, p. 55).

Conforme já discutido por Dussel (2007), na obra as “20 Teses de Política”, a ruptura da ordem política vem pela corrupção, sendo esta denominada de fetichismo, onde há um exercício de poder autorreferente, ao invés do exercício delegado desse. A base para esta ideia pode ser encontrada no Princípio do Poder Obediencial, que determina que quem manda, deve mandar obedecendo, já que tem mandato proveniente do poder de uma determinada comunidade que lhe delegou o mesmo para representá-la (DUSSEL, 2007). Na mesma obra traz a ideia de que diante da corrupção, a política tornou-se uma mera administração burocrática

e que o poder somente seria o exercício de dominação. Para a superação desse problema é preciso a criação de uma nova política ou de uma nova cultura política, diferente da conhecida pela sociedade atual, com uma densa mudança da situação e do conhecimento do povo, verdadeiro detentor do poder.

O que vêm por aí é uma nova civilização transmoderna, e por isso transcapitalista, para além do liberalismo e do socialismo real, onde o poder era um tipo de exercício da dominação, e no qual a política se reduziu a uma administração burocrática. (DUSSEL, 2007, p. 10).

Vale destacar que a cultura política na América Latina se desenvolveu durante a redemocratização em vários países, ligados a lutas por plena cidadania, entretanto, as necessidades da população não foram atendidas, apesar da efetividade da redemocratização implantada, ocorrendo uma certa desilusão dos cidadãos (SILVA, 2017).

A definição de cultura política traz uma visão ampla sobre várias temáticas democráticas, dentre comportamentos políticos e eleitorais. O foco do presente estudo dentro desse universo vem a ser a socialização política, em especial aquela ligada aos jovens.

3.4 Socialização política na escola

Apresentada a cultura política, necessária a apresentação de como é realizada essa culturalização, onde seria este processo da socialização política, com a formação de atitudes e orientações políticas.

O termo socialização pode ser entendido como um procedimento ou dinâmica de ensino, com a adoção de comportamentos, atitudes, regras e valores sociais compartilhados entre os indivíduos de uma determinada coletividade e em um determinado momento. Silva (2017, p. 23) considera que: “A socialização política é uma linha teórica dentro da cultura política e suas pesquisas e estudos que estão relacionados à questão da formação política dos indivíduos”.

Jahoda (1993, p. 710/711) nos detalha bem o significado de socialização no “Dicionário do Pensamento Social do Século XX”.

Processos pelos quais os seres humanos são induzidos a adotar os padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social [...] A socialização é um processo de aprendizagem latente – ou seja, na absorção inadvertida de formas consideradas evidentes de relacionamento com os outros.

O indivíduo quando nasce, não nasce socializado, nasce com uma pré-disposição para ser socializado, não se torna um ser social de forma espontânea, é necessário ensinar,

desenvolver capacidades, habilidades e orientações para transformar competências. Com a experiência essas etapas vão ocorrendo e a integração com a sociedade vai acontecendo.

A socialização é um processo essencialmente ativo que se desenrola durante toda infância e adolescência por meio de práticas e das experiências vividas, não se limitando de modo algum a um simples treinamento realizado pela família, escola e outras instituições especializadas. (BELLONI, 2007, p. 58).

Há um início com uma interiorização dos conhecimentos observados pelos indivíduos, com a compreensão e apreensão dos acontecimentos do mundo no qual outros indivíduos já vivem, podendo ser formada uma identificação mútua entre os mesmos, já que não somente vivem em conjunto, mas participam uns com os outros das atividades do dia-a-dia (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Para Berger e Luckmann (2004, p. 175) isso seria a socialização, acrescentando que: “[...] pode assim ser definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor.”

Com o surgimento de uma nova geração, sempre será necessária uma nova socialização, nova no sentido de ser realizada novamente. Portanto, os seres dessa nova geração são socializados pelas relações estabelecidas e pelas influências recebidas da sociedade de que fazem parte, objetivando que viabilizem a sociedade como um todo (BELLONI, 2007).

A socialização é vista como uma forma de educar os indivíduos, com o fim de apaziguar conflitos, com a interiorização de normas morais/comportamentais, buscando desenvolver uma “consciência coletiva, num contexto novo de crescente individualismo” (BELLONI, 2007, p. 65), trazendo, sempre que possível, um consenso.

Dessa forma, verifica-se a ligação direta entre o processo de socialização e o processo de ensino relacionados aos comportamentos, condutas, normas, regras e formas de atuação do indivíduo inserido em uma sociedade.

Fica clara a ampla gama de assuntos que a socialização pode trazer a debate, cabendo nos ater ao tema proposto que será a socialização no âmbito político ou socialização política, que pode, ainda, apresentar várias questões sobre a formação política dos cidadãos.

A socialização política pode ser apresentada como uma forma de ensinar ou educar sobre as culturas políticas existentes na sociedade aos indivíduos mais novos ou às novas gerações da comunidade.

O termo socialização política é usado de modo razoavelmente unívoco na literatura, designando o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações. (SCHMIDT, 2000, p. 57).

A problemática para Schmidt (2000), Araújo (2007) e Furtado (2017) não seria como a socialização política é conceituada, já que há um consenso sobre tal definição, mas em que momento ela ocorreria (socialização primária ou socialização secundária), qual seria esse momento mais propício, quais agentes socializadores atuariam (família, escola, igreja, meio de comunicação, etc), de que forma (socialização latente ou socialização manifesta), o que pretenderia englobar, como ocorreria essa produção, aquisição e ou compartilhamento do processo.

Entendia-se, até a década de 1960, que as crianças não eram socializadas por não estarem preparadas para o “submundo” da política, com os estudos de Hyman, divulgados na obra “*Political Socialization*”, de 1959, houve uma mudança de posicionamento, tendo-se constatado que as diferenças entre os adultos se davam graças a origem dos seus desenvolvimentos, com destaque a identificação partidária. Almod e Verba, na obra “*The Civic Culture*”, de 1965, apresentaram resultados de estudos comprovando que quanto mais participação as crianças e jovens tinham em decisões familiares e em debates durante sua aprendizagem na Escola, mais autoestima e confiança tinham para enfrentarem e opinarem nos assuntos políticos em sua vida. Easton e Dennis, na obra “*Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy*”, de 1969, concretizaram essa posição ao concluírem que as crianças, mesmo não tendo entendimento sobre a política em si, tinham certa compreensão sobre experiências, opiniões e sentimentos a outros aspectos do sistema político, graças a influência da família na transmissão de atitudes e comportamentos políticos (SCHMIDT, 2000, ARAÚJO, 2007, SILVA 2017, FURTADO, 2017).

Este modelo caracterizou 3 pressupostos: orientação política é aprendida na infância, o aprendizado na infância modela posteriores modificações e as modificações posteriores seriam mínimas.

Na Europa, a francesa Ana Percheron, no início da década de 1970, apresenta discordância de tais conclusões, pois tem em mente que o processo de socialização política é uma ação contínua para toda a vida do indivíduo. Há uma certa descontinuidade de atitudes políticas durante as fases da vida, já na juventude ocorre uma ruptura com as ideias da infância e um empréstimo de ideias dos adultos, e situações do cotidiano como trabalho, a mudança de âmbito escolar ou de moradia, o casamento e/ou a maternidade/paternidade modificam as atitudes anteriormente constituídas. Jennings e Niemi apresentam estudos (“*The political character of Adolescence: The Influence of Families and Schools*” - 1974), indo ao encontro das ideias de Percheron, sobre a socialização política nos adolescentes e adultos, demonstrando que a família não seria mais a principal agente socializadora, especialmente quando possuísse

aspectos econômicos e socioculturais desfavoráveis, momento no qual a escola começa a exercer maior influência na formação das atitudes políticas nos jovens. Sigel, organiza a obra “*Political Learning in Adulthood: a Sourcebook of Theory and Research*”, em 1989, onde traz ideias mais maduras sobre a socialização como um procedimento em constante e permanente mudança, resultante de experiências adquiridas, desde a infância pelo indivíduo, através do individualismo de cada um ou pela interação na sociedade (SCHMIDT, 2000, ARAÚJO, 2007, FURTADO, 2017).

Conclui Schmidt (2000, p. 62) que: “a autora insiste na importância do impacto dos processos e eventos históricos, sem desconhecer a singularidade de cada indivíduo, especificado pela personalidade política individual”.

Esse individualismo pode ser caracterizado pela construção inicial identitária do indivíduo em contato com outros, indo além de interiorização e transmissão de culturas, no qual reconhece-se os outros indivíduos da sociedade e incorpora papéis a serem desempenhados perante a sociedade (FURTADO, 2017, BELLONI, 2007).

Baseando-se em pesquisas brasileiras, Schmidt (2000) concluiu que a socialização primária, ocorrida na infância, deixa marcas importantes, mas fatos ou traumas do cotidiano podem modificar essa socialização, que viria a ser a socialização secundária.

Luckmann e Berger (1983) e Setton (2005), diante das abordagens coletivas e individualistas da socialização, apresentam ideias com uma análise mais detida sobre as socializações primária e secundária.

A primeira, segundo os autores, define-se pela imersão da criança em um mundo social no qual vive não como um universo possível entre todos, mas como o mundo, o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*. Essa imersão se faz a partir de um conhecimento de base que serve de referência para que ela consiga objetivar o mundo exterior, ordená-lo por intermédio da linguagem, bem como refletir e projetar ações passadas e futuras. É a incorporação desse saber de base *na e com* a aprendizagem primária da linguagem – oral e escrita – que constitui o processo fundamental da socialização primária, pois assegura a posse subjetiva de um eu e de um mundo exterior [...] socialização secundária, aqui definida como a “interiorização de submundos institucionais especializados” e/ou a “aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho”. Seriam saberes vistos como maquinarias conceituais que compreendem um vocabulário, um programa formalizado, um verdadeiro universo simbólico veiculando uma nova concepção de mundo, que, ao contrário dos saberes de base da socialização primária, são definidos e constituídos em referência a um campo especializado de atividades, adquiridos sobretudo nas instituições escolares. (SETTON, 2005, p. 340)

A criança não interioriza o mundo dos outros [...] Interioriza-se como sendo o mundo, o único mundo existente e concebível [...] É por esta razão que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrincheirado na consciência [...] A socialização primária realiza assim o que (numa visão retrospectiva, evidentemente) pode ser considerado o mais importante conto-do-vigário que a sociedade prega ao indivíduo, ou seja fazer aparecer como necessidade o que de fato é um feixe de contingências, dando deste modo sentido ao acidente que é o nascimento

dele [...] A socialização secundária é a interiorização de “sub-mundos” institucionais ou baseados em instituições. [...] exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 180/185).

Assim, o primeiro momento que ocorre esse processo é na infância, através dele o indivíduo torna-se membro de uma sociedade, sendo esta a socialização primária. A partir do momento que o indivíduo passa por outros processos, após já integrado na sociedade, para a aquisição de outros conhecimentos e integração em outros grupos sociais, pode-se dizer que se trata do processo chamado de socialização secundária. Percebe-se que a socialização primária é a mais importante, já que fornece as bases para que ocorra a secundária (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Pela socialização primária o indivíduo, a princípio, não tem escolhas, são apresentados atitudes, orientações, experiências e conhecimentos previamente estabelecidos pelas gerações anteriores, que têm que serem aceitas para que o indivíduo possa iniciar sua participação na sociedade. Não há simplesmente uma interiorização de atitudes, orientações, experiências e conhecimentos, e sim uma interiorização dos únicos elementos conhecidos e/ou concebidos, o que torna a socialização primária mais firme em sua interiorização. Outra curiosidade relacionada à socialização primária, é que ela varia entre as sociedades em razão da cultura específica adotada para cada uma, o que gera socializações primárias diferentes entre os indivíduos.

Desta forma, percebe-se uma socialização partindo de uma mudança social e não só como “reprodução da ordem ou da total coerência e identificação entre o indivíduo e sociedade” (SETTON, 2005, p. 341), com uma mudança ou transformação das características, opiniões e culturas incorporadas na socialização primária.

Berger e Luckmann (2004) entendem que a socialização primária finaliza-se quando o indivíduo toma consciência, ainda que de forma generalizada, do outro, após a concretização da cultura inicialmente imposta.

Neste momento é um membro efetivo e possui subjetivamente uma personalidade e um mundo. Mas esta interiorização da sociedade, da identidade e da realidade não se faz de uma vez para sempre. A socialização nunca é total nem está jamais acabada. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 184).

A partir do momento que em uma sociedade ocorrem as divisões das funções e dos conhecimentos específicos, torna-se necessária a socialização secundária. Portanto a socialização secundária é aquela produção de conhecimento e distribuição de papéis aos indivíduos que já possuem uma base formada a partir da socialização primária, assim Berger e

Luckmann (2004, p. 158) também se manifestam: “Socialização secundária é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta e indiretamente com raízes na divisão do trabalho”.

Passando por uma visão clássica de socialização, deve-se ter uma visão contemporânea defendida por Setton (2005), com a compreensão de uma nova forma das socializações experimentadas.

A partir de experiências tidas pelos indivíduos, tanto de modo individual, como coletivo, no sentido de não serem apenas condutas automáticas, realizadas em obediência às normas da sociedade e sim definidas por princípios diversos, com a combinação de várias lógicas, é que se geram diversas atividades, capacidades críticas para construção da sociedade, demonstrando que os indivíduos não se apresentam totalmente socializados, já que sempre haverá uma combinação da subjetividade dos mesmos com a objetividade necessária para o atuar em determinada situação (SETTON, 2005).

[...] essa pluralidade que permite falar de ator e não de agente, pois a construção de uma coerência da experiência e de uma capacidade de ação é uma exigência. As experiências sociais são combinatórias subjetivas de elementos objetivos (SETTON, 2005, p. 343).

Ainda dando atenção à heterogeneidade das experiências na socialização, Setton (2005) deixa clara a complexidade atual das relações familiares, educacionais, laborais e/ou de amizades, tendo em vista a precocidade com que os indivíduos entram em contato com todos esses universos e outros, o que faz com que as crianças e os jovens convivam cada vez mais com situações diversas, concorrentes e/ou contraditórias durante a socialização pela qual passam, que muito dependerá da coerência dos princípios de socialização que estão inseridos.

Chega-se à constatação de que o indivíduo pode não possuir a mesma posição ou o mesmo papel em todos os universos que atua, o que lhe garante diversas experiências na contemporaneidade, o que leva Setton (2005) a concebê-lo como um ator plural.

[...] é possível afirmar que, contrários ao posicionamento clássico que, grosso modo, concebe as instâncias da socialização com a função de transformar valores e normas sociais em papéis identitários, os autores consideram, não obstante, que a sociedade contemporânea se caracteriza pela heterogeneidade de princípios de ação [...], é possível conceber suas práticas e experiências sociais com base em uma combinação de várias lógicas de ação, que os ligam a uma variedade de espaços institucionais [...] O que se observa é uma tendência à articulação e negociação constante entre valores e referências institucionais diferenciados e as biografias dos sujeitos (SETTON, 2005, p. 345).

Apesar de diferentes, as correntes teóricas apresentam em comum a ideia do indivíduo ser constituído ou socializado pelas interações na qual participa, por suas experiências nos diversos universos em que está inserido.

Vale ressaltar que, nos últimos 30 anos, diante da ampliação do acesso aos meios de comunicação (rádio, TV, *internet*, redes sociais, etc.), esses se tornaram importantes agentes socializadores, competindo com a família e a escola (FURTADO, 2017, SCHMIDT, 2000).

Existem outras agências socializadoras, como o âmbito laboral, religioso, etc, mas somente apresentam alguma influência e/ou relevância na socialização de um indivíduo a depender da trajetória e do momento de vida do mesmo, nesse mesmo sentido Furtado (2017, p. 24):

As pesquisas internacionais e nacionais da área destacam as influências das principais agências de socialização, tal qual: a família, a escola, grupos de pares, a mídia, internet, entre outros [...] O indivíduo socializado é visto assim como um produto das influências múltiplas da sociedade, e o objetivo da socialização, para grande parte destes estudos é a manutenção de um sistema político específico.

A importância das agências de socialização fica evidente no papel que desempenham durante as socializações políticas primária ou secundária e latente ou manifesta, entretanto, há algumas condições importantes que também influenciam em todo esse processo como idade, gênero, etnia, escolaridade, situação socioeconômica, profissão, região de convívio, etc.

Existem variáveis que estimulam uma diferenciação entre indivíduos, enquanto outras buscam a unificação.

Enquanto a família, a classe social, o bairro e, às vezes, a religião são fatores de diferenciação das crianças, a escola e a mídia funcionam como fatores de unificação – o objetivo é o consenso ou a coesão social -, difundindo os valores e as normas que se pretende sejam comuns a todos os membros de uma sociedade. (BELLONI, 2007, p. 59).

Assim conclui-se que a socialização política não ocorre de forma única, não há um padrão universal já que tanto os tipos de socialização, como as condicionantes, atuam de forma conjunta, socializam politicamente cada indivíduo de uma forma diferente, de acordo com suas peculiaridades.

[...] é primordial considerar todas as condições que marcam a vida dos indivíduos, assim como suas características pessoais. Até mesmo o período histórico é relevante para o resultado das pesquisas, pois as mudanças que acontecem por meio da globalização e da evolução das tecnologias influenciam nos comportamentos políticos. (SILVA, 2017, p. 25)

[...] a socialização política é sempre um processo datado, histórico-social, assentado em uma realidade sócio-temporal específica; a pesquisa deve, pois, levar em conta os condicionantes históricos do grupo ou país, bem como a conjuntura mais imediata em que vivem os indivíduos [...] (SCHMIDT, 2000, p. 11).

Foi demonstrada uma atenção sobre os fatos intencionais e não intencionais de socialização pelos estudiosos da área, sendo criadas as expressões: socialização latente, para expressar uma transmissão de socialização política de forma difusa e não programada, e socialização manifesta, que seria uma socialização política explícita, programada e sistematizada, realizada por outras instituições, que não a família, em especial a Escola (SCHMIDT, 2000, MORAIS, 2017). Pode-se dizer que na medida que o indivíduo envelhece, a socialização latente diminui e a socialização manifesta cresce.

A socialização política manifesta apresenta-se de grande importância na formação cidadã dos indivíduos, em especial dos jovens, e em uma educação voltada para a formação e consolidação das democracias (SCHMIDT, 2000, SILVA, 2017).

Assim pode-se concluir que a socialização política ocorre desde o nascimento do indivíduo e desenvolve-se por toda a sua vida, a depender dos agentes de socialização, dos condicionantes e/ou aspectos individuais do cidadão.

Belloni (2017) vai além, entendendo que a socialização, inclui nesta ideia a socialização política, não é apenas um processo de transmissão de valores, orientações e saberes pelas agências de socialização, complementada de influência de elemento do ambiente natural e social, mas é, também, um procedimento de construção, através de uma atuação ativa do jovem com todos os elementos da sociedade de sua convivência, “[...] é o resultado da interação de crianças e adolescentes com o meio ambiente social e natural em que eles vivem, e não apenas como querem certas abordagens clássicas, o efeito da ação da sociedade e suas instituições sobre a criança” (BELLONI, 2007, p. 62).

A falta de formação política ou a formação política inadequada dos jovens pelos agentes de socialização como a família e a escola, dentre outros, é que vem gerando um desinteresse constante pelo campo político, conforme Moraes (2017) conclui.

A definição do que é, como ocorre e onde ocorre a socialização política contribui na construção da compreensão do modo como os jovens estão sendo preparados para a vida política em si, com o desenvolvimento de suas habilidades a fim de estimular ou não a construção de uma cultura política com ampla participação dos indivíduos.

O conceito de socialização política ilumina justamente o processo de preparação dos jovens frente a assumir e exercer a atividade política conforme os modos convencionais e estabelecidos pelas gerações anteriores. (CASTRO, 2009, p. 479/480).

E em todo esse processo, a escola é reconhecida como a principal agente de socialização política manifesta, já que é responsável por uma transmissão intencional de socialização política aos jovens, complementando sua formação. Em parte, a família também tem essa responsabilidade, realizando a formação de forma integral, com a colaboração no desenvolvimento de uma consciência crítica pelos jovens, um incentivo para que estes participem na sociedade de maneira mais ativa com a assunção das responsabilidades inerentes à sua participação. Jovens esses que têm sido a preocupação desde a antiguidade, para a formação de uma consciência cidadã, sendo também uma preocupação demonstrada na atualidade em vários países. Na Europa foi criado o Programa Eurydice (EC, 2016), que tem em um de seus núcleos a preocupação com o declínio do número de jovens que estão a participar dos processos políticos eleitorais europeus, focando na necessidade de incentivar espaços de vivências e de experiências para mudar essa realidade com a construção de valores democráticos, solidários e de interculturalidade nos jovens europeus (CAETANO, 2016), além de haver uma percepção de inexistência ou da pouca transmissão de uma socialização política consciente e com qualidade.

Na socialização política dos jovens para formar e desenvolver cidadãos politicamente ativos ou para que exerçam plenamente a cidadania, o que se deve objetivar pela escola é a preparação dos jovens para que tenham condições de pleno uso dos seus direitos, garantindo aos mesmos a participação no âmbito político da sociedade em que estão convivendo.

[...] cidadão é aquele que, em uma determinada comunidade política, usufrui plenamente dos direitos civis (liberdades individuais, direitos de escolhas), dos direitos políticos (direito de participação em coletividades) e dos direitos sociais (direito à educação, saúde, emprego, moradia, etc). Pode-se considerar cidadão aquele que participa na sociedade. (ROMIG *et al.*, 2015, p.3).

Valer ressaltar o carácter de intermediário da escola, no sentido de ser uma agência de socialização política secundária, que inicia o processo de forma intencional (socialização política manifesta), com o indivíduo em transição da fase infantil para a fase da juventude, transformando-o, preparando-o e/ou moldando-o em jovem, construindo e/ou indicando costumes, atitudes e dando oportunidades de aquisição de novos conhecimentos ou entendendo as culturas próprias, adquiridas de outras formas, trabalhando-as no âmbito escolar. Em uma etapa seguinte, inicia-se uma preparação para a construção de uma personalidade, voltada para a entrada em um mundo adulto, a fim de conseguir enfrentar as dificuldades e embates que surgirão nesta próxima fase de vida (ROMIG *et al.*, 2015).

Verifica-se uma certa desconexão entre a juventude, com sua cultura juvenil, e a escola, com a sua cultura própria. Enquanto os jovens aderem à escola com expectativas de se

integrarem, de fazerem parte, de apresentarem suas perspectivas do ideal, seus conhecimentos de geração, suas necessidades e batalhas, a escola apresenta-se como uma instituição autoritária com o objetivo de padronizar todos os jovens à condição de “estudantes”, desconsiderando a diversidade dos mesmos, impondo regras, normas, orientações e socializações a fim de criar e desenvolver um sistema de ensino, assim a “escola desconsidera, portanto, a cultura juvenil, a qual se caracteriza por dinâmica, diversa, flexível e móvel” (ABRAMOVAY; FIGUEIREDO; SILVA., 2019, p. 25).

Diversas mudanças estão a ocorrer em nossas sociedades desde modernas e rápidas formas de comunicação e obtenção de informações pela internet, passando por questões de classe social, opção de gênero, de religião, etc. Todas essas mudanças trazem o encargo às instituições de ensino e seus educadores de se adaptarem a todas as determinações da sociedade, que devem ser preparadas para obter êxito nos novos desafios a serem enfrentados durante a socialização política dos jovens (ROMIG *et al.*, 2015).

O professor tem um dever de, como representante da instituição de ensino e agente mais próximo dos jovens, ter a sensibilidade de entender os jovens em suas buscas, anseios e capacidades de realizações, ao invés de simplesmente tentar enquadrá-los ao padrão da cultura escolar, a fim de compor uma socialização integrada entre a cultura juvenil e a cultura escolar.

Às instituições de ensino cabem uma nova análise sobre esse procedimento de socialização, com a compreensão da linguagem juvenil e seus modos de manifestação, respeitando as diferenças e diversidades, amenizando o autoritarismo escolar, escutando as vivências juvenis que se formam nas ruas, no seio familiar ou nas comunidades, com análises críticas de seu papel perante a sociedade e os jovens, que serão formados/construídos, sem imposição de um cultura dominante, mas com a integração de diversas culturas (ABRAMOVAY; FIGUEIREDO; SILVA, 2019).

A falta dessa integração só traz desvantagens para os jovens, que não se sentem parte daquela ideia, o que lhes traz um sentimento de falta de vontade e que, algumas vezes, leva ao abandono dos estudos/escola, e para os professores, que cultivam um sentimento de que não são valorizados e respeitados pelos jovens, potencializando diversas espécies de violências de ambas as partes.

Muitas vezes, se baseia em uma violência de cunho institucional, a qual se fundamenta na inadequação de diversos aspectos que constituem o cotidiano da escola – como o sistema de normas e regras que pode ser autoritário; as formas de convivência; o Projeto Político-Pedagógico (PPP); os recursos didáticos disponíveis e a qualidade da educação – em relação às características, expectativas e demandas dos alunos, o que gera uma tensão no relacionamento entre os atores sociais que convivem na escola (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003) e a negação do acervo cultural, de rua, que os

jovens trazem para dentro das escolas (ABRAMOVAY; FIGUEIREDO; SILVA, 2019, p. 26).

As instituições escolares, representantes do Estado e delegatárias da educação aos jovens, têm o dever de conscientizá-los sobre o exercício consciente da cidadania, dotando-os com os conhecimentos, hábitos e atitudes para uma formação cidadã e política (SANTOS, 2009).

A escola tem o objetivo de propiciar ao aluno a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso de um saber sistematizado a fim de socializar o saber, este fator dependerá da boa ou má administração da educação, dependendo das ideologias que norteiam a ação pedagógicas (ROMIG *et al.*, 2015, p. 5).

Os jovens devem ser preparados para uma participação ativa e efetiva na política da sociedade e para tal, como uma das principais agências de socialização, cabe à escola a promoção de um enriquecimento de aprendizagens essenciais que ensejarão caminhos favoráveis para um incremento cultural, político e científico aos educandos, que terão uma visão da escola como uma referência para as atitudes a serem tomadas no futuro.

A disponibilização de ingresso em uma instituição ensino aos jovens traz aos mesmos um desenvolvimento pessoal, algumas vezes uma melhora na compreensão sobre as formas de combate às discriminações/segregações relacionadas à opção de gênero, à raça, à religião, à classe social, etc. Devem ser vistas essas instituições não só como locais de possibilidades de ocorrências de socializações, onde são formados/construídos cidadãos com bagagem crítica cultural, política e científica, mas também como locais que ensejarão oportunidades futuras, que construirão competências e capacidades para acrescentar às culturas juvenis, para que esses jovens possam enfrentar as novas situações que surgirem ao longo da vida, com assunção de responsabilidades e um sentimento de pertencimento à sociedade e aos seus rumos (ABRAMOVAY; FIGUEIREDO; SILVA, 2019).

Adaptando seus métodos pedagógicos, a escola realiza uma socialização política mais crítica e responsável dos jovens/estudantes, com um incentivo a uma participação mais intensa na sociedade, garantindo uma visão das diversas ideologias existentes. Complementando essa afirmação Romig *et al.* (2015, p. 8/9) relata que:

[...] a escola também deve estar analisando qual o papel dos professores ou educadores nas suas práticas diárias em sala de aula, pois a escola é a base de um processo capitalista, o professor deve então assumir um diálogo político e assim direcionar o pensamento dos seus educandos tornando-os intelectual.

Partilhando dessa ideia da escola como formadora e instrutora de orientações, atitudes e saberes da área política aos jovens está Araújo (2007, p. 36):

Nesse processo, apontamos que, sobretudo, os conteúdos de sociologia, filosofia, história permitem a socialização do aluno por estarem vinculados a fatos de ordem política. Aqui, destacamos a proposta educacional de um dos maiores expoentes da educação, o professor Paulo Freire. Sua proposta pedagógica é levar os alunos, a partir da leitura do mundo, a se posicionarem dentro do sistema político. Até mesmo os métodos de ensino usados em sala de aula podem contribuir para a socialização política na medida em que se exige a participação, permitindo uma capacidade de atuar em grupo. Porém, caso o professor faça uso de métodos centralizados na sua pessoa, pode levar o aluno a ter uma predisposição à passividade e à ineficácia, assim como os métodos centrados na iniciativa individual que favorecem o senso de autonomia, também trazem em si o risco do individualismo.

Há a ideia de que educar fortalece conceitos democráticos, desenvolve termos como cidadania, confiança, solidariedade e responsabilidade, conseqüentemente incrementa a vontade de participar de forma mais ativa. Schmidt (2000, p.70) reforça esse pensamento quando declara que “a educação é o principal preditor de orientações e valores democráticos – este é um dos grandes insights da socialização política”.

Para Rousseau (1958, p. 300 *apud* SANTOS, 2009, p. 51) a formação cidadã não é uma tarefa rápida e deve ser realizada desde a infância: “formar o cidadão não é tarefa de um dia, e, para contar com eles quando homens, é preciso instruí-los ainda crianças”. E ousou acrescentar às palavras de Rousseau que a instrução deve ocorrer durante toda a vida, em especial durante a juventude, quando os jovens estão formando suas consciências políticas críticas, iniciando as atividades políticas em si (em especial no Brasil o exercício do voto, que pode iniciar tal exercício aos 16 anos) e estão em uma transição para a vida adulta.

Nos dias atuais o que se espera das escolas é que exerçam uma atribuição/função não apenas de transmitir os conhecimentos humanos acumulados pela sociedade, mas, principalmente, participar na formação da sociedade e de seus membros, incentivar e possibilitar a construção do conhecimento daqueles que estão sob os seus cuidados, sob os seus ensinamentos, realizando uma preparação dos jovens para saberem lidar com as contradições e os conflitos que surgem em uma sociedade, para saberem lidar com a política.

O desejo de ir à escola mistura-se com a vontade de obtenção de conhecimento, o que é crucial para a aquisição de capital cultural. Portanto, a relação dos alunos com o saber e com a escola tem afinidade com seu cotidiano, suas experiências, sua forma de ver a vida e com as maneiras pelas quais a escola responde ou não às suas expectativas como local de aprendizagem, de construção de saberes, de socialização e de convivência (ABRAMOVAY; FIGUEIREDO; SILVA, 2019, p. 28).

De tudo o que se pode dizer é que a participação de todos os integrantes do ambiente escolar, dentre estudantes, professores, gestores e familiares dos estudantes, de forma responsável e com mútua assistência, melhora a qualidade do processo de ensino/aprendizagem da socialização política nas escolas e para que isso ocorra torna-se necessária uma

administração democrática em que os rumos/caminhos da escola devam ser direcionados por uma decisão coletiva, a fim de que todos se sintam integrados, responsáveis pela escola e confiantes uns nos outros (ABRAMOVAY; FIGUEIREDO; SILVA, 2019).

Para Freire (1996, p.38) a escola tem um papel bem mais amplo do que simplesmente passar conteúdos: “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Pode ser acrescentado que ensinar também é uma forma de intervenção e de conscientização sobre a política aos jovens, que serão futuros eleitores, futuros cidadãos de pleno direito e futuros políticos.

O presente estudo tem especial interesse nos indivíduos com idade entre 16 e 17 anos, que estão em um processo de maior definição de seus ideais e iniciam ou podem iniciar uma atuação mais ativa no âmbito político, tendo em vista a possibilidade de alistarem-se como eleitores e votarem em seus representantes na política.

IV – O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentadas as formas como ocorreram a produção de dados da pesquisa de campo e como se realizou a análise desses dados produzidos, tomando, para isso, da análise temática, conforme Braun e Clarke (2006), a partir da adoção dos passos detalhados pelas autoras.

4.1 Procedimentos preliminares para a análise

A metodologia de análise dos dados escolhida e que melhor adequou-se ao presente estudo foi a análise temática, tendo como referência para tal os ensinamentos das pesquisadoras Braun e Clarke (2006), que apresentam de forma simples, porém completa, os passos a serem traçados para que um pesquisador tenha sucesso em sua análise, conseguindo realizá-la de forma organizada e detalhada.

Em uma primeira etapa deve-se familiarizar com os dados disponíveis na pesquisa, pela leitura e releitura, tendo muita atenção aos pontos relevantes e aos padrões constatados, ainda que com algumas pequenas dissonâncias, a fim de conseguir moldar ideias e padrões mais consolidados.

Independente da realização de um detalhamento ou de uma generalização, com o encontro de temas latentes ou semânticos, com um direcionamento realizado pelos próprios dados produzidos ou com a literatura previamente pesquisada, o essencial é o pesquisador criar intimidade com os dados produzidos na pesquisa em geral, a fim de conseguir melhor codificar, categorizar e interpretar o conjunto de dados em análise nas etapas posteriores.

Braun e Clarke (2006, p. 15), de forma didática e simples, apresentam um ensinamento valioso para essa etapa: “[...] é uma boa ideia começar a tomar notas ou apontar ideias para codificação para as quais você vai voltar na fase subsequente. Tendo feito isso, você está pronto para começar o processo mais formal de codificação [...]”.

Em pesquisas que possuem entrevistas ou instrumentos semelhantes há uma necessidade de transcrições para a realização da análise temática e com este ato pode-se considerar o início da mesma, já que realizando a referida transcrição, de forma detida e concentrada, o pesquisador estará familiarizando, interpretando e, até mesmo, poderá fazer um início de codificação dos dados.

Na etapa seguinte, inicia-se a geração dos códigos, momento no qual o pesquisador já está um pouco mais familiarizado com os dados e com ideias/temas iniciais definidos. A partir desta etapa o pesquisador deve produzir códigos partindo da interpretação dos dados. Os códigos deverão identificar os dados que aparentam ser relevantes para a pesquisa. Os dados são unidades mais simples que os temas, esses são categorias mais amplas.

Em uma análise temática indutiva, os temas surgirão a partir da análise dos dados produzidos, enquanto em uma análise temática dedutiva, que tem como norte a teoria, os dados serão codificados de acordo com os temas delineados, assim Braun e Clarke (2006, p. 17) deixam o alerta para que: “Trabalhe sistematicamente em todo o conjunto de dados, dando plena e igual atenção a cada item, e identifique nos itens que podem formar a base de padrões repetidos (temas) em todo o conjunto”.

Após o pesquisador identificar e codificar todos os extratos dos conjuntos de dados, deve agrupá-los de acordo com a proximidade de cada um, finalizando essa etapa. Em um terceiro momento, partindo-se da codificação e de um agrupamento dos extratos que tratam de ideias semelhantes, faz-se uma triagem do que é relevante ou não, do que trata da mesma ideia ou não, além da criação de possíveis temas ainda não definitivos ou subtemas importantes e esclarecedores para uma análise completa. Encerra-se este momento com as escolhas dos extratos relevantes vinculados aos temas provisórios e/ou subtemas concretizados.

Na próxima etapa o pesquisador poderá estar com uma enorme quantidade de temas e subtemas, com muitos extratos codificados vinculados, por essa razão é necessária uma releitura atenta para fazer um refinamento tanto dos extratos, como dos temas e subtemas, a fim de “verificar se os temas trabalham bem com relação ao conjunto de dados” e analisar a necessidade de “codificar quaisquer dados adicionais dentro dos temas que tenham sido perdidos em estágios anteriores” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 20).

Um quinto passo indicado é, após o refinamento dos extratos, dos temas e dos subtemas, o pesquisador buscar um melhor detalhamento com um reconhecimento da essencialidade dos temas e subtemas, atentando para que não seja amplo ou complexo demais. Uma reanálise dos extratos é uma ajuda importante nesta tarefa. Cada tema deve ter sua narrativa própria, desde que esta seja coerente com o contexto da pesquisa. Ao final, deve ser possível definir, de forma clara e concisa, os temas e suas nomenclaturas, se ainda não tiver sido feito.

Diante de todo o conjunto de dados devidamente analisados, definidos e codificados, inicia-se a etapa final da análise temática, qual seja, a redação do relatório, onde o pesquisador deve, através dos temas, subtemas e extratos de dados, descrever uma narrativa lógica e

coerente, fornecendo seus argumentos, justificados pelos extratos de dados selecionados, em consonância com os temas e subtemas apresentados. Braun e Clarke (2006, p.22) assim se manifestam sobre o relatório final: “A tarefa de relato de uma análise temática, seja para publicação ou para um trabalho de pesquisa ou dissertação, é contar a história complicada de seus dados de forma que convença o leitor do mérito e validade de sua análise”.

Diante de todo o referencial teórico já apresentada nos capítulos anteriores, decidiu-se, em um primeiro momento, realizar uma análise temática dedutiva, aquela em que há um bom embasamento teórico para definição dos temas a serem trabalhados junto aos dados que serão esmiuçados. Assim foram escolhidos como temas iniciais: formação e conscientização política e cidadã dos jovens, a corrupção política e o papel da escola na formação política dos jovens.

Vale ressaltar que, não obstante, a escolha pelo tipo dedutivo de análise temática, uma posterior análise dos dados, com maior familiarização dos mesmos, em especial daqueles produzidos em pesquisa de campo, possibilita que novos temas surjam ou os temas inicialmente construídos sejam transformados em outros, partindo, assim, para um tipo indutivo de análise temática, como ocorreu na presente pesquisa e será demonstrado adiante.

Um modelo teórico que oferece categorias previamente definidas e testadas empiricamente requer, para sua aplicação na análise de orientação dedutiva, um prévio domínio da literatura que o fundamenta e de estudos semelhantes que também o utilizaram (SOUZA, 2019, p.54).

A análise dos dados da presente pesquisa foi realizada a partir de leituras repetitivas do material bibliográfico de referência, o que possibilitou encontrar temas recorrentes, em um primeiro momento, os quais foram selecionados como os temas iniciais.

Conforme se verificará adiante, foram realizadas leituras e releituras, de forma atenciosa, em todos os dados produzidos (entrevistas transcritas e questionários respondidos), a fim de possibilitar a familiarização supramencionada, com o objetivo de realizar uma interpretação, uma codificação e uma categorização da melhor forma possível nas etapas posteriores.

Segundo Braun e Clarke (2006), para finalizar uma análise temática torna-se necessário solidificar os temas definitivos, a partir daqueles iniciais/provisórios, com as nomenclaturas adequadas, para que seja realizado um relatório que descreverá, da melhor forma possível, uma narrativa lógica e coerente, com o fornecimento de argumentos e justificativas pelos extratos de dados selecionados, em consonância com os temas e subtemas apresentados em definitivo.

Àqueles com olhares mais detalhistas sobre o procedimento da análise e que percebam algum “atropelo” de etapas, com posterior retorno a uma etapa anterior, podem entender estar ocorrendo uma análise fora do padrão apresentado pelas pesquisadoras Braun e Clarke (2006), entretanto, essas pesquisadoras admitem não haver um padrão a ser seguido, sendo que a análise temática é uma modalidade flexível, o que deve estar bem definido é como o pesquisador conduzirá sua pesquisa.

Parte da flexibilidade de análise temática está nela permitir que você determine temas (e prevalência) de diferentes formas. O importante é que você seja consistente na forma como você faz isso dentro de qualquer análise particular (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 09).

Vale lembrar, ainda, a manifestação de Braun e Clarke (2006, p. 13) de que a “análise temática envolve um constante movimento para frente e para trás pelo conjunto de dados, pelos extratos codificados que você está analisando, e pela análise deles que você está produzindo”.

Para uma melhor organização durante a categorização, utilizou-se o programa ATLAS.ti²⁵ para realizar a análise temática. Este programa foi criado para o auxílio em pesquisas qualitativa e quantitativa, permitindo a inclusão de vários tipos de documentos, inclusão de notas e anotações, inclusão de codificações prévias, cruzamentos de dados, dentre outros recursos que poderão facilitar a pesquisa, sem tirar a qualidade necessária para a análise, trazendo uma melhor visualização do todo.

4.2 Um olhar no Projeto Político Pedagógico da Escola

Com o fim de ter uma melhor visualização do campo de pesquisa selecionado, qual seja, a Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, entendeu-se ser necessária uma análise de seu Projeto Político Pedagógico, verificando se as propostas ali apresentadas dialogam com o arcabouço teórico da presente pesquisa.

O Projeto Político Pedagógico da referida escola foi elaborado no ano de 2019 e complementado em 2020, a fim de atender às demandas do REANP – Regime Especial de Atividades Não Presenciais, criado em razão da pandemia da COVID-19, como forma de adequação das atividades escolares ao período de aulas *on-line*. No geral, o projeto define um planejamento constante e participativo das ações educativas a serem realizadas no âmbito organizacional, operacional e pedagógico, com o fim de adequar-se ao Regimento Escolar, aos

²⁵ Maior detalhamento sobre o programa ATLAS.ti será apresentado adiante.

Planos de Ensino-Aprendizagem e aos Projetos Escolares, tudo em respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

A produção do projeto, com o objetivo de fazer uma construção colaborativa e reflexiva, com a acolhida das várias visões e dimensões da cultura escolar, foi elaborada com a participação dos gestores, da equipe pedagógica, dos professores e dos representantes dos pais e dos estudantes, sendo apresentado como principal objetivo a ampliação do senso de pertencimento e engajamento da comunidade escolar com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Da leitura do referido projeto percebe-se a inclusão de proposições que bem dialogam com os entendimentos de Arendt e Dussel sobre a política, apresentadas no capítulo 1.

A Escola Estadual Professora Corina de Oliveira compreende o mundo atual como um espaço em constantes transformações humanas, políticas, sociais, científicas, tecnológicas e ambientais. Seu desafio sempre foi oportunizar aos alunos uma educação que englobe essas transformações de forma dinâmica e atualizada. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 250)

A Escola Estadual Professora Corina de Oliveira busca construir uma sociedade crítica que conheça e reconheça os direitos e deveres humanos, condizentes com a justiça, a ética, a democracia, a estética e a política (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 251)

Por meio do trabalho desenvolvido em todas as disciplinas, a reflexão sobre a filosofia da escola procurará fazer aflorar em cada um a importância do senso do dever e da responsabilidade de todos no uso da liberdade para bem viver em sociedade [...] a equipe docente incentiva os alunos com a realização de projetos pedagógicos e sociais que despertem o interesse pela construção de um futuro de melhores expectativas com a participação consciente e efetiva no meio em que vivem. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 252).

Essas passagens podem ser entendidas como uma forma que a Escola busca para, através de uma atividade organizada, promover ações para o bem de seus estudantes, ou seja, expressam o sentido de política ao qual Arendt (2002) defende. Acrescente-se, ainda, que o fim a ser alcançado está em constantes transformações ao longo do tempo, cabendo as adequações necessárias, devendo a Escola entender a necessidade de um ensino que inclua as mudanças constantes da sociedade.

Ao apresentar a liberdade como valor a ser utilizado pelos estudantes, para incentivá-los a um agir pelo bem comum da sociedade, de forma responsável e afirmativa, a instituição de ensino vai ao encontro das conclusões de Arendt (2002) que entendeu a liberdade como um movimento constituído no meio social para iniciar uma ação de interação com os demais indivíduos, com a aquisição de novos conhecimentos e a formação de políticas para o bem de

todos, conjugando ideias e vontades de diversos indivíduos com o encontro de um denominador comum, assim também sendo esclarecido por Dussel (2007).

Noções sobre o político de Dussel (2007) também podem ser descobertas no projeto quando relata que: “Já as noções de cidadania são trabalhadas com a escolha e definição dos alunos representantes por sala, também na participação em conselhos de classe e reuniões do colegiado, bem como nos projetos e nas atividades escolares”. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 274).

Essa referência traz uma dimensão do político de Dussel (2007), onde um indivíduo é escolhido para receber, de forma delegada, o exercício da *potentia* (o poder do povo), a *potestas*, que no âmbito escolar poderia ser representado na escolha pelos estudantes de um deles, para representar a todos no âmbito escolar junto à direção da escola, de forma a seguir os interesses da maioria (poder obediencial), sem se desviar dos objetivos ou em descompasso com os interesses dos estudantes representados, sem se corromper (fetichização do poder).

Em outras passagens do Projeto Político Pedagógico em debate, encontram-se metas de tornar os estudantes protagonistas do processo de ensino-aprendizagem, o que se alinha à proposta da teoria do protagonismo juvenil, apresentada por Groppo (2016; 2018), no capítulo II, onde ao jovem busca-se dar mais atenção, dar mais voz ativa e demonstrar interesse e entendimento sobre suas falas e opiniões na construção das políticas públicas nos diversos âmbitos de convivência, a fim de incentivá-los em atuações mais afirmativas e críticas, em escolhas e julgamentos mais acertados para si e para sua sociedade.

Portanto, nossos educandos são sujeitos de aprendizagem, conscientes do caminho que devem percorrer para alcançar seus objetivos futuros. São muito críticos e seguros ao expressarem os seus pontos de vista, as suas crenças, anseios e, principalmente, ao reconhecerem a escola como parceira e incentivadora, responsável por fazê-los capazes de conquistar a sua projeção futura. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 256)

[...] a escola oportuniza o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovem a dignidade humana e igualdade de direitos, desenvolvendo projetos, cujo envolvimento torna os alunos protagonistas. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 274)

A gestão democrática é construída diariamente nas atividades escolares, desde as propostas em sala, até as decisões sobre os investimentos a serem realizados na instituição. Nesse sentido, são diversos os espaços institucionalizados que contribuem para a construção de um ambiente participativo e, em todos eles, há o incentivo ao protagonismo estudantil pela gestão escolar. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 280).

Os temas da diversidade e da cidadania escolar também são trabalhados no projeto, como nos seguintes dizeres:

Ao abordar a qualidade educacional é preciso levar em consideração a implementação de uma educação que busque formar cidadãos conscientes do ambiente que os cerca e das diferenças existentes entre os diversos sujeitos que compõem nossa sociedade. [...] A educação, assim, tem como objetivo desenvolver competências e habilidades necessárias à formação de cidadãos conscientes e respeitosos. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 271)

O reconhecimento e a valorização das diferenças e diversidades podem contribuir para a aprendizagem dos estudantes, uma vez que facilita o trabalho dos educadores abrindo portas para um aprendizado maior e melhor [...] (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 274).

Cardoso (2014) bem traduz essas proposições de que a educação no âmbito da diversidade seria a produção do processo de ensino-aprendizagem aos estudantes para que convivam em total respeito com as individualidades de cada ser, ou seja, com as diferenças em todos os seus aspectos.

Quando a escola objetiva o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação dos cidadãos, pretende-se que sejam fixados ensinamentos de valores como diversidades e desigualdades, para que os estudantes tenham condições de se tornarem cidadãos com condições de distinguir indivíduos diferentes dos que estão sendo tratados desigualmente e que consigam restabelecer uma igualdade social, conforme lições da Cardoso (2014), apresentadas no capítulo III.

Ao abordar o tema cidadania, o projeto da escola apresenta a necessidade de formação dos jovens/estudantes como cidadãos conscientes de seu âmbito social, assim também Cardoso (2014) deixou claro que para se tornar um cidadão, este deve não só ser respeitado e respeitar, como também efetivar ações concretas de participação nas decisões de interesse da sociedade, sempre que lhe for permitido, ou seja, focando-se em uma cidadania ativa.

A socialização política também é um dos pontos apresentados pela Escola Estadual Professora Corina de Oliveira em seu projeto ao trazer ligações com a presente pesquisa.

Além disso, é fundamental que a escola se organize melhor em seus tempos e espaços, garantindo o desenvolvimento integral dos estudantes. Para alcançar esse objetivo, é necessário trabalhar com a comunidade escolar, conscientizando-a de que as competências e habilidades serão os pilares que sustentarão a construção do conhecimento, a inter-relação entre as diversas áreas do saber, impactando positivamente na socialização da aprendizagem construída como intervenção e transformação da sociedade. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 253)

Entendendo a participação política como parte da formação integral dos estudantes, a escola deve proporcionar a esses discentes um ambiente aberto ao diálogo, à convivência democrática e sensível às suas reivindicações, corroborando para a permanência das crianças e jovens na escola. (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 280).

Ao trazer para si o objetivo de desenvolvimento integral dos estudantes, com o incremento de suas competências e habilidades para a formação do conhecimento, para a geração de consequências “na socialização da aprendizagem construída com a intervenção e transformação da sociedade”, pode ser compreendido como um procedimento dinâmico da educação, inserindo comportamentos, atitudes e valores nos indivíduos, no presente caso nos estudantes, que podem representar culturas políticas existentes na sociedade, o que Schmidt (2000) denominou de socialização política.

Com o entendimento da necessidade de haver um ambiente de amplo e irrestrito diálogo com e entre os estudantes, a escola reconhece que a construção dos indivíduos/estudantes não será integral sem uma participação no âmbito político, assim tem a noção de sua função como agente de socialização secundária e manifesta, na qual contribui na aquisição do conhecimento de papéis específicos e de outros “submundos” presentes na sociedade, como bem explicado por Berger e Luckmann (2004), quando tratam de socialização política no capítulo III.

Essa importância da participação política pelos estudantes admitida no projeto político pedagógico analisado é bem condizente com Schmidt (2000), que destaca como muito importante o procedimento de socialização política manifesta na formação cidadã dos indivíduos/estudantes, focada para construir e consolidar os sistemas democráticos de poder.

Percebe-se que a instituição de ensino, formalmente, encontra-se com foco na formação e no desenvolvimento de seus estudantes como cidadãos politicamente ativos para que tenham plenas condições de exercer a cidadania, com compreensão de todos os detalhes de seus direitos e deveres para atuação no ambiente de convivência, assim como uma tentativa de garantir a participação plena e eficaz dos discentes no âmbito político da sociedade, seguindo a mesma trilha do pensamento de Romig *et al.* (2015).

4.3. O aprendizado com o Programa ATLAS.ti

Como inicialmente apresentado, foi utilizado o Programa ATLAS.ti no processo de análise de dados produzidos na pesquisa de campo, programa esse que foi desenvolvido para o auxílio no processo de gerenciamento e organização das análises dos dados produzidos em pesquisas de campo, entretanto, o mesmo não faz a análise sozinho, toda a interpretação, codificação, tematização/categorização são realizadas pelo usuário/pesquisador.

O ATLAS.ti é um programa de computador da empresa *ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH* e é usado, principalmente, mas não exclusivamente, em pesquisas qualitativas ou análises qualitativas de dados.

O criador e desenvolvedor inicial do Programa ATLAS.ti foi Thomas Muhr. O protótipo foi desenvolvido entre os anos de 1989 e 1992, quando atuava na Universidade Técnica de Berlim²⁶. Atualmente o programa é comercializado pela empresa *ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH* e encontra-se na versão 9, com opções para as seguintes plataformas: Windows, Mac, Android, iPad, em nuvem/*web*, além de uma versão gratuita sem limitações, pelo período de 5 dias, entretanto, com o decurso desse prazo, o programa limita o tamanho dos projetos (limitações de inserção de documentos, códigos, citações, etc.)²⁷.

De forma concisa, para operacionalizar o programa, em um primeiro momento, ao pesquisador cabe a inserção no programa dos dados produzidos, sejam eles transcrições de entrevistas, questionário respondidos, textos em geral, imagens ou vídeos.

Selecionado o documento/*corpus* que será trabalhado, deve-se iniciar a leitura para familiarizar com o mesmo e pode-se ir marcando com o cursor do mouse os trechos/extratos do documento que representaram algumas ideias de análise, com padrões relevantes, que serão denominadas no programa como “citações”. Essas marcações podem ser ideias iniciais para a tematização (Fase 1 da análise temática).

Com a marcação das citações, os códigos são criados para cada uma, de forma automática, pelo programa. Após a leitura completa e atenta de todos os documentos/*corpus* da pesquisa de campo, com a marcação dos extratos relevantes e criação dos códigos, encerra-se uma segunda etapa da análise (Fase 2 da análise temática).

Em seguida, diante dos extratos selecionados e codificados, podem ser concomitantes ou previamente criados/configurados, algumas vezes até antes mesmo da leitura do material, os temas iniciais²⁸, bastando inseri-los nos trechos selecionados e codificados (Fase 2 da análise temática).

Vale ressaltar que o programa permite a criação de “Grupos” de códigos, que serão os futuros temas/categorias mais concretizados/definitivos para se especificar as interpretações,

²⁶ Disponível em: < <http://www.larhud.ibict.br/index.php?title=ATLAS.ti>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

²⁷ Disponível em: < https://atlasti.com/?_ga=2.67054118.902407881.1623413456-286386020.1623413456 >. Acesso em: 11 jun. 2021.

²⁸ Cabe um registro para bem esclarecer o leitor que não se encontra familiarizado com o Programa ATLAS.ti, já que o mesmo apresenta o item de códigos a serem criados pelo usuário, entretanto esses códigos em uma conjugação com as regras da metodologia da análise temática podem ser considerados/interpretados como os temas a serem criados pelo pesquisador quando da realização da análise.

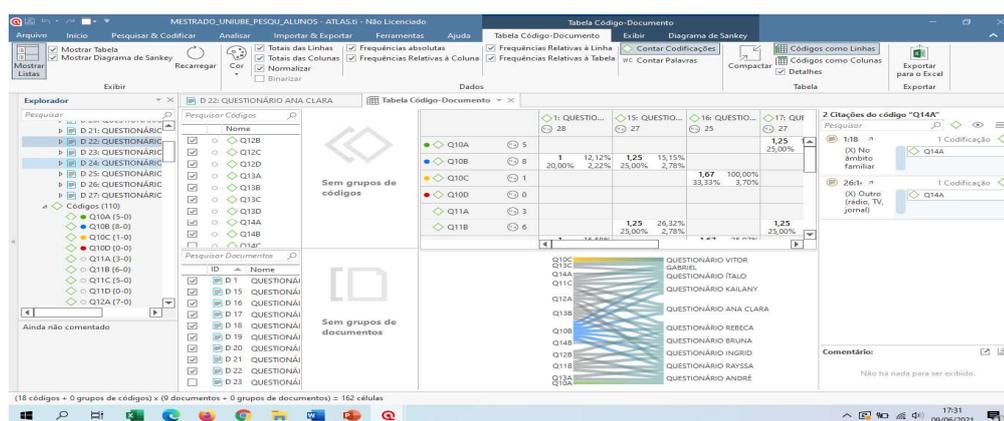
sendo possível também a inclusão cores e comentários nos extratos/citações/códigos e nos temas, que podem ser agrupados para uma melhor visualização/organização.

Após a marcação de todos os trechos do *corpus*, com a inserção dos códigos, dos temas e a criação de “grupos”, com as respectivas vinculações, é possível realizar uma análise desses para selecionar quais conjuntos serão utilizados ou reformulados a fim de prosseguir nas análises. Para isso, o programa apresenta a funcionalidade “rede”, onde os códigos, os temas e os grupos podem ser organizados numa rede/fluxograma, semelhante a um mapa mental, permitindo melhor visualização do material produzido.

Percebe-se que o programa tem o potencial de agilizar e otimizar o trabalho do pesquisador ao criar de forma rápida e organizada citações, códigos, temas, grupos e redes. Da mesma forma a exploração de todo o conteúdo tem vantagens, já que permite, de forma ágil, navegar entre citações, entre os grupos organizados por semelhança, ir e voltar nos textos/*corpus*, criar e repetir aqueles temas necessários em diferentes citações e administrar toda a análise por tabelas com o registro de frequência de códigos e com mapas de relações/“redes”. Essa dinâmica evita o trabalho manual, que pode ser cansativo, mais propício de falhas ou omissões e ter um dispêndio maior de tempo.

Após toda a organização é possível, ainda, formar “nuvens de palavras” com os trechos selecionados ou com as palavras desses trechos, podendo ser excluídas as palavras irrelevantes. Também se permite a elaboração de tabelas e gráficos de análise, baseadas nos temas inseridos/criados ou nos grupos de temas em relação aos documentos analisados.

Figura 1 – Tela do programa ATLAS.ti com uma visão geral da análise



Fonte: Programa ATLAS.ti

Como já mencionada, a elaboração de modo simples de mapas de relações ou fluxogramas, com os trechos selecionados ou com os temas configurados, facilita a organização das ideias para uma filtragem e definição dos temas/categorias e subtemas/subcategorias a

serem criados ou daqueles que podem ser excluídos e inseridos em outros (“grupos de códigos”) (Fase 3 e 4 da análise de temática).

A partir deste momento, com a criação das tabelas, gráficos e fluxogramas, é possível uma visualização para melhor delimitação dos temas definitivos e a edição das nomenclaturas dos mesmos (Fase 5 da análise de temática).

Neste momento o programa terá cumprida a sua missão, cabendo ao pesquisador a produção do relatório final (Fase 6 da análise de temática).

4.4 O processo de codificação e tematização

Com a familiarização do Programa ATLAS.ti, deu-se início à operacionalização junto aos dados produzidos na pesquisa de campo. Considerando as diferenças entre os documentos e os tipos de perguntas com as respectivas respostas, decidiu-se por realizar duas análises com o Programa ATLAS.ti, uma com a inserção das transcrições das entrevistas com os professores e outra com a inserção dos questionários respondidos pelos estudantes.

A análise se deu, primeiramente, a partir das transcrições das entrevistas, por serem um volume menor de documentos (três entrevistas). Foram adicionadas as transcrições no referido programa, momento em que foram gerados os códigos de cada documento como D1, D2 e D3. Seguiu-se com uma leitura, de modo detido e concentrado, das transcrições das entrevistas e a marcação dos trechos considerados relevantes com a criação de “citações livres”/extratos do *corpus* e, de forma automática, a criação dos códigos. Depois da realização de leitura, totalizaram-se 88 (oitenta e oito) “citações livres”/extratos, com seus respectivos códigos (Quadro 4), concluindo-se a primeira e segunda etapas da análise temática, conforme as propostas de Braun e Clarke (2006).

Quadro 4 - Relatório Quantitativo de Citações/Códigos das Entrevistas – 88 citações

D1 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM PROFESSOR NB	29 Citações
D2 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM PROFESSOR DAS	23 Citações
D3 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM PROFESSOR WLOJ	36 Citações

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Seguindo a análise, foram criados os temas iniciais para a categorização/tematização dos códigos. Os primeiros temas foram aqueles previamente definidos quando da releitura do referencial teórico da pesquisa: “Corrupção Política”, “Formação e Conscientização política e cidadã do jovem” e “Papel da escola na formação política dos jovens”.

Com a leitura das transcrições das entrevistas e a marcação dos trechos considerados relevantes com a respectiva codificação, percebeu-se a necessidade de criação de outros temas iniciais/provisórios para melhor análise e visualização do *corpus* em estudo, partindo-se para uma análise temática indutiva neste momento. Assim, esta terceira etapa da análise das entrevistas foi encerrada com a criação de 13 (treze) temas iniciais/provisórios, sendo os mesmos vinculados aos trechos que melhor lhes representaram, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5 - Relatório Quantitativo de Temas das Entrevistas - 13 temas

● BNCC	2 Citações
● Burocratização	3 Citações
● Consciência Crítica	6 Citações
● Consciência Ingênua	7 Citações
● Corrupção Política	3 Citações
● Diferença Escola Pública e Privada	7 Citações
● Diversidade	4 Citações
● Entendimento de Cidadania/Cidadão	11 Citações
● Entendimento de Política	10 Citações
● Entendimento de Socialização Política	9 Citações
● Formação do Professor	1 Citações
● Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	17 Citações
● Papel da escola na formação política dos jovens	26 Citações

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Aqueles temas criados com base no referencial teórico da pesquisa apresentam-se com certa frequência em todas as entrevistas. Os temas “Entendimento de Cidadania/Cidadão”, “Entendimento de Política” e “Entendimento de Socialização Política” foram criados diante dos diversos trechos em que os professores entrevistados expõem o que entendem da matéria. Em alguns momentos das entrevistas, quando se referem aos estudantes, os professores declararam que aqueles demonstram um conhecimento superficial, com noções simplórias sobre os temas tratados, sem os aprofundamentos necessários, ou seja, uma ausência de consciência sobre os fatos/temas, podendo caracterizar o que Freire (1979) denominou de “consciência ingênua”. Em outros momentos esses professores relataram que essa ausência de um conhecimento mais aprofundado nos jovens, tem potencializada a geração de curiosidades pelos temas tratados, curiosidades essas que se convertem em uma busca minuciosa e criteriosa para compreensão sobre o conhecimento necessário e as situações postas, não se satisfazendo por simples

suposições, este foi um processo que Freire (1979) definiu de “consciência crítica” do ser. Chegando-se à definição de mais dois temas: “consciência ingênua” e “consciência crítica”²⁹.

Para uma melhor visualização das ideias propostas, foi elaborado um Quadro de Codificação e Tematização das Entrevistas (Apêndice III), com todas as citações/extratos selecionados, com a identificação de seus respectivos códigos, temas e a densidade na pesquisa (quantidade de temas que estão vinculados àquele extrato), quadro esse extraído do programa ATLAS.ti, com adaptações realizadas pelo pesquisador.

Prosseguindo para a análise temática dos questionários aplicados aos estudantes e tendo como base o conhecimento adquirido na análise temática das entrevistas e os temas provisórios ali definidos, foram incluídos os referidos questionários em outro arquivo do programa ATLAS.ti, o que gerou os códigos para os mesmos, sendo identificados de D1 a D14.

A partir deste ponto foram realizadas algumas leituras minuciosas e atentas dos 14 questionários, a fim de trazer uma familiarização com todo o *corpus*. Os questionários foram compostos por 29 questões de múltiplas escolhas, sendo que a depender da resposta havia a opção de questões abertas, que ocorreram em 4 ocasiões, e por 2 questões dissertativas.

Foram criadas “citações livres”/extratos para cada resposta às questões de múltiplas escolhas marcadas pelo participante, além daquelas criadas para as respostas das questões dissertativas. Concomitantemente ao destaque dos trechos relevantes, foram criados, de forma automática, todos os códigos, que totalizaram, neste momento, 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) “citações livres”/extratos, conforme mostra o quadro 6.

Quadro 6 - Relatório Quantitativo de Citações/Códigos dos Questionários – 465 citações

D1 QUESTIONÁRIO JACI	27 Citações
D2 QUESTIONÁRIO LEE	36 Citações:
D3 QUESTIONÁRIO KAUANE	32 Citações
D4 QUESTIONÁRIO NOAH	34 Citações
D5 QUESTIONÁRIO MACIEL	35 Citações
D6 QUESTIONÁRIO SKY	34 Citações
D7 QUESTIONÁRIO ANGEL	33 Citações
D8 QUESTIONÁRIO IVANI	33 Citações
D9 QUESTIONÁRIO CABELE	37 Citações
D10 QUESTIONÁRIO QUINN	26 Citações
D11 QUESTIONÁRIO DUDA	31 Citações

²⁹ Os esclarecimentos sobre as consciências “ingênua” e “crítica”, sob a visão de Paulo Freire, serão tratados mais adiante.

D12 QUESTIONÁRIO ANDREA	38 Citações
D13 QUESTIONÁRIO ALEXIS	27 Citações
D14 QUESTIONÁRIO LIAM	32 Citações

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Com os temas iniciais/provisórios já estabelecidos, quando da análise das entrevistas, seguiu-se com a categorização/tematização das “citações livres”/extratos, verificando-se uma adequação relevante dos temas aos trechos destacados, assim como apresentado no quadro 7.

Quadro 7 - Relatório Quantitativo de Temas dos Questionários - 13 temas

● BNCC	0 Citações
● Burocratização	0 Citações
● Consciência Crítica	70 Citações
● Consciência Ingênua	19 Citações
● Corrupção Política	55 Citações
● Diferença Escola Pública e Privada	0 Citações
● Diversidade	25 Citações
● Entendimento de Cidadania/Cidadão	27 Citações
● Entendimento de Política	35 Citações
● Entendimento de Socialização Política	9 Citações
● Entendimento do conceito de jovem	14 Citações
● Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	137 Citações
● Papel da escola na formação política dos jovens	69 Citações

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Algumas perguntas bem se relacionaram aos temas propostos, a título de exemplo segue: “Qual das frases abaixo define melhor o jovem?”/“Entendimento do conceito de jovem”, “O que você entende por política?”/“Entendimento de Política”. Os temas “Consciência Ingênua” e “Consciência Crítica” ficam bem expressos no questionário quando os estudantes demonstram uma certa fragilidade e simplicidade na visão sobre os assuntos propostos e quando, em outras discussões, demonstram uma necessidade de busca pelo conhecimento, com um certo “quê” de curiosidade para a construção de um saber robusto, respetivamente. O tema “Corrupção Política” vem muitas vezes conectado a manifestações dos estudantes quando colocam como principais questões, a serem melhoradas no país, a corrupção dos governos, a qualidade dos Partidos Políticos e dos candidatos, o cumprimento das leis ou a expressa desconfiança pela política brasileira. Quando se trata do “Papel da Escola na formação dos jovens” alguns trechos relevantes podem ser destacados nas respostas às questões: “A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política?” e “Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania?”.

Cabe a informação de que, quando das respostas às questões dissertativas, vários trechos foram destacados por possuírem congruência com os temas iniciais/provisórios. Todas as postulações propostas podem ser melhor visualizadas no Apêndice IV – Quadro de Codificação e Tematização dos Questionários, criado da mesma forma que o Apêndice III, que apresenta todas as citações/extratos destacados, com os respectivos códigos e temas, quadro esse extraído do programa ATLAS.ti, com adaptações realizadas pelo pesquisador.

Cabe destacar que, apesar de não haver menção à questão do procedimento para realizar um agrupamento das citações/extratos codificados que possuam ideias semelhantes para facilitar o momento da categorização/tematização, entendeu-se que a categorização/tematização poderia ser realizada logo após a codificação, já que o programa ATLAS.ti possui funcionalidade para agrupar em uma só aba todos os extratos categorizados com os mesmos temas, inclusive com possibilidade de exportar como quadro para o Excel ou como um fluxograma/mapa mental.

Finalizada a terceira etapa da análise temática, percebeu-se, como já esperado, que foi grande a quantidade criada de temas e citações/extratos codificados, devidamente vinculados, tornando-se necessária uma depuração dos mesmos para definir de maneira concisa os temas definitivos e suas nomenclaturas (etapas 4 e 5 da análise temática de Braun e Clarke, 2006).

A partir de uma nova leitura do material de pesquisa produzido, a fim de apurar os temas, notou-se que aqueles mais relevantes, para se alcançar o objetivo principal da pesquisa (Analisar e compreender as contribuições de uma escola estadual na formação política dos jovens), seriam a compreensão de Política e de Cidadania pelos participantes e o Papel da Escola na Formação Política dos jovens. A compreensão de Política passa pelos subtemas “Entendimento de Política”, “Entendimento do conceito de jovem” e “Formação e Conscientização política e cidadã do jovem”. Enquanto o tema Cidadania englobaria “Entendimento de Cidadania/Cidadão” e “Formação e Conscientização política e cidadã do jovem”. Já o tema Papel da Escola na Formação Política dos Jovens vem vinculado aos temas sobre socialização política (como atribuição da escola), “Consciência Ingênua”, “Consciência Crítica” e a “Corrupção” (que tem potencialidade de influenciar nesse papel da escola), conforme será demonstrado na seção adiante, que trata da análise final dos temas definitivos.

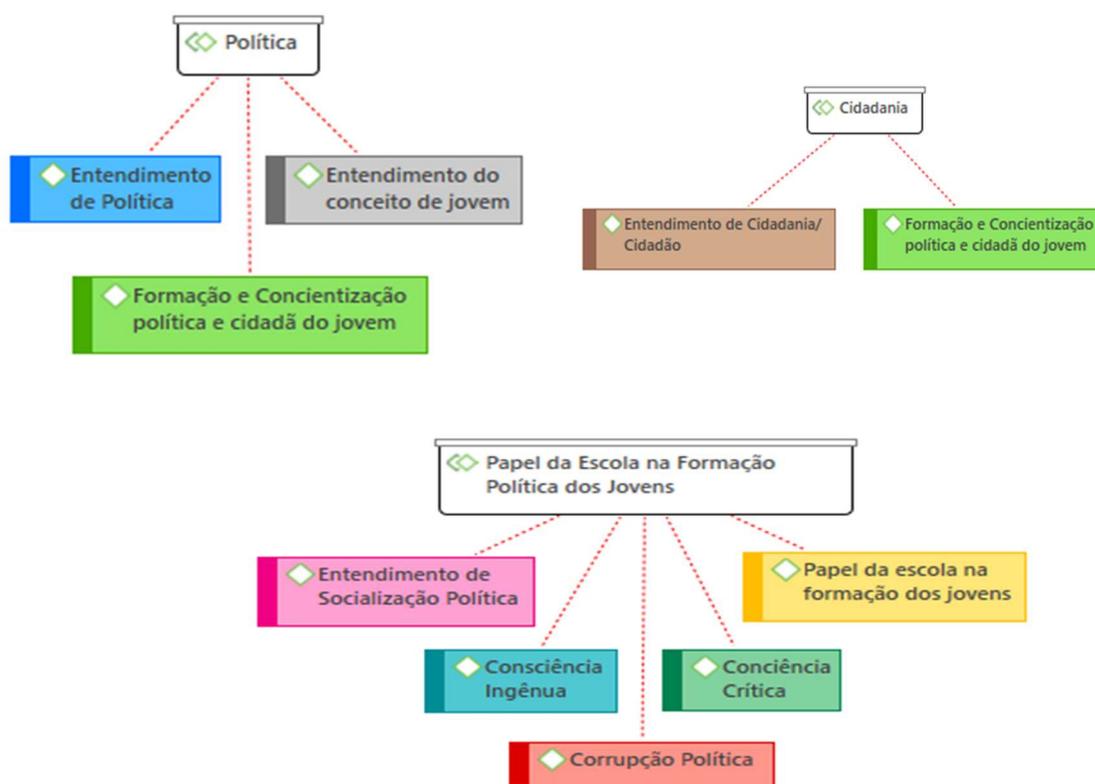
A formação dos jovens na política passa indubitavelmente pelos entendimentos dos termos política e cidadania. À escola cabe, dentre outros papéis, a disponibilização dos meios para que os jovens possam superar a consciência ingênua formada e consigam a construção de uma vigorosa consciência crítica, a fim de conduzir a uma conscientização que supere a espontaneidade, com a exposição constante da realidade, conscientização essa que para Freire

(1979) seria o ser tendo completado a formação de um(a) saber/consciência crítico(a) (que se distingue da formação da consciência no âmbito espontâneo da realidade), na esfera política.

[...] a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante [...] A conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais. Se os homens, como seres que atuam, continuam aderindo a um mundo “feito”, ver-se-ão submersos numa nova obscuridade. A conscientização, que se apresenta como um processo num determinado momento, deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil. (FREIRE, 1979b, p. 16).

Sendo assim, os temas principais, melhor definidos, foram nominados de “Política”, “Cidadania” e “Papel da Escola na Formação Política dos Jovens”, o que possibilitou a utilização da ferramenta grupos de códigos no programa ATLAS.ti, criando-se os respectivos grupos/temas principais, tanto para a pesquisa produzida junto aos Professores, quanto aquela produzida junto aos estudantes.

Figura 2– Temas definitivos



Fonte: Figuras elaboradas pelo autor a partir do programa ATLAS.ti

4.5 O perfil dos participantes da pesquisa

Esta seção tem por objetivo analisar os dados quantitativos provenientes dos questionários aplicados aos estudantes/participantes e das entrevistas realizadas junto aos

professores/participantes da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, que apresentam variáveis que têm o condão de estimular a singularidade e diversidade de cada indivíduo no processo de socialização política.

Schmidt (2000, p.11) lembra bem sobre a importância dessas variáveis nas pesquisas: “a pesquisa deve, pois, levar em conta os condicionantes históricos do grupo ou país, bem como a conjuntura mais imediata em que vivem os indivíduos [...]”.

Silva (2017, p. 25) traz esse mesmo pensamento: “[...] é primordial considerar todas as condições que marcam a vida dos indivíduos, assim como suas características pessoais.”

Como esclarecido anteriormente, participaram da pesquisa 14 estudantes (com média de 16 anos de idade) e 3 professores, cada participante com suas características e personalidades, que podem ilustrar uma formação diversificada de sujeitos.

Iniciando com os estudantes, para traçar o perfil dos mesmos cabe lembrar que 11 participantes declararam-se do gênero feminino e 3 do gênero masculino, conforme quadro 8³⁰.

Quadro 8 – Questionários X Gênero

	Feminino	Masculino
Questionário JACI	0	1
Questionário LEE	1	0
Questionário KAUANE	0	1
Questionário NOAH	1	0
Questionário MACIEL	1	0
Questionário SKY	1	0
Questionário ANGEL	1	0
Questionário IVANI	1	0
Questionário CABELE	1	0
Questionário QUINN	1	0
Questionário DUDA	1	0
Questionário ANDREA	1	0
Questionário ALEXIS	0	1
Questionário LIAM	1	0
Totais	11 (78,57%)	3 (21,43%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Quando indagados sobre suas etnias/raças, verifica-se um predomínio étnico/racial branco (64,29%), conforme quadro 9, demonstrando assim, uma realidade presente no plano educacional de que ainda existe uma necessidade de luta por igualdade de acesso e permanência na escola, ou seja, de sacramentar a educação como um direito de todos.

³⁰ Com o fim de resguardar o anonimato dos participantes, optou-se por utilizar nomes fictícios para estudantes e professores.

Quadro 9 – Questionários X Raça/Etnia

	Amarela	Branca	Indígena	Não sei minha raça/etnia	Parda	Preta
Questionário JACI	0	0	0	0	0	1
Questionário LEE	0	1	0	0	0	0
Questionário KAUAANE	0	0	0	0	1	0
Questionário NOAH	0	0	0	0	0	1
Questionário MACIEL	0	1	0	0	0	0
Questionário SKY	0	0	0	0	1	0
Questionário ANGEL	0	1	0	0	0	0
Questionário IVANI	0	1	0	0	0	0
Questionário CABELE	0	1	0	0	0	0
Questionário QUINN	0	1	0	0	0	0
Questionário DUDA	0	1	0	0	0	0
Questionário ANDREA	0	1	0	0	0	0
Questionário ALEXIS	0	0	0	0	1	0
Questionário LIAM	0	1	0	0	0	0
Totais	0	9 (64,29%)	0	0	3 (21,43%)	2 (14,29%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Um dos pontos que mereceu destaque junto aos jovens é o ingresso dos mesmos na atividade laboral, como revela o quadro 10. Quando indagados sobre suas experiências laborais, percebe-se que a maioria (57,13%) “já trabalhou” ou ”trabalha”, dando a impressão de que esses jovens assumem responsabilidades adicionais às responsabilidades escolares, participando de outros ambientes socializadores, já adentrando no ambiente escolar com culturais adquiridas fora desse ambiente, algumas vezes formadas nos ambientes laborais, que são confrontadas com as culturas escolares.

Quadro 10 – Questionários X Trabalho

	Já trabalhou	Nunca trabalhou	Trabalha
Questionário JACI	0	0	1
Questionário LEE	1	0	0
Questionário KAUAANE	0	1	0

Questionário NOAH	1	0	0
Questionário MACIEL	0	1	0
Questionário SKY	1	0	0
Questionário ANGEL	0	1	0
Questionário IVANI	0	1	0
Questionário CABELE	0	0	1
Questionário QUINN	1	0	0
Questionário DUDA	0	1	0
Questionário ANDREA	0	1	0
Questionário ALEXIS	0	0	1
Questionário LIAM	1	0	0
Totais	5 (35,71%)	6 (42,86%)	3 (21,43%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Em contrapartida, o desemprego entre os jovens também é maior, já que 57,14% dos jovens entrevistados não estavam trabalhando no momento da pesquisa, seguindo uma tendência do Brasil, que possui um grande número de desempregados, uma taxa de 14,1% de sua população em situação de desemprego³¹, porcentagem que representa 14,4 milhões de brasileiros. Compreende-se que uma ampliação nas políticas públicas existentes de incentivo para a contratação de jovens e para a qualificação profissional dos mesmos é necessária, pois eles sofrem certa desvantagem tendo em vista a pouca idade, pouca experiência de atuação profissional e o oferecimento de reduzidos salários.

Também foi feito um levantamento junto aos jovens sobre suas possíveis participações em atividades comunitárias³², atividades essas que possuem, em geral, um fim de trazer benefícios à sociedade, ajudando na construção da educação e da socialização política dos participantes, como mostra o quadro 11.

Quadro 11 – Questionários X Atividades Comunitárias

	Ativ. Artística	Ativ. Beneficente	Ativ. Esportiva	Ativ. Lazer	Ativ. Religiosa	Não Participo	Outras atividades
Questionário JACI	0	0	0	0	0	1	0
Questionário LEE	0	0	0	0	1	0	0
Questionário KAUANE	0	0	0	0	0	1	0

³¹ Taxa de desemprego do 2º trimestre de 2021, extraída do site do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>).

³² A atividade comunitária pode ser considerada como aquela em que a atividade realizada de forma coletiva, por meio da colaboração e do discurso dentro de uma comunidade, busca um sentido/objetivo comum coletivo. Góis (2005, p. 112-113) alerta que essa atividade comunitária pode ser considerada uma rede de interações sociais, instrumentais e comunitárias que constroem um “fortalecimento de uma identidade social de comunitário, do desenvolvimento da consciência social e pessoal, e da construção da responsabilidade comunitária”.

Questionário NOAH	1	0	0	0	0	0	0
Questionário MACIEL	0	0	0	0	0	1	0
Questionário SKY	0	0	0	0	1	0	0
Questionário ANGEL	0	0	0	0	0	1	0
Questionário IVANI	0	0	0	0	1	0	0
Questionário CABELE	0	0	0	0	1	0	0
Questionário QUINN	1	0	0	0	0	0	0
Questionário DUDA	0	0	0	0	0	1	0
Questionário ANDREA	0	0	0	0	0	1	0
Questionário ALEXIS	0	0	0	0	0	1	0
Questionário LIAM	0	0	0	0	0	1	0
Totais	2 (14,29%)	0	0	0	4 (28,57%)	8 (57,14%)	0

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Assim, como na pesquisa de Araújo (2007), com jovens do ensino médio da cidade de Londrina/PR, os jovens da faixa etária aqui pesquisada, em sua maioria (57,14%), não participam de atividades comunitárias que poderiam ser um incentivo a mais para incrementar o protagonismo deles. Aqueles que participam declararam ser do gênero feminino (6 participantes), sendo que a maioria (5 participantes) trabalha ou já trabalhou.

Quando se verifica a questão da renda familiar dos estudantes, fica claro que todos são pertencentes a uma classe econômica média-baixa a baixa, com uma arrecadação familiar máxima de 5 salários mínimos, como revela o quadro 12.

Quadro 12 – Questionários X Renda Familiar

	até 1 s.m.	1 a 2 s.m.	até 3 s.m.	3 a 5 s.m.	5 a 10 s.m.	10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.
Questionário JACI	0	1	0	0	0	0	0
Questionário LEE	0	0	0	1	0	0	0
Questionário KAUANE	0	1	0	0	0	0	0
Questionário NOAH	0	1	0	0	0	0	0
Questionário MACIEL	0	0	0	1	0	0	0
Questionário SKY	1	0	0	0	0	0	0
Questionário ANGEL	0	0	0	1	0	0	0
Questionário IVANI	0	0	0	1	0	0	0
Questionário CABELE	0	0	0	1	0	0	0
Questionário QUINN	0	1	0	0	0	0	0
Questionário DUDA	0	0	1	0	0	0	0
Questionário ANDREA	0	0	1	0	0	0	0
Questionário ALEXIS	0	0	0	1	0	0	0
Questionário LIAM	0	0	1	0	0	0	0
Totais	1 (7,14%)	4 (28,57%)	3 (28,57%)	6 (35,71%)	0	0	0

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Mesclando os dados é possível obter importantes informações sobre o perfil dos jovens/participantes. No momento que são cruzados os dados de gênero e participação em atividades associativas, conclui-se que somente aqueles participantes que se declarando do gênero masculino não participam dessas atividades, dentre aqueles participantes que se declararam do gênero feminino, 64,55% informam participar de alguma atividade comunitária. Se não, vejamos o quadro 13.

Quadro 13 – Questionários X Gênero X Atividades Comunitárias

	Feminino	Masculino	Ativ. Artística	Ativ. Beneficente	Ativ. Esportiva	Ativ. Lazer	Ativ. Religiosa	Não Participo
Questionário JACI	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário LEE	1	0	0	0	0	0	1	0
Questionário KAUANE	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário NOAH	1	0	1	0	0	0	0	0
Questionário MACIEL	1	0	0	0	0	0	0	1
Questionário SKY	1	0	0	0	0	0	1	0
Questionário ANGEL	1	0	0	0	0	0	0	1
Questionário IVANI	1	0	0	0	0	0	1	0
Questionário CABELE	1	0	0	0	0	0	1	0
Questionário QUINN	1	0	1	0	0	0	0	0
Questionário DUDA	1	0	0	0	0	0	0	1
Questionário ANDREA	1	0	0	0	0	0	0	1
Questionário ALEXIS	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário LIAM	1	0	0	0	0	0	0	1
Totais	11	3	2	0	0	0	4	8

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti (Azul – Masculino / Roxo – Feminino / Vermelho – “Não Participo”).

Atividades essas que podem ter um viéz político, já que têm o condão de representar uma classe nas tomadas de decisões perante a sociedade e, conforme revela a pesquisa de Nazzari (2005), realizada com jovens do ensino médio do Estado do Paraná, há indicações de que a participação em atividades comunitárias, de âmbito associativo, pode ajudar nas mudanças necessárias para a busca do bem comum na vida em sociedade.

A lógica da abordagem na sociedade implica que as associações desempenham uma função na socialização, porque a interação em associações voluntárias e as experiências de cooperação socializam os membros para a democracia e ampliam as redes de parcerias. (NAZZARI, 2005, p. 149).

Araújo (2007), em sua pesquisa realizada junto aos jovens do ensino médio de Londrina/PR, avalia que é de suma importância a análise da “atividade comunitária” dentre os jovens, pois esta variável tem o potencial de colaborar na construção de um capital social junto aos jovens.

Outra questão interessante é a relação da atividade laboral com a prática de atividades comunitárias, em que a maior parte dos participantes que “trabalha” ou “já trabalhou” (57,13%

- 8 participantes), 62,5% declararam estarem inseridos em alguma espécie de atividade comunitária. Já dentre aqueles que nunca trabalharam (42,86% - 6 participantes), a maioria (83,34%) declarou não exercer qualquer atividade comunitária, como colocado no quadro 14.

Quadro 14 – Questionários X Trabalho X Atividades Comunitárias

	Trabalha	Já trabalhou	Nunca trabalhou	Ativ. Artística	Ativ. Beneficente	Ativ. Esportiva	Ativ. Lazer	Ativ. Religiosa	Não Participo
Questionário JACI	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Questionário LEE	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Questionário KAUANE	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário NOAH	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Questionário MACIEL	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário SKY	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Questionário ANGEL	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário IVANI	0	0	1	0	0	0	0	1	0
Questionário CABELE	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Questionário QUINN	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Questionário DUDA	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário ANDREA	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Questionário ALEXIS	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Questionário LIAM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Totais	3	5	6	2	0	0	0	4	8

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti (Azul – “Trabalha” ou “Já trabalhou” / Roxo – “Nunca trabalhou” / Vermelho – “Nunca trabalhou” e “Não participo”).

Levando em consideração somente aqueles estudantes que declararam exercer, atualmente, uma atividade laboral (que trabalham), há uma coincidência, em termos proporcionais com a pesquisa de Araújo (2007), pois a maioria dos estudantes que trabalham (66,66%), declararam não participar de qualquer atividade comunitária, o que pode estar ligado a falta de tempo e outras responsabilidades que detêm e que são mais prioritárias, já que esses estudantes que trabalham têm atividades no âmbito escolar e no âmbito familiar.

Finalizando essas análises cruzadas, conclui-se que, em números percentuais, aqueles participantes que se declararam do gênero masculino são mais representativos nas atividades laborais, ou seja trabalham/já trabalharam (66,66%), do que aqueles que se declararam do gênero feminino (54,54%), conforme o quadro 15 apresenta. Levando em consideração somente aqueles que trabalham atualmente, tem-se uma diferença percentual ainda maior entre os gêneros masculino e feminino (66,66% X 9,09%). Essa conclusão vai ao encontro do estudo de Araújo (2007), onde os estudante do gênero masculino também eram mais representativos na atividade laboral (46% X 33%). Entretanto, em números absolutos cabe a ressalva, já que são favoráveis ao gênero feminino, são somente 3 estudantes do gênero masculino, dos quais 2 trabalham e 1 nunca trabalhou, e do gênero feminino, são 1 que trabalha, 5 já trabalharam e 5 nunca trabalharam.

Quadro 15– Questionários X Gênero X Trabalho

	Feminino	Masculino	Trabalha	Já trabalhou	Nunca trabalhou
Questionário JACI	0	1	1	0	0
Questionário LEE	1	0	0	1	0
Questionário KAUANE	0	1	0	0	1
Questionário NOAH	1	0	0	1	0
Questionário MACIEL	1	0	0	0	1
Questionário SKY	1	0	0	1	0
Questionário ANGEL	1	0	0	0	1
Questionário IVANI	1	0	0	0	1
Questionário CABELE	1	0	1	0	0
Questionário QUINN	1	0	0	1	0
Questionário DUDA	1	0	0	0	1
Questionário ANDREA	1	0	0	0	1
Questionário ALEXIS	0	1	1	0	0
Questionário LIAM	1	0	0	1	0
Totais	11	3	3	5	6

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti (Azul – Masculino / Roxo – Feminino / Vermelho – “Nunca trabalhou”).

Verificando o perfil dos professores participantes, contata-se que 2 são do gênero feminino e 1 do gênero masculino, sendo que 2 se declararam brancos e 1 pardo. Cabe acrescentar, ainda, que um dos professores têm mais de 20 anos de docência, enquanto os outros possuem de 3 a 5 anos de experiência na área.

Demonstradas as individualidades e singularidades dos participantes da pesquisa, que lhes dão uma formação socio-cultural única, parte-se, na próxima seção, para uma análise qualitativa dos dados em si, com um diálogo entre os temas definitivos, as falas dos participantes e o referencial teórico compartilhado nos capítulos anteriores.

4.6 A política entre os jovens pesquisados

Dentre os temas que fazem parte da espinha dorsal da presente análise, a política na visão dos participantes foi definida como essencial para a compreensão do objetivo geral da pesquisa, qual seja, quais as analisar e compreender as contribuições que a escola pública pode

estar produzindo na formação política dos seus estudantes. Portanto, parte-se desse tema para iniciarem os trabalhos de análise temática dos dados produzidos.

Cabe inicialmente lembrar que uma formação política dos jovens envolve um entendimento prévio de alguns termos como cidadania, política e socialização política, conceitos que foram discutidos nas seções teóricas desta pesquisa.

Também para a completa compreensão da formação política dos jovens foi necessário indagá-los acerca do que representa a política para eles e se a escola, em suas práticas de ensino-aprendizagem, apresenta conversas e esclarecimentos sobre política, o que trouxe um resultado, ao mesmo tempo, desafiador, contraditório e interessante.

Quando indagados se a escola vem contribuindo com discussões/esclarecimentos sobre política, a maioria (9 estudantes) respondeu não haver essas práticas em sala de aula, o que demonstra um possível cenário desafiador. Entretanto, não há um total desconhecimento do tema, essa mesma maioria demonstrou ter conhecimentos adquiridos, provavelmente, fora da escola, o que pode remeter às culturas juvenis, que são culturas próprias desse público, que ocorrem em espaços diversos dos tradicionais, com inúmeras manifestações e representações, com aquisições de identidades que surgem diante dessas interações, levando a uma hibridização de culturas, conduzindo à denominada “teia social”, expressada por Martins e Carrano (2011) como uma reunião de ideias, experiências e práticas para a construção do novo ou do diferente.

Mesmo que com uma noção frágil sobre o entendimento do termo política, os jovens participantes da pesquisa responderam compreendê-la como ações para a melhoria da vida em sociedade, o poder do povo, decisões de influência na rotina da sociedade ou poder exercido por representantes do povo, conforme respostas no Quadro 16.

Quadro 16 – Definição de política pelos jovens

Q9. O que você entende por política?							
	é o poder exercido pelo povo.	é um poder exercido representando o povo	são ações tomadas para melhoria de nossa vida	são decisões tomadas por toda a sociedade	são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida	Não sei	Outro
Questionário JACI	0	0	0	0	0	0	1
Questionário LEE	0	0	1	0	0	0	0

Questionário KAUAANE	0	0	0	0	0	1	0
Questionário NOAH	0	0	0	0	0	0	1
Questionário MACIEL	0	0	1	0	0	0	0
Questionário SKY	0	0	0	0	1	0	0
Questionário ANGEL	0	0	1	0	0	0	0
Questionário IVANI	0	0	1	0	0	0	0
Questionário CABELE	0	0	0	0	0	1	0
Questionário QUINN	0	0	0	1	0	0	0
Questionário DUDA	0	1	0	0	0	0	0
Questionário ANDREA	1	0	0	0	0	0	0
Questionário ALEXIS	0	0	0	0	0	0	1
Questionário LIAM	0	0	0	0	0	1	0
Totais	1 (7,14%)	1 (7,14%)	4 (28,57%)	1 (7,14%)	1 (7,14%)	3 (21,42%)	3 (21,42%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Com essas interpretações, são apresentadas certas noções de política que se assemelham aos ensinamentos de Arendt (2002), quando expressa que política poderia ser um atuar organizado que objetiva ações para o bem do povo, através do exercício do poder do povo ou por representantes desse, assim, também, trazendo as noções de *potentia* e *potestas* de Dussel (2007), apresentadas no primeiro capítulo, ao representarem a política como “poder exercido pelo povo” e “poder exercido representando o povo”, respectivamente.

Interessante o pensamento da participante Lee, que aparenta ser um pouco mais engajada na temática política, ao se expressar de forma mais completa, incluindo as questões da liberdade e igualdade, as quais têm certa ligação com Arendt (2002), quando traz a ideia da liberdade como um aspecto próprio da política em si, a fim de garantir uma atuação de forma livre, sem restrições e em igualdade de condições entre os indivíduos atuantes na sociedade.

Você acha que atualmente o Brasil é democrático? (X) Sim; () Não; () Não sei. Por quê? O Brasil é sim um país democrático, uma vez que quem detém o poder de voz ativa dentro da sociedade são os cidadãos, que escolhem seus representantes por meio do voto e tem garantido seu direito à liberdade de expressão. [...] Como cidadão(ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Cumprir as leis, visando o bem geral, garantir o direito de todos igualmente, entender e respeitar todas as opiniões, mesmo que não estejam de acordo com as minhas e ter consciência das minhas atitudes e responsabilidades e saber lidar com as consequências dessas. (LEE).

Em outros trechos dos questionários dos estudantes/participantes há a demonstração de um conhecimento político aflorando, com uma cultura política em crescimento e uma vontade de participação ativa, de um querer agir, uma disposição de atuação perante situações com temáticas relacionadas à política, ou seja, o que Schmidt (2000) referiu em seus estudos como uma aparente atitude política, já que os jovens demonstram suas crenças, sentimentos e emoções, pois, insatisfeitos com o atual momento vivido, entendem a necessidade de mudanças, que algumas vezes passam pelas escolhas dos mesmos no futuro da sociedade.

Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim; () Não. Por quê? O voto é importante para acumular aos do representante que você tem no mínimo alguma ideia a favor. Sem esse voto, você está deixando de impor suas necessidades básicas que é mudar o que está ruim. (ANGEL)

Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim; () Não. Por quê? Sim, já que a opinião das pessoas sobre o tipo de pessoa que elas querem no poder representando as mesmas, é a melhor maneira de ver o que necessita ser mudado na opinião das pessoas. (QUINN)

No momento em que os jovens/participantes demonstram certa preocupação e necessidade de mudança, vislumbra-se uma possível insatisfação com o cenário político atual, o que por consequência demonstra um baixo capital social, que pode ser traduzido como “grau de confiança num determinado meio social” (SCHMIDT, 2000, p. 44).

Diante desse cenário, de formação inicial de atitudes políticas e de um baixo capital social, é que Silveira e Amorim (2005) apresentaram a necessidade de trabalhar o empoderamento juvenil para melhorá-los, buscando a construção de projetos para o bem comum da sociedade, maiores responsabilidades aos jovens e melhor participação dos mesmos, assim também os participantes da pesquisa apresentam suas falas. Toda essa dinâmica tem, ao final, a capacidade de torná-los protagonistas de suas próprias formações políticas.

Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Deveríamos nos informar melhor antes de escolher os governos, ser participativo nas questões políticas pois é o futuro do país, tudo que acontece hoje será refletido no futuro. (QUINN)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim; () Não. Por quê? Sim, pois começamos a adquirir desde cedo essa responsabilidade de entender a política do País e o querer torna-lo melhor. (IVANI)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim; () Não. Por quê? Concordo, pois nos insere no meio político. Nos leva a entender como funciona a política no nosso país, fazendo com que possamos identificar cedo o que é bom e o que é ruim dentro de um governo. (DUDA)

Percebe-se pelas falas supramencionadas que os jovens estão a buscar uma maior participação na sociedade (“ser participativo nas questões políticas”), uma superação do saber (“nos informar melhor”, “adquirir desde cedo essa responsabilidade de entender a política”, “nos leva a entender como funciona essa política”) e uma vontade de melhorar a comunidade com a busca de um bem comum (“querer torná-lo melhor”, “identificar desde cedo o que é melhor”).

Essas “buscas” podem ser vislumbradas como um jovem que pretende ser protagonista na sociedade e em sua formação, trazendo a lembrança do jovem como sujeito social crítico ou

do protagonista juvenil, que se trata da corrente teoria defendida por Groppo (2016, 2018), em que há uma visão do jovem como resultado de uma formação crítica, na qual abandona os conhecimentos superficiais e busca a superação do saber com uma tentativa de enriquecê-lo ou conhece-lo com mais profundidade, muitas vezes com ações, atuações, discussões e debates no âmbito social, fazendo-se um potencial transformador do mundo a sua volta. “[...] Eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. (DAYRELL, 2003, p. 43-44).

Interessante questão vem a ser como os jovens se definem, já que talvez seja possível identificar desse modo quais os papéis e condutas que os mesmos vêm exercendo no sistema político (SCHMIDT, 2000).

[...] isso não retira a importância de que uma investigação voltada às atitudes e orientações busque aferir a auto-qualificação política dos indivíduos. Um dos pressupostos desta investigação é de que o lugar e o papel que os cidadãos atribuem a si mesmos no sistema político são elementos vitais para entender a sua conduta política. (SCHMIDT, 2000, p. 220).

Os jovens/estudantes uberabenses apresentam visões variadas sobre a definição de jovem em questão fechada que lhes foi posta, interpretando-se da seguinte forma.

Quadro 17 – Definição de jovem pelos jovens

Q.8 Qual das frases abaixo define melhor o jovem?	
São rebeldes, revolucionários	3 participantes (21,48%)
São apáticos, em relação às demandas sociais	1 participante (7,14%)
São esforçados e disciplinados	3 participantes (21,48%)
São atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade	1 participante (7,14%)
Outro	5 participantes (35,71%)
Não sei	1 participante (7,14%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Com relação à alternativa “outro”, verificou-se três respostas de cunho “negativo” e duas de cunho “positivo”.

Depende não só da criação do jovem, mas também de sua índole, alguns são esforçados e inteligentes, mas não deixam de ser ignorantes, outros são tolos e preguiçosos. (JACI)

Vários grupos, sem um objetivo principal. (NOAH)

Acho que os adolescentes são apenas pessoas que estão tentando descobrir seu lugar e seu futuro diante dos outros. (SKY)

Os jovens são altamente influenciáveis. (ALEXIS)

Um conjunto de mudanças no mundo. (LIAM).

Quando se definem como rebeldes e revolucionários, os jovens apresentam uma visão convencional pré-definida pela sociedade, entretanto, criada em meados do século XX. Esta visão é considerada incompleta e defasada, conforme estudos de Groppo (2016; 2018), que apresentam os jovens na contemporaneidade como sujeitos sociais, formados de um saber crítico da sociedade onde atuam.

Outra questão que merece acolhida é a visão, em geral, de cunho negativo, que os jovens possuem de si mesmos, que somados totalizam em torno de 57% (“São rebeldes, revolucionários”, “São apáticos, em relação às demandas sociais”, “Não sei” e 3 respostas da opção “Outro”). Tais visões podem ter a conotação de que estão dissociando-se da política no âmbito da sociedade, ou seja, eles podem estar se autoexcluindo da dimensão política. Essa visão negativa pode ser traduzida em uma ausência de formação de conhecimento crítico, visto que esse conhecimento crítico não é automaticamente criado, não é espontâneo pelo simples fato de o indivíduo tornar-se jovem ou ingressar em uma instituição de ensino, é o resultado de “um processo que torne o jovem capaz de superar a condição de mero ator social, passando a questionar e intervir consciente e criticamente em sua vida e na sociedade” (STAMATO, 2009, p. 26).

Esses resultados também foram semelhantes na pesquisa de Schmidt (2000, p. 221) que demonstra sua preocupação declarando que “a autodefinição dos jovens indica, portanto, uma disposição majoritária de distanciamento e omissão quanto à política. Menos de 1/3 das respostas apontam para a inserção e o compromisso”.

Já, em lado diametralmente oposto, quando verificada a visão minoritária (42,85%), de cunho positivo, dos jovens, esta vem alinhada à teoria do jovem como protagonista social, assumindo responsabilidades, buscando um conhecimento crítico e interagindo com a sociedades, a fim de buscar o bem geral.

São esforçados e disciplinados (LEE; MACIEL; IVANI)

São atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade (CABELE)

Acho que os adolescentes são apenas pessoas que estão tentando descobrir seu lugar e seu futuro diante dos outros. (SKY)

Esta visão dos jovens de se definirem de forma negativa, com uma tendência a si distanciarem da dimensão política, pode ser reafirmada a partir do momento que esses mesmos

jovens, em questão relacionada ao interesse dos mesmos sobre a política, formam uma maioria (57,14%) para declararem que têm pouco interesse sobre o assunto, somando a resposta “desinteresse”, esse percentual aumenta para 64,28% de jovens que se abstêm do universo político, conforme Quadro 18.

Quadro 18 – Interesse dos jovens por política.

Q.10 Qual o seu interesse em relação à política?			
	Muito interesse	Pouco interesse	Desinteresse
Totais	5 (35,71%)	8 (57,14%)	1 (7,14%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

E quando se busca saber onde esses jovens obtêm informações sobre a política, a internet predomina em 64,28% das respostas, uma diferença enorme para comparação com os principais agentes socializadores, família (7,14%) e escola (7,14%).

Quadro 19 – Onde os jovens buscam informações sobre política.

	No âmbito familiar	Na escola se informa	Na internet	Com os amigos (se informa)	Outros meios de informação
Questionário JACI	1	0	0	0	0
Questionário LEE	0	0	1	0	0
Questionário KAUANE	0	0	1	0	0
Questionário NOAH	0	0	1	0	0
Questionário MACIEL	0	1	0	0	0
Questionário SKY	0	0	1	0	0
Questionário ANGEL	0	0	1	0	0
Questionário IVANI	0	0	1	0	0
Questionário CABELE	0	0	1	0	0
Questionário QUINN	0	0	1	0	0
Questionário DUDA	0	0	0	0	1
Questionário ANDREA	0	0	1	0	0
Questionário ALEXIS	0	0	0	0	1
Questionário LIAM	0	0	0	0	1
Totais	1 (7,14%)	1 (7,14%)	9 (64,28%)	0	3 (21,48%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti (Azul – “No âmbito familiar” / Verde – “Na internet” / Amarelo – “Na escola se informa”).

O que se percebe é que são jovens que tiveram um conhecimento interrompido, com uma mistura de insatisfação com a sociedade e com o meio político, tendo a realidade da sociedade os transformado em indivíduos desacreditados, desiludidos e/ou desumanizados. Há, a princípio, uma realidade em que nem mesmo a escola torna-se uma instituição de confiança e disponibilidade para a busca de informações sobre a política e seus meandros pelos jovens, vindo estes a darem prioridade à internet, meio pelo qual muitas vezes os jovens, e todas as pessoas de um modo geral, podem ficar “perdidos” nas informações, visto não haver, muitas vezes, um auxílio na sua utilização, o que bem se traduz na fala do(a) professor(a) Ariel sobre

os estudante: “embora eles ainda não tenham a ferramenta para separar o joio do trigo, eles vem muito perdidos como se manifestar”.

Vislumbra-se uma necessidade de qualificação e um fortalecimento da formação de um saber crítico, favorecendo a ressignificação dos valores/opiniões expressos pelos jovens supramencionados e evitando uma negação ao protagonismo juvenil, que para Groppo (2016, 2018) tem o condão de tornar os jovens sujeitos ativos, autônomos e participativos de suas sociedades. Uma ação pedagógica ativa e contextualizada com a realidade pode resultar na concretização desse protagonismo, que seguindo os ensinamentos de Freire (1996), produz uma educação com um conhecimento crítico, consciente, reflexivo e solidário, ampliando a interação dos jovens com a sociedade e transformando aquele conhecimento oprimido e desumanizado em uma educação libertadora e humanizadora.

Assim, buscou-se demonstrar como os jovens estão visualizando a política em suas vidas, tendo-se percebido uma noção frágil da política, com mais vontade de participar do que ter uma participação mais ativa e efetiva no meio social, sendo que a escola, como uma agência socializadora com potencial diferenciador de formação, demonstra-se, na visão dos estudantes, com uma certa dificuldade de atendê-los nas demandas de compreensão da política. Essas compreensões/noções dos estudantes/participantes estão, aparentemente, sendo formadas de atuações e experiências fora do âmbito escolar.

Partindo para complementar essa análise, busca-se entender como os participantes estão a atuar e se posicionar na política pelo exercício da cidadania.

4.7 A cidadania no contexto juvenil escolar estudado

Um segundo tema de relevante importância nesta pesquisa trata-se da cidadania, como os participantes apresentam essa noção, de que forma estão a atuar com a mesma, interagir nessa atuação e onde a escola apresenta-se para a concretização da formação política.

No momento que os jovens se manifestam sobre o entendimento da cidadania, nota-se um pensamento voltado à cidadania passiva, aquela na qual os indivíduos restringem-se ao simples ser ou quer ser cumpridores de seus direitos e deveres, pré-estabelecidos pela legislação, junto ao poder público, definição bem-posta por Cardoso (2014) em seus estudos. “Este sentido de cidadania pode ser chamado de *cidadania passiva*, pois dá ênfase apenas aos direitos e deveres já estabelecidos nas leis e nas normas das instituições sociais, como a escola, por exemplo” (CARDOSO, 2014, p. 17).

Quando perguntados como a escola estaria a contribuir em suas formações políticas voltadas para a cidadania, a maioria dos participantes (8 estudantes) declararam que a escola ajudaria na conscientização sobre seus direitos e deveres como cidadãos, ou seja, uma formação da cidadania passiva. Mesmo em se tratando de uma questão fechada, com respostas pré-definidas, vale lembrar que havia a resposta “outro”, em que os participantes poderiam expressar-se livremente, o que não ocorreu. Acrescentando informações, 2 participantes responderam que a escola não contribui e 4 que a escola estaria a contribuir na formação cidadã com assuntos relacionados às disciplinas escolares (matemática, português, geografia, história, etc.).

Em respostas a outras questões, os jovens, em sua maioria, apresentam apenas essa noção de cidadania passiva.

Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Escolher os governantes do país. Cumprir todas as leis e a Constituição. Respeitar os direitos das outras pessoas. Fazer as contribuições tributárias e previdenciárias devidas. [...] Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Na questão de seus direitos como cidadão (JACI)

Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Escolher o representante do país e o cumprimento das leis. (ALEXIS)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim; () Não. Por quê? Deve ser obrigatório para começarmos a exigir nossos direitos desde jovens (MACIEL).

Em contrapartida, poucos são aqueles que demonstram uma certa compreensão de cidadania ativa, aquela que se traduz em uma participação nas discussões relacionadas à organização, problemas e soluções na vida da sociedade, em um âmbito público, em um pensar coletivo e não apenas individual, indo além com um sentido “nuclear de cidadania”, conforme posto por Cardoso (2014, p. 17).

Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Ser empático. (SKY)

Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim; () Não. Por quê? Sim, pois dessa forma temos uma obrigação no papel do andamento e revoluções do nosso país, estado ou cidade [...] Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Ser a diferença que espero ver no mundo, nos governadores e nas pessoas. Porque esse é o nosso país/terra e devemos cuidar dele. (IVANI)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim; () Não. Por quê? Apesar de sermos jovens, o nosso país precisa saber sobre a nossa voz e que estamos observando e absorvendo a política em que estamos [...] Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Lutar pelos nossos direitos, empatia àqueles que precisam dela. (LIAM).

Portanto, para alguns estudantes a compreensão da cidadania está restrita à sua forma passiva, em que não ocorre uma atuar no âmbito político, como se buscou na origem da palavra.

A palavra *cidadania* vem, obviamente, de cidade e o termo equivalente na língua grega é *pólis*, que deu origem à palavra *política*. Política em grego refere-se ao ato de organizar a *pólis*, a cidade. Cidadania, portanto, na cultura grega antiga, é algo ligado à política (CARDOSO, 2014, p. 17)

Em contrapartida, para uma minoria de estudantes, há uma compreensão mais ampla da cidadania em sua forma ativa, pode-se supor que esses já compreendam a noção passiva e construíram suas compreensões de cidadania ativa, demonstrando uma necessidade de atuação na e a bem da sociedade, quando revelam que “[...] é o nosso país/terra e devemos cuidar dele” (SKY) ou “[...] o nosso país precisa saber sobre a nossa voz e que estamos observando e absorvendo a política em que estamos [...]” (LIAM).

Vale destacar a questão do pensar comunitário, muito bem traduzido pelas participantes Sky e Liam, que se expressaram com a palavra “empatia” ao falarem de cidadania ativa, que vem a ser o pensar e se colocar no lugar do outro e assim ter uma visão mais ampla sobre as interações em sociedade, podendo por consequência agir de maneira mais ativa e assertiva. Essa ideia pode entrelaçar com os pensamentos de Oliveira e Candau (2010), que entendem ser necessária a aplicação de orientações interculturais nos ambientes educacionais, sendo locais favoráveis a reflexões sobre igualdades e diferenças, que possui entre suas características um constante processo de relações entre os seres, com respeito e legitimidade mútuos, a construção de uma pedagogia com o reconhecimento das diferenças, desigualdades e conflitos, e do direito de ser diferente entre os discentes. “O conceito de interculturalidade é central na (re)construção do pensamento-outro. A interculturalidade é concebida, nessa perspectiva, como processo e como projeto político” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010 p. 25).

A análise desse tema traz um possível entendimento de que, no geral, os estudantes/participantes têm uma compreensão restrita da cidadania no seu sentido passivo, tendo uma minoria demonstrada uma interpretação da cidadania como uma atuar efetivamente na e a bem da sociedade e dos seus integrantes. As instituições escolares podem ser ambientes favoráveis para um melhor desenvolvimento dessas compreensões, como se pretende demonstrar a diante.

4.8 O papel da escola na formação política dos jovens

Quando se adentra no tema do “Papel da Escola na Formação Política dos Jovens”, percebe-se o quão importante a escola é na formação desses jovens, como representante do Estado, onde Freire (2001) deposita um entendimento de ter uma obrigação universal de ser educativa a ponto de atender as buscas dos indivíduos, sendo esses aqueles jovens que têm a necessidade de educarem-se.

Conforme manifestações dos professores entrevistados, são apresentados ensinamentos e dinâmicas aos estudantes, bem como são proporcionadas as oportunidades para a produção do conhecimento, a fim de buscar uma formação e uma conscientização político-cidadã aos mesmos, durante o processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula.

Eu busco sempre na minha prática pedagógica buscar discussões sobre cidadania, de política, tanto lá na ideia inicial, quando eu trabalho civilizações antigas, com o que o homem daquela época pensava sobre cidadania e política e faço uma relação ou reflexão com o que a gente tem de política hoje [...] Eu sempre busco dar conteúdo teórico, para embasar discussões, mas gosto de coloca-los para fazer, para discutir, para analisar, o que vai de acordo com as competências e habilidades da BNCC atuais, que é refletir, pesquisar, relacionar. (ARIEL)

É isso que estou sempre ponderando com os meninos na minha prática do dia-a-dia de ensinar política para eles. Não muito sistematizado, mas muito pegando no dia-a-dia deles, para não ficar maçante. (ELIS)

[...] discuto que o homem é um animal político e que precisa de regras mínimas para conviver em sociedade, para conviver em grupo, eu digo quando a gente discute política na atualidade, não é questão de ficar preocupado com Lula e Bolsonaro especificamente, é se preocupar como a sociedade está se organizando em volta de você, pois existem reflexões em você e em todas as pessoas que habitam a sociedade. (CHRIS).

Dessa forma, os professores se alinham ao Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira ao buscarem a construção do conhecimento, com uma consequente socialização de aprendizagens, proporcionando aos “discentes um ambiente aberto ao diálogo, à convivência democrática e sensível às suas reivindicações, corroborando para a permanência das crianças e jovens na escola” (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 280), assim vai ao encontro do pensamento de Schmidt (2000), que descreveu como socialização política o processo educacional, com inclusão de comportamentos, atitudes e valores aos estudantes, representando culturas políticas de uma sociedade.

Interessante a manifestação dos professores ao declararem que produzem práticas pedagógicas e que trazem os estudantes para participarem de discussões e reflexões, levando em consideração o ambiente de convivência dos mesmos sobre os temas tratados em sala de aula (“coloca-los para fazer, para discutir, para analisar”, “pegando no dia-a-dia deles” e “se

preocupar como a sociedade está se organizando em volta de você, pois existem reflexões em você e em todas as pessoas que habitam a sociedade”). Tais práticas vão ao encontro de Freire (1979) com a ideia de combate à educação bancária, aquela educação vertical, na qual o professor é a autoridade máxima em sala de aula e os estudantes meros ouvintes, com uma construção/formação de discentes acríticos e sem criatividade, utilizando-os como depósitos dos saberes acumulados ao longo da história.

Estes são momentos que descrevem, de certa forma, a socialização política dentro da instituição de ensino como formadora e instrutora de orientações, atitudes e saberes no campo político, levando os estudantes a uma participação ativa no âmbito escolar e uns perante os outros, indo ao encontro de lições de Araújo (2007). Por essas formas de atuação os professores instruem os estudantes com conteúdos relevantes, possibilitando a construção do saber, que reforça a compreensão de Freire (1996) do ensinar sendo uma intervenção ou ação no mundo, com uma conscientização sobre a política, já que para ele quando se fala em política tem-se em mente que: “[...] Hoje eu já não falo em aspecto político, falo em educação já como política” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 27).

O que demonstra uma interligação entre socialização política e o processo ensino-aprendizagem a ser proposto pelas escolas.

Também fica demonstrado o exercício de uma educação como a proposta por Brandão (1989), na qual as práticas sociais objetivam apresentar o conhecimento ou dar condições de produção desse conhecimento ao indivíduo, no presente caso aos jovens, atendendo às suas necessidades e às da sociedade. Mas cabe também ao indivíduo refletir sobre o processo educacional e sobre uma busca constante pelo conhecimento, o que traz à lembrança Freire (1979, p.15) quando declara que: “O saber superado já é ignorância”.

Entretanto, esses mesmos professores admitem que os jovens apresentam ausência de reflexão sobre eles mesmos, com pouco interesse por assunto relacionados à política, pouco conhecimento e, algumas vezes, falta uma consciência maior no atuar a bem da sociedade.

[...] os jovens não têm essa consciência cidadã, do que é ser cidadão, do que deve fazer um cidadão, da complexidade e ao mesmo tempo da simplicidade de agir como cidadão, de um cidadão consciente [...] eu vejo que o interesse dos jovens tem aumentado significativamente pela política, embora eles ainda não tenham a ferramenta para separar o joio do trigo, eles vêm muito perdidos como se manifestar, misturam muito o político e a questão partidária (ARIEL)

Vejo com muito pesar (a participação política dos jovens). Eu acho que falta muita maturidade para eles como cidadãos, então eles têm muita dificuldade de escolher. (ELIS)

É ruim (participação política dos jovens). Baixa. Acredito que isso ocorre pela falta de compreensão de que você participa politicamente da sociedade querendo ou não e quanto você se isenta também está participando. (CHRIS)

Apesar das práticas pedagógicas críticas de produção do conhecimento, com os estudantes sendo incentivados a participar das aulas com discussões, debates, reflexões sobre o dia a dia de suas comunidades e suas relações com a política, conforme relatos dos professores, nota-se pelas suas falas que esse pensar crítico não é muito bem (re)produzido pelos jovens, o que pode demonstrar um resquício de uma prática pedagógica embasada na teoria da consciência bancária, aquela criticada por Freire (1979), que se baseia na transmissão do conhecimento sem um reflexão profunda, crítica e criativa, com práticas pedagógicas centralizadas na figura do professor, ignorando o protagonismo dos jovens e explanando horas sobre determinado assunto, o que gera o desinteresse dos jovens pelo conteúdo da aula.

No momento em que esses docentes apresentam um discurso de que os estudantes estão aquém de um conhecimento e pensamento necessários para uma participação mais ativa no âmbito político macro e no âmbito eleitoral-partidário, retoma-se as ideias de consciência ingênua e consciência crítica, inclusive propostas como temas preliminares na codificação/tematização.

Nos relatos dos professores, que expressam que os estudantes não sabem o que é ou como agir um cidadão, não possuem maturidade para atuações e/ou não possuem a compreensão sobre a temática política, há demonstrações de uma formação da consciência ingênua nos estudantes, já que há uma noção simplória sobre os assuntos/problemas tratados em sala de aula, sem uma imediata pretensão de realizar um aprofundamento do conhecimento, com uma capacidade argumentativa limitada, o que tem a potencialidade de leva-los a julgamentos/decisões embasados mais nas emoções do que na razão (FREIRE, 1979). Lado outro, esses mesmos relatos trazem que os estudantes começam a demonstrar maior interesse pela política (no caso da entrevista trata-se de uma política eleitoral-partidária) e têm certa dificuldade nas escolhas no âmbito da sociedade (política macro), o que leva a pensar que eles têm uma certa curiosidade pelo tema, curiosidade essa que pode ser traduzida como um saber que a realidade é mutável. Assim há um prelúdio de vontade de construir um saber crítico, investigativo e revisor dos saberes que já possuem.

O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente 'perseguidora' de seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, se 'rigoriza', tanto mais epistemológica ela vai se tornando (FREIRE, 1996, p. 34).

Visualiza-se uma pretensão para a formação de uma consciência crítica, aquela em que por um processo de ensino-aprendizagem é formada a assunção de um compromisso educativo, que põe ao estudante uma detalhada compreensão da realidade na sua sociedade, com um aprofundamento da análise dos problemas à sua volta, estudante este insatisfeito com as aparentes verdades lançadas, e assim consegue dedicar-se para obter um enriquecimento de um diálogo compreensivo e de um debate saudável, aceitando o novo e o contraditório, demonstrando-se aberto, com um pensar democrático e, ainda assim, inquieto pelo saber, esquivando-se de discussões inexpressivas e da irresponsabilidade das ações/decisões tomadas, buscando integrar-se à realidade e envolver-se com ela (FREIRE, 1979, CORREIA; BONFIM, 2008).

[...] resumamos as ideias precedentes a respeito dos níveis de consciência. Estabeleceu-se uma relação explícita entre a ação cultural pela liberdade, na qual a conscientização é o objeto principal, e a superação dos estados de consciência semi-transitivos e transitivos-ingênuos pela consciência crítica. Não se pode chegar à conscientização crítica apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão (FREIRE, 1979b, p. 47).

Corroborando as primeiras impressões/manifestações dos professores sobre o desconhecimento dos temas tratados por parte dos estudantes, estão as manifestações de alguns desses em vários trechos de seus questionários, que demonstram conclusões rasas, ilógicas, baseadas em um conhecimento formado no passado e com propensão a satisfazerem-se com as experiências da convivência na sociedade, tais características se amoldam ao que Freire (1979b) denominou de consciência ingênua.

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim; (X) Não. Por quê?
Acho que alguns jovens não são capazes de tomar tal decisão tão jovem (JACI)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim; (X) Não. Por quê?
Porque para mim, isso deveria ser acima dos 18 anos e, pois, assim a pessoa que votasse já teria uma noção maior sobre política e sobre quem vota (KAUANE)

O que você entende por política? [...] (X) Outro: Vários velhos decidindo pelo futuro da sociedade que eles não compreendem [...] No seu entender, qual é a melhor forma de governo? [...] (X) Ditadura ou democracia não faz diferença (NOAH)

Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim; (X) Não. Por quê?
Não tenho pois não entendo muito de política (MACIEL)

O que você entende por política? [...] (X) são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida [...] Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim; (X) Não. Por quê? Os adolescentes nessa idade não sabem nem o que querem de sua vida, não acho que estão preparados para indicar alguém que jura ser justo ao poder (SKY)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim; (X) Não. Por quê? Apesar de ser bastante interessada na política, não concordo, pois não acho necessário já que o nosso voto nesta idade não é válido (QUINN)

Já no momento em que se pergunta aos estudantes se a instituição de ensino discute sobre política, com esclarecimentos e encontros ao tema, e esses mesmos, por maioria, dão um retorno de que não há essa discussão formadora, gera-se uma percepção de que esses estudantes sabem que existe a questão, que tem uma certa importância e que necessitam de mais informações sobre ela, o que caracteriza a necessidade, a busca ou a expectativa por uma consciência crítica.

Quadro 20– Esclarecimento sobre política na escola.

Q.16 A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política?		
	SIM	NÃO
Totais	5 (35,71%)	9 (64,28%)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do programa ATLAS.ti.

Reforçando esse cenário de um anseio por uma construção de uma consciência crítica, vale trazer as falas de alguns dos estudantes em outros trechos dos questionários, com claras ideias de busca por um novo conhecimento, de um necessário aperfeiçoamento do conhecimento existente e reflexão sobre suas ações e situações em sociedade.

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim; () Não. Por quê? Acho importante direcionar desde mais novo o jovem a se inteirar de questões políticas e mostrar que devemos estudar sobre isso e estar dentro das discussões como uma democracia tem que ser. (ANDREA)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim; () Não. Por quê? Todos temos opinião sobre determinado assunto e desde cedo é bom sermos influenciados a obter conhecimento sobre os deveres da sociedade. (CABELE)

Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim; () Não; (X) Não sei. Por quê? Não sei bem dizer, o nome ainda que está como um país democrático, mas muitas vezes atitudes de superiores nos fazem pensar em que tipo de democracia estamos vivendo. (IVANI)

Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim; () Não. Por quê? [...]em minha opinião, um jovem de 16 anos já está apto a desenvolver pensamentos lógicos e coerentes e tomar decisões, já que como cidadão também quer ser representado e quer ter seus interesses ouvidos. (LEE)

Conjugando os dados do Quadro 20 com aqueles do Quadro 18, que demonstra que a maioria dos estudantes (64,28%) estão se abstendo de participar ou se interessar pela dimensão política, pode-se ter uma impressão de que, talvez, haja uma falha na participação da instituição

de ensino para trazer aos mesmos discussões consistentes sobre política, com um processo pedagógico de ensino ativo, podendo ser cogitada como uma questão a gerar a consequência do absenteísmo dos jovens no cenário político.

Verifica-se que a instituição de ensino faz tentativas de contribuir na formação e conscientização político-cidadã dos jovens, mas não são atingidos os objetivos como se pretende, como a construção robusta e crítica do conhecimento, seja em razão das práticas pedagógicas inadequadas em determinados momentos, seja devido ao descrédito que a política eleitoral-partidária e os políticos estão a enfrentar, o que gera um distanciamento deles com os jovens e com a população em geral.

No questionário aplicado aos estudantes foram listados 10 possíveis problemas que o Brasil enfrenta, a corrupção esteve figurando entre os 5 principais problemas para 10 participantes, o que pode demonstrar uma certa influência negativa na formação política e cidadã dos mesmos, sendo outra motivação para um possível afastamento dos jovens do cenário político, ainda mais se somarmos as manifestações em questões dissertativas que foram apresentadas.

Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? A partir do momento que o nosso governo não mostra o mínimo de empatia e respeito em meio a uma pandemia mundial e não faz nada, de fato, decente sobre as crises e dificuldades. Além de só ter afundado mais o Brasil. (ANDREA)

Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim; (X) Não; () Não sei. Por quê? Por dois motivos sendo eles a corrupção e a dependência para um poder agir (ALEXIS)

Você tem alguma preferência por algum partido político?() Sim; (X) Não. Por quê? Ainda não tenho nenhuma preferência, eu gosto de informações e conhecer aqueles partidos e não achei um que me agrade e me dê confiança. (LIAM)

Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Cobrar os candidatos eleitos, manifestar contra as coisas erradas do governo, e a falta de informação de onde vai o dinheiro dos nossos impostos (QUINN)

Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim; () Não. Por quê? Eu não sei, porque muitas pessoas jogam seus votos fora, seja por vende-lo [...] Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Muitas vezes somos influenciados pelo o que o candidato promete, mas muitas das vezes eles não cumprem, e quando chegam lá roubam, só pensam em si mesmo (CABELE)

Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim; () Não; (X) Não sei. Por quê? Existem pessoas para nos representar, mas o atual governo não está me representando pois só vejo decaída e notícias ruins sobre. Me dando nojo de saber que ele representa o Brasil (ANGEL)

Um dos professores entrevistados apresenta essa mesma preocupação de que o desestímulo do jovem para a participação no âmbito político da sociedade pode estar vinculado à corrupção.

Mas o pior é o jovem indiferente que perdeu a crença na escolha. Ele não é estimulado na família, nem na escola a ter essa prática de escolher, de conhecer como escolher. Vejo com muita descrença, a maioria poderia votar, mas não votam. O discurso deles é igual: “Todo político é ladrão”, “Tudo é igual”, “Todo que entrar vai roubar”. (ELIS)

Quando se fala em corrupção e sua influência no pensar político, pode-se trazer a questão do Fetichismo, tratada no primeiro capítulo, que, de acordo com o pensamento de Dussel (2007), poderia ser interpretado como uma ação dos representantes do povo, que negam as vontades e interesses desse, buscam a defesa de seus interesses e de um grupo específico.

[...] o fetichismo na política tem a ver com a absolutização da “vontade” do representante (“assim o quer, assim o ordeno; a vontade [do governante] e o fundamento [a razão]”), que deixa de responder, de fundar-se, de articular-se com a “vontade geral” da comunidade política que diz representar (DUSSEL, 2007, p. 44).

Assim os participantes relatam uma insatisfação com os representantes populares que exercem um poder fetichizado, ao invés de exercê-lo de forma obediencial, que seria aquele poder exercido de forma delegada pela comunidade, na busca do atendimento de exigências, reivindicações e necessidades dessa. Tal situação vem a ser mais uma com potencialidade de gerar um desestímulo à participação dos jovens na dimensão política.

Importante notar a fala de Cabele ao apresentar resposta sobre a obrigatoriedade do voto e relatar não ter opinião formada pois “muitas pessoas jogam seus votos fora, seja por vende-lo”, demonstrando que a corrupção, como já alertado por Dussel(2007), pode ser perpetuada não só pelo político (representante no exercício do poder do povo), como pelo povo ao não participar do processo político ou ao consentir com as ilegalidades, irregularidades e imoralidades praticadas pelo seu representante, como na questão da compra de votos, já que a ilegalidade não é só de quem compra o voto, mas, também, de quem vende, que pode incorrer nas sanções do artigo 299 do Código Eleitoral³³.

A escola tendo entre as suas funções a realização do processo de aprendizagem de formas e mecanismos de participação, deve criar situações concretas de participação dos estudantes em diversas atividades e decisões coletivas no âmbito escolar, para que haja

³³ Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita: Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa. – Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15/07/1965), disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm >. Acesso em: 25/11/2021.

estímulos a uma vivência democrática e assim contribua com uma atividade pedagógica que fomenta a formação protagonista dos estudantes, o que alude à corrente defendida por Groppo (2016, 2018) do protagonismo juvenil, onde os jovens devem tornar-se capazes de “se comportarem como atores sociais, ou seja, de modificarem seu entorno social para realizarem projetos pessoais” (TOURAINÉ, 1998, p. 78 *apud* GROPPPO, 2018, p. 54).

Daniliauskus e Tomizaki (2018, p. 221), em seus estudos sobre a temática juventude e política, entendem que as escolas “não têm priorizado a questão da participação como uma dimensão importante do processo educativo vivenciado pelos jovens e nem mesmo os tem informado a respeito dessas instâncias”.

Não obstante as recomendações supra, indo ao encontro dos estudos de Daniliauskus e Tomizaki (2018), os professores/participantes da instituição de ensino aqui pesquisada apresentam realidade semelhante:

Enquanto no Estado a gente vive um tecnicismo, tem se burocratizado muito, mais do que antes, e isso perde muito na flexibilidade da gente poder trabalhar essas questões transversais importantes como a política e a cidadania, que são fundamentais para formação humana.(ARIEL)

Então na teoria, nós temos uma teoria maravilhosa com liberdade política, mas no dia-a-dia na escola, ela é altamente opressora [...] o plano diretor da escola é tudo muito bonito, aquele projeto lindo, tem que desenvolver a competência do aluno para ter decisões, a escola é democrática, mas na realidade não é, na prática a escola não é. Por exemplo, no ano de 2019, tivemos várias reuniões de colegiado para definir os direitos dos meninos de usarem ou não uma calça rasgada. Foi imposto pela direção da escola que os alunos não podiam usar calça rasgada [...] (ELIS)

[...] na Escola Pública Estadual é uma conversa um pouco mais complicada ... acho que o papel fundamental não é cumprido, podemos até discutir de quem é a responsabilização, se é o Estado, se é o Professor ou a Instituição Escolar. É um papel fundamental, mas não é cumprido. Não vejo uma introdução minimamente aceitável na formação política. No máximo que você encontrará é alguém tentando convencer os alunos de que uma determinada postura política é mais interessante que a outra [...] (CHRIS)

O que pode ser extraído das falas dos professores é que a escola pesquisada apresenta contradições no momento em que, formalmente, busca ser um ambiente propagador da liberdade dos estudantes e de uma gestão democrática, entretanto, na realidade tem atitudes autoritárias e opressoras, quando prejudica a maleabilidade no ensino distribuído pelos professores e não traz os estudantes para participarem das decisões dentro da instituição de ensino ou não considera as ideias/pensamentos desses jovens nas tomadas de decisões.

Tal contexto reforça a ideia de uma educação hierarquizada, sem análises críticas às experiências e conhecimentos dos estudantes, que adentram no ambiente escolar, muitas vezes, pouco aberto aos debates participativos, à resolução conjunta de problemas e à aprendizagem

cooperativa, sendo uma questão que tem a potencialidade de afastar os jovens, o que condiz com os pensamentos de Abramovay, Figueiredo e Silva (2019, p. 26).

De fato, a cultura escolar não tem se mostrado receptiva à linguagem e às várias formas de expressão juvenil e não colabora para aumentar o respeito às diferenças e o sentido de alteridade. A cultura escolar hierárquica é pouco sensível ao que chega das ruas, das famílias, das formas de ser e querer dos jovens em suas múltiplas vivências, abstém-se também de promover e elaborar reflexões críticas sobre o autoritarismo da cultura dominante e de investimentos na compreensão crítica das culturas que chegam da rua, da família e das fratrias juvenis. Ao contrário, reproduz a cultura dominante, nega as “transgressoras”, sem análise crítica, o que induz a um clima escolar negativo.

Em uma clara situação do autoritarismo escolar, de possível forma de padronização e de não escuta dos jovens, o(a) professor(a) Elis relata a situação de proibição, pela instituição escolar, de utilização de “calças rasgadas” pelos jovens, o que lhes caracteriza um estilo de vida, que não influencia no ensino e pode trazer uma alegria quando da utilização desse estilo. Em sincronia de ideias esta Abramovay, Figueiredo e Silva (2019, p. 27).

A roupa, por exemplo, a forma de vestir é uma marca juvenil que os diferencia dos adultos. Assim como o boné, que é tido como um símbolo de gangues pelos adultos das escolas, é associado a códigos que não são verídicos. O uso do boné, no entanto, é uma questão estética e um dos principais traços identitários de muitos jovens e adolescentes. Esses usos na escola são tidos como provocativos e os adultos têm dificuldade de “suportar” tais marcas. A escola não apenas questiona a conduta, como quer padronizar as aparências.

No momento que é relatado, pelo(a) professor(a) Chris, que “o papel fundamental não é cumprido” pela escola, percebe-se que esse autoritarismo escolar, prejudica não só os estudantes, como os próprios professores que são tolhidos nas suas tentativas de construção do conhecimento junto àqueles.

A criação de um local favorável à construção do conhecimento passa por uma participação da direção escolar, dos professores e dos estudantes, com uma atuação compartilhada das responsabilidades e um auxílio recíproco entre todos, o que demanda, ainda, uma administração democrática na escola, com decisões firmadas de forma coletiva, gerando uma crença comum de união e de segurança, proporcionando uma participação ativa e efetiva de todos.

Schmidt (2000) identifica que as instituições escolares são locais de relevante importância para a formação política dos jovens e que em tais locais esses jovens têm expectativas de que não sejam austeros na disciplina, no diálogo e/ou na convivência, com ações que lhes permitam participar e interagir na vida da escola, entretanto, esses jovens encontram outra realidade quando entram no ambiente escolar, percebem um universo próprio, sem diálogo, autoritário e com um clima democrático mingauado, tímido e/ou deficiente.

Pelo referencial teórico já apresentado, percebe-se que as escolas, que pretendem realizar uma efetiva socialização política junto aos jovens/estudantes, devem propor metodologias de ensino-aprendizagem com formas mais concretas de participação dos discentes, incentivando discussões e debates saudáveis sobre temáticas políticas e cidadãs, abandonando metodologias “autoritárias”, focadas somente na figura dos professores, sem participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, que são ineficazes e geram certa passividade (DANILIAUSKUS; TOMAZAKI, 2018, CASTRO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve início com a curiosidade e, ao mesmo tempo, indignação do porquê tão poucos jovens, com idades entre 16 e 17 anos, idade que possibilita o alistamento eleitoral e o voto facultativos, procuravam a Justiça Eleitoral para exercerem seus direitos e deveres de participação na vida política da nação.

Levando em consideração que o presente curso de mestrado é na área da educação, foram necessárias algumas adaptações na investigação dessa “curiosidade” e “indignação”. Verificando que são vários os agentes socializadores e considerando que o *locus*, por excelência, da educação é a escola, por que não analisar o papel e as contribuições dessa instituição de ensino, que é uma das principais agências, ao lado da família, de socialização política dos jovens do ensino médio. E assim foram feitos os ajustes necessários.

Uma extensa revisão sobre os temas principais tratados na pesquisa foi realizada, a fim de possibilitar um embasamento teórico consistente. Foram discutidas concepções da política e do político, em especial sob as visões de Dussel (2007) e Arendt (2002). Passou-se pelas percepções de juventude e jovem, alicerçadas na teoria do jovem como ator social ou do protagonista juvenil, defendida por Groppo (2016, 2018). Partiu-se para um olhar da educação na diversidade, com um cerne no exercício da cidadania, apoiado em leituras nas obras de Freire (1979, 2001), Brandão (1989) e Dayrell (1996). No ponto que se tratou da cultura política e da socialização política, no ambiente escolar, apoderou-se dos trabalhos e pensamentos de Schmidt (2000), Araújo (2007), Silva (2017), Abramovay, Figueiredo e Silva (2019) e Martins e Carrano (2011).

Optou-se por uma metodologia de pesquisa qualitativa, seguindo os ditames de André e Gatti (2008), uma pesquisa documental, consiste na análise do Projeto Político Pedagógico da escola, pela visão de Ludke e André (1986) e de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), encerrando com uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas e questionários, conforme orientações de Marconi e Lakatos (2002), com as necessárias adaptações ao mundo virtual, por consequências geradas pela pandemia da COVID-19.

Feitas as considerações teóricas que embasaram o presente estudo, partiu-se para a análise dos dados produzidos na pesquisa de campo (entrevistas e questionários), sob a ótica de uma análise temática, baseada nas lições de Braun e Clarke (2006), entretanto, após algumas pesquisas sobre o método de análise em questão, notou-se que o trabalho de seleção de extratos, codificação, criação e agrupamento de temas provisórios seria hercúleo, tendo-se buscado o auxílio do programa ATLAS.ti, como exposto em seção anterior, que trouxe uma dinâmica

organizacional e racional na quase totalidade do processo de análise, sendo um facilitador na seleção de trechos/extratos e suas vinculações aos temas provisórios, e destes aos temas definitivos.

O programa demonstrou-se ser um facilitador no trabalho de pesquisa e análise, agilizando a criação/marcação de citações, códigos, temas, grupos e redes, bem como na procura de trechos dos extratos importantes para as análises, possibilitando, ainda, a criação de fluxogramas, de gráficos e de tabelas, com vários tipos de dados, tudo de forma ágil e organizada, afastando possíveis equívocos que podem surgir em uma análise manual extenuante. Assim, a proposta do referido programa foi atingida, o que levou as análises ao ponto do relatório final.

Na ocasião em que se buscou averiguar a colaboração da escola pesquisada na edificação de uma formação e conscientização dos jovens estudantes, percebeu-se, em um primeiro momento, que a referida instituição possui um Projeto Político Pedagógico que orienta e incentiva seus docentes à construção de um conhecimento crítico junto aos discentes, com a realização de práticas pedagógicas ativas, com diálogos abertos e compreensivos, com o fim de alcançar uma socialização política efetiva, com o despertar do “interesse pela construção de um futuro de melhores expectativas com a participação consciente e efetiva no meio em que vivem” (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 252).

Os professores, em suas entrevistas, também deixam claro que atuam com práticas pedagógicas voltadas para oportunizar a edificação de conhecimentos que contribuam na formação e conscientização política-cidadã dos estudantes, alinhando-se ao Projeto Político Pedagógico da escola e indo no mesmo sentido de Schmidt (2000, p. 57), com sua noção de socialização política como “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”. Já os estudantes entendem que a escola colabora em suas formações políticas dirigidas à construção de uma cidadania do tipo passiva, ou seja, uma compreensão deficitária, já que uma socialização política efetiva demanda a compreensão e atuação de cidadãos no aspecto ativo, sendo pouquíssimos aqueles estudantes que têm a noção da cidadania ativa e a vontade de atuação nesse viés.

Entretanto, esses mesmos jovens estudantes assim que são indagados sobre suas compreensões de como a escola está a contribuir nesse processo formativo, apresentam certa contradição. Os jovens que participaram da pesquisa, em sua maioria, informam não haver na escola discussões/esclarecimentos sobre política, quando buscam informações sobre a temática,

a instituição escolar não se apresenta como uma agência de socialização que atende com facilidade suas demandas. E, cabe ponderar, por isso mesmo, que a educação, como ministrada na presente situação, não é compreendida como política, no sentido proposto por Freire.

Também, os professores demonstram uma certa preocupação ao relatarem que os jovens ainda se apresentam ausentes para uma reflexão crítica sobre a temática da política e da cidadania, sem demonstração de interesses mais constantes e incisivos por uma busca pelo conhecimento. Também apontam uma certa espécie de contradição entre suas práticas pedagógicas, como dito anteriormente, e as questões postas em prática pela instituição de ensino, que se demonstra autoritária, não receptiva às ideias dos jovens discentes, indisponível à flexibilização dos processos de ensino-aprendizagem ministrados pelos professores, diante de uma excessiva burocratização, com uma gestão não democrática, indo ao encontro da teoria da educação bancária, que considera os jovens/estudantes como meros depósitos de conhecimentos adquiridos aos logo da história. Isso remete à compreensão de que a escola ainda se distancia da produção de um conhecimento crítico com foco na socialização política dos jovens.

Cabe uma ressalva para a análise do perfil dos jovens estudantes. A pesquisa foi realizada em um momento que a sociedade brasileira estava enfrentando uma pandemia relacionada à COVID-19, ainda sem vacinas disponíveis aos cidadãos, quando as aulas presenciais, em todos os níveis, estavam suspensas, sendo que essas aulas estavam sendo ministradas *on line*, por programas como o *Google Meet*. Da mesma forma aconteceu nas escolas públicas, onde os estudantes, em sua maioria, são de camadas sociais empobrecidas e com pouca disponibilidade de recursos tecnológicos, influenciados, ainda, por questões sociais e econômicas, que podem ter se traduzido pelo baixo número de jovens que participavam das aulas, o que refletiu na quantidade de participantes na pesquisa, conforme relatado em seção a respeito da metodologia aplicada na presente pesquisa, assim, em alguns marcadores, não foi possível uma análise mais profunda ou relevante como se pretendia.

Quando se buscou analisar o perfil dos jovens participantes da pesquisa, observou-se que, em sua maioria, foram aqueles que se declararam do gênero feminino que se dispuseram a participar, o que leva a crer em um maior interesse/curiosidade desses participantes pelo tema “política”. Tal perspectiva também se consolida a partir das análises das respostas dos estudantes aos questionários, quando se verifica que aqueles que se declararam do gênero feminino, possuem posições mais críticas e profundas sobre os temas que se manifestam.

Passando para o item raça/etnia há uma predominância de participantes que se declaram de raça/etnia branca, mesmo em se tratando de uma pesquisa realizada em uma escola

pública estadual, que teria o potencial de trazer outras realidades, entretanto, não foi esse o resultado, o que demonstra uma possível desigualdade de acesso ao âmbito educacional.

No momento em que se buscou verificar a experiência laboral, a maioria tem uma certa experiência profissional, o que demonstra que os estudantes têm outras experiências na vida, que complementam as suas formações como cidadãos, acrescentando às experiências no âmbito familiar e escolar. Em um mix de participação em atividades comunitárias com experiência laboral, notou-se que essa experiência tem o condão de conduzir os estudantes a serem mais participativos em atividades comunitárias, e estas, por consequência, têm a potencialidade de tornar os seus participantes em indivíduos mais ativos na vida comunitária, o que traz um “quê” de exercício de uma cidadania ativa pelos mesmos, conforme sugere Nazzari (2005).

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira ao ser analisado, demonstrou certa compatibilidade aos estudos teóricos do presente trabalho, quando apresenta noções de política, que tem certa compatibilidade com referência a Hannah Arendt, e de político, que possui semelhanças aos pensamentos de Enrique Dussel. O referido projeto, ainda, traz em suas metas a construção de jovens protagonistas do processo de ensino-aprendizagem, seguindo os pensamentos deixados por Groppo (2016, 2018), no momento que este traz referência à corrente teórica pós moderna, com a visão dos jovens como atores sociais ou protagonista da formação escolar. No documento consta que a escola tem como objetivo, buscar uma educação para o desenvolvimento de competências e habilidades que formem cidadãos ativos na vida em sociedade, conscientes e respeitosos com a ampla gama de diversidades e diferenças que se apresentam no âmbito escolar e fora dele, indo ao encontro da visão de Cardoso (2014).

Percebe-se que a escola, através de seu projeto político pedagógico, tem ciência de sua tarefa de socialização política secundária e manifesta com uma necessária formação política dos jovens, na oportunidade em que acredita que “deve proporcionar a esses discentes um ambiente aberto ao diálogo, à convivência democrática e sensível às suas reivindicações, corroborando para a permanência das crianças e jovens na escola” (Anexo II - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira, p. 280), o que bem harmoniza com os estudos de Schmidt (2000) e Berger e Luckmann (2004).

Se analisada, ainda, a legislação pertinente ao assunto, constata-se que houve uma preocupação com os jovens, primeiramente, na Emenda Constitucional n.º 65/2010, que o elevou à categoria constitucional e previu a criação do Estatuto da Juventude, que não demorou para entrar em vigência pela Lei n.º 12.852/2013, que diferentemente do Estatuto de Criança e Adolescente, que apresenta um caráter protetivo e infantilizado para os jovens, veio para marcar

os jovens com atributos de autonomia e participação ativa nos meios sociais e políticos, integrando a ideia do jovem protagonista, favorecendo uma efetiva socialização política deles.

É uma visão comum que nossa sociedade, em especial, nosso país, passa por um período político e social turbulento, com desgastes, desilusões e frustrações com o poder público em geral, sentimentos que estão incutidos nos jovens participantes da pesquisa aqui produzida, sendo a socialização política consciente e crítica a chave para o encontro de uma liberdade e o fim de uma opressão invisível, que se disfarça de conhecimento, já que se percebe que há um hiato na formação política desses jovens.

O que se tem hoje são lampejos de um processo formativo e crítico, visualizando-se professores com tentativas de processos de ensino-aprendizagens ativos, com incentivos aos estudantes para uma formação de um conhecimento político-cidadão e para uma participação cidadã ativa na política da sociedade. Percebe-se instituições de ensino com práticas e direcionamentos autoritários ou com ausência de uma efetiva participação democrática dos estudantes. Há demonstrações de alguns estudantes com um certo desejo de construção de um saber crítico, sem entender como fazê-lo de maneira eficaz, e outros sem esse desejo de desenvolvimento, sem um incentivo necessário para um alicerçamento de uma consciência crítica, mantendo-se de forma cômoda com uma consciência ingênua.

A socialização política produzida pelos agentes socializadores, em especial pela escola em questão, não está a gerar nos jovens sentimentos e comportamentos que os levem a uma participação cidadã ativa e efetiva, não conseguindo possibilitar a construção de um empoderamento que agregue confiança e envolvimento mais assertivos e responsáveis perante a vida em sociedade.

A escola, que na visão de Freire (2001), tem uma obrigação de ser educativa para atender as necessidades da sociedade, no presente caso para atender a necessidade dos jovens de se educarem, deve colaborar nessa formação político-cidadã.

Para que esse processo seja possível, devem as instituições de ensino repensarem suas políticas pedagógicas, centrando seus processos de ensino-aprendizagem nos jovens como protagonistas de suas próprias formações e solidificações dos saberes críticos, dos conhecimentos e atitudes cidadãs e democráticas, buscando um bem maior, buscando o melhor para a sociedade como um todo.

Tem-se uma noção de que o ensino ministrado a esses jovens, que adentram em um período que os possibilita exercer uma das principais formas de expressão de cidadania ativa, no caso tirar o título de eleitor para o exercício do voto nos processos eleitorais, deve ser direcionado de forma detalhada, por meios diretos e/ou transversais/paralelos, com temas

relacionados à política macro, aquela que envolve as atuações, decisões, discussões e expressões na vida da sociedade, em que se mostra a influência dessa política no dia-a-dia de cada indivíduo com práticas, conversas e discussões, trazendo o jovem para o centro dessa educação política, sem se esquecer de assuntos sobre a política eleitoral-partidária e sobre a representatividade nesse âmbito.

Acredita-se que com esse processo educativo a escola possa tornar-se uma agência socializadora ainda mais importante na vida dos jovens, da população e da sociedade, possibilitando a edificação de uma juventude ou uma geração de jovens mais atuantes e conscientes em uma proposta evolutiva e participativa na e da democracia.

Conforme apura-se da pesquisa produzida, os jovens ainda não se apresentam de forma satisfatória para participar da vida política da sociedade, sendo uma realidade expressada por eles mesmos e pelos professores. Vislumbrou-se trilhas para entender as justificativas que estão a levar os jovens a esse absentismo no âmbito político e a educação percebe-se ser o caminho, mais seguro e correto, a ser traçado para a mudança necessária, já que como Freire expressou-se de forma cristalina (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 27): “a educação é, em si, política”.

Finaliza-se com a certeza de que a presente pesquisa não tem como ambição apresentar as soluções absolutas sobre os conteúdos aqui analisados, mas sim possibilitar a preparação de um campo fértil às reflexões e críticas necessárias sobre a escola, como agente socializadora, e sobre suas atribuições na formação política-cidadã das pessoas, tendo sempre em mente o pensamento de Aristóteles (2011) de que a ausência de um povo da vida política de uma sociedade, pode levar a um colapso do seu sistema político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. *In*: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 19-39. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=472. Acesso em: 30 ago. 2021.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys (orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**, Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, p. 73-92. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 fev. 2021.

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo. **Juventude, política e cultura**. 2000. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/juventude-politica-e-cultura/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ABRAMOVAY, Miriam; FIGUEIREDO, Eleonora; SILVA, Ana Paula da. Relações intergeracionais na escola: poder, disciplina e práticas pedagógicas. *In*: MONTECHIARE, Renata; MEDINA, Gabriel (orgs.). **Juventude e Educação: identidades e direitos**. São Paulo: FLACSO, 2019, p. 24-40. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=juventude-e-educacao-identidades-e-direitos>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LIMA, Fabiano de Souza; MARTINELLI, Cláudia da Costa. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14762. Acesso: 26 ago. 2021.

ALMEIDA, Sara Ferreira de; JUNIOR, Djalma Ribeiro; OLIVEIRA, Maria Waldenez de; TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. **Comunidade é Tudo**. SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES DE PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA. São Carlos: nov./dez. 2013. Disponível em: http://www.processoseducativos.ufscar.br/comunidade_e_tudo.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

AMORIM, Maria Salete Souza de. **Cultura Política e Decisão Eleitoral no oeste do Paraná**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj2zMvljfvvAhUIFrkGHfY2DRUQFjAAegQIAXAD&url=https%3A%2F%2Fwww.lume.ufrgs.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F10183%2F8312%2F000573408.pdf%3Fsequence%3D1&usq=AOvVaw3zZ2CGCiFY5jPfbVqYtgpw>. Acesso em: 05 jan. 2021.

AMORIM, Ricardo Henriques Pereira. **O jovem, o estatuto da juventude e a EC 65/2010**. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-jovem-o-estatuto-da-juventude-e-a-ec-65-2010/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaro Afonso; GATTI, Bernardete Angelina. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução**. 2008. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/repositorio-de-arquivos/arquivos-do-programa-de-formacao/modulo-vii-pesquisa-qualitativa-parte-ii/@@download/file>. Acesso em: 15 mai.2020.

ARAÚJO, Angélica Lyra de. **Juventude e Participação Política: o jovem eleitor de Londrina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2007. 110 f. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UUEL_2cf61f492cd4c8c94e6d6b04b96a872c. Acesso em: 24 fev. 2020.

ARENDRT, Hannah. **O que é Política?** 3ª Edição. Tradução: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDRT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARISTÓTELES. **Política**. Texto Integral. Tradução: Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 57-82, jan. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1629/1370>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: 24ª Edição, Editora Vozes, 2004.

BRAGA, Ana Carolina Lima; MÜLLER, Maria Cristina. A Recusa da Política em Hannah Arendt. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIA HUMANAS, 2010, Londrina/PR. **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – SEPECH**. Londrina: Eduel, 2010, p. 147-160. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_recusa_da_politica_em_hannah_arendt.pdf ou <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/autores.html>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 08 jul.2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 4529/2004 (Transformado na Lei Ordinária 12852/2013)**, de 25 de novembro de 2004. Brasília, DF, 25 nov. 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 20 ago. 2019.

BRASIL. Lei n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, , 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**. v. 3, ed. 2, p. 77-101, 2006. Tradução: Luiz Fernando Mackedanz. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjLk4TLgIHxAhVkJkGHl0DRsQFjABegQIAxAD&url=https%3A%2F%2Fedisciplinas.usp.br%2Fpluginfile.php%2F3563462%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2FBraun%2520e%2520Clarke%2520-Traducao_do_artigo_Using_thematic_analys.pdf&usg=AOvVaw2X6OgtP4z7G1nkldiabCde. Acesso em: 13 mai. 2021.

CAETANO, Pedro. A Socialização Política dos Estudantes no Plural. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n.º. 137, p. 1045-1060, out.-dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NgTjPgBFZzSCBBJtYmmHH3F/?lang=pt#>. Acesso: 15 mai. 2020.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. **Fundamentos para uma Educação na Diversidade**. 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155243/3/unespnead_reeil_ee_d01_s02_texto01.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mai. 2020.

CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate. 2009. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a03v25n4.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2020.

CELLARD, André. Análise Documental. *In*: POUPART, Jean; *et al.* **A pesquisa qualitativa. Enfoque epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. 3ª Edição. Petrópolis: Vivo, 2012. p. 295/316. Disponível em: https://www.academia.edu/9238598/ANDR%C3%89_CELLARD_-_A_an%C3%A1lise_documental._p_295-316. Acesso em: 22 jul. 2020.

CORREIA, Wilson; BONFIM, Cláudia. **Práxis pedagógica na filosofia de Paulo Freire: um estudo dos estágios da consciência**. 2008. Disponível em: https://www.uern.br/outros/trilhasfilosoficas/conteudo/Praxis_pedagogica.pdf. Acesso em: 01/11/2021.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Adolescente como Protagonista**. 2007. Disponível em: <http://protagonismojuvenil.blogspot.com.br/2007/06/o-adolescente-como-protagonista.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.

DANILIAUSKAS, Marcelo; TOMIZAKI, Kimi. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1 p. 214-238, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000100214&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 mai. 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A Escola como Espaço Sócio-Cultural**, 1996. Disponível em: <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-esp%C3%A7o-socio-cultural.pdf>. Acesso em 11 jul. 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2021.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de política**. 1ª Edição. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Tradução: Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Fara (orgs.). **Juventude: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007, p. 19-54. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume27_juventude_outros_olhares_sobre_a_diversidade.pdf. Acesso em: 24 fev, 2021.

EZPELETA, Justa; ROCKWEEL, Elsie. **Pesquisa Participante**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 34, n. 122, pp. 411-423, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200007>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a. Disponível em: <https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/12/paulo-freire-educacao-e-mudanca-desbloqueado.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979b. Disponível em:

https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. 25^ac Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Lições de casa: últimos diálogos sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, Rafael Barbosa. **Socialização Política e suas Agências Socializadoras em Jovens de Juiz de Fora -MG: uma investigação e um estudo de caso**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6606> Acesso em: 17 mar. 2021.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária: atividade e vivência**. Fortaleza: 2005. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42537/1/2005_liv_cwlgois.pdf. Acesso em: 20/11/2021.

GROPPO, Luis Antônio. Sentidos de Juventude na Sociologia e nas Políticas Públicas do Brasil Contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5062>. Acesso em: 05 jan. 2021.

GROPPO, Luis Antônio. **Juventude e Práticas socioeducativas**. Alfenas: UNIFAL, 2018. Disponível em <http://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/ebooks>. Acessado em: 20 jun. 2020.

JAHODA, Marie. Socialização. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Tradução: Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, p. 271-711, 1996.

LIMA, Emília Agnes Assis de; PASSOS, Fábio Abreu dos; SOUZA, Newton Bignotto de. Em diálogo com as filosofias de Hannah Arendt e Leo Strauss. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del Rei, n.º 6, p. 19–40, 2011. Disponível em: <http://hannaharendt.com.br/downloads/e13fd2e0153968136c269fa982f30bb0.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaro Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p.

43-56, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2910>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MATTOS, Amana; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; COSTA, Carina Martins; SILVA, Conceição Firmina Seixas; PENNA, Fernando de Araújo; VELLOSO, Luciana; LEONARDI, Paula; ALBERTI, Verena. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Escola sem Partido. *In*: FRIGOTTO, Gaudência (org). **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, UERJ, LPP, 2017, p. 35-48. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi67LKVvcj0AhVjqpUCHQ8NBkkQFnoECAQQAQ&url=https%3A%2F%2Fnpnpe.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F11%2Fgaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf&usq=A0vVaw3cJMquSAuUdNWp5X-dGUan>. Acesso em: 10 set. 2021.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. 2017. 286f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157904>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, ago. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2021.

MOURA, Fernanda Pereira de. **Escola sem Partido: Origens e Ideologias**. 2019. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/>. Acesso em: 14 set. 2021.

NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Revista Educação Unisinos**, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6312>. Acessado em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado Teórico-Conceitual sobre a Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e Características. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, Mar. 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>. Acesso em: 17 mai. 2020.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2020.

PANSARELLI, Daniel. Enrique Dussel e a pedagogia latino-americana. *In*: BOTO, C., **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados [online]**. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 245-265. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-12.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996

REGUILLO, Rossana. Las Culturas Juveniles: Un Campo de Estudio; breve agenda para la discusión. *In*: FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys (orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**, Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007, p. 47-70. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 fev. 2021.

RODRIGUES, Mariana; MENEZES, Isabel; FERREIRA, Pedro D. Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e175560, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100464&lng=en&nrm=iso. Acessado em 03 mai. 2020.

ROMIG, Letícia Silveira; CORRÊA, Evandro Antônio; CRISTINA, Adriana. O papel da escola: sua função política e social na construção da cidadania. *In*: 1º SEMINÁRIO DO PIBID DA REGIÃO SUL; SEMINÁRIO DO PARFOR DA REGIÃO SUL; SEMINÁRIO REGIONAL PROESDE/LICENCIATURAS/SC: IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA, 2015, Lages/SC. **Anais do PIBIDSUL / PARFORSUL / ENLICSUL**. Lages: UNIPLAC, 2015. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/pibidsul/23535-O-PAPEL-DA-ESCOLA--SUA-FUNCAO-POLITICA-E-SOCIAL-NA-CONSTRUCAO-DA-CIDADANIA>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza (org). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, p. 25-68, 2003. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwimm-GLqvbvAhUkILkGHY9CBxQQFjAAegQIAhAD&url=https%3A%2F%2Fwandersoncmagalhaes.files.wordpress.com%2F2013%2F12%2Freconhecerparalibertar.pdf&usq=AOvVaw0f-FqTtZAQL4c6Vcue1sgZ>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SANTOS, Lirton Nogueira. A ideia de cidadania. **Revista Eleições & Cidadania**, Teresina: TRE-PI, ano 1, n. 1, p. 47-52, dez. 2009. Disponível em: www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-revista-eleicoes-cidadania-ano1-n-01. Acesso em: 18 jul. 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, Jan/Jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/0>. Acessado em: 23 jul. 2020.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil**. 2000. 392 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em:

<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/287/1/JoaoPedro.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SEMICHECHE, Adriani; HIGA, Klicia Miyeko; CABREIRA, Lucimaira. Protagonismo juvenil: a participação dos jovens para a transformação social. **Akrópolis**, Umuarama, v. 20, n. 1, p. 21-38, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4450>. Acesso em: 07 set. 2021.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 335-350, nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 mar 2021.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SILVA, Mauro Sérgio Santos da. **Hannah Arendt e o sentido da política no mundo contemporânea**. 2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de Uberlândia. Uberlândia: 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1560119/08/2021>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SILVA, Francielli Pirolli da. **A socialização política dos jovens estudantes do ensino médio no município de Toledo – Paraná**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *Campus* de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Toledo: 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3270>. Acessado em: 06 mai. 2020.

SILVA, Thais Gama da. **Protagonismo Juvenil na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano**. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2009. Disponível em http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_gamasilva.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIM, Maria Salete Souza de. Socialização política e capital social: uma análise de participação da juventude no contexto escolar e político. **Revista Educação Unisinos**, v.9, n. 2, p. 155–163, mai/abr 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6313><http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6313>. Acesso em: 06 set 2020.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos brasileiro de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jul. 2020.

SOUZA, Regina Magalhães de. O conceito do protagonismo juvenil. *In*: ESPINDULA, Branda (org.). **Protagonismo da Juventude Brasileira: Teoria e Memória**. São Paulo: Instituto ArteCidadania (IAC), Centro de Estudos de Memória da Juventude (CEMJ), p. 10-24, 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/305773904_PROTAGONISMO_DA_JUVENTUDE_BRASILEIRA_TEORIA_E_MEMORIA. Acesso em 19 fev. 2021.

SOUZA, Tiago Zanquêta; NOVAIS, Gercina Santana Novais. Colonialismo e Colonialidade na Educação: da denúncia ao anúncio da resistência propositiva popular. **Debates em Educação**, vol. 13, n.º 31, p. 527/550, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10544>. Acesso em: 09 set. 2021.

STAMATO, Maria Izabel Calil. Protagonismo juvenil: um conceito em revisão. In: ESPINDULA, Brenda (org.). **Protagonismo da Juventude Brasileira: teoria e prática**. 1ª edição. São Paulo: Instituto ArteCidadania, Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2009, p. 25-35. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305773904_Protagonismo_da_Juventude_Brasileira_Teoria_e_Memoria. Acesso em: 28 ago. 2021.

STAKE, Robert E. Pesquisa Qualitativa/Naturalista – Problemas Epistemológicos. **Educação & Seleção**, n.7, 1982. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/edusel/article/view/2541>. Acesso em: 15 mai. 2020.

TIROLI, Luiz Gustavo. **A pedagogia de Enrique Dussel: alteridade como vetor do ensino jurídico libertador**. 2021. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-pedagogica-de-enrique-dussel-alteridade-como-vetor-do-ensino-juridico-libertador>. Acesso em: 19 ago. 2021.

TOMIZAKI, Kimi; SILVA, Maria Gilvania Valdivino; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de. Socialização Política. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 929-934, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000400929&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mai. 2020.

TORRES, Ana Paula Repolês. O Sentido da Política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732007000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jan. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELETORAL – TSE. **Projeto Eleitor do Futuro**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 01 dez. 2021.

WINCLKER, Silvana. Igualdade e Cidadania em Hannah Arendt. **Revista Direito em Debate**, v. 12, n. 22, p. 7/22, jul. à dez., 2004. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/711>. Acesso em: 15 fev. 2021.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Sobre a liberdade em Arendt: comentários introdutórios. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 75-84, mai.-ago. 2017. Disponível: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjSuPqbrf7tAhUkLLkGHQUgCmYQFjAEegQIDBAC&url=http%3A%2F%2Frevistas.unisinos.br%2Findex.php%2Fcontroversia%2Farticle%2Fdownload%2F13394%2F6051&usg=AOvVaw1Tekz9uxPIKYqStZZrD7P_. Acesso em 02 jan. 2021.

ZORZI, Felipe Bortoncello. **Cidadania Desigual: Socialização Política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_b5ff2430558431987ed6b789f42f594f. Acesso em: 16 jun. 2020.

Apêndice II – Questionário aplicado aos alunos**QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS**

Realizado por Alexandre Barbosa Petermann, para dissertação de mestrado no curso de Educação da UNIUBE – Universidade de Uberaba.

Bom dia! (Boa tarde!) Por favor, poderia participar desta pesquisa? Ela é de caráter puramente científico e não vai identificar os entrevistados.

Q.1 Gênero: () Feminino
() Masculino
() Outro

Q.2 Qual a sua raça/etnia: () Branca
() Negra
() Parda
() Amarela
() Indígena
() Não sei

Q.3 Você trabalha? () Sim
() Já trabalhei, mas no momento não trabalho
() Não, nunca trabalhei

Q.4 Você participa de alguma atividade comunitária?
() Esportiva () Lazer () Não participo
() Artística () Religião () Beneficente () Outros
Se sim, qual? _____

Q.5 Qual é aproximadamente sua renda família?
() Até um salário
() De 1 até 2 salários mínimos
() Até 3 salários mínimos
() Entre 3 e 5 salários mínimos
() Entre 5 e 10 salários mínimos
() Entre 10 e 20 salários mínimos
() Mais de 20 salários mínimos

Q.6 Como você definiria sua vida?
() Tranquila
() Difícil
() Não sei dizer

Q.7 Como você vê o seu futuro?
() Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas.
() Bom, caso me empenhe.
() Ruim.
() Muito ruim, a vida no nosso país está cada dia mais difícil.
() Não sei.

Q.8 Qual das frases abaixo define melhor o jovem?

- são rebeldes, revolucionários.
- são apáticos, em relação às demandas sociais.
- os jovens são esforçados e disciplinados.
- são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade.
- outro: _____.
- Não sei.

Q.9 O que você entende por política?

- é o poder exercício pelo povo.
- é um poder exercício representando o povo.
- são ações tomadas para melhoria de nossa vida.
- são decisões tomadas por toda a sociedade.
- são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida.
- Não sei.
- Outro: _____.

Q.10 Qual o seu interesse em relação à política?

- muito interessado
- pouco interessado
- desinteressado
- Não sei

Q.11 Você costuma conversar sobre política?

- Sim, sempre
- Às vezes
- Raramente
- Não

Q.12 Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa?

- Pai, Mãe e outros familiares
- Amigos
- Professores e colegas de sala de aula
- Outros: _____

Q.13 Você costuma se informar sobre política?

- Sim, sempre
- Às vezes
- Raramente
- Não

Q. 14 Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar?

- No âmbito familiar
- Na escola
- Na internet
- Com os amigos
- Outro: _____

Q.15 Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas?

- Partido político. Qual? _____

- () Sindicato. Qual? _____
() Associação. Qual? _____
() ONG. Qual? _____
() Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? _____
() Grêmio estudantil Qual? _____
() Outra. Qual? _____
() Não, nunca participei.

Q. 16 A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política?

- () Sim
() Não

Caso a resposta seja positiva a resposta, de que forma? _____

Q. 17 A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação?

- () Sim
() Não

Q.18 Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania?

- () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc.
() Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão.
() Conversando sobre política.
() Minha escola não contribui na minha formação como cidadão.
() Outro. Qual? _____

Q.19 Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário?

- () Sim.
() Não.

Q. 20 Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal?

- () Sim.
() Não.

Q.20 Você já providenciou seu título de eleitor?

- () Sim
() Não.

Q.21 Você acha que o voto deve ser obrigatório?

- () Sim
() Não

Por quê? _____

Q.22 Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos?

Sim

Não

Por quê? _____

Q.23 Você tem alguma preferência por algum partido político?

Sim

Não

Por quê? _____

Q.24 Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto.

os meios de comunicação a escola

a família eu não escuto ninguém

grupo de amigos não sei

Q. 25 No seu entender, qual é a melhor forma de governo?

A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma

Em certas circunstâncias a ditadura é melhor

Ditadura ou democracia não faz diferença

Não sei

Q.26 Você acha que atualmente o Brasil é democrático?

Sim Não Não sei

Por quê?

Q.27 Em sua opinião, quais os maiores problemas do Brasil atual? Coloque por ordem do mais importante ao menos importante, numerando de 1 a 10, sendo 1 o maior problema e 10 o menor problema.

Desigualdade social

Violência

Corrupção dos governos

Apatia do povo

Falta de emprego

Crise na saúde

Crise na educação

Apêndice III – Quadro de Codificação e Tematização das Entrevistas

Código	Documento	Conteúdo de Citação / Extrato	Tema(s) Inicial(is)	Refer	Densid
1:1	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Capacidade de entender, dialogar e buscar maneiras de conviver harmonicamente em sociedade	Entendimento de Política	19 - 19	1
1:2	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Entendo por política ... as ações ou discussões feitas pelos nossos governantes, pelos governantes do nosso estado democrático de direito	Entendimento de Política	21 - 21	1
1:3	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	acredito que seja participar das ações políticas da minha sociedade, ser um cidadão ativo, ter os meus direitos, buscar entender os meus deveres e dessa maneira agir efetivamente na sociedade, buscando contribuir e colaborar, fazer uma interferência na escolha dos meus políticos, que me representaram no Congresso, no meu Estado, na minha Cidade, ... até mesmo no âmbito federal. Também me inteirando das ações, pós eleições, dos políticos que me representam	Entendimento de Socialização Política	23 - 23	1
1:4	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Acredito que hoje seja uma lacuna muito grande da nossa sociedade, porque a gente vota porque é um direito e uma obrigação, mas só votam, porque a grande maioria esquece de fiscalizar o que os políticos estão fazendo		23 - 23	0
1:5	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	ser cidadão é fazer parte de um território ou de um cidadão que tem território definido e agir de forma respeitosa, consciente, de acordo meus direitos e deveres que tenho com integrante desse Estado ou dessa Nação	Entendimento de Cidadania/Cidadão	25 - 25	1
1:6	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	entende-se muito pouco sobre isso, os jovens não têm essa consciência cidadã, do que é ser cidadão, do que deve fazer um cidadão, da complexidade e ao mesmo tempo da simplicidade de agir como cidadão, de um cidadão consciente	Consciência Crítica Consciência Ingênua	27 - 27	2
1:7	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eles tinham que ter mais consciência	Consciência Ingênua	27 - 27	1
1:8	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Então muitas vezes por saber que ele pode não votar, ele não vota. Então falta essa maturidade política, falta essa consciência. Falta esse clamor por se inteirar das questões. É muito mais fácil colocar a culpa nos governos, colocar a culpa em quem foi eleito, quem está com a caneta na mão, do que se ocupar da sua própria culpa, de sua importância nesse processo que está em vigência no país	Consciência Ingênua	27 - 27	1
1:9	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Os jovens têm que tomar consciência da importância da participação deles na política,	Consciência Ingênua	29 - 29	1

1:10	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	eu vejo que o interesse dos jovens tem aumentado significativamente pela política, embora eles ainda não tenham a ferramenta para separar o joio do trigo, eles vem muito perdidos como se manifestar, misturam muito o político e a questão partidária	Consciência Crítica Entendimento de Política	29 - 29	2
1:11	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Acho que a BNCC tem trazido propostas interessantes para a gente inserir essas discussões para sala de aula, e assim trazer esses alunos para uma visão política mais coerente, mais abrangente e mais madura	BNCC	29 - 29	1
1:12	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Fundamental	Papel da escola na formação política dos jovens	31 - 31	1
1:13	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eu acredito que a Escola é uma das primeiras instituições que o jovem tem contato na formação humana e não só intelectual dos jovens.	Papel da escola na formação política dos jovens	33 - 33	1
1:14	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Infelizmente vemos um abismo muito grande na educação no âmbito privado e no âmbito público, o ideal seria não ter	Diferença Escola Pública e Privada	37 - 37	1
1:15	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Mas em função não só da formação de professores, porque temos excelentes professores na rede pública, que buscam qualificação profissional, mas falta material, há uma desorganização por parte do Estado e por parte das administrações, não podemos colocar a culpa só no Estado, porque seria leviano, porque a Escola tem autonomia para agir politicamente mais consciente se tivesse interesse		37 - 37	0
1:16	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	existe um interesse no âmbito privado de formar cidadãos mais plenos, mais conscientes, mais prontos para exercer essa cidadania política	Diferença Escola Pública e Privada Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	37 - 37	2
1:17	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Enquanto no Estado a gente vive um tecnicismo, tem se burocratizado muito, mais do que antes, e isso perde muito a flexibilidade da gente poder trabalhar essas questões transversais importantes como a política e a cidadania, que são fundamentais para formação humana.	Burocratização Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	37 - 37	2
1:18	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eu acredito que o meio que você vive, sem interesse particulares e pessoais influenciam sim. Mas é mais uma questão cultural propriamente dita, do que a questão prática	Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	39 - 39	1
1:19	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Existe uma cultura de que o Estado é ruim, não presta e o aluno do ensino médio do Estado chega com uma apatia a tudo, eles se sentem muito inferiorizados aos alunos de escolas particulares, esses por sua vez se sentem mais capazes, mais prontos, eles sabem que recebem um ensino mais preparado, fazendo com que eles tenham mais estímulo e o aluno da escola pública fica mais desestimulado	Diferença Escola Pública e Privada	39 - 39	1

1:20	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eu busco sempre na minha prática pedagógica buscar discussões sobre cidadania, de política, tanto lá na ideia inicial, quando eu trabalho civilizações antigas, com o que o homem daquela época pensava sobre cidadania e política e faço uma relação ou reflexão com o que a gente tem de política hoje	Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens Papel da escola na formação política dos jovens	41 - 41	2
1:21	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Busco que os alunos se interessem e forme opinião sobre os assuntos. Eu tenho respostas muito positivas dos alunos	Papel da escola na formação política dos jovens	41 - 41	1
1:22	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eu falo para eles que a história é importante na vida de vocês, justamente para a gente entender que ela é lenta e gradual, como se fosse um “caderninho com espiral”, ela está sempre girando, ela volta. A história não é linear e se a gente entende esse processo conseguimos errar menos		43 - 43	0
1:23	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	É fácil? Não, pois existe uma lacuna muito grande, muitos alunos têm preguiça ou têm vergonha de não conhecer.	Consciência Crítica	43 - 43	1
1:24	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eu acho que dentro do que é política, para eles mostrarem o que é uma política ativa, para que tenham uma participação política e cidadã dentro do nosso Estado de Direito e propor desafios	Papel da escola na formação política dos jovens	45 - 45	1
1:25	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eu sempre busco dar conteúdo teórico, para embasar discussões, mas gosto de coloca-los para fazer, para discutir, para analisar, o que vai de acordo com as competências e habilidades da BNCC atuais, que é refletir, pesquisar, relacionar	BNCC Papel da escola na formação política dos jovens	45 - 45	2
1:26	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Eu acredito que a participação do jovem é crucial, é fundamental para o funcionamento da democracia, conforme ela foi pensada inicialmente. O poder emanando do povo, se o povo tem ferramentas e age de forma madura nas suas atitudes políticas, certamente a gente vai ter uma democracia mais plena, onde as coisas funcionam	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	47 - 47	2
1:27	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	O que temos hoje é um carro desenfreado, colocamos as pessoas lá e desce ladeira abaixo, onde você quiser parar é isso mesmo, se cair alguma migalha no meu colo, eu agradeço a Deus.		47 - 47	0
1:28	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Acho muito importante seu tema, para podermos pensar como esta essa questão da participação do jovem na política.		49 - 49	0
1:29	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ARIEL	Acredito que questões culturais, sociais e econômicas influenciam muito, impactam muito na participação política do jovem, já que está ligado na sua formação direta	Diversidade Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	51 - 51	2
2:1	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	como na raiz mesmo, como a ciência de lhe dar com os conflitos, de lhe dar com as diferenças, de organizar e administrar uma sociedade e suas diferentes relações	Entendimento de Política	16 - 16	1

2:2	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	a política praticada no Brasil muito pequena, muito menor do que ela é. Ela é mais voltada para defender interesses, nem interesses ideológicos, porque que quando defende interesses ideológicos ela ainda me gera uma certa admiração, mas interesses pessoais e de pequenos grupos. Então quero dizer que ela está muito deturpada, mas isso não quer dizer que ela não seja muito bonita, uma das principais ciências da humanidade	Entendimento de Política	16 - 16	1
2:3	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Ela é mais voltada para defender interesses, nem interesses ideológicos, porque que quando defende interesses ideológicos ela ainda me gera uma certa admiração, mas interesses pessoais e de pequenos grupos. Então quero dizer que ela está muito deturpada	Corrupção Política	16 - 16	1
2:4	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	eu entendo que política, que a melhor forma de ensinar é a prática e o exercício, se você propor que vai socializar os alunos, que vai trazer política para os alunos de modo formal, como aula, como um conteúdo qualquer, você vai fazer com que o aluno aprenda aquilo, como aprender outra matéria qualquer, como geografia, matemática, história, português, aprende para cumprir um ritual, para tirar nota passar de ano	Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	20 - 20	2
2:5	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Sendo pratica, sendo uma coisa trazida para o dia-a-dia do aluno, sendo uma coisa discutida abertamente em todos os níveis, na hora do recreio, na hora de você chamar a atenção do aluno durante a aula, ela sendo praticada	Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens Papel da escola na formação política dos jovens	20 - 20	3
2:6	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Que ele aprenda que política demanda escolhas e responsabilidades sobre suas escolhas. E isso realmente ele só vai aprender se for uma prática cotidiana da escola, não simplesmente se for um conteúdo passivo e estático	Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens Papel da escola na formação política dos jovens	20 - 20	3
2:7	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	É isso que estou sempre ponderando com os meninos na minha prática do dia-a-dia de ensinar política para eles. Não muito sistematizado, mas muito pegando no dia-a-dia deles, para não ficar maçante.	Entendimento de Socialização Política Papel da escola na formação política dos jovens	26 - 26	2
2:8	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Eu entendo que a cidadania, que eu ser uma cidadã é eu ter os meus direitos e meus deveres respeitados. É eu poder exercer os meus direitos, esses podendo ser tanto civis, sociais, econômicos e políticos.	Entendimento de Cidadania/Cidadão	30 - 30	1
2:9	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Um cidadão correto ele cumpre os deveres para ter os direitos. Pois se não cumpro mais deveres, eu abro mão dos meus direitos	Entendimento de Cidadania/Cidadão	32 - 32	1
2:10	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Portanto a melhor maneira de ter meus direitos é exercendo meus direitos e cumprindo meus deveres.	Entendimento de Cidadania/Cidadão	32 - 32	1

2:11	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	É o que falo muito para meus alunos, o meu protesto ele tem que ser construtivo, o meu protesto tem que gerar uma discussão para melhoria, não para a piora.		36 - 36	0
2:12	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Então esse voto de protesto é uma manipulação, que a pessoa acha que está protestando, mas na verdade está fazendo o que o sistema quer que ela faça		36 - 36	0
2:13	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Ela está se omitindo	Corrupção Política	36 - 36	1
2:14	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Vejo com muito pesar. Eu acho que falta muita maturidade para eles como cidadãos, então eles têm muita dificuldade de escolher	Consciência Crítica Consciência Ingênua	38 - 38	2
2:15	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Mas o pior é o jovem indiferente que perdeu a crença na escolha. Ele não é estimulado na família, nem na escola a ter essa prática de escolher, de conhecer como escolher. Vejo com muita descrença, a maioria poderia votar, mas não votam. O discurso deles é igual: "Todo político é ladrão", "Tudo é igual", "Todo que entrar vai roubar".	Consciência Ingênua Corrupção Política	38 - 38	2
2:16	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Na escola onde atua e nas escolas de uma forma geral, você tem muito pouco discurso e muito pouca prática	Papel da escola na formação política dos jovens	44 - 44	1
2:17	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	o plano diretor da escola é tudo muito bonito, aquele projeto lindo, tem que desenvolver a competência do aluno para ter decisões, a escola é democrática, mas na realidade não é, na prática a escola não é. Por exemplo, no ano de 2019, tivemos várias reuniões de colegiado para definir os direitos dos meninos de usarem ou não uma calça rasgada. Foi imposto pela direção da escola que os alunos não podiam usar calça rasgada	Entendimento de Cidadania/Cidadão Papel da escola na formação política dos jovens	44 - 44	2
2:18	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Então na teoria, nós temos uma teoria maravilhosa com liberdade política, mas no dia-a-dia na escola, ela é altamente opressora		44 - 44	0
2:19	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Na prática do dia-a-dia da escola, ela não é democrática, por exemplo, escolha do lanche, escolha do livro, escolha do horário		46 - 46	0
2:20	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Através de todo assunto que estudo Geografia, porque Geografia estuda o espaço geográfico que é construído por uma sociedade baseados nas suas múltiplas relações, tanto que a relação política é o principal norteador de todas as relações. Então não tem como eu estudar um espaço geográfico como uma rua, uma cidade, um bairro, um espaço agrário, uma relação entre países ou um conflito internacional se eu não discutir como as relações são estabelecidas	Entendimento de Cidadania/Cidadão	48 - 48	1
2:21	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Então eu trabalho tanto a macro política como a política do dia-a-dia.	Entendimento de Socialização Política	48 - 48	1

2:22	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Eu acho mais interesse você dar ao jovem, o que não está acontecendo, a prática da democracia, a prática de você escolher e ser responsável pela sua escolha. Enquanto você tratar os jovens, e a Escola Pública nos últimos anos, eu sei que foi uma ideia até muito boa de o jovem precisa ser "protegido", o que aconteceu, você deu ao jovem muita coisa e não cobrou nada dele	Papel da escola na formação política dos jovens	50 - 50	1
2:23	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM ELIS	Eu acredito que a melhor maneira de incentivar o jovem a participar é fazer com que eles tenham essa percepção de que eles vão fazer escolhas e serão responsáveis por essa escolha.	Entendimento de Cidadania/Cidadão Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens Papel da escola na formação política dos jovens	50 - 50	3
3:1	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	eu entendo política como o modo a partir do qual a gente se organiza em torno do poder, ou seja, o modo como a sociedade acaba por decidir o modo como a gente vai se administrar e tudo mais e que isso em termos mais complexos na atualidade está vinculado à estrutura política padronizada pela sociedade política brasileira	Entendimento de Política	19 - 19	1
3:2	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	you ter a disciplina chamada política, é você compreender como funciona a nível mínimo esses arranjos para a organização da sociedade. Acho fundamental essa compreensão.	Entendimento de Política Papel da escola na formação política dos jovens	21 - 21	2
3:3	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	assim como na política, a gente entender como poderia funcionar esses arranjos é fundamental para que a gente consiga lidar com essa coisa da política constante na vida e até com essa escala maior né, com decisões, partidos políticos e ta	Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	23 - 23	2
3:4	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Socialização Política eu acho que ela já ocorre, entretanto com nomes diferentes, nas diferentes instituições sociais, na família, na escola e tudo mais	Entendimento de Socialização Política	25 - 25	1
3:5	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	talvez fosse interessante uma Socialização Política formal, no seu aspecto formal, seja na escola por exemplo ou a partir de outros modos de educação, também formais, só que não escolares, cursos técnicos	Papel da escola na formação política dos jovens	25 - 25	1
3:6	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	eu concordo que em todos os âmbitos da vida você vai ter política. Todavia é sempre de forma marginal né, no sentido daquilo que não está no centro. Não é o centro a socialização política. Então eu acredito que a socialização política como ela é feita, ela é importante e tem sentido, da mesma forma que a educação formal é importante e deve ser mantida dentro do processo de socialização	Entendimento de Socialização Política	27 - 27	1
3:7	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Todavia eu acredito que seja possível que haja uma socialização política formalizada também. Uma coisa mais específica	Papel da escola na formação política dos jovens	27 - 27	1
3:8	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	No sentido mais geral, cidadania como participação efetiva dentro dos mundos da sociedade	Entendimento de Cidadania/Cidadão	29 - 29	1

3:9	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	essa participação pode ocorrer de dois modos, com uma participação consciente ou inconsciente, ou ela pode nem existir né, pode não haver uma participação efetiva		29 - 29	0
3:10	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	you tem uma participação efetiva, que parte de um conhecimento prévio, you tem uma participação que tem um panorama um pouco mais de doutrinação, as pessoas meio que se doutrinam mais ainda assim participam e you tem as que não participam, mas o fato de não participarem também é um tipo de participação	Entendimento de Cidadania/Cidadão	29 - 29	1
3:11	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	a cidadania começa na capacidade e efetivação no que importa no sentido social mais geral	Entendimento de Cidadania/Cidadão	29 - 29	1
3:12	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	É ruim. Baixa. Acredito que isso ocorre pela falta de compreensão de que you participa politicamente da sociedade querendo ou não e quanto you se isenta também está participando	Consciência Crítica Consciência Ingênua	31 - 31	2
3:13	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	eu vejo falta de condições, no sentido social mesmo, a maioria de nossa população não vejo com condições de participar, tanto condições materiais, como condições intelectuais, não que sejam pessoas sem capacidade intelectuais, mas são pessoas sem oportunidades para uma formação política minimamente aceitável	Consciência Crítica	31 - 31	1
3:14	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Se you for na escola e olhar as grades curriculares, e eu participo dentro de um grupo de escola sobre a reelaboração do novo ensino médio, por mais que you tenha toda uma proposta por trás que vai falar de cidadania e de participação, a efetividade disso não se justifica		33 - 33	0
3:15	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Todavia, se you tem um discurso de cidadania, de participação mais efetiva da população a estrutura escolar não favorece isso. Até porque eu tenho alunos que são muito estudiosos, que vão preferir estudar matemática física e química ou sociologia e filosofia? O que mais cai no ENEM? O que é mais cobrado nesses ambientes? É mito complicado essas dinâmicas escolares, por mais que ela diga que quer formar cidadão, todo PPP de Escola vai dizer isso, todas as redes de escola vão dizer isso, só que raramente isso vai ser efetivado.	Papel da escola na formação política dos jovens	33 - 33	1
3:16	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Não adianta nada eu ensinar educação financeira para esse aluno ou talvez fosse um pouco mais efetivo aulas de ética, aulas de cidadania, talvez isso sim favorecesse a um tipo de educação que conseguisse posteriormente lhe dar com as decisões políticas que a gente toma diariamente.	Papel da escola na formação política dos jovens	35 - 35	1
3:17	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Entender as nossas construções do certo e do errado, entender o papel que temos nas nossas ações, entender como as tradições	Papel da escola na formação política dos jovens	37 - 37	1

		podem ser interessantes em alguns pontos, mas não interessante em outros			
3:18	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	É importante o estudo dessas dinâmicas de comportamento, não para que a gente doutrine os alunos de tal e qual modo, mas para que eles tenham condição efetiva de pensar essas coisas, para que eles consigam entender o que está em jogo quando você vota	Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens Papel da escola na formação política dos jovens	37 - 37	2
3:19	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Você tem a dinâmica de administração das Escolas Estaduais é bem diferente das dinâmicas das Escolas Particulares	Diferença Escola Pública e Privada	41 - 41	1
3:20	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	na Escola Pública Estadual é uma conversa um pouco mais complicada ... acho que o papel fundamental não é cumprido, podemos até discutir de quem é a responsabilização, se é o Estado, se é o Professor ou a Instituição Escolar. É um papel fundamental, mas não é cumprido. Não vejo uma introdução minimamente aceitável na formação política. No máximo que você encontrará é alguém tentando convencer os alunos de que uma determinada postura política é mais interessante que a outra	Diferença Escola Pública e Privada Papel da escola na formação política dos jovens	41 - 41	2
3:21	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Existe uma questão técnica evidente	Diferença Escola Pública e Privada	43 - 43	1
3:22	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Mas o aspecto técnico é destoante dentre corpo docente, supervisão e direção de escolas públicas e de particulares	Diferença Escola Pública e Privada	43 - 43	1
3:23	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Olhando o quadro de aulas das escolas públicas de Minas Gerais, a quantidade de aulas e a quantidade de complementos com reuniões aos sábados, com reuniões à noite, projetos que são obrigatórios de serem aplicados, sejam em um momento que na verdade você não tem tempo, nem local para aplicar projetos que visem o debate sobre essa discussão, então talvez tenha que fazer em sala de aula, mas aí vai de professor a professor	Burocratização	43 - 43	1
3:24	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	eles são muito mais preocupado com os aspectos burocratizantes do que com relação ao aspecto da efetividade. São projetos para gerar relatório	Burocratização	45 - 45	1
3:25	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Diretamente política e cidadania, somente quando os assuntos ou princípios das aulas contemplam esses temas. Eu faço isso a partir de uma demonstração teórica de como isso se efetiva na história da humanidade, para depois começar a entrar e demonstrar o quanto é importante essa participação.	Papel da escola na formação política dos jovens	52 - 52	1
3:26	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Fica maçante e a quantidade de aulas que tenho é pequena		52 - 52	0

3:27	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	discuto que o homem é um animal político e que precisa de regras mínimas para conviver em sociedade, para conviver em grupo, eu digo quando a gente discute política na atualidade, não é questão de ficar preocupado com Lula e Bolsonaro especificamente, é se preocupar como a sociedade está se organizando em volta de você, pois existem reflexões em você e em todas as pessoas que habitam a sociedade.	Papel da escola na formação política dos jovens	54 - 54	1
3:28	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Eu acho que você ter a base familiar com um momento de socialização, de socialização mesmo, é fundamental.	Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	56 - 56	1
3:29	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Eu acredito que a formação de base, que a gente conseguir introduzir principalmente dentro do ambiente escolar, porque é lá onde o garoto vai e vai disposto com o mínimo de disposição para o aprendizado. Então ... vamos criar cursos técnicos disso	Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens Papel da escola na formação política dos jovens	56 - 56	2
3:30	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Dentro da estrutura escolar, a gente já tem um mínimo para criar um tipo de formação política "técnica". Compreender minimamente essas teorias políticas tradicionais, tanto no sentido filosófico, como nos sentidos sociais e as teorias econômicas em nível de política, quanto a questão do direito de estrutura do aparato estatal. A partir do momento que agente conseguir ter essa base e introduzir o aluno com essas noções, a gente tem um início, ainda que básico, para poder fazer isso e o interesse aumenta naturalmente, principalmente quando os alunos entenderem que fazer política não é necessariamente fazer partidatismo, apesar que é também, mas não é somente isso. Formação de base, mas uma formação técnica, estou batendo muito não formação técnica, mas não é necessariamente técnico	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens Papel da escola na formação política dos jovens	56 - 56	4
3:31	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	com professores mal formados, sendo o único contato "miserável" que os alunos terão sobre esse assunto será com esses professores. Ai a coisa desanda. A partir daí os alunos desinteressados que terão filhos que vão para escolas com esses pensamentos	Formação do Professor	58 - 58	1
3:32	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	A participação nesse processo é fundamental, enquanto participação efetiva ou negação de participação nele	Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	62 - 62	1
3:33	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Você vai participar, agora como você vai participar é que é a conversa. E essa formação democrática seria a única formação que eu defenderia que não seria totalmente técnica.	Formação e Conscientização política e cidadã dos jovens	62 - 62	1

3:34	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	Por mais que existam muitos preconceitos, o modo com que o jovem está mesmo sendo velado, não há mais um preconceito tão explícito. Isso é positivo, especialmente para quem sofria esse preconceito, você vê transgêneros na sala de aula, homossexuais, pessoas negras não sofrendo de modo direto, apesar que indiretamente às vezes ocorre, é positivo	Diversidade	64 - 64	1
3:35	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	A noção que você tem que lhe dar com o diferente é fundamental para a política, porque se você precisasse lhe dar somente com iguais, não precisaria da política, se todos nós concordássemos com tudo a política aconteceria de modo extremamente natural, o problema é que não ocorre assim. Existem demandas e modos de viver diferentes é que você aprende que é necessário um arranjo	Diversidade Entendimento de Política	64 - 64	2
3:36	TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CHRIS	na minha opinião o fato de você ter diversidade dentro de uma sala de aula é fundamental para que as pessoas compreendam essas destonancias culturais. ... você tem que viver com os diferentes, não negando o que é diferente, assumindo a diferença e apreendendo uma regulamentação mínima de convívio social que aceite isso	Diversidade Papel da escola na formação política dos jovens	64 - 64	2

Apêndice IV – Quadro de Codificação e Tematização dos Questionários

Código	Documento	Conteúdo de Citação / Extrato	Tema(s) Inicial(is)	Refer	Densid
1:1	Questionário JACI	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
1:2	Questionário JACI	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. () Bom, caso me empenhe. () Ruim. () Muito ruim, a vida no nosso país está cada dia mais difícil. (X) Não sei		49 - 54	0
1:3	Questionário JACI	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. () os jovens são esforçados e disciplinados. () são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade. (X) outro: Depende não só da criação do jovem, mas também de sua índole, alguns são esforçados e inteligentes, mas não deixam de ser ignorantes, outros são tolos e preguiçosos	Entendimento do conceito de jovem	56 - 61	1
1:4	Questionário JACI	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são ações tomadas para melhoria de nossa vida. () são decisões tomadas por toda a sociedade. () são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida. () Não sei. (X) Outro: São decisões tomadas pelos Políticos que influenciam a vida de todos.	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 71	2
1:5	Questionário JACI	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0
1:6	Questionário JACI	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre () Às vezes (X) Raramente		79 - 82	0
1:7	Questionário JACI	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? (X) Pai, Mãe e outros familiares		85 - 86	0
1:8	Questionário JACI	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre () Às vezes (X) Raramente		91 - 94	0
1:9	Questionário JACI	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? (X) No âmbito familiar		97 - 98	0
1:10	Questionário JACI	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmios estudantis. Qual? () Outra. Qual? (X) Não, nunca participei.		104 - 112	0

1:11	Questionário JACI	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	2
1:12	Questionário JACI	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
1:13	Questionário JACI	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 126	4
1:14	Questionário JACI	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2
1:15	Questionário JACI	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
1:16	Questionário JACI	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
1:17	Questionário JACI	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim (X) Não Por quê? Todos devem ter o direito de escolher seus líderes e se achar que nenhum deles está apto para executar tal tarefa, eles têm o direito de não vota	Entendimento de Cidadania/Cidadão	143 - 146	1
1:18	Questionário JACI	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim (X) Não Por quê? Acho que alguns jovens não são capazes de tomar tal decisão tão jovem	Consciência Crítica Consciência Ingênua	148 - 151	2
1:19	Questionário JACI	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Não conheço todos com profundidade para ter preferência	Consciência Crítica	153 - 156	1
1:20	Questionário JACI	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. (X) os meios de comunicação		158 - 159	0
1:21	Questionário JACI	25 No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	2
1:22	Questionário JACI	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim (X) Não () Não sei Por quê? No papel é democrático, na prática não funciona como um todo	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	172 - 176	1
1:23	Questionário JACI	quais os maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
1:24	Questionário JACI	(1) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
1:25	Questionário JACI	quais as questões mais necessitam ser melhoradas		190 - 190	0

1:26	Questionário JACI	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Na questão de seus direitos como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão	202 - 202	1
1:27	Questionário JACI	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Escolher os governantes do país. Cumprir todas as leis e a Constituição. Respeitar os direitos das outras pessoas. Fazer as contribuições tributárias e previdenciárias devidas	Entendimento de Cidadania/Cidadão	204 - 204	1
2:1	Questionário LEE	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
2:2	Questionário LEE	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
2:3	Questionário LEE	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. (X) os jovens são esforçados e disciplinados	Entendimento do conceito de jovem	56 - 59	1
2:4	Questionário LEE	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. (X) são ações tomadas para melhoria de nossa vida	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 67	2
2:5	Questionário LEE	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0
2:6	Questionário LEE	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		79 - 81	0
2:7	Questionário LEE	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? () Pai, Mãe e outros familiares (X) Amigos		85 - 87	0
2:8	Questionário LEE	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		91 - 93	0
2:9	Questionário LEE	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
2:10	Questionário LEE	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmios estudantil. Qual? () Outra. Qual? (X) Não, nunca participei.		104 - 112	0
2:11	Questionário LEE	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	114 - 115	2
2:12	Questionário LEE	Caso a resposta seja positiva a resposta, de que forma? Normalmente em aulas de Sociologia, História e algumas vezes em aulas de Filosofia, onde são apresentados conceitos sobre a política, explicando de forma geral e abrindo discussões sobre temas que envolvem política social	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	118 - 118	2

2:13	Questionário LEE	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 121	2
2:14	Questionário LEE	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 126	4
2:15	Questionário LEE	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2
2:16	Questionário LEE	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
2:17	Questionário LEE	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
2:18	Questionário LEE	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim (X) Não Por quê? Em nossa sociedade, o voto é garantido como um direito, que é aquilo que possuímos por viver em uma sociedade democrática. Em contrapartida temos os deveres, que são parte das nossas obrigações em sociedade. Em minha opinião, a partir do momento em que o voto passa a ser obrigatório, deixa de ser um direito e passa a ser um dever, o que não nos dá escolha a não ser votar	Entendimento de Cidadania/Cidadão	143 - 146	1
2:19	Questionário LEE	Se o que estimula a população é votar naquilo que nos representa, aqueles que querem garantir seus interesses e que tem o desejo de ser ouvidos, não deixarão de votar,	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	146 - 146	1
2:20	Questionário LEE	e aqueles que não apresentarem o mínimo interesse em política e votam inconscientemente, somente por conta do voto compulsório	Consciência Ingênua	146 - 146	1
2:21	Questionário LEE	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? A vista da sociedade, um jovem de 16 anos já apresenta um comportamento mais racional e pode por si próprio tomar decisões para si e arcar com as consequências dela. Logo, se um jovem pode tomar decisões para sua própria vida, isso também deve envolver questões políticas, que futuramente vão acarretar suas oportunidades e direitos e deveres como cidadão ativo	Entendimento de Cidadania/Cidadão Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	2
2:22	Questionário LEE	um jovem de 16 anos já está apto a desenvolver pensamentos lógicos e coerentes e tomar decisões, já que como cidadão também quer ser representado e quer ter seus interesses ouvidos	Consciência Crítica Entendimento de Cidadania/Cidadão Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	151 - 151	3

2:23	Questionário LEE	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Minhas decisões políticas são baseadas nos estudos das propostas feitas por cada candidato e partido, seguindo o que acho melhor para mim e para o nosso país como um todo	Consciência Crítica Entendimento de Política	153 - 156	2
2:24	Questionário LEE	o que importa no meu ponto de vista não é o candidato ou o partido do qual ele faz parte, e sim o que ele representa e o que pode oferecer para nossa sociedade	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	156 - 156	1
2:25	Questionário LEE	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação () a escola () a família (X) eu não escuto ninguém		158 - 162	0
2:26	Questionário LEE	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1
2:27	Questionário LEE	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? (X) Sim () Não () Não sei Por quê? O Brasil é sim um país democrático, uma vez que quem detém o poder de voz ativa dentro da sociedade são os cidadãos, que escolhem seus representantes por meio do voto e tem garantido seu direito a liberdade de expressão	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	172 - 176	2
2:28	Questionário LEE	maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
2:29	Questionário LEE	(2) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
2:30	Questionário LEE	questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
2:31	Questionário LEE	Melhorar a qualidade dos candidatos	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	1
2:32	Questionário LEE	Melhorar os partidos políticos	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	193 - 193	1
2:33	Questionário LEE	(2) Garantir o cumprimento das leis	Corrupção Política	197 - 197	1
2:34	Questionário LEE	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Na maioria das vezes, os brasileiros são visivelmente desrespeitados frente aos seus direitos. Mesmo que muitos destes direitos estejam expressos em nossa Constituição, eles não são plenamente respeitados, como os casos do direito à saúde, à moradia, ao trabalho, à juventude, dentre outros. Além do claro desinteresse de muitas organizações políticas em resolver problemas relacionados a desigualdade, privilegiando sempre certos grupos	Corrupção Política	202 - 202	1
2:35	Questionário LEE	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Cumprir as leis, visando o bem geral, garantir o direito de todos igualmente, entender e respeitar todas as opiniões, mesmo que não estejam de acordo com as minhas e ter consciência das	Diversidade	204 - 204	1

		minhas atitudes e responsabilidades e saber lidar com as consequências dessas			
2:36	Questionário LEE	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Cumprir as leis, visando o bem geral, garantir o direito de todos igualmente, entender e respeitar todas as opiniões, mesmo que não estejam de acordo com as minhas e ter consciência das minhas atitudes e responsabilidades e saber lidar com as consequências dessas	Entendimento de Política	204 - 204	1
3:1	Questionário KAUANE	Como você definiria sua vida? () Tranquila () Difícil (X) Não sei dizer		44 - 47	0
3:2	Questionário KAUANE	Como você vê o seu futuro? (X) Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas.		49 - 50	0
3:3	Questionário KAUANE	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. () os jovens são esforçados e disciplinados. () são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade. () outro: (X) Não sei	Consciência Crítica Entendimento do conceito de jovem	56 - 62	2
3:4	Questionário KAUANE	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são ações tomadas para melhoria de nossa vida. () são decisões tomadas por toda a sociedade. () são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida. (X) Não sei	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 70	2
3:5	Questionário KAUANE	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado () pouco interessado (X) desinteressado		73 - 76	0
3:6	Questionário KAUANE	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre () Às vezes (X) Raramente		79 - 82	0
3:7	Questionário KAUANE	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre () Às vezes (X) Raramente		91 - 94	0
3:8	Questionário KAUANE	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmios estudantis. Qual? () Outra. Qual? (X) Não, nunca participei.		104 - 112	0
3:9	Questionário KAUANE	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	114 - 115	2
3:10	Questionário KAUANE	Caso a resposta seja positiva a resposta, de que forma? Através de debates, brincadeiras e tais	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	118 - 118	2

			Papel da escola na formação dos jovens		
3:11	Questionário KAUANE	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 121	2
3:12	Questionário KAUANE	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 126	4
3:13	Questionário KAUANE	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? () Sim. (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	131 - 133	3
3:14	Questionário KAUANE	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? () Sim. (X) Não.	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 137	2
3:15	Questionário KAUANE	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
3:16	Questionário KAUANE	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim (X) Não Por quê? Porque isso deve ser escolhido pela pessoa, se ela vota ou não, e não por meio de uma lei que obriga as pessoas a votarem.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	1
3:17	Questionário KAUANE	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim (X) Não Por quê? Porque para mim, isso deveria ser acima dos 18 anos e pois assim a pessoa que votasse já teria uma noção maior sobre política e sobre quem vota	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	2
3:18	Questionário KAUANE	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Porque eu não sei muito sobre esses partidos políticos e nem do que eles pretendem fazer para ajudar a população do nosso país	Consciência Crítica Entendimento de Política	153 - 156	2
3:19	Questionário KAUANE	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação () a escola (X) a família		158 - 161	0
3:20	Questionário KAUANE	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? () A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma () Em certas circunstâncias a ditadura é melhor () Ditadura ou democracia não faz diferença (X) Não sei	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 170	2
3:21	Questionário KAUANE	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? (X) Sim () Não () Não sei Por quê? Porque no Brasil ultimamente as pessoas só podem fazer certas coisas através de lei.	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	172 - 176	2
3:22	Questionário KAUANE	maiores problemas do Brasil		178 - 178	0

3:23	Questionário KAUANE	(3) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
3:24	Questionário KAUANE	Apatia do povo	Consciência Crítica Consciência Ingênua	182 - 182	2
3:25	Questionário KAUANE	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	185 - 185	1
3:26	Questionário KAUANE	Racismo	Diversidade	187 - 187	1
3:27	Questionário KAUANE	questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
3:28	Questionário KAUANE	Melhorar a qualidade dos eleitores	Consciência Crítica Consciência Ingênua	191 - 191	2
3:29	Questionário KAUANE	Melhorar a qualidade dos candidatos	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	1
3:30	Questionário KAUANE	(4) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1
3:31	Questionário KAUANE	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Não sei	Consciência Crítica Entendimento de Cidadania/Cidadão Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	202 - 202	3
3:32	Questionário KAUANE	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Respeitar o próximo acima de tudo e não julgar a pessoa pelo o que ela faz ou o que ela é	Diversidade	204 - 204	1
4:1	Questionário NOAH	Como você definiria sua vida? () Tranquila (X) Difícil		44 - 46	0
4:2	Questionário NOAH	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
4:3	Questionário NOAH	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. () os jovens são esforçados e disciplinados. () são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade. (X) outro: Vários grupos, sem um objetivo principal	Diversidade Entendimento do conceito de jovem	56 - 61	2
4:4	Questionário NOAH	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são ações tomadas para melhoria de nossa vida. () são decisões tomadas por toda a sociedade. () são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida. () Não sei. (X) Outro: Vários velhos decidindo pelo futuro da sociedade que eles não compreendem	Consciência Crítica Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 71	3
4:5	Questionário NOAH	Qual o seu interesse em relação à política? (X) muito interessado		73 - 74	0
4:6	Questionário NOAH	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		79 - 81	0
4:7	Questionário NOAH	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? () Pai, Mãe e outros familiares (X) Amigos		85 - 87	0

4:8	Questionário NOAH	Você costuma se informar sobre política? (X) Sim, sempre		91 - 92	0
4:9	Questionário NOAH	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
4:10	Questionário NOAH	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmio estudantil Qual? (X) Outra. Qual? Não sei se isso se define como uma organização política, porém eu participo nos sub-reddits r/Anarchy101 e e/COMPLETEANARCHY		104 - 111	0
4:11	Questionário NOAH	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	3
4:12	Questionário NOAH	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	119 - 121	3
4:13	Questionário NOAH	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? (X) Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc	Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	123 - 124	3
4:14	Questionário NOAH	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	130 - 131	2
4:15	Questionário NOAH	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? () Sim. (X) Não.	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	134 - 136	2
4:16	Questionário NOAH	Você já providenciou seu título de eleitor? (X) Sim		138 - 139	0
4:17	Questionário NOAH	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim (X) Não Por quê? Não, pois a maioria das vezes, nenhum candidato representa minhas ideias	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	142 - 145	1
4:18	Questionário NOAH	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Acho que devemos, desde cedo, aprender a escolher quem vai piorar o país	Corrupção Política	146 - 149	1
4:19	Questionário NOAH	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Não por um partido político, mas sim por uma filosofia política que é o anarquismo	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	151 - 154	1
4:20	Questionário NOAH	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação () a escola () a família		156 - 161	0

		() eu não escuto ninguém (X) grupo de amigos			
4:21	Questionário NOAH	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? () A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma () Em certas circunstâncias a ditadura é melhor (X) Ditadura ou democracia não faz diferença	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	164 - 167	2
4:22	Questionário NOAH	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim (X) Não		170 - 172	0
4:23	Questionário NOAH	maiores problemas do Brasil		176 - 176	0
4:24	Questionário NOAH	Desigualdade social	Diversidade	177 - 177	1
4:25	Questionário NOAH	Apatia do povo	Consciência Crítica Consciência Ingênua	180 - 180	2
4:26	Questionário NOAH	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	183 - 183	1
4:27	Questionário NOAH	Racismo	Diversidade	184 - 184	1
4:28	Questionário NOAH	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		187 - 187	0
4:29	Questionário NOAH	Melhorar a qualidade dos eleitores	Consciência Crítica Consciência Ingênua	188 - 188	2
4:30	Questionário NOAH	(4) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	190 - 190	2
4:31	Questionário NOAH	(3) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	192 - 192	1
4:32	Questionário NOAH	(1) Melhorar a Polícia	Corrupção Política	193 - 193	1
4:33	Questionário NOAH	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Educação Básica	Papel da escola na formação dos jovens	199 - 199	1
4:34	Questionário NOAH	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Ajudar seu bairro/cidade como uma comunidade.	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Política	201 - 201	2
5:1	Questionário MACIEL	Como você definiria sua vida? () Tranquila () Difícil (X) Não sei dizer		44 - 47	0
5:2	Questionário MACIEL	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. () Bom, caso me empenhe. () Ruim. (X) Muito ruim, a vida no nosso país está cada dia mais difícil.		49 - 53	0
5:3	Questionário MACIEL	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. (X) os jovens são esforçados e disciplinados	Entendimento do conceito de jovem	56 - 59	1
5:4	Questionário MACIEL	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. (X) são ações tomadas para melhoria de nossa vida.	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 67	2
5:5	Questionário MACIEL	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0

5:6	Questionário MACIEL	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		79 - 81	0
5:7	Questionário MACIEL	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? (X) Pai, Mãe e outros familiares		85 - 86	0
5:8	Questionário MACIEL	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		91 - 93	0
5:9	Questionário MACIEL	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar (X) Na escola		97 - 99	0
5:10	Questionário MACIEL	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmio estudantil. Qual? () Outra. Qual? (X) Não, nunca participei.		104 - 112	0
5:11	Questionário MACIEL	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? (X) Sim	Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 115	2
5:12	Questionário MACIEL	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
5:13	Questionário MACIEL	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 126	4
5:14	Questionário MACIEL	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? () Sim. (X) Não.	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 133	3
5:15	Questionário MACIEL	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
5:16	Questionário MACIEL	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
5:17	Questionário MACIEL	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim (X) Não Por quê? Não, as pessoas tem que ter o direito de escolher se querem ou não votar	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	3
5:18	Questionário MACIEL	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Deve ser obrigatório para começarmos a exigir nossos direitos desde jovens	Entendimento de Cidadania/Cidadão	148 - 151	1

5:19	Questionário MACIEL	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Não tenho pois não entendo muito de política	Consciência Crítica e Formação política e cidadã do jovem	153 - 156	2
5:20	Questionário MACIEL	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. (X) os meios de comunicação		158 - 159	0
5:21	Questionário MACIEL	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1
5:22	Questionário MACIEL	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim () Não (X) Não sei Por quê? Não sei bem se vivemos uma democracia	Consciência Crítica	172 - 176	1
5:23	Questionário MACIEL	maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
5:24	Questionário MACIEL	Desigualdade social	Diversidade	179 - 179	1
5:25	Questionário MACIEL	(1) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
5:26	Questionário MACIEL	Apatia do povo	Consciência Crítica e Consciência Ingênua	182 - 182	2
5:27	Questionário MACIEL	Racismo	Diversidade	187 - 187	1
5:28	Questionário MACIEL	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
5:29	Questionário MACIEL	Melhorar a qualidade dos eleitores	Consciência Crítica e Consciência Ingênua	191 - 191	2
5:30	Questionário MACIEL	(3) Melhorar a qualidade dos candidatos	Corrupção Política e Formação política e cidadã do jovem	192 - 192	2
5:31	Questionário MACIEL	(3) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política e Formação política e cidadã do jovem	193 - 193	2
5:32	Questionário MACIEL	(3) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1
5:33	Questionário MACIEL	(1) Garantir o cumprimento das leis	Corrupção Política	197 - 197	1
5:34	Questionário MACIEL	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Em parte, quase tudo		202 - 202	0
5:35	Questionário MACIEL	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Ter empatia, pensar no próximo	Diversidade	204 - 204	1
6:1	Questionário SKY	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
6:2	Questionário SKY	Como você vê o seu futuro? (X) Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas.		49 - 50	0
6:3	Questionário SKY	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. () os jovens são esforçados e disciplinados. () são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade. (X) outro: Acho que os adolescentes são apenas pessoas	Diversidade e Entendimento do conceito de jovem	56 - 61	2

		que estão tentando descobrir seu lugar e seu futuro diante dos outros			
6:4	Questionário SKY	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são ações tomadas para melhoria de nossa vida. () são decisões tomadas por toda a sociedade. (X) são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida	Consciência Crítica Entendimento de Política	64 - 69	2
6:5	Questionário SKY	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0
6:6	Questionário SKY	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre () Às vezes (X) Raramente		79 - 82	0
6:7	Questionário SKY	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? (X) Pai, Mãe e outros familiares		85 - 86	0
6:8	Questionário SKY	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		91 - 93	0
6:9	Questionário SKY	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
6:10	Questionário SKY	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? (X) Grêmio estudantil. Qual? Presidente do Grêmio Estudantil da Escola Estadual Madre Maria Georgina.		104 - 110	0
6:11	Questionário SKY	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	2
6:12	Questionário SKY	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
6:13	Questionário SKY	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? (X) Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 125	2
6:14	Questionário SKY	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? () Sim. (X) Não.	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 133	3
6:15	Questionário SKY	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito	Consciência Crítica Formação e	135 - 137	2

		estadual e no âmbito municipal? () Sim. (X) Não.	Conscientização política e cidadã do jovem		
6:16	Questionário SKY	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
6:17	Questionário SKY	Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim () Não Por quê? Para ter a participação de todos na eleição	Entendimento de Cidadania/Cidadão Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	2
6:18	Questionário SKY	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim (X) Não Por quê? Os adolescentes nessa idade não sabem nem o que querem de sua vida, não acho que estão preparados para indicar alguém que jura ser justo ao poder	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	2
6:19	Questionário SKY	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Não conheço muito dos políticos	Consciência Crítica	153 - 156	1
6:20	Questionário SKY	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação () a escola () a família (X) eu não escuto ninguém		158 - 162	0
6:21	Questionário SKY	26 No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1
6:22	Questionário SKY	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim (X) Não () Não sei Por quê? No momento o Brasil tá mais pra monarquia, onde quem tá no poder faz o que quer e os de baixo passam dificuldades	Corrupção Política	172 - 176	1
6:23	Questionário SKY	maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
6:24	Questionário SKY	Desigualdade social	Diversidade	179 - 179	1
6:25	Questionário SKY	(5) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
6:26	Questionário SKY	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	185 - 185	1
6:27	Questionário SKY	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
6:28	Questionário SKY	Melhorar a qualidade dos eleitores	Consciência Crítica Consciência Ingênua	191 - 191	2
6:29	Questionário SKY	(4) Melhorar a qualidade dos candidatos	Corrupção Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	2
6:30	Questionário SKY	(4) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política	193 - 193	1
6:31	Questionário SKY	(1) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1
6:32	Questionário SKY	(2) Garantir o cumprimento das leis	Corrupção Política	197 - 197	1
6:33	Questionário SKY	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Em questão de saúde, emprego ...		202 - 202	0

6:34	Questionário SKY	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Ser empático.	Diversidade de Entendimento de Cidadania/Cidadão	204 - 204	2
7:1	Questionário ANGEL	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
7:2	Questionário ANGEL	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
7:3	Questionário ANGEL	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? (X) são rebeldes, revolucionários	Entendimento do conceito de jovem	56 - 57	1
7:4	Questionário ANGEL	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. (X) são ações tomadas para melhoria de nossa vida.	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 67	2
7:5	Questionário ANGEL	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0
7:6	Questionário ANGEL	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		79 - 81	0
7:7	Questionário ANGEL	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? (X) Pai, Mãe e outros familiares		85 - 86	0
7:8	Questionário ANGEL	Você costuma se informar sobre política? (X) Sim, sempre		91 - 92	0
7:9	Questionário ANGEL	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
7:10	Questionário ANGEL	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmios estudantis. Qual? () Outra. Qual? (X) Não, nunca participei.		104 - 112	0
7:11	Questionário ANGEL	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	3
7:12	Questionário ANGEL	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
7:13	Questionário ANGEL	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. () Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão. () Conversando sobre política. (X) Minha escola não contribui na minha formação como cidadão.	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 128	3
7:14	Questionário ANGEL	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2

7:15	Questionário ANGEL	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? () Sim. (X) Não.	Consciência Crítica e Formação política e cidadã do jovem	135 - 137	2
7:16	Questionário ANGEL	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
7:17	Questionário ANGEL	Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim () Não Por quê? O voto é importante para acumular aos do representante que você tem no mínimo alguma ideia a favor. Sem esse voto, você está deixando de impor suas necessidades básicas que é mudar o que está ruim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	1
7:18	Questionário ANGEL	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Com 16 anos as pessoas já têm idade suficiente para ler sobre, entender, se justificar e votar. Acho que poderia ser até menos, mas desde que você não seja influenciado pelo voto de algum familiar	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	2
7:19	Questionário ANGEL	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Dos partidos mais conhecidos não, porque ambos têm coisas ruins que eu sou totalmente contra		153 - 156	0
7:20	Questionário ANGEL	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação () a escola () a família (X) eu não escuto ninguém		158 - 162	0
7:21	Questionário ANGEL	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1
7:22	Questionário ANGEL	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim () Não (X) Não sei Por quê? Existem pessoas para nos representar, mas o atual governo não está me representando pois só vejo decaída e notícias ruins sobre. Me dando nojo de saber que ele representa o Brasil	Corrupção Política	172 - 176	1
7:23	Questionário ANGEL	maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
7:24	Questionário ANGEL	(4) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
7:25	Questionário ANGEL	Apatia do povo	Consciência Crítica e Consciência Ingênua	182 - 182	2
7:26	Questionário ANGEL	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	185 - 185	1
7:27	Questionário ANGEL	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
7:28	Questionário ANGEL	Melhorar a qualidade dos eleitores	Consciência Crítica e Consciência Ingênua	191 - 191	2
7:29	Questionário ANGEL	(2) Melhorar a qualidade dos candidatos	Corrupção Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	2
7:30	Questionário ANGEL	(1) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política	193 - 193	1
7:31	Questionário ANGEL	(3) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1

7:32	Questionário ANGEL	em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Na justiça, relacionando o certo e o errado com o rico e o pobre / mulher e homem / preto e branco	Diversidade	202 - 202	1
7:33	Questionário ANGEL	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Ler muito sobre meu candidato pré-selecionado.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	204 - 204	1
8:1	Questionário IVANI	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
8:2	Questionário IVANI	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
8:3	Questionário IVANI	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. (X) os jovens são esforçados e disciplinados	Entendimento do conceito de jovem	56 - 59	1
8:4	Questionário IVANI	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. (X) são ações tomadas para melhoria de nossa vida	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 67	2
8:5	Questionário IVANI	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0
8:6	Questionário IVANI	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre () Às vezes (X) Raramente		79 - 82	0
8:7	Questionário IVANI	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? () Pai, Mãe e outros familiares (X) Amigos		85 - 87	0
8:8	Questionário IVANI	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		91 - 93	0
8:9	Questionário IVANI	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
8:10	Questionário IVANI	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmios estudantil. Qual? (X) Outra. Qual? XXXX		104 - 111	0
8:11	Questionário IVANI	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	3
8:12	Questionário IVANI	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 121	2
8:13	Questionário IVANI	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	124 - 126	4

			Papel da escola na formação dos jovens		
8:14	Questionário IVANI	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2
8:15	Questionário IVANI	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
8:16	Questionário IVANI	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
8:17	Questionário IVANI	Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim () Não Por quê? Sim, pois dessa forma temos uma obrigação no papel do andamento e revoluções do nosso país, estado ou cidade	Entendimento de Cidadania/Cidadão	143 - 146	1
8:18	Questionário IVANI	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Sim, pois começamos a adquirir desde cedo essa responsabilidade de entender a política do País e o querer torna-lo melhor	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	3
8:19	Questionário IVANI	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Não, pois acredito que existem pessoas realmente dispostas a serem o "melhor" para o País não estando necessariamente em apenas um grupo	Corrupção Política	153 - 156	1
8:20	Questionário IVANI	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação () a escola () a família () eu não escuto ninguém (X) grupo de amigos		158 - 163	0
8:21	Questionário IVANI	26 No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1
8:22	Questionário IVANI	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim () Não (X) Não sei Por quê? Não sei bem dizer, o nome ainda que está como um país democrático, mas muitas vezes atitudes de superiores nos fazem pensar em que tipo de democracia estamos vivendo	Consciência Crítica	172 - 176	1
8:23	Questionário IVANI	maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
8:24	Questionário IVANI	Desigualdade social	Diversidade	179 - 179	1
8:25	Questionário IVANI	(5) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
8:26	Questionário IVANI	Apatia do povo	Consciência Crítica Consciência Ingênua	182 - 182	2
8:27	Questionário IVANI	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	185 - 185	1
8:28	Questionário IVANI	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0

8:29	Questionário IVANI	(4) Melhorar a qualidade dos candidatos	Corrupção Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	2
8:30	Questionário IVANI	(5) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política	193 - 193	1
8:31	Questionário IVANI	(3) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1
8:32	Questionário IVANI	em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Em suas limitações e em suas escolhas e crenças muitas vezes	Diversidade	202 - 202	1
8:33	Questionário IVANI	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Ser a diferença que espero ver no mundo, nos governadores e nas pessoas. Porque esse é o nosso país/terra e devemos cuidar dele.	Entendimento de Cidadania/Cidadão Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	204 - 204	2
9:1	Questionário CABELE	Como você definiria sua vida? () Tranquila () Difícil (X) Não sei dizer		44 - 47	0
9:2	Questionário CABELE	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
9:3	Questionário CABELE	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. () os jovens são esforçados e disciplinados. (X) são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade	Entendimento do conceito de jovem	56 - 60	1
9:4	Questionário CABELE	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são ações tomadas para melhoria de nossa vida. () são decisões tomadas por toda a sociedade. () são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida. (X) Não sei	Consciência Crítica Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 70	3
9:5	Questionário CABELE	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0
9:6	Questionário CABELE	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre () Às vezes (X) Raramente		79 - 82	0
9:7	Questionário CABELE	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? (X) Pai, Mãe e outros familiares		85 - 86	0
9:8	Questionário CABELE	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		91 - 93	0
9:9	Questionário CABELE	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
9:10	Questionário CABELE	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmios estudantil.		104 - 112	0

		Qual? () Outra. Qual? (X) Não, nunca participei.			
9:11	Questionário CABELE	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	3
9:12	Questionário CABELE	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
9:13	Questionário CABELE	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 126	4
9:14	Questionário CABELE	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2
9:15	Questionário CABELE	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
9:16	Questionário CABELE	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
9:17	Questionário CABELE	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim () Não Por quê? Eu não sei	Consciência Crítica	143 - 146	1
9:18	Questionário CABELE	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim () Não Por quê? Eu não sei, porque muitas pessoas jogam seus votos fora, seja por vende-lo	Corrupção Política	143 - 146	1
9:19	Questionário CABELE	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Todos temos opinião sobre determinado assunto e desde cedo é bom sermos influenciado a obter conhecimento sobre os deveres da sociedade	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	148 - 151	3
9:20	Questionário CABELE	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Em questão ao âmbito federal não concordo com o governo atual e nem com o anterior.		153 - 156	0
9:21	Questionário CABELE	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação (X) a escola		158 - 160	0
9:22	Questionário CABELE	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? () A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma () Em certas circunstâncias a ditadura é melhor (Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 170	2

) Ditadura ou democracia não faz diferença (X) Não sei			
9:23	Questionário CABELE	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim (X) Não () Não sei Por quê? Você só é respeitado ou tem influência, se tiver dinheiro, nome, for de classe alta		172 - 176	0
9:24	Questionário CABELE	Os da classe baixa, trabalhadora, apenas sofre as consequências das escolhas dos outros. Não temos voz	Diversidade	176 - 176	1
9:25	Questionário CABELE	maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
9:26	Questionário CABELE	Desigualdade social	Diversidade	179 - 179	1
9:27	Questionário CABELE	(3) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
9:28	Questionário CABELE	Apatia do povo	Consciência Crítica Consciência Ingênua	182 - 182	2
9:29	Questionário CABELE	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	185 - 185	1
9:30	Questionário CABELE	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
9:31	Questionário CABELE	Melhorar a qualidade dos eleitores	Consciência Crítica Consciência Ingênua	191 - 191	2
9:32	Questionário CABELE	(3) Melhorar a qualidade dos candidatos	Corrupção Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	2
9:33	Questionário CABELE	(2) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política	193 - 193	1
9:34	Questionário CABELE	(1) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1
9:35	Questionário CABELE	(2) Garantir o cumprimento das leis	Corrupção Política	197 - 197	1
9:36	Questionário CABELE	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Muitas vezes somos influenciados pelo o que o candidato promete, mas muitas das vezes eles não cumprem, e quando chegam lá roubam, só pensam em si mesmo	Corrupção Política	202 - 202	1
9:37	Questionário CABELE	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Deveríamos nos informar melhor antes de escolher os governos, ser participativo nas questões políticas pois é o futuro do país, tudo que acontece hoje será refletido no futuro.	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	204 - 204	2
10:1	Questionário QUINN	Como você definiria sua vida? () Tranquila (X) Difícil		44 - 46	0
10:2	Questionário QUINN	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
10:3	Questionário QUINN	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? (X) são rebeldes, revolucionários	Entendimento do conceito de jovem	56 - 57	1
10:4	Questionário QUINN	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são	Entendimento de Política	64 - 68	1

		ações tomadas para melhoria de nossa vida. (X) são decisões tomadas por toda a sociedade			
10:5	Questionário QUINN	Qual o seu interesse em relação à política? (X) muito interessado		73 - 74	0
10:6	Questionário QUINN	Você costuma conversar sobre política? (X) Sim, sempre		79 - 80	0
10:7	Questionário QUINN	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? () Pai, Mãe e outros familiares (X) Amigos		85 - 87	0
10:8	Questionário QUINN	Você costuma se informar sobre política? (X) Sim, sempre		91 - 92	0
10:9	Questionário QUINN	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
10:10	Questionário QUINN	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? (X) Grêmios estudantis. Qual? XXX		104 - 110	0
10:11	Questionário QUINN	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	3
10:12	Questionário QUINN	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	119 - 121	3
10:13	Questionário QUINN	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. () Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão. () Conversando sobre política. (X) Minha escola não contribui na minha formação como cidadão	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	123 - 127	3
10:14	Questionário QUINN	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	130 - 131	2
10:15	Questionário QUINN	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	134 - 135	1
10:16	Questionário QUINN	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		138 - 140	0
10:17	Questionário QUINN	Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim () Não Por quê? Sim, já que a opinião das pessoas sobre o tipo de pessoa que elas querem no poder representando as mesmas, é a melhor maneira de ver o que necessita ser mudado na opinião das pessoas	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	142 - 145	1

10:18	Questionário QUINN	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? () Sim (X) Não Por quê? Apesar de ser bastante interessada na política, não concordo, pois não acho necessário já que o nosso voto nesta idade não é válido	Consciência Crítica Consciência Ingênua	147 - 150	2
10:19	Questionário QUINN	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Não, não tenho preferência, porém tenho receio de alguns	Corrupção Política	152 - 155	1
10:20	Questionário QUINN	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. () os meios de comunicação () a escola () a família (X) eu não escuto ninguém		157 - 161	0
10:21	Questionário QUINN	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	165 - 166	1
10:22	Questionário QUINN	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? (X) Sim () Não () Não sei Por quê? Sim, por termos muitos direitos e leis que nos beneficiam	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	171 - 175	1
10:23	Questionário QUINN	maiores problemas do Brasil		177 - 177	0
10:24	Questionário QUINN	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		189 - 189	0
10:25	Questionário QUINN	os funcionários públicos, em grande maioria não trabalham como deveriam e não tem respeito com a sociedade, só querem o dinheiro dos nossos impostos		201 - 201	0
10:26	Questionário QUINN	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Cobrar os candidatos eleitos, manifestar contra as coisas erradas do governo, e a falta de informação de onde vai o dinheiro dos nossos impostos	Corrupção Política	203 - 203	1
11:1	Questionário DUDA	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
11:2	Questionário DUDA	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
11:3	Questionário DUDA	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. (X) são apáticos, em relação às demandas sociais	Entendimento do conceito de jovem	56 - 58	1
11:4	Questionário DUDA	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. (X) é um poder exercido representando o povo	Entendimento de Política	64 - 66	1
11:5	Questionário DUDA	Qual o seu interesse em relação à política? (X) muito interessado		73 - 74	0
11:6	Questionário DUDA	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		79 - 81	0
11:7	Questionário DUDA	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? () Pai, Mãe e outros familiares (X) Amigos		85 - 87	0
11:8	Questionário DUDA	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		91 - 93	0
11:9	Questionário DUDA	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito		97 - 102	0

		familiar () Na escola () Na internet () Com os amigos (X) Outro (rádio, TV, jornal)			
11:10	Questionário DUDA	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? (X) Grêmios estudantis. Qual? Escola Estadual América		104 - 110	0
11:11	Questionário DUDA	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	3
11:12	Questionário DUDA	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
11:13	Questionário DUDA	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? (X) Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 125	2
11:14	Questionário DUDA	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2
11:15	Questionário DUDA	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
11:16	Questionário DUDA	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0
11:17	Questionário DUDA	Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim () Não Por quê? O voto deveria ser obrigatório para que todos possam estudar os candidatos e exercer sua escolha	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	1
11:18	Questionário DUDA	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Concordo, pois nos insere no meio político. Nos leva a entender como funciona a política no nosso país, fazendo com que possamos identificar cedo o que é bom e o que é ruim dentro de um governo	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	1
11:19	Questionário DUDA	possamos identificar cedo o que é bom e o que é ruim dentro de um governo	Corrupção Política	151 - 151	1
11:20	Questionário DUDA	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Não, pois nenhum partido político faz diferença		153 - 157	0
11:21	Questionário DUDA	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. (X) os meios de comunicação		159 - 160	0
11:22	Questionário DUDA	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	167 - 168	1

11:23	Questionário DUDA	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim (X) Não () Não sei Por quê? Atualmente, com o país sendo governado por Bolsonaro, não acho que estamos vivendo uma democracia. O presidente manipulou e manipula todos aqueles que trabalham com ele	Corrupção Política	173 - 177	1
11:24	Questionário DUDA	maiores problemas do Brasil		179 - 179	0
11:25	Questionário DUDA	Desigualdade social	Diversidade	180 - 180	1
11:26	Questionário DUDA	Apatia do povo	Consciência Crítica Consciência Ingênua	183 - 183	2
11:27	Questionário DUDA	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	186 - 186	1
11:28	Questionário DUDA	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		191 - 191	0
11:29	Questionário DUDA	(3) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	196 - 196	1
11:30	Questionário DUDA	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Os brasileiros não estão sendo respeitados quando: seus direitos não são prioridades. Os direitos dos cidadãos são: saúde, educação, segurança, etc. Sabemos que estes direitos não são respeitados no Brasil	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	203 - 203	1
11:31	Questionário DUDA	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Como cidadã meus principais deveres são: voto, contribuir com as leis, etc	Entendimento de Cidadania/Cidadão	205 - 205	1
12:1	Questionário ANDREA	Como você definiria sua vida? (x) Tranquila		44 - 45	0
12:2	Questionário ANDREA	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. () Bom, caso me empenhe. () Ruim. (X) Muito ruim, a vida no nosso país está cada dia mais difícil.		49 - 53	0
12:3	Questionário ANDREA	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? (X) são rebeldes, revolucionários	Entendimento do conceito de jovem	56 - 57	1
12:4	Questionário ANDREA	O que você entende por política? (X) é o poder exercido pelo povo	Entendimento de Política	64 - 65	1
12:5	Questionário ANDREA	Qual o seu interesse em relação à política? (X) muito interessado		73 - 74	0
12:6	Questionário ANDREA	Você costuma conversar sobre política? (X) Sim, sempre		79 - 80	0
12:7	Questionário ANDREA	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? () Pai, Mãe e outros familiares (X) Amigos		85 - 87	0
12:8	Questionário ANDREA	Você costuma se informar sobre política? (X) Sim, sempre		91 - 92	0
12:9	Questionário ANDREA	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola (X) Na internet		97 - 100	0
12:10	Questionário ANDREA	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? (104 - 110	0

) Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? (X) Grêmio estudantil. Qual? XXXX			
12:11	Questionário ANDREA	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 116	3
12:12	Questionário ANDREA	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
12:13	Questionário ANDREA	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 126	4
12:14	Questionário ANDREA	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2
12:15	Questionário ANDREA	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? () Sim. (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 137	2
12:16	Questionário ANDREA	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não		139 - 141	0
12:17	Questionário ANDREA	Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim () Não Por quê? É importante que todos os cidadãos participem das eleições e questões políticas em geral	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	1
12:18	Questionário ANDREA	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Acho importante direcionar desde mais novo o jovem a se inteirar de questões políticas e mostrar que devemos estudar sobre isso e estar dentro das discussões como uma democracia tem que ser	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	1
12:19	Questionário ANDREA	importante direcionar desde mais novo o jovem a se inteirar de questões políticas e mostrar que devemos estudar sobre isso	Consciência Crítica	151 - 151	1
12:20	Questionário ANDREA	Você tem alguma preferência por algum partido político? (X) Sim () Não Por quê? Tenho um partido que me identifico mais com os valores, lutas, falas e a história		153 - 156	0
12:21	Questionário ANDREA	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. (X) os meios de comunicação		158 - 159	0
12:22	Questionário ANDREA	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1

12:23	Questionário ANDREA	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	172 - 173	1
12:24	Questionário ANDREA	os maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
12:25	Questionário ANDREA	Desigualdade social	Diversidade	179 - 179	1
12:26	Questionário ANDREA	(1) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
12:27	Questionário ANDREA	Apatia do povo	Consciência Crítica Consciência Ingênua	182 - 182	2
12:28	Questionário ANDREA	Crise na educação	Papel da escola na formação dos jovens	185 - 185	1
12:29	Questionário ANDREA	Racismo	Diversidade	187 - 187	1
12:30	Questionário ANDREA	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
12:31	Questionário ANDREA	Melhorar a qualidade dos eleitores	Consciência Crítica Consciência Ingênua	191 - 191	2
12:32	Questionário ANDREA	(1) Melhorar a qualidade dos candidatos	Corrupção Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	2
12:33	Questionário ANDREA	(1) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política	193 - 193	1
12:34	Questionário ANDREA	(1) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1
12:35	Questionário ANDREA	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? A partir do momento que o nosso governo não mostra o mínimo de empatia e respeito em meio a uma pandemia mundial e não faz nada, de fato, decente sobre as crises e dificuldades. Além de só ter afundado mais o Brasil.	Corrupção Política	202 - 202	1
12:36	Questionário ANDREA	o nosso governo não mostra o mínimo de empatia e respeito	Diversidade	202 - 202	1
12:37	Questionário ANDREA	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Participar ativamente na política do Brasil, respeitar as leis	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	204 - 204	1
12:38	Questionário ANDREA	respeitar o próximo	Diversidade	204 - 204	1
13:1	Questionário ALEXIS	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
13:2	Questionário ALEXIS	Como você vê o seu futuro? () Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas. (X) Bom, caso me empenhe.		49 - 51	0
13:3	Questionário ALEXIS	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. () os jovens são esforçados e disciplinados. () são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade. (X) outro: Os jovens são altamente influenciáveis.	Entendimento do conceito de jovem	56 - 61	1

13:4	Questionário ALEXIS	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são ações tomadas para melhoria de nossa vida. () são decisões tomadas por toda a sociedade. () são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida. () Não sei. (X) Outro: É uma concentração de decisões, vindo de um poder, visando a sociedade e suas necessidades	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	64 - 71	2
13:5	Questionário ALEXIS	Qual o seu interesse em relação à política? (X) muito interessado		73 - 74	0
13:6	Questionário ALEXIS	Você costuma conversar sobre política? (X) Sim, sempre		79 - 80	0
13:7	Questionário ALEXIS	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? (X) Pai, Mãe e outros familiares		85 - 86	0
13:8	Questionário ALEXIS	Você costuma se informar sobre política? (X) Sim, sempre		91 - 92	0
13:9	Questionário ALEXIS	Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola () Na internet () Com os amigos (X) Outro (rádio, TV, jornal)		97 - 102	0
13:10	Questionário ALEXIS	Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? () ONG. Qual? () Pastoral da Juventude ou outra associação religiosa. Qual? () Grêmio estudantil. Qual? () Outra. Qual? (X) Não, nunca participei.		104 - 112	0
13:11	Questionário ALEXIS	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? (X) Sim	Entendimento de Política Papel da escola na formação dos jovens	114 - 115	2
13:12	Questionário ALEXIS	Caso a resposta seja positiva a resposta, de que forma? Por meio de matérias como Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	118 - 118	2
13:13	Questionário ALEXIS	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? () Sim (X) Não	Consciência Crítica Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 122	3
13:14	Questionário ALEXIS	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? (X) Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 125	2
13:15	Questionário ALEXIS	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2

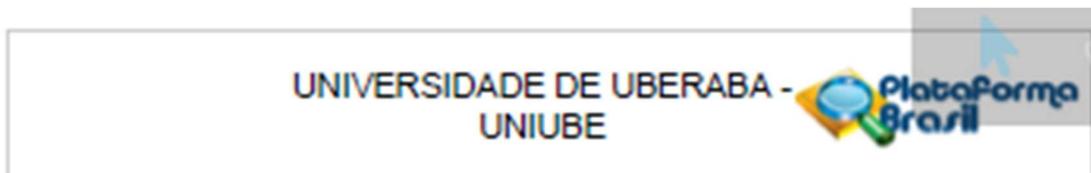
13:16	Questionário ALEXIS	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
13:17	Questionário ALEXIS	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não		139 - 141	0
13:18	Questionário ALEXIS	Você acha que o voto deve ser obrigatório? (X) Sim () Não Por quê? O voto deve ser obrigatório para que não haja argumentos como "Não votei em ninguém então a culpa não é minha"	Consciência Ingênu e Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	2
13:19	Questionário ALEXIS	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Sim, pois usamos eu como base, posso afirmar que tenho a capacidade intelectual de escolher quem irá me representar	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	1
13:20	Questionário ALEXIS	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Devemos apoiar ideias e não partidos, porém é necessário os mesmos para que as ideias não fiquem vagas	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	153 - 156	1
13:21	Questionário ALEXIS	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. (X) os meios de comunicação		158 - 159	0
13:22	Questionário ALEXIS	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1
13:23	Questionário ALEXIS	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim (X) Não () Não sei Por quê? Por dois motivos sendo eles a corrupção e a dependência para um poder agir.	Corrupção Política	172 - 176	1
13:24	Questionário ALEXIS	os maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
13:25	Questionário ALEXIS	Racismo	Diversidade	187 - 187	1
13:26	Questionário ALEXIS	as questões mais necessitam ser melhoradas no Brasil		190 - 190	0
13:27	Questionário ALEXIS	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Escolher o representante do país e o cumprimento das leis.	Entendimento de Cidadania/Cidadão e Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	204 - 204	2
14:1	Questionário LIAM	Como você definiria sua vida? (X) Tranquila		44 - 45	0
14:2	Questionário LIAM	Como você vê o seu futuro? (X) Muito bom, existem várias oportunidades a serem conquistadas.		49 - 50	0
14:3	Questionário LIAM	Qual das frases abaixo define melhor o jovem? () são rebeldes, revolucionários. () são apáticos, em relação às demandas sociais. () os jovens são esforçados e disciplinados. () são atuantes e participativos na defesa dos interesses da sociedade. (X) outro: Um conjunto de mudanças no mundo.	Entendimento do conceito de jovem	56 - 61	1

14:4	Questionário LIAM	O que você entende por política? () é o poder exercido pelo povo. () é um poder exercido representando o povo. () são ações tomadas para melhoria de nossa vida. () são decisões tomadas por toda a sociedade. () são decisões tomadas pelos Políticos que não influenciam na minha vida. (X) Não sei.	Consciência Crítica Entendimento de Política	64 - 70	2
14:5	Questionário LIAM	Qual o seu interesse em relação à política? () muito interessado (X) pouco interessado		73 - 75	0
14:6	Questionário LIAM	Você costuma conversar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		79 - 81	0
14:7	Questionário LIAM	Se a resposta anterior foi POSITIVA, com quem você conversa? (X) Pai, Mãe e outros familiares		85 - 86	0
14:8	Questionário LIAM	Você costuma se informar sobre política? () Sim, sempre (X) Às vezes		91 - 93	0
14:9	Questionário LIAM	Q. 14 Se a resposta anterior foi POSITIVA, onde você busca se informar? () No âmbito familiar () Na escola () Na internet () Com os amigos (X) Outro (rádio, TV, jornal)		97 - 102	0
14:10	Questionário LIAM	Q.15 Você participa ou já participou de alguma dessas organizações políticas? () Partido político. Qual? () Sindicato. Qual? () Associação. Qual? (X) ONG. Qual? Girl Up – Elza PAcheco		104 - 108	0
14:11	Questionário LIAM	A Escola traz esclarecimentos sobre o que é política? (X) Sim () Não Caso a resposta seja positiva a resposta, de que forma? Muitas das vezes tem sim uma discussão sobre a política	Entendimento de Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	114 - 118	3
14:12	Questionário LIAM	A Escola apresenta assuntos sobre eleições, escolha de candidatos, voto, sistema representativo (majoritário ou proporcional) de votação? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	120 - 121	2
14:13	Questionário LIAM	Como você acha que a escola contribui na sua formação política para a cidadania? () Por meio das disciplinas como matemática, português, história, geografia, etc. (X) Ajudando na conscientização dos meus direitos e deveres como cidadão.	Entendimento de Cidadania/Cidadão Entendimento de Socialização Política Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	124 - 126	4
14:14	Questionário LIAM	Você sabe o que são e o que fazem o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário? (X) Sim.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem Papel da escola na formação dos jovens	131 - 132	2
14:15	Questionário LIAM	Você sabe quem são os seus representantes políticos no âmbito federal, no âmbito estadual e no âmbito municipal? (X) Sim	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	135 - 136	1
14:16	Questionário LIAM	Você já providenciou seu título de eleitor? () Sim (X) Não.		139 - 141	0

14:17	Questionário LIAM	Você acha que o voto deve ser obrigatório? () Sim (X) Não Por quê? Temos o direito de escolha e somos um país democrático. Cada um faz a sua parte	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	143 - 146	1
14:18	Questionário LIAM	Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? (X) Sim () Não Por quê? Apesar de sermos jovens, o nosso país precisa saber sobre a nossa voz e que estamos observando e absorvendo a política em que estamos	Entendimento de Cidadania/Cidadão e Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	148 - 151	2
14:19	Questionário LIAM	Você tem alguma preferência por algum partido político? () Sim (X) Não Por quê? Ainda não tenho nenhuma preferência, eu gosto de informações e conhecer aqueles partidos e não achei um que me agrade e me dê confiança	Corrupção Política	153 - 156	1
14:20	Questionário LIAM	Quando você vota, quem exerce maior influência sobre seu voto. (X) os meios de comunicação		158 - 159	0
14:21	Questionário LIAM	No seu entender, qual é a melhor forma de governo? (X) A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	166 - 167	1
14:22	Questionário LIAM	Você acha que atualmente o Brasil é democrático? () Sim () Não (X) Não sei Por quê? Bom estamos em um meio termo. Vamos ser sinceros que atualmente o nosso país não me parece democrático	Entendimento de Política e Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	172 - 176	2
14:23	Questionário LIAM	os maiores problemas do Brasil		178 - 178	0
14:24	Questionário LIAM	(3) Corrupção dos governos	Corrupção Política	181 - 181	1
14:25	Questionário LIAM	Racismo	Diversidade	187 - 187	1
14:26	Questionário LIAM	as questões mais necessitam ser melhoradas		190 - 190	0
14:27	Questionário LIAM	(5) Melhorar a qualidade dos candidatos	Corrupção Política e Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	192 - 192	2
14:28	Questionário LIAM	(4) Melhorar os partidos políticos	Corrupção Política	193 - 193	1
14:29	Questionário LIAM	(3) Melhorar a Justiça	Corrupção Política	195 - 195	1
14:30	Questionário LIAM	(1) Garantir o cumprimento das leis	Corrupção Política	197 - 197	1
14:31	Questionário LIAM	Na sua opinião, em que aspectos os cidadãos brasileiros não estão sendo respeitados? Muitos, mas acho que precisamos que ouçam nossas vozes.	Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	202 - 202	1
14:32	Questionário LIAM	Como cidadão (ã) quais são (ou deveriam ser) seus principais deveres? Lutar pelos nossos direitos, empatia àqueles que precisam dela.	Diversidade e Entendimento de Cidadania/Cidadão e Formação e Conscientização política e cidadã do jovem	204 - 204	3

ANEXOS

Anexo I – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A contribuição da escola na formação política de jovens para o exercício da cidadania no contexto da diversidade

Pesquisador: ALEXANDRE BARBOGA PETERMANN

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40631220.2.0000.5145

Instituição Proponente: SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.467.656

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa ligada ao curso de mestrado em Educação do aluno Alexandre Barbosa Petermann, sob a orientação do Prof. Tiago Zanqueta de Souza, intitulado "A contribuição da escola na formação política de jovens para o exercício da cidadania no contexto da diversidade".

Segundo o proponente, o projeto de pesquisa: "tem por tema a formação política de jovens para o exercício da cidadania. Está vinculado ao projeto de pesquisa 'Educação na diversidade para a cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não escolares'."

"Como aluno especial deste curso de mestrado, ainda em 2017, tive uma aparente constatação de falta de uma atividade de socialização política, de promoção de formação cidadã dos jovens no município voltada à área da política, e, por isso, decidi iniciar o Projeto "Eleitor do Futuro" (Projeto da Justiça Eleitoral) em Uberaba, com palestras e conversas com os alunos do ensino médio das escolas locais, mostrando um pouco da história do voto e da Justiça Eleitoral, a importância do ato de votar, do ato de escolha de bons candidatos e mostrando como os jovens poderiam realizar o alistamento eleitoral. O presente projeto pretende trazer uma visão sobre a forma como o processo educativo vem colaborando na formação e conscientização política dos jovens com idade entre 16 e 17 anos, que estão, em sua maioria, cursando o ensino médio e que são eleitores

Endereço: Av. Nereu Sabino, 1801
 Bairro: Universitário CEP: 38.095-500
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3319-8816 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 4.467.000

facultativos, de acordo com o artigo 14, II, c, da Constituição Federal de 1988, assim a justificativa para a vinculação deste projeto ao campo da educação.”

Tem como hipótese:

“Diante do cenário atual da nossa política, do declínio no número de alistamentos eleitorais e de uma possível falta de interesse da juventude de se envolver na política, o que pode constatar nas conversas com os estudantes do ensino médio durante as palestras do Projeto “Eleitor do Futuro”, é possível que os resultados da pesquisa que pretendo desenvolver mostre uma falha na contribuição/formação política a cargo das instituições de ensino aos estudantes, que serão futuros eleitores e, quem sabe, futuros políticos/governantes em nossas instituições políticas. Entretanto não se pode deixar de considerar que questões familiares, econômicas, de gênero, etc podem influenciar no resultado. Outra questão importante a ser considerada é que a instituição de ensino não é o único agente de formação/conscientização da socialização política aos jovens, sendo que os demais (família, meio social – amigos, mídia) também apresentam relevância na formação política dos jovens.”

A pesquisa, de abordagem qualitativa, incluindo pesquisa documental e de campo, será realizada com professores e alunos do Ensino Médio. Para os alunos, será aplicado um questionário (caso), e, para os professores uma entrevista que poderá ser realizada presencialmente, caso haja o retorno às aulas presenciais, em 2021, ou pelo Google Meet. A análise dos dados será uma análise temática. O pesquisador estabelece os seguintes critérios de inclusão e exclusão para os participantes:

Critério de inclusão:

Diante do cenário de pandemia do COVID 19, optou-se, em um primeiro momento, por realizar uma entrevista semiestruturada com os professores do ensino médio da Escola Estadual Corina de Oliveira, de forma presencial ou por videoconferência, ou, havendo uma mudança positiva no cenário pandêmico, as aulas voltando à normalidade e caso não haja restrições sanitárias, realizar uma aplicação de questionários aos alunos do ensino médio daquela instituição de ensino. A escolha dos professores e/ou alunos do ensino médio deve-se ao fato de que é no ensino médio que estão os jovens na faixa etária de 16 a 18 anos, que não são obrigados a participar do processo político brasileiro, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil publicada em 1988. Jovens esses que, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, vem diminuindo a

Endereço: Av. Nereu Cabino, 1801
 Bairro: Universitário CEP: 38.065-500
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3319-8816 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 4.487.898

procura por realizar seu alistamento eleitoral. A Escola Estadual Corina de Oliveira foi escolhida por apresentar um grande número de alunos e alunas no ensino médio, sendo estes de distintas classes econômicas, étnicas, religiosas e de gênero. Cabe destacar o conhecimento do orientador deste projeto com

a direção daquela instituição de ensino o que facilita o contato e a realização da pesquisa. Farão parte da pesquisa os professores que aceitarem dela

participar, mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Poderão fazer parte da pesquisa, os estudantes do ensino médio

que, da mesma forma, aceitarem participar da pesquisa, assinarem o termo de assentimento (se menores de idade), mediante assinatura do termo

de consentimento pelos pais e/ou responsáveis, ou, se maiores, assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido.

Critério de Exclusão:

Estarão excluídos da pesquisa os professores que não aceitarem dela participar, ou não concordarem com a assinatura do termo de consentimento

livre e esclarecido. Estarão ainda excluídos da pesquisa os estudantes do ensino médio que, da mesma forma, não aceitarem participar da

pesquisa, ou não concordarem com a assinatura do termo de assentimento (se menores de idade), ou mediante recusa de seus pais e/ou

responsáveis, ou, se maiores, se recusarem a assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as contribuições da escola na formação política dos jovens para o exercício da cidadania no contexto da diversidade.

Objetivo Secundário:

Apresentar como a Escola pode ajudar a melhorar a formação dos jovens sobre política e como despertar ou reavivar o interesse para uma cidadania mais ativa, mais participativa na sociedade, em especial no exercício do voto.

Identificar marcadores (gênero, classe social, étnico-racial) que ajudem a entender o perfil dos

Endereço: Av. Nereu Sabino, 1801

Bairro: Universitário

CEP: 38.055-500

UF: MG

Município: UBERABA

Telefone: (34)3319-8815

Fax: (34)3314-8910

E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 4.467.656

Jovens estudantes.

Analisar documentos, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para verificar os fundamentos da educação na diversidade para o exercício da cidadania, vinculado à socialização política dos jovens.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Lê-se no PB:

Riscos

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em perda da confidencialidade e constrangimentos, que podem ser, a qualquer momento, manifestados pelo participante, de modo que a pesquisa não interfira no seu bem-estar. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) participante será atendido(a) pelo(a) pesquisador(a), que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Os resultados da pesquisa estarão à disposição dos participantes quando finalizada. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome de todos os participantes será mantido em sigilo absoluto. Não haverá nenhuma despesa ou custo advindos da participação das pessoas envolvidas na pesquisa, e não haverá qualquer compensação financeira. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, o participante será ressarcido nos termos da lei. Caso o participante tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. O/A participante terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa são imateriais. A presente pesquisa poderá trazer uma nova perspectiva sobre a formação dos alunos do ensino médio, na esfera política e cidadã, mostrando onde estão os pontos fortes, mas que podem ser aperfeiçoados, e os pontos fracos, que necessitam de urgente melhora pelas instituições de ensino.

Avalla-se que os benefícios superam os riscos, dado que medidas protetivas foram indicadas, assim como cuidados referentes ao aspecto ético da pesquisa com seres humanos, conforme

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801
 Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3310-8816 Fax: (34)3314-8010 E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 4.467/2016

estabelece a Resolução 510/2016.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante tanto do ponto de vista científico como social, dado que a formação dos jovens na escola para o exercício dos direitos políticos, dentre eles o direito a escolha de seus representantes, é muito importante no contexto da sociedade brasileira. O projeto está bem delimitado e fundamentado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Constam do protocolo:

- 1) O projeto detalhado;
- 2) TCLE para o responsável pelo aluno
- 3) TCLE para os professores
- 4) TCLE para alunos maiores
- 5) TALE para alunos menores
- 6) Autorização da diretora da Escola
- 7) Questionário a ser aplicado aos alunos
- 8) Roteiro de entrevista para os professores
- 9) Folha de Rosto devidamente assinada
- 10) Termo de compromisso dos pesquisadores

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, somos de parecer que o protocolo de pesquisa seja considerado "Aprovado", salvo melhor juízo deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em 15/12/2020 a plenária votou de acordo com o relator, pela aprovação da proposta. Ressalte-se, em tempo, que o pesquisador é o direto responsável pela pesquisa, devendo apresentar dados solicitados pelo CEP, ou pela CONEP, a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade, por 5 (cinco) anos após a pesquisa; informar e justificar qualquer alteração na pesquisa, e apresentar o relatório final do projeto desenvolvido ao CEP, conforme Res. 510/2016, Cap. VI, Art. 28, Incisos III a V.

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801		CEP: 38.055-500
Bairro: Universitário		
UF: MG	Município: UBERABA	
Telefone: (34)3319-8816	Fax: (34)3314-8910	E-mail: cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 4.457.656

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1616563.pdf	28/11/2020 11:32:51		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_dos_Pesquisadores.pdf	28/11/2020 11:32:08	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
Outros	ENTREVISTA.pdf	28/11/2020 10:50:22	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.pdf	28/11/2020 10:45:49	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsaveis.pdf	28/11/2020 10:39:01	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_professores.pdf	28/11/2020 10:38:16	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alunos_malores.pdf	28/11/2020 10:37:35	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	28/11/2020 10:36:45	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_FINAL_CEP_Alexandre.pdf	22/10/2020 18:34:17	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
Outros	Autorizacao_EE_Corina.pdf	22/10/2020 18:29:58	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Plataforma_Brasil.pdf	26/08/2020 22:24:57	ALEXANDRE BARBOSA PETERMANN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801
 Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
 UF: MG Município: UBERABA
 Telefone: (34)3319-8816 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

UNIVERSIDADE DE UBERABA -
UNIUBE



Continuação do Processo: 4.467.656

UBERABA, 16 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Geraldo Thedat Junior
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Nene Sabino, 1801
Bairro: Universitário CEP: 38.055-500
UF: MG Município: UBERABA
Telefone: (34)3319-8816 Fax: (34)3314-8910 E-mail: cep@uniube.br

Anexo II – Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Corina de Oliveira



SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

PROJETO
POLÍTICO-
PEDAGÓGICO

31159972 - EE PROFESSORA CORINA DE OLIVEIRA

Ano de elaboração: 2019

EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Simave
SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO PELA
**APREN
DIZAGEM**



CURRÍCULO
REFERÊNCIA DE
**MINAS
GERAIS**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

A ESCOLA EM NÚMEROS

HISTÓRICO DA ESCOLA

2. MARCO REFERENCIAL

MARCO SITUACIONAL

MARCO FILOSÓFICO

MARCO COOPERATIVO

3. DIAGNÓSTICO

EIXO 1: RELAÇÃO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE

SUJEITOS DA APRENDIZAGEM, CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E TERRITÓRIOS ESCOLARES

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS: FAMÍLIA, COMUNIDADE E SOCIEDADE

EIXO 2: DIREITO À APRENDIZAGEM

ANÁLISE DE DESEMPENHO, RENDIMENTO (FLUXO) E FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

EIXO 3: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

IMPACTO DA VIOLÊNCIA NAS EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

AMBIENTE PARTICIPATIVO

EIXO 4: FORTALECIMENTO DO TRABALHO COLETIVO

PARTICIPAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

4. PLANO DE AÇÃO

5. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPP

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade educacional em que a escola se encontra. Esse documento sistematiza, organiza e integra - de forma contínua e, portanto, nunca definitiva - o processo de planejamento democrático e participativo da escola, definindo a ação educativa que se quer realizar.

É o Plano Global da Escola, apresenta um conjunto de diretrizes organizacionais, operacionais e pedagógicas, que expressam e orientam suas práticas, documentos e demais planos - como o Regimento Escolar, Planos de Ensino- Aprendizagem e Projetos Escolares, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB.

É também um importante documento, uma vez que retrata a unidade em relação à intencionalidade educativa da escola, alinhada às diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), fortalecendo a identidade da instituição educacional, por meio da sua organização, dos objetivos de aprendizagem que propõe alcançar com os estudantes e, principalmente, definindo como irá trabalhar para atingi-los.

Traduz o que temos como proposta em relação ao currículo, à gestão democrática e participativa, à organização das práticas de ensino e às mais variadas formas de avaliação, que inicialmente são realizadas por meio de um diagnóstico da situação atual que norteará as ações, cujos objetivos intencionamos alcançar.

Com o PPP pretendemos, ainda, ampliar o senso de pertencimento e o engajamento de toda a comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, pais, alunos) em torno de um projeto educacional comum: a aprendizagem de nossos estudantes. Sendo assim, é elaborado com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitam a acolhida de todas as contribuições que favoreçam práticas pedagógicas mais eficazes, proporcionando aprendizagens mais significativas para a vida de nossos estudantes, resultando em um ensino cada vez de maior qualidade.

Identificação da escola

NOME DA ESCOLA

Escola Estadual “Professora Corina de Oliveira”

CÓDIGO DO INEP

31159972

LOCALIZAÇÃO/ENDEREÇO

O estabelecimento de ensino está situado à Av. da saudade, 289, Bairro Mercês, na zona urbana, município de Uberaba - MG, CEP – 38.061-000

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CIRCUNSCRIÇÃO

39º Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

CONTATOS

E-mail: scola.159972@educacao.mg.gov.br

Telefone: (34) 3312 9449

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS PELA ESCOLA

Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano – Turno Vespertino

Ensino Médio – 1ª a 3ª série – Turno Matutino, Vespertino e Noturno

Curso Normal Professor de Educação Infantil – 1º ao 3º período semestral -Turno Noturno

A escola em números

DADOS DO CENSO ESCOLAR 2018

Número total de matrículas: 1536

Número de matrículas por etapa de ensino ofertada:

Ensino Fundamental Anos Finais – 12 turmas – 491 alunos matriculados

Ensino Médio Regular – 25 turmas – 972 alunos matriculados

Curso Normal- 02 turmas – 73 alunos matriculados

Distribuição dos estudantes por sexo:

- Masculino:47%
- Feminino:53%

Distribuição dos estudantes por cor/raça:

- Branca: 47%
- Preta: 4%
- Parda:13%
- Amarela:0%
- Indígena:0%
- Não declarada:36%

Distribuição dos estudantes por localização/zona de residência:

- Urbana:100%
- Rural:0%

Utilização de transporte escolar público pelos estudantes:

- Utiliza:1%
- Não utiliza:99%

Número total de docentes: 69

Número de docentes por etapa de ensino ofertada:

- Ensino Fundamental: 24
- Ensino Médio:53
- Curso Normal:02

Histórico da escola

Escrever a história da EEPCO é voltar aos anos 70, quando esta instituição teve origem como Escola Polivalente. Esse tipo de escola foi implantado no Brasil pelo PREMEN - Programa de Reforma, Melhoria e Expansão do Ensino Nacional e, depois, passou a PREMEM - Programa de Reforma, Melhoria e Expansão do Ensino Médio, em 15/07/1971 (quinze de julho de mil novecentos e setenta e um) , com publicação em 14/09/1971(quatorze de setembro de mil novecentos e setenta e um), Lei 5760/71.

O PREMEN era vinculado ao MEC, portanto não havia ligação com o Estado, nem com o Município. A experiência das Escolas Polivalentes foi implantada em cinco estados brasileiros: Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais seriam construídas sessenta escolas, cuja proposta era audaciosa e inovadora para a época.

Com grande festa, a Escola Polivalente de Uberaba foi inaugurada em 14/09/1971 (quatorze de setembro de mil novecentos e setenta e um), com a presença de autoridades mineiras e uberabenses, representativas de vários segmentos da sociedade.

As novas concepções de escola descortinaram um mundo novo, desconhecido, a ser explorado, desvendado por quem estava ávido pelo saber. Daí resultou a filosofia da escola “Liberdade com responsabilidade”, coerente com o que era vivenciado na época e que permanece até hoje.

O projeto foi financiado pelos americanos que escolheram como treinar os professores e como organizar as escolas, pois a cultura americana é a cultura da avaliação e do monitoramento. Nessas avaliações, todas as escolas ficavam sabendo como estavam em relação ao Projeto e onde deviriam melhorar. Faziam estatísticas, documentavam tudo, realizavam a avaliação de desempenho que hoje foi retomada pelo sistema de ensino.

Os trabalhos desenvolvidos tinham como foco o ser humano, por isso a filosofia da Escola Polivalente era determinada pelo seu papel na sociedade, para que existia, o que deveria fazer. Nessas escolas, a profissionalização era trabalhada de forma diferente, destacando a formação política do trabalhador, inclusive entregando a carteira de trabalho para cada aluno ao término do curso. Os estudantes eram informados e conscientizados acerca dos direitos e deveres do trabalhador, isto é, não eram profissionalizados aleatoriamente.

A proposta profissionalizante era trabalhada, desenvolvendo a criatividade, a conscientização e a cidadania do indivíduo. O currículo determinado era trabalhado, porém submetendo-o à ideologia do homem enquanto ser no mundo.

Toda a experiência da Escola Polivalente de Uberaba foi documentada em um livro que foi vendido em congressos e encontros e a renda revertida para as oficinas da escola.

No entanto, ocorreram mudanças na educação com a reforma do Ensino Superior, do Ensino Primário, Ginásial, Científico, Clássico e Normal. Mudanças ocasionadas pelas circunstâncias vividas pelo país e, como o Estado não assumiu as escolas com aquela estrutura e o PREMEN já havia concluído as metas, findou-se o programa. Então, foi retirada a obrigatoriedade da profissionalização do ensino de segundo grau.

Surgia, assim, a EEPCO que recebeu esse nome em homenagem a uma conceituada professora chamada Corina de Oliveira.

Após o período áureo (1971 -1983), com o afastamento da então diretora fundadora da Escola Polivalente, Abigail Emília Bracarense, outros profissionais assumiram a gestão da nova Escola EEPCO, foram eles:

- 1983, foi indicada a professora Geralda Caetano Amâncio;

- 1983, assumiu, interinamente, Maria Abigail Chaves Rocha;
- 1984, foi indicado o professor Florípedes Feliciano da Silva ficando até1990;
- 1990, assumiu o cargo por um ano a vice-diretora, Vani Carlota Martins;
- 1992, foi eleito Francisco Esteves Rodrigues ficando até1993;
- 1993, foi nomeada Marlene Lopes Sabino, permanecendo até1997;
- 1997, por indicação da 39ª SRE de Uberaba, a professora Edméia Mollo que permaneceu até1999;
- 1999, retornou ao cargo Marlene Lopes Sabino que não pôde permanecer;
- 2000, eleita pela comunidade escolar assume a direção a professora Marilângela de Oliveira Silva e Melo e permanece por três mandatos (2000 a 2003, 2004 a 2007,2007 a 2011);
- 2012, assume a professora eleita Célia Fortunata Campos;
- 2013, retorna por indicação do Colegiado a professora Marilângela de Oliveira Silva e Melo permanecendo até 2015;
- 2016, assume a direção Adriana Cristina Fernandes Vaz Lemos Armada que permanece no seu segundo mandato (2016 a 2019, 2020 a2023).

É importante destacar que no período de 1983 a 1993, a escola passou por profundas instabilidades administrativas que acabaram comprometendo a credibilidade e o respeito da comunidade pela instituição. Vários fatores contribuíram para isso, entre eles, vale ressaltar:

- o encerramento do Projeto das Escolas Polivalentes e o conseqüente retorno ao modelo tradicional de educação;
- durante esse tempo, os diretores ou eram indicados e nomeados por políticos ou assumiam interinamente por afastamento dos que estavam em exercício. Quadro que mudou com as eleições diretas para diretores escolares.

Tais fatores muito afetaram o processo de organização da escola. Tornou-se necessário então, propor ações firmes e concretas com o objetivo de resgatar a credibilidade e o respeito da comunidade escolar e da sociedade. O que aconteceu com as seguintes transformações:

- implementação de normas disciplinares mais rigorosas com imposição de limites comportamentais adequados ao ambiente escolar;
- desenvolvimento de projetos educacionais que resultassem em aprendizagens significativas e tornassem a escola mais prazerosa;
- ênfase na gestão democrática com um colegiado dinâmico e atuante;
- maior incentivo ao esporte, devido à construção de duas quadras cobertas, oportunizando atividades físicas e esportivas com maior comodidade;
- estudo dos resultados das avaliações externas para combater os problemas de aprendizagem diagnosticados;
- avaliação de desempenho de todos os funcionários com o objetivo de propiciar reflexões sobre o trabalho pedagógico de todos e adequá-los às reais necessidades dos estudantes;
- intensificação do trabalho com competências e habilidades necessárias ao ENEM e vestibulares, já que são do interesse dos nossos alunos;
- atividades voltadas para a melhoria das relações interpessoais: escola/aluno, escola/pais, alunos/alunos e até pais/alunos.

Em meio a todas essas mudanças, tivemos muitas alterações no sistema de ensino que também provocaram transformações na organização da escola, do currículo, do tempo e do espaço e, principalmente, do perfil do estudante. Foram elas:

- em 1991, a escola ofereceu o Curso Técnico de Segurança do Trabalho, autorizado pela portaria 282/91 de 07/03/1991, com oito anos de vigência (1991-1999);
- em 1993, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio pela portaria nº 234/93, publicada no Minas Gerais de 19/10/1993;
- com a resolução nº 9433/98 que instituiu o Projeto “A Caminho da Cidadania”, implantando a estratégia pedagógica de aceleração de estudos para o Ensino Médio, durou até o ano de 2001;
- considerando as determinações da Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, do Parecer CNE/CEB nº 01/99, da Resolução CNE/CEB nº 02/99, do Parecer CEE nº 1175/2000 e da Resolução CEE nº 440/2000, a escola começou a oferecer Curso

Normal em Nível Médio Professor de Educação Infantil, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos egressos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Pós-Médio;

- em 2009, a escola passou a oferecer o curso de “Aprofundamento de Estudos” que oportunizava aos alunos revisarem e solidificarem os conhecimentos trabalhados durante o Ensino Médio;

- de 2012 a 2014, foi implementado o REM (Reinventando o Ensino Médio). O projeto objetivava tornar o Ensino Médio mais atrativo, considerando-o uma fase preparatória para o ambiente de trabalho e a empregabilidade. Por isso os alunos estudavam além do currículo do Ensino Médio, disciplinas como: Tecnologia da Informação, Empreendedorismo e Gestão e Comunicação Aplicada;

- a partir de 2016, a Lei número 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, LDBEN define que o trabalho dos professores do noturno se volte para conteúdos interdisciplinares aplicados e monitorados por meio da disciplina (Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho). Esse projeto teve por finalidade promover a integração do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura na perspectiva do trabalho como princípio educativo.

- Todas essas mudanças foram muito significativas para o contexto da época em que ocorreram e a comunidade sempre esteve engajada, com isso, aos poucos, a escola foi se tornando mais viva, pulsante e dinâmica, retomando o respeito e a credibilidade da sociedade. O que faz a escola ser reconhecida como referência de ensino na cidade, causando grande orgulho em todos os profissionais e alunos que por aqui já passaram e os que ainda se encontram estudando na EEPCO.

2. MARCO REFERENCIAL

Marco situacional

A Escola Estadual Professora Corina de Oliveira compreende o mundo atual como um espaço em constantes transformações humanas, políticas, sociais, científicas, tecnológicas e ambientais. Seu desafio sempre foi oportunizar aos alunos uma educação que englobe essas transformações de forma dinâmica e atualizada.

De acordo com a legislação vigente, estabelecemos as diretrizes básicas e a linha de atuação da equipe escolar, registradas em nossa proposta pedagógica (PPP). Esse importante documento formaliza um compromisso assumido por professores, especialistas, gestor, funcionários e Colegiado Escolar em torno de um mesmo projeto educacional, tendo em vista o papel da escola no contexto em que se situa e dos valores éticos que devem nortear seus programas.

Dessa forma, a escola desenvolve o seu trabalho fundamentado na educação como elemento essencial para a formação integral do educando, por isso constitui-se como espaço plural e democrático de construção e difusão do conhecimento, da vivência afetiva e sociocultural de todos os atores envolvidos. Os educadores são os mediadores das habilidades que o educando necessita desenvolver para a aquisição de competências imprescindíveis à sua formação pessoal e profissional.

Como a escola atende alunos da Educação Básica - Ensino Fundamental, Ensino Médio, faz-se necessário, a cada ano, analisar os resultados de proficiência dos discentes, por isso são realizados debates, discussões e coleta de dados para diagnosticar os pontos fortes e aqueles que ainda precisam de melhoria. Participam desses momentos de estudos, todos que compõem a Comunidade Escolar.

E, nesse sentido, são pontos considerados fortes da Escola: avanço no desempenho dos alunos, porém é necessário intensificar as intervenções; os plantões pedagógicos que tornam pais e responsáveis cientes do desenvolvimento dos alunos e grandes parceiros na realização das intervenções necessárias; Colegiado Escolar bem estruturado e atuante; planejamento de projetos e atividades interdisciplinares, gestão democrática e participativa; parceria com a

comunidade; normas disciplinares que tornam o ambiente escolar mais harmonioso; corpo docente em constante formação profissional; parceria com as Universidades e instituições de ensino locais; relações interpessoais pautadas pelo respeito mútuo.

Pontos de melhoria detectados: atrair o interesse dos adolescentes pelos estudos, principalmente, quanto ao uso inadequado do aparelho celular em sala de aula; intenso acompanhamento dos planejamentos dos professores; reuniões de Módulo II por área para maior foco no pedagógico; intervenções mais rígidas quanto à infrequência escolar; elaboração de avaliações mais contextualizadas, de acordo com o planejamento bimestral, semestral e anual; levantamento das dificuldades por turma; busca de estratégias em conjunto; utilização de metodologias e recursos multimodais e tecnologias midiáticas; intensificar o trabalho com leitura e produção de textos; avaliação processual e contínua para a retomada de habilidades não consolidadas; atualização constante sobre o ENEM, laboratório de informática com acesso à internet e quantidade adequada de computadores para atender todos os alunos de uma mesma turma no mesmo horário de aula; construção de um laboratório para as aulas práticas de ciências, biologia e química.

Nesse sentido, os educadores, ao idealizarem os projetos, objetivam colocar em prática os conhecimentos trabalhados para que os alunos desenvolvam habilidades e competências que permitam ir além do “aprender a conhecer”, mas possibilitem que aprendam a utilizar os conhecimentos construídos a partir de novas experiências que os estimulem a “aprender a fazer”, “aprender a ser” e a “aprender a conviver” bem no meio em que vivem.

Marco filosófico

A Escola Estadual “Professora Corina de Oliveira” busca construir uma sociedade crítica que conheça e reconheça os direitos e deveres humanos, condizentes com a justiça, a ética, a democracia, a estética e a política.

“Liberdade com responsabilidade” é o slogan que acompanha a escola desde a sua fundação, tendo em vista o modelo de escola projetado na época.

Por meio do trabalho desenvolvido em todas as disciplinas, a reflexão sobre a filosofia da escola procurará fazer aflorar em cada um a importância do senso do dever e da responsabilidade de todos no uso da liberdade para bem viver em sociedade.

Uma sociedade formada por sujeitos que busquem as verdades referentes a cada aprendizado, respeito à dignidade do ser humano e compromisso com a promoção do bem de todos, na tentativa de eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Desta forma, a equipe docente incentiva os alunos com a realização de projetos pedagógicos e sociais que despertem o interesse pela construção de um futuro de melhores expectativas com a participação consciente e efetiva no meio em que vivem.

Marco cooperativo

É desejo de toda a equipe institucional que o planejamento seja interdisciplinar, com conteúdos organizados de acordo com o interesse e a necessidade dos alunos; metodologias diferenciadas que despertem a curiosidade e o desejo pelo aprender; um processo de avaliação que seja positivo valorizando sempre o que o aluno aprendeu e não o que falta aprender; e a disciplina, o respeito e a empatia recíproca são de fundamental importância para contribuir com um clima organizacional, tornando o ambiente mais agradável e acolhedor.

Acreditamos que uma relação mais afetiva entre professor e aluno é o ideal, pois o processo de aprendizagem se dá a partir da confiança, da credibilidade e do respeito mútuos.

Levando em consideração que a escola atende alunos com a idade para prestar vestibular e ENEM, é importante que o planejamento tenha atividades do tipo das que são cobradas nesses exames para que os alunos já se familiarizem com os enunciados e a contextualização. Nesse sentido, o aluno precisa ser incentivado, fazendo visitas às Universidades, Faculdades, Centros de Estudos Avançados, para aguçar o desejo de prosseguir seus estudos.

Por isso também, professores e alunos devem participar de cursos, seminários e eventos científicos promovidos pelas Universidades, apresentando práticas pedagógicas inovadoras e que comprovem a real aprendizagem dos alunos.

Para tanto, é imprescindível que nas reuniões pedagógicas semanais haja espaço para os professores socializarem conteúdos, curiosidades e dúvidas específicas, trocar ideias com seus pares, elaborar avaliações, discutir metodologias, etc.

O currículo precisa atender a comunidade e os seus anseios, partindo sempre, “...da leitura do mundo, para a leitura da palavra.” como já dizia o saudoso Paulo Freire.

Nossos alunos e professores desenvolvem dentro da escola e extramuros projetos que visam ampliar os horizontes da aprendizagem curricular, são alguns deles: Mostra de Saberes; Mostra de Saberes Júnior, Rádio Corina; Feira de Ciências; Projeto “Curtas”– Protagonismo Juvenil ; Semana Pedagógica; Escola Consciente e a Cultura Negra; Parlamento Jovem; Projetos Solidários.

A orientação vocacional acontece com a Feira de Profissões e testes realizados pelos estagiários do curso de Psicologia. Também, é importante mencionar, o relacionamento com os meios de comunicação social, haja vista tudo o que acontece na escola ser transmitido pelos jornais, rádios, tv local e redes sociais, o que dá muita visibilidade para a escola na sociedade e resulta em reconhecimento e credibilidade.

Além disso, é fundamental que a escola se organize melhor em seus tempos e espaços, garantindo o desenvolvimento integral dos estudantes. Para alcançar esse objetivo, é necessário trabalhar com a comunidade escolar, conscientizando-a de que as competências e habilidades serão os pilares que sustentarão a construção do conhecimento, a inter-relação entre as diversas áreas do saber, impactando positivamente na socialização da aprendizagem construída como intervenção e transformação da sociedade.

O clima organizacional da escola reflete no processo de ensino como um todo, uma vez que todos os setores desenvolvem suas funções com competência, presteza, agilidade, dedicação, compromisso e muito respeito com o ensino que a instituição oferece aos discentes.

A equipe gestora e pedagógica preza pela participação democrática de toda a comunidade, por isso é transparente em suas ações, mantém um canal de comunicação aberto com os pais, alunos e funcionários, valorizando as sugestões para a melhoria do ensino.

3. DIAGNÓSTICO

Eixo 1: Relação da escola com a comunidade

Sujeitos da aprendizagem, contexto socioeconômico e territórios escolares

Para identificar e compreender a relação da escola com a comunidade, é necessário ter clareza dos principais fatores que caracterizam tanto a escola quanto os estudantes que são atendidos por ela. Conhecer os sujeitos com seus anseios, dificuldades e potencialidades contribui para o estabelecimento da confiança e respeito entre os membros da escola, fortalecendo o ensino.

Além disso, é importante ter ciência da condição socioeconômica das famílias, pois este é um dado que reflete no contexto de vulnerabilidade ou seguridade que influencia na restrição ou ampliação das oportunidades de vida para os estudantes.

Índice Socioeconômico (ISE) da escola

O Índice Socioeconômico da escola é calculado a partir dos questionários das avaliações do SIMAVE. A comunidade escolar acredita que o Índice Socioeconômico seja mediano, pois os alunos, na maioria, residem com suas famílias e são bem assistidos e acompanhados pelas mesmas, o que reflete positivamente no processo ensino aprendizagem.

Território Escolar

Atualmente, residem no território em que a escola está localizada um percentual aproximado de 25% dos estudantes matriculados.

Para compreender as oportunidades de acesso dos estudantes aos bens culturais e sociais, é importante levar em conta o que constitui o território escolar:

- Uma Biblioteca, localizada no interior da escola, de fácil acesso à comunidade e em boas condições de uso, frequentada semanalmente pelos alunos.
- Vários Espaços Públicos, como praças com academias ao livre e parques para lazer das crianças, quadras, ciclovia, com boas condições de uso.
- O único espaço público para acesso à internet é o Laboratório de Informática dentro da escola, no entanto as condições de uso são consideradas incompatíveis por número de alunos por turma e, portanto, é pouco utilizado.
- Espaços públicos para acesso a atividades culturais: Praças em que ocorrem shows, apresentações musicais e teatrais, feiras gastronômicas, de obras de arte e artesanato regionais.
- Unidades Básicas de Saúde (UBS), Corpo de Bombeiros, Base Comunitária da Polícia Militar, AISP (Área Integrada de Segurança Pública) e 67º Batalhão de Polícia Militar, com atendimento quando solicitado.
- Campus Universitários que permitem o acesso dos alunos e professores a palestras, cursos, feiras, oficinas e projetos educacionais.

Sujeitos da aprendizagem

Após levantamento de informações, por meio de questionário aplicado aos estudantes, foi possível constatar que 23% deles exercem atividades remuneradas.

Esses alunos, na maioria, se sentem valorizados em seus diferentes potenciais e ao perceberem, diariamente, a preocupação da equipe pedagógica com a qualidade do ensino, por meio do incentivo aos estudos e à participação em projetos educacionais, que a aprendizagem se torna mais significativa para eles.

Ainda, salientaram que se sentem acolhidos pela escola nas seguintes situações: quando suas opiniões são acatadas, quando se ausentam e a escola demonstra preocupação,

quando obtêm respostas dos professores para solucionar suas dificuldades e quando recebem apoio da comunidade escolar nas atividades que desenvolvem.

Foi muito gratificante ver que nossos discentes se reconhecerem como protagonistas das ações educativas, por meio do diálogo, da construção coletiva da aprendizagem, da visibilidade positiva da instituição em eventos extramuros e na relação de parceria com seus professores, os maiores incentivadores que apoiam e prestigiam tudo o que realizam.

Grande parte considera a escola um local interessante (43%), ou muito interessante (30%). Por outro lado, uma minoria considera a escola pouco interessante (18%) ou desinteressante(8%).

Em relação às expectativas de futuro, aproximadamente 86% dos estudantes disseram valer a pena estudar na EEPCO e, ainda, um percentual de 85% tem a certeza de que concluirão a Educação Básica, 90% acreditam que frequentarão uma instituição de ensino superior e 55% anseiam ingressar no mercado de trabalho.

Portanto, nossos educandos são sujeitos de aprendizagem, conscientes do caminho que devem percorrer para alcançar seus objetivos futuros. São muito críticos e seguros ao expressarem os seus pontos de vista, as suas crenças, anseios e, principalmente, ao reconhecerem a escola como parceira e incentivadora, responsável por fazê-los capazes de conquistar a sua projeção futura.

Relações interinstitucionais: família, comunidade e sociedade

É por meio do entendimento da relação dos sujeitos da comunidade escolar em seus diferentes territórios que se compreende a realidade sócio espacial da escola.

Além disso, e, partindo da perspectiva da intersetorialidade, pensar o território nos permite identificar suas potencialidades e incluí-lo como espaços educativos, de modo que a escola compartilhe o processo educacional com os demais grupos e instituições.

Nesse processo, o significado e a singularidade de cada território e seu contexto nos leva a compreensão de que a comunidade tem papel fundamental na construção dos saberes e no fortalecimento dos currículos e das instituições.

As redes locais são importantes para que a escola não fique sobrecarregada diante das demandas que possam levá-la ao deslocamento de seus objetivos primordiais. Assim, é indispensável a criação de estratégias, mecanismos de intervenção e articulação junto à rede de apoio local.

Nesse sentido, deve-se buscar a realização de um trabalho preventivo, coletivo e coeso para o pleno desenvolvimento dos estudantes, e não meramente institucionalizando uma relação nos momentos de conflito.

Dentre as relações que devem ser estabelecidas pela gestão escolar com atores “externos” à escola, a família dos estudantes é a instância fundamental. A escola, nesse caso, precisa estar sempre atenta para se aproximar das famílias de forma positiva, fazendo dessa relação uma parceria bem estruturada que refletirá na construção de um ambiente propício a uma educação verdadeiramente de qualidade.

Participação da Família

É do conhecimento de todos que a participação das famílias na vida escolar afeta diretamente a aprendizagem dos estudantes. Em nossa escola, percebemos uma presença significativa dos responsáveis na vida escolar de seus filhos, quando comparamos a outras realidades de escolas públicas.

Podemos dizer que temos uma frequência diária de responsáveis, que procuram a escola para resolver conflitos e esclarecimentos pertinentes ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos filhos.

Essa presença tão importante, também acontece mensalmente nas reuniões coletivas ou assembleias, em comemorações escolares e culminância de projetos bimestrais.

Por outro lado, os estudantes percebem que suas famílias deixam a desejar no acompanhamento das atividades de seus estudos, 60% dos estudantes afirmam que a família

não acompanha a sua vida escolar, 20% acredita que acompanha parcialmente e 20% confirmam que a família acompanha totalmente as suas atividades escolares.

Já os próprios responsáveis acreditam que a participação da família em atividades realizadas pela escola atinge 40 % de participação total, 30 % participam parcialmente e 30 % não participam.

Para a escola, as famílias mais participativas no acompanhamento do desenvolvimento dos filhos são aquelas cujos alunos não apresentam problemas nem de aproveitamento e nem de disciplina. Aquelas famílias que verdadeiramente necessitam participar e contribuir para a resolução de problemas que afetam a vida escolar de seus filhos, não demonstram interesse e delegam à escola toda a responsabilidade em resolvê-los.

Participação da Comunidade

A nossa comunidade escolar tem uma representação muito significativa quando os alunos estão no Ensino Fundamental. No entanto, quando os alunos vão para o Ensino Médio, os pais deixam de comparecer com tanta frequência, talvez porque acreditem que os filhos já sejam adultos.

A comunidade é decisiva na aprendizagem do estudante. Quando ela é atuante, faz a diferença no alcance dos objetivos de ensino-aprendizagem. Se todos os segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) se comprometerem em realizar um trabalho coletivo na tomada de decisões dos assuntos pertinentes à escola, principalmente, aqueles ligados à parte pedagógica, então a proficiência atingirá as metas desejáveis e os alunos obterão maior sucesso em seus estudos.

Rede local de grupos e instituições sociais

A EEPCO mantém uma rede local de boas relações educacionais com vários grupos e instituições sociais de nossa cidade. Entre eles, podemos citar:

Na área da educação:

- **SRE** – 39ª Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.
- **Secretaria Municipal de Educação** – CEMEIs, Casa do Educador, Biblioteca Municipal; Escolas particulares, Municipais e Estaduais.
- **Faculdades e Universidades** - UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UNIUBE – Universidade de Uberaba , UNIPAC – Faculdade Presidente Antônio Carlos, CESUBE – Centro de Ensino Superior de Uberaba
- **Institutos** – IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro, ICBC – Instituto dos Cegos, CEOPE - Centro de Educação e Pesquisa em Educação Especial.
- **Segurança** – PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, Guarda Municipal, Polícia Militar Minas Gerais, Corpo de Bombeiros.
- **Proteção e Acompanhamento** – Conselho Tutelar, Juizado e Vara da Infância e Juventude.
- **Saúde** – Zoonoses, USBs – Unidades Básicas de Saúde, Estagiários de Odontologia, Psicologia e Nutrição, Hemominas, Hemocentro.
- **Esporte** – FUNEL – Fundação Municipal de Esporte e Lazer.
- **Cultura** – Teatro Vera Cruz, Fundação da Cultura.

Dentro de cada campo de atuação, a escola mantém relações de parcerias com essas instituições e grupos locais, participando de projetos, concursos, estágios, oficinas, palestras, jogos, campeonatos, excursões, campanhas, eventos e atividades culturais, feiras, mostras, festivais, entre outros.

Ações desenvolvidas nos últimos três anos:

Algumas das ações importantes desenvolvidas pela escola em parceria com as instituições dessa rede local, nos últimos anos foram:

- Semana de Profissões e Semana Pedagógica
- Mostra de Saberes e Mostra de Saberes Júnior
- Rádio Corina
- Cursos de Formação Docente
- Simpósio de Educação Inclusiva
- Cinema no Campus: a arte que inspira a profissão docente
- Concursos: Hemocentro e Hemominas, entre outros
- Projeto de Valorização da Cultura Negra – Escola Consciente e a Cultura Negra
- PROERD, cursos, palestras e oficinas.

Impacto das ações da qualidade educacional:

Todos os trabalhos realizados com as parcerias das instituições e dos grupos locais agregaram ricas e diversificadas experiências, ampliação de conhecimentos de mundo e científicos, apreciação e valores de diferentes culturas, aprendizado para a vida de todos os envolvidos, principalmente, resultando na construção de conhecimentos globais de nossos alunos, o que os tornarão mais aptos e capacitados para seguir em frente.

Eixo 2: Direito à aprendizagem

Análise de desempenho, rendimento (fluxo) e frequência dos estudantes

As avaliações externas (PROEB) fornecem à equipe escolar informações fundamentais para o estabelecimento e/ou priorização de políticas e práticas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação pública e a promoção da equidade.

Dentre as contribuições para a melhoria do ensino, destacamos várias possibilidades como: orientar a formulação de políticas voltadas para a qualidade da educação pública; produzir informações sobre o desempenho escolar dos estudantes mineiros, mostrando as habilidades desenvolvidas e as não conquistadas ainda; permitir às escolas analisar seu desempenho, possibilitando o planejamento de ações pedagógicas que visem à melhoria tanto do sujeito que participa do processo, quanto da unidade de ensino.

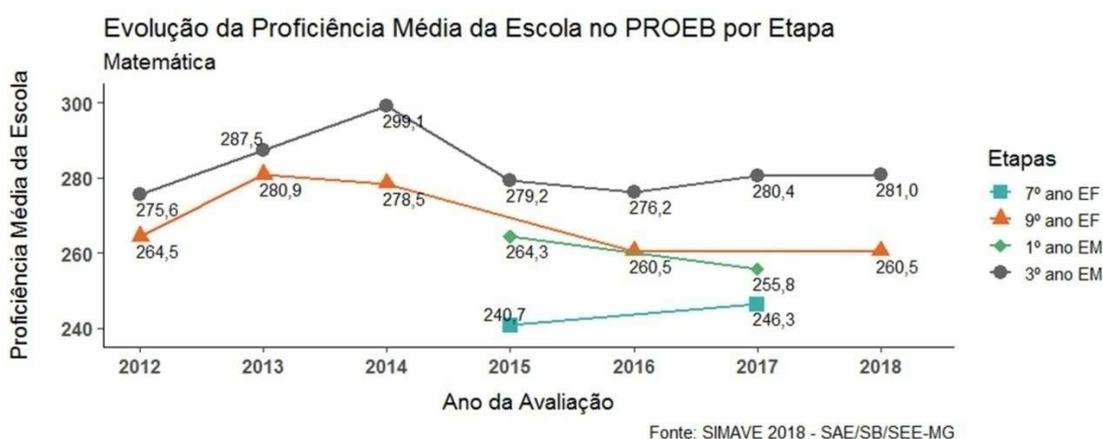
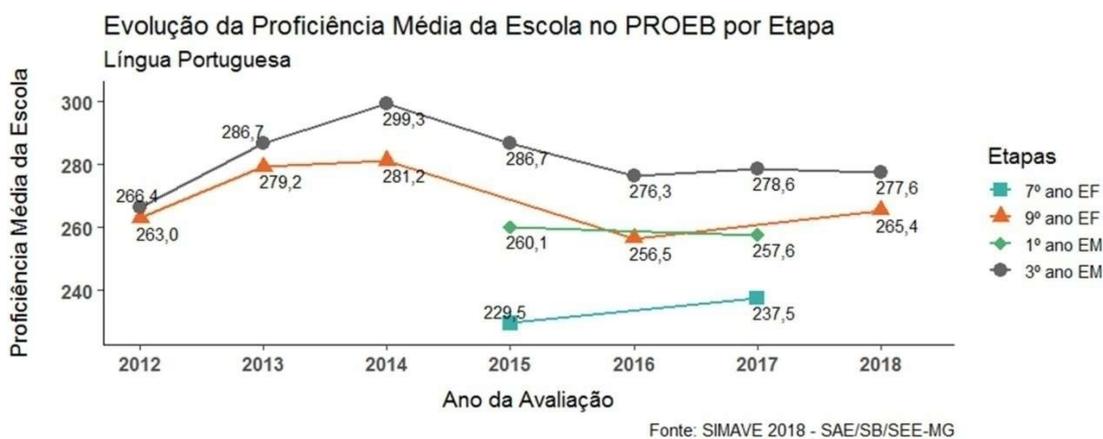
O rendimento escolar (fluxo), por sua vez, posiciona-se como o indicativo final do processo de aprendizado do estudante ao término do ano letivo, fornecendo uma quantificação objetiva do seu desempenho e da sua frequência.

Como resultados de rendimento escolar, compreende-se a aprovação, quando o estudante alcança os critérios mínimos de frequência e nota para a conclusão da etapa de ensino em que estava matriculado; a reprovação, quando o estudante não alcança o que dele era esperado durante o período letivo; o abandono, que é a ausência de rendimento do estudante que deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo, sem formalizar sua transferência para outra instituição.

É papel dos envolvidos no ensino acompanhar, ao longo do ano, o aprendizado dos estudantes por meio dos instrumentos de avaliação, intervindo para garantir o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à etapa cursada.

Análise da proficiência/desempenho nas avaliações externas do SIMAVE (PROEB e/ouPROALFA)

Para analisar a proficiência de nossos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nas avaliações externas do SIMAVE, foram levados em conta os dados apresentados nos gráficos:



Ao analisar os gráficos, constatamos que a proficiência média de Matemática dos 9º anos/E.F teve uma queda de 2013 (280,9%) para 2014 (278,5%), essa queda intensificou de 2014(278,5%) para 2016 (260,5%) e de 2016 para 2018, a proficiência se manteve.

Ainda nos 9º anos, mas na disciplina Língua Portuguesa a proficiência de 2013 (279,2%) para 2014(281,2%) aumentou, a queda foi ainda mais considerável de 2014(281,2%) para 2016 (256,5%), já de 2016(256,5%) para 2018(265,4%) houve um aumento da proficiência.

Portanto, a Matemática dos 9º anos, mesmo mantendo os índices nos dois últimos anos, apresentou uma queda de 20,4% nos quatro anos analisados. Em Língua Portuguesa, nos 9º anos, a proficiência média oscilou entre aumento/queda e aumento, mantendo indicadores de queda menores que em Matemática(15,8%).

No Ensino Médio, os índices de proficiência da Matemática caíram de 2015 (279,2%) para 2016 (276,2%), os índices aumentaram de 2016 (276,2%) para 2017 (280,4%) e, ainda que seja pequeno o aumento ele continuou acontecendo de 2017(280,4%) para 2018 (281%).

Também no Ensino Médio, na disciplina de Língua Portuguesa, houve uma queda de 2015 (286,7%) para 2016 (276,3%), seguido de um aumento desse percentual de 2016 (276,3%) para 2017 (278,6%) manteve a queda de 2017 (278,6%) para 2018 (277,6%).

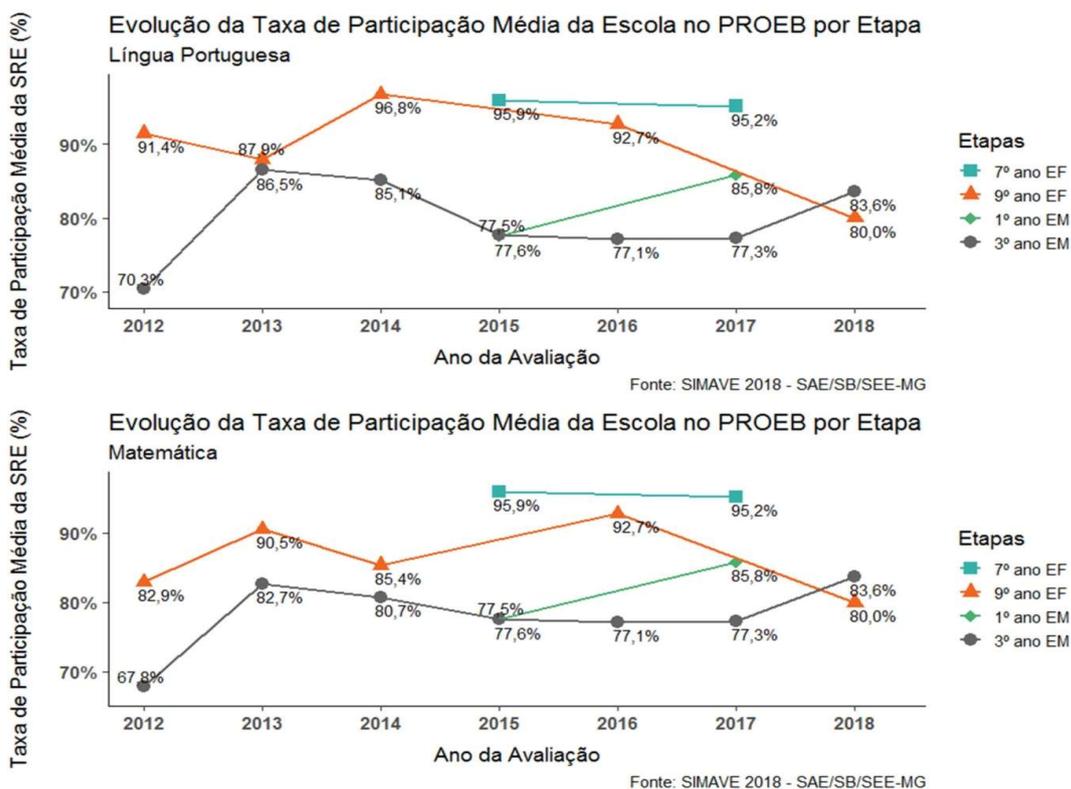
Então a Matemática caiu no primeiro ano analisado, manteve o aumento nos demais anos, finalizando com um percentual de 3,2% de aumento. Com a Língua Portuguesa houve oscilação entre queda e aumento, mas finalizou com queda da proficiência em 9,1%.

A queda da proficiência pode ter como causas prováveis, nos 9º anos, desinteresse dos alunos, a faixa etária (adolescência), comportamento imaturo, dificuldade de concentração, falta de atenção, pois dispersam com facilidade.

Nos 3º anos, os alunos apresentam-se mais focados já que procuram se preparar para o ENEM e vestibulares, conseguindo se concentrar com mais facilidade, o que demonstra, em certo ponto, o aumento da proficiência.

Análise da participação nas avaliações externas do SIMAVE (PROEB e/ouPROALFA)

Para proceder à análise da participação da nossa escola nas avaliações externas, é necessário tomar como base os dados apresentados nos gráficos a seguir:



A partir dos números estatísticos registrados nos gráficos, confirmamos que a participação de alunos dos 3º anos aumentou em 6,3% de 2017 para 2018. Mesmo com acréscimo na participação desses alunos, os índices de proficiência de 2017 a 2018 em Matemática cresceram menos de 1% (280,4% - 281,0%), enquanto em Língua Portuguesa caíram 1% (278,0% - 277,6%).

Como os alunos de 9º anos não foram avaliados em 2017, temos apenas o registro da participação de 80% em 2018. Os 9º anos mantiveram os índices de proficiência em Matemática (260,5%) e aumentaram (8,9%) em Língua Portuguesa, quando comparamos os resultados de 2016 e 2018.

As possíveis causas da variação, manutenção e aumento da taxa de participação ao longo do tempo, acreditamos, estejam ligadas ao incentivo, esclarecimento de dúvidas e conscientização do trabalho diário dos professores com os alunos.

Análise da distribuição de estudantes por padrão de desempenho nas avaliações externas do SIMAVE (PROEB e/ou PROALFA)

Para analisar a distribuição de estudantes por padrão de desempenho nas avaliações externas do SIMAVE, precisamos partir dos dados apresentados nos gráficos a seguir:

Resultados do 9º ano do Ensino Fundamental

Matemática

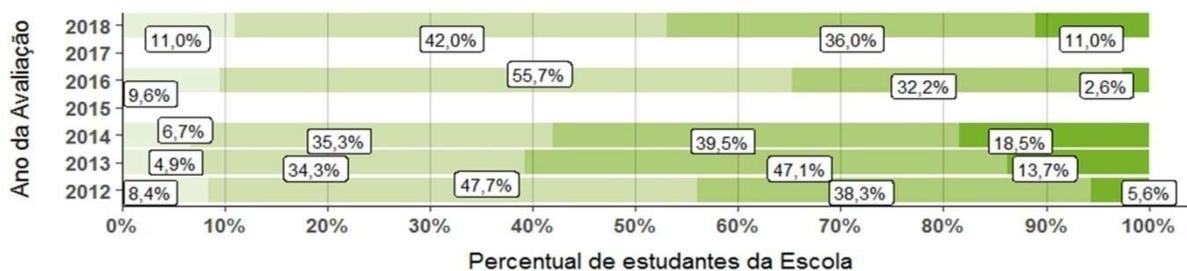
Língua Portuguesa

Evolução da Distribuição de Estudantes por Padrão de Desempenho
PROEB 2018 - Matemática - 9º ano EF

Padrões de Desempenho: Baixo Intermediário Recomendado Avançado

Evolução da Distribuição de Estudantes por Padrão de Desempenho
PROEB 2018 - Língua Portuguesa - 9º ano EF

Padrões de Desempenho: Baixo Intermediário Recomendado Avançado



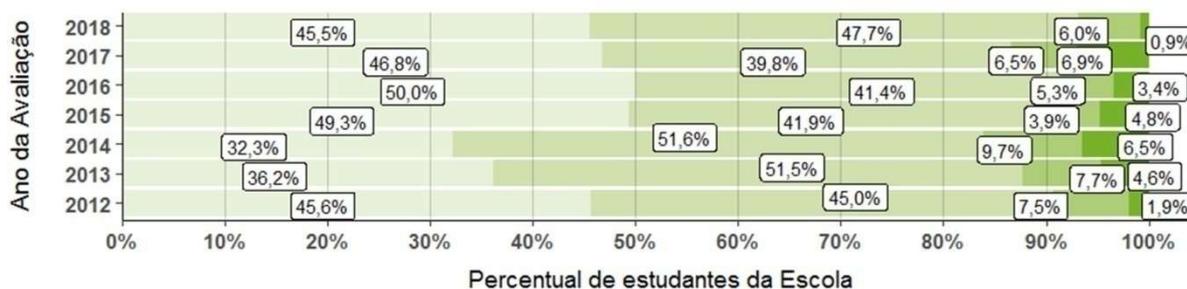
Fonte: SIMAVE 2018 - SAE/SB/SEE-MG

Resultados do 3º ano do Ensino Médio

Matemática

Evolução da Distribuição de Estudantes por Padrão de Desempenho
PROEB 2018 - Matemática - 3º ano EM

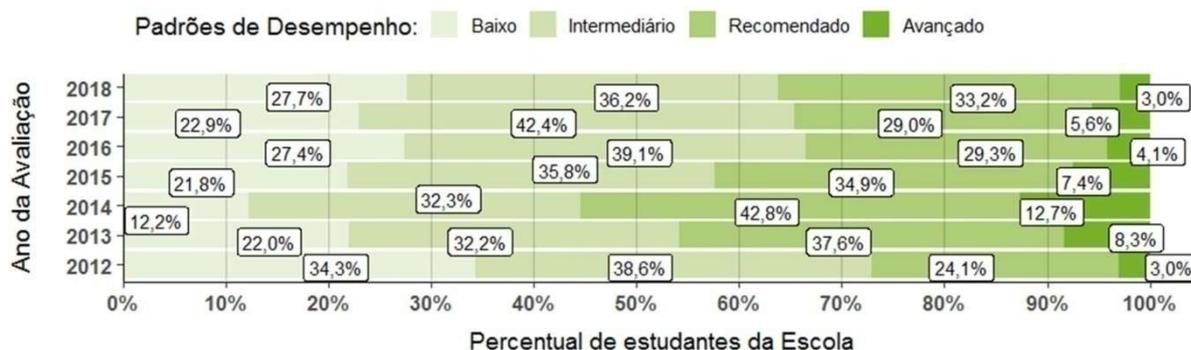
Padrões de Desempenho: Baixo Intermediário Recomendado Avançado



Fonte: SIMAVE 2018 - SAE/SB/SEE-MG

Língua Portuguesa

Evolução da Distribuição de Estudantes por Padrão de Desempenho PROEB 2018 - Língua Portuguesa - 3º ano EM



O padrão de desempenho em todos os gráficos mostra que houve aumento do percentual de estudantes com nível abaixo do recomendado, principalmente, em Matemática nos 9º anos.

Apesar de apresentar um pequeno avanço, 45,5% dos alunos dos 3º anos ficaram abaixo do recomendado em Matemática e 47,7% ficaram no nível intermediário.

Nos 9º anos, tanto em Matemática, como em Língua Portuguesa, de 2013 a 2016 houve aumento gradativo do percentual.

De 2016 a 2018, nas duas disciplinas houve queda desses índices.

No decorrer de quatro avaliações, no Nível Intermediário, em Matemática houve a diminuição do índice em 5% e em Língua Portuguesa aumentou o índice em 8,3%.

Nos 3º anos, em Matemática de 2015 a 2017, a porcentagem do Nível Intermediário caiu; e, de 2017 a 2018 aumentou, mantendo em 5,8% o percentual da primeira (2015) para a última (2017) avaliação.

Em Língua Portuguesa de 2015 a 2017 houve aumento no percentual do Nível Intermediário. De 2017 para 2018 houve uma queda desse percentual, mantendo da primeira a última avaliação um aumento de apenas 0,40%.

A variação ou manutenção do percentual de estudantes nos padrões de desempenho abaixo do recomendado influenciam a equidade da aprendizagem. Para a escola, ao analisarmos que, aproximadamente metade dos alunos se mantém abaixo do recomendado, seja em

Matemática ou em Língua Portuguesa, a equidade na relação ensino-aprendizagem torna-se comprometida.

Foram apontadas como possíveis causas da variação ou manutenção do percentual de estudantes no Nível Abaixo do Recomendado: o desinteresse dos alunos devido à faixa etária, o uso abusivo do celular em sala de aula, a falta de limites quanto à exploração e disseminação das informações veiculadas nas redes sociais, a falta de acompanhamento da família, além das facilidades do sistema de ensino (recuperação paralela, recuperação bimestral, estudos independentes e progressão parcial) que colaboram para que o aluno não leve os estudos a sério.

Com relação à média do município, da Superintendência Regional de Ensino e do Estado, o percentual de estudantes da escola com Nível Abaixo do Recomendado em Língua Portuguesa e Matemática, tanto nos 9º anos quanto nos 3º anos apresentaram percentuais mais baixos que os níveis da SRE e do Município, na categoria Baixo Rendimento.

Já na categoria de alunos no Nível Intermediário em Matemática, os 9º e os 3º anos da nossa escola apresentaram percentuais acima dos percentuais da SRE e do Estado no ano de 2016. Em 2018, a Matemática tanto dos 9º quanto dos 3º anos manteve o percentual mais elevado que a Superintendência e o Estado. Nesse mesmo ano, os percentuais do Nível Intermediário de Língua Portuguesa da escola ficaram abaixo dos percentuais da Superintendência e do Estado.

Para que a escola compartilhe e conheça boas práticas que possam impactar na aprendizagem dos estudantes, é necessário que se articule com as demais escolas da região, mantendo o apoio da Superintendência Regional de Ensino. Essa articulação pode ser feita por meio de projetos e intervenções pedagógicas, procurando trabalhar as dificuldades identificadas nas avaliações com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos.

Análise da consolidação de habilidades e competências cognitivas

Analisando as habilidades e competências consolidadas por nossos estudantes, observamos que os descritores com maiores percentuais de acerto foram:

Em Matemática:

* 9º ano/E.F: corresponder listas e/ou tabelas simples e gráficos; corresponder triângulos semelhantes entre si.

* 3º ano/E.M: utilizar dados apresentados em tabelas ou gráficos na resolução de problemas; identificar as questões com aspectos mais visuais.

A maior facilidade dos alunos em resolver atividades com esses descritores relaciona-se ao fato de essas questões explorarem aspectos mais visuais, o que não demanda tantos cálculos.

Em Língua Portuguesa:

* 9º ano/E.F: interpretar o texto que articula linguagem verbal e não verbal; reconhecer diferentes formas de abordar uma informação ao comparar os textos que tratam do mesmo tema.

* 3º ano/E.M: inferir o sentido de uma palavra ou expressão em um texto; identificar a função de textos de diferentes gêneros.

O maior percentual de acerto quanto a essas habilidades e competências se justificam, uma vez que a linguagem usada desde a alfabetização traz uma sequência da construção do conhecimento por meio dos descritores trabalhados durante a vida escolar do estudante.

Os descritores ainda não consolidados pelos alunos:

Em Matemática:

* 9º ano/E.F: utilizar sistema de equações polinomiais de 1º grau com duas incógnitas na resolução de problemas; utilizar equação polinomial de 2º grau na resolução de problemas.

* 3º ano/E.M: corresponder um polinômio fatorado por meio de polinômios de 1º grau às suas raízes; corresponder uma função trigonométrica a seu gráfico.

As dificuldades apresentadas pelos estudantes se referem à interpretação, bem como formulação das equações baseadas em situações problema.

Em Língua Portuguesa:

* 9º ano/E.F: reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão; reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos estilísticos.

* 3º ano/E.M: reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos ortográficos e morfosintáticos; distinguir um fato de uma opinião em um texto.

Essas dificuldades se justificam pela falta de leitura e de conhecimento de mundo, ausência de vocabulário, aversão a textos longos e facilidade de acesso a informações prontas.

Frequência e rendimento

A nossa escola não apresenta problemas sérios quanto à frequência diária dos alunos e pelos dados analisados confirmamos isso, pois 97,89% do total de alunos é frequente, sendo a infrequência de 2,11%.

Essa análise tomou como parâmetro 75% da totalidade, ou seja, distribuiu os alunos em maior ou igual a 75% (frequentes) e menor em 75% (infrequentes).

A infrequência é notoriamente motivo de fracasso escolar, uma vez que o aluno infrequente fica desmotivado a aprender e, quando presente, não consegue acompanhar as explicações do professor.

Distorção Idade/série

Analisando a evolução da distorção idade/série em nossa escola, observamos uma queda dessa distorção dos alunos do Ensino Fundamental - anos finais, assim como no Ensino Médio ocorreu a mesma queda mantendo os índices em 32% quanto à distorção idade-série dos alunos.

As ações desenvolvidas pela escola para reduzir a taxa de distorção idade/série são trabalhos e avaliações orientados, de acordo com a necessidade dos alunos em situação de inclusão pedagógica.

Já as ações para reduzir a taxa de reprovação são realizadas a partir da conscientização dos pais sobre a importância em acompanhar o rendimento escolar do filho, além das recuperações bimestrais, das intervenções pedagógicas individuais e/ou coletivas. O impacto dessas ações resultou na queda de reprovação até 2013. No entanto, voltando a aumentar nos próximos anos.

A infrequência dos estudantes pode influenciar no abandono escolar. Percebemos que a taxa de infrequência no Ensino Médio e no Magistério resultam em abandono, pois alunos infrequentes tendem a abandonar os estudos. O que não acontece no Ensino Fundamental, haja vista não termos alunos infrequentes.

Diversidade e inclusão na aprendizagem

Como o Projeto Político Pedagógico é um retrato da realidade escolar, as ações realizadas tem como objetivo respeitar a diversidade, procedendo a inclusão de todos os alunos matriculados, para garantirmos a qualidade do ensino ofertado.

Ao abordar a qualidade educacional é preciso levar em consideração a implementação de uma educação que busque formar cidadãos conscientes do ambiente que os cerca e das diferenças existentes entre os diversos sujeitos que compõem nossa sociedade.

Nessa perspectiva, é fundamental planejar e desenvolver ações para a promoção da cidadania e dos direitos humanos, valorizando as relações étnico-raciais e a educação ambiental.

A educação, assim, tem como objetivo desenvolver competências e habilidade necessárias à formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

Uma formação que seja integral deve contemplar o respeito a si e aos outros, a compreensão da realidade constitutiva brasileira e das questões étnico-raciais que a permeiam, o desenvolvimento da empatia por meio do conhecimento, a atenção e o cuidado com o meio ambiente.

Portanto, ações desses âmbitos devem compor o currículo escolar, promovendo o desenvolvimento e o conhecimento aprofundado dos estudantes, o que só será possível com a realização de ações efetivas na escola.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que é voltado ao aluno com algum tipo de necessidade especial. Esse serviço identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, visando eliminar as barreiras para a plena participação do aluno, considerando suas necessidades específicas.

Esse serviço deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se das atividades realizadas na sala de aula comum, porém, tais atividades não substituem a escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia dentro e fora da escola.

Sendo assim, as abordagens que a escola utiliza com o estudante que apresenta deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, é compreendê-los como sujeitos dotados de direitos e desejos, por isso a equipe docente sinaliza a equipe pedagógica os estudantes que apresentam esses quadros, assim como seus entraves e dificuldades no processo ensino aprendizagem.

Posteriormente a escola solicita a presença dos pais e/ou responsáveis expondo a necessidade de uma avaliação multiprofissional (neurologista, psicopedagogo, terapeuta, psicólogo, entre outros) do aluno. Após o parecer do médico, por meio do laudo, a equipe escolar buscará meios de oferecer um processo de aprendizagem e avaliação de acordo com as necessidades educacionais desses alunos.

Para melhorar o tipo de atendimento, a escola tem solicitado apoio da equipe do Serviço de Apoio à inclusão (SAI) da Superintendência Regional de Ensino (SRE) e da equipe multidisciplinar das escolas especializadas do município, no entanto, até o momento não houve demanda para solicitação desse tipo de apoio.

As barreiras à aprendizagem dos estudantes do AEE na escola dependem de fatores internos, como: pequenas adaptações físicas nas salas de aula, adaptações na metodologia de ensino, enfim todas as ações possíveis que a tem desenvolvido para reduzir essas barreiras.

A quantidade de alunos por sala dificulta o atendimento diferenciado e as adaptações na metodologia de ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais, pois depende de espaço físico para o atendimento na sala de recursos com uma equipe multiprofissional (psicopedagogo, terapeuta, psicólogo).

A escola com o objetivo de reduzir essas barreiras, para casos de alunos com baixa visão amplia o material de estudos, e para os alunos com transtornos, procura dentro das possibilidades atendê-los de forma diferenciada, organizando a sala de maneira que fiquem próximos aos professores e sejam avaliados de acordo com suas possibilidades de compreensão e aprendizagem.

A rede estadual de ensino de Minas Gerais conta com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), um instrumento de extrema importância para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O PDI é atualizado anualmente.

Para manter esse plano como norte para suas ações pedagógicas, os atores responsáveis pela formação desses estudantes na escola, analisam o PDI e é por meio dele que a equipe docente consegue subsídios para planejar ações pedagógicas.

Plano de Atendimento Educacional Especializado é o planejamento das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas no turno contrário ao da escolarização do aluno. A elaboração desse plano deve envolver o professor de apoio, professores das disciplinas, equipe pedagógica, profissionais externos à escola que acompanham o desenvolvimento do aluno, além dos familiares. É um documento importante para que a escola e a família acompanhem a trajetória percorrida pelo aluno.

Esse Plano consiste na descrição das características do desenvolvimento do aluno e proposta de atendimento: objetivos, plano de ação/atividades, período de duração, resultados esperados, resultados obtidos e observações complementares.

Desse modo, como nossa escola não apresenta aluno com deficiência matriculado, não existe a necessidade de um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), assim como também não possui sala de recursos.

Se futuramente a escola receber matrícula de estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, para uma boa qualidade do atendimento educacional especializado, será necessário que os professores regentes e o professor do AEE (Sala de Recursos e/ou Professor de Apoio) trabalhem sinergicamente. Por isso, esses profissionais têm que se articular para que o trabalho aconteça da melhor forma possível.

O professor regente terá que se relaciona com estes estudantes, procurando adaptar dentro das suas possibilidades, as atividades para esses alunos, como também terá uma visão diferenciada acerca do processo avaliativo.

Cidadania e direitos humanos

Os direitos humanos resultam de conquistas históricas promovidas pelas lutas sociais e políticas, na busca da convivência social harmônica, com respeito às diferenças e com a garantia da dignidade humana.

Contemporaneamente, são compreendidos como direitos universais, aqueles indivisíveis, interdependentes e imprescritíveis, estabelecidos em diversos tratados internacionais, presentes na Constituição Federal, na legislação brasileira e no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Dessa forma, a escola oportuniza o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovem a dignidade humana e igualdade de direitos, desenvolvendo projetos, cujo envolvimento torna os alunos protagonistas.

O reconhecimento e a valorização das diferenças e diversidades podem contribuir para a aprendizagem dos estudantes, uma vez que facilita o trabalho dos educadores abrindo portas para um aprendizado maior e melhor, derrubando barreiras desnecessárias, promovendo a interação de relacionamentos diversos e ricos, trilhando um caminho livre de barreiras. Nesse sentido os estudantes terão mais tempo para se concentrar no que é importante, benéfico e construtivo para suas vidas.

Já as noções de cidadania são trabalhadas com a escolha e definição dos alunos representantes por sala, também na participação em conselhos de classe e reuniões do colegiado, bem como nos projetos e nas atividades escolares.

Essas ações podem contribuir para a aprendizagem dos estudantes, desde que eles se conscientizem de seus direitos e deveres, tornando-os cada vez mais livres, conscientes e comprometidos com a sua aprendizagem e a transformação da sociedade.

A escola também favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovem a noção de solidariedade, ética e respeito mútuo através dos projetos desenvolvidos: Rádio Corina, Curtas, Escola Consciente e a Cultura Negra. Esses projetos incentivam a busca pelo autoconhecimento e pela auto responsabilidade, despertando o interesse em participar coletivamente com os colegas.

No decorrer do processo ensino-aprendizagem, percebe-se o aumento do interesse dos alunos pelas disciplinas, uma maior dedicação aos estudos e, ainda, a garantia não apenas de experiências educacionais importantes, mas também o desenvolvimento na formação de seres humanos melhores para uma sociedade mais justa e igualitária.

Educação das relações Étnico-Raciais

A escola deve promover um ambiente democrático, cujas diversidades étnico- raciais sejam contempladas, desde a organização do currículo até ações efetivas contra as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias.

Nesse sentido, a escola procura desenvolver conteúdos relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira, enfatizando as contribuições históricas e contemporâneas de

personalidades negras para a formação político-social de nosso país. Tais atividades são realizadas na semana da Consciência Negra e com o Projeto Curtas que abordou o tema dos “130 anos de Abolição” e, também, a Mostra de Saberes, cujo tema foi “Diversidade”.

Da mesma forma, para desenvolver conteúdos relacionados à história e à cultura indígena são estudadas as contribuições históricas dos nativos para a formação do povo brasileiro, desde a descoberta do país até os dias atuais. *Durante as aulas de história, o professor trabalha a legalização das terras indígenas, que consta na Constituição Federal de 1988.*

Nas aulas de Sociologia, os professores também trabalham a formação da cultura brasileira. As atividades desenvolvidas contribuem para a aprendizagem dos estudantes, minimizando as desigualdades, estereótipos racistas, oportunizando um espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos, visando uma sociedade justa em busca da eliminação de quaisquer tipos de discriminações.

Educação Ambiental

A educação ambiental surgiu com o propósito de despertar a consciência da população global sobre os problemas ambientais, consequentes das atividades humanas. Da mesma forma, essa abordagem procura meios para ajudar a combatê-los, conservando as reservas naturais e não poluindo o meio ambiente.

Por isso, a escola desenvolve atividades que permitem aos estudantes a tomada de consciência de sua realidade global, das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, assim como o modo como elas repercutem na aprendizagem desses jovens.

Frente aos fatos que ocorrem no cotidiano, como as tragédias ambientais recentemente divulgadas pela mídia, provoca-se, na sala de aula, discussões sobre o tema ambiental com abordagem científica, neutra e interdisciplinar, visando à conscientização ambiental e à necessidade de intervir como agentes solucionadores de problemas e multiplicadores de ações que tem como finalidade do uso consciente do ambiente.

A educação ambiental também diz respeito ao reconhecimento dos saberes locais, que são identificados, reconhecidos e apropriados pela escola. Estabelecendo, assim, um diálogo

com os saberes das famílias e comunidades, promovendo a valorização da cultura e do conhecimento, a partir de um espaço de aprendizagem com estratégias que auxiliem os estudantes a construir sentido para o aprender a partir de vivências e práticas concretas.

A escola tem em vista a aprendizagem como um processo produtivo, por isso fomenta o empreendedorismo ambiental local por meio do Projeto Mostra de Saberes que focaliza sustentabilidade.

Para potencializar ações de preservação do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável com a comunidade, a escola desenvolve ações como o plantio de flores, criando espaços ornamentados com sucatas, ferro velho, cabaças, garrafas descartáveis e flores, para a composição de jardins nos pátios da escola.

Essas atividades foram realizadas com alunos dos anos finais do Ensino Fundamental no vespertino e alunos do Ensino Médio no noturno. Os alunos se envolveram tanto que acabaram por sensibilizar seus familiares sobre a importância da preservação e o cuidado com a natureza.

Outras atividades trabalhadas com estudantes do noturno, favoráveis ao meio ambiente foram: a produção de sabão, a partir da reutilização de óleo de cozinha; e a reciclagem de vidros e plásticos na criação artesanal de objetos de decoração de interiores.

Eixo 3: Gestão democrática e participativa

Impacto da violência nas expectativas de aprendizagem

Qualquer forma de violência que ocorra no âmbito de uma escola gera consequências negativas que refletem no processo de aprendizagem dos estudantes.

Assim, no intuito de zelar pela garantia da dignidade da pessoa humana e do respeito aos direitos de todos, a escola deve atuar ativamente na prevenção e combate às violências no âmbito de sua circunscrição.

Por isso, é necessário que gestores, docentes e demais profissionais da escola saibam discernir a diferença entre violência e indisciplina, atuando de forma assertiva na resolução de problemas que possam causar violência.

Condutas cotidianas de pouca gravidade podem ser trabalhadas com intervenções pedagógicas específicas, atitudes dessa natureza se enquadram como indisciplina e podem ser evitadas ou minimizadas com uma boa gestão da sala de aula, por exemplo.

As violências, por outro lado, geralmente dizem respeito a situações mais complexas, que demandam maior articulação com a rede de proteção, tais como as Unidades Básicas de Saúde, Centros Especializados em Assistência Social – CREAS, PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, Guarda Municipal, Polícia Militar Minas Gerais, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, Juizado e Vara da Infância e Juventude.

Em todas as situações de conflito, é importante que os funcionários da escola procurem o diálogo, a escuta que fazem parte de uma comunicação não violenta, buscando sempre a resolução dos problemas. Além dessa intervenção adequada, a atuação preventiva é fundamental para a manutenção de um ambiente escolar saudável.

Indisciplina

O primeiro passo para se discutir violência na escola é diferenciá-la do conceito de indisciplina. A violência pode ser verbal ou física, tanto com colegas, professores e/ou funcionários. Também é uma forma de violência depredar ou estragar o patrimônio público.

Já indisciplina é quando o (a) aluno (a) atrapalha o bom andamento das aulas, perturba a explicação do professor, atrapalha os colegas e a si próprio com brincadeiras, piadinhas, atitudes de falta de respeito e/ou desapropriadas para o momento, a situação. Enfim, descumprir regras de boa convivência dentro do ambiente escolar é indisciplina.

Em nossa escola, alguns alunos se mostram mais rebeldes, desrespeitosos com os colegas e professores, perturbam com atitudes e brincadeiras de mau gosto, não cumprem com os compromissos e horários, na maioria são desatentos, porque conversam muito, atrapalhando o bom andamento das aulas e prejudicando as explicações dos professores.

Essas situações de indisciplina, a escola procura trabalhá-las pedagogicamente por meio de conversa franca, conscientização, textos, reflexões, palestras, entre outros.

Violência

Com base na diferença conceitual entre indisciplina e violência, foi possível compreender que quase não acontece formas de violência no nosso ambiente escolar. São raríssimos os casos na escola de brigas, palavrões, más respostas, gritos, quebrar janelas, portas, carteiras e banheiros, estragar as dependências e mobiliários da escola.

Porém, quando identificada situação de violência que permeia o ambiente escolar, faz-se necessária a reflexão e o desenvolvimento de ações visando a proteção e segurança dos envolvidos. Sendo assim, a escola procura trabalhar pedagogicamente tais situações de violência entre os alunos, da seguinte forma: os pais são convocados pela *direção*, as partes envolvidas são ouvidas e tomadas as atitudes necessárias. Em sala de aula, são trabalhados textos, reflexões e intervenções educativas a respeito da violência.

A escola acolhe os estudantes que necessitam de orientação e ajuda referentes a problemas relacionados aos vários tipos de violência. A gestão convida o aluno para uma conversa, logo em seguida convoca os pais ou responsáveis e, dependendo da gravidade da situação, encaminha para o Conselho Tutelar.

Dessa forma, percebemos a interferência das situações de violência interna, raríssimas vezes em que acontece, refletidas na aprendizagem dos estudantes, com a observação da mudança de comportamento, traços de agressividade, conflito nas relações com os colegas, professores ou funcionários.

Já o impacto das violências externas no ambiente escolar afeta a aprendizagem dos estudantes e são percebidas, em muitas situações, inclusive desestruturando o emocional do aluno, interferindo no seu aprendizado.

A educação é um processo de construção coletiva, contínua e permanente de formação do ser humano, que se dá na relação entre os indivíduos e entre estes e a natureza.

A escola é, portanto, um local privilegiado dessa formação, porque trabalha com o conhecimento, com valores, atitudes e a formação de hábitos saudáveis. Por isso, a escola desenvolve ações que objetivam a prevenção da violência e a promoção de uma cultura de paz.

Frequentemente, a escola procura trabalhar com as famílias, a comunidade escolar e local, em reuniões e projetos, promovendo ações para a formação do nosso aluno cidadão.

Relações étnico-raciais

A escola não identifica práticas discriminatórias, racistas ou de preconceito étnico-cultural no ambiente escolar, bem como, também, não identifica práticas de racismo institucional e/ou discriminação racial institucionalizada.

Apesar de não existir esse tipo de prática no ambiente escolar, a escola como um todo desenvolve durante o ano letivo um projeto de valorização da cultura negra, contextualizado em conteúdos trabalhados e apresentado na Semana da Consciência Negra.

A Comunidade Escolar percebe quando o aluno sofre a interferência de práticas discriminatórias, racistas ou preconceituosas na aprendizagem, por meio da observação e do relato de situações externas à escola que repercutem no baixo rendimento, timidez, baixa estima, isolamento e depressão do aluno.

Direitos humanos

Após a identificação de situações de discriminação, elas são trabalhadas pedagogicamente em sala de aula. Se identificadas essas situações dentro da escola, os responsáveis são informados e comparecerem, quando se estabelece o diálogo entre as partes envolvidas, isto é, os agentes que sofrem e os que provocam os conflitos.

A interferência de práticas discriminatórias na aprendizagem dos estudantes é percebida quando os alunos se mostram apáticos, mudam o comportamento, ora se mostram agressivos, ora se isolam totalmente. Por consequência, são descompromissados com os

estudos, não cumprem tarefas e trabalhos, as notas são baixas, são infrequentes e até chegam a abandonar a escola.

Ambiente participativo

A gestão democrática é construída diariamente nas atividades escolares, desde as propostas em sala, até as decisões sobre os investimentos a serem realizados na instituição.

Nesse sentido, são diversos os espaços institucionalizados que contribuem para a construção de um ambiente participativo e, em todos eles, há o incentivo ao protagonismo estudantil pela gestão escolar.

Entendendo a participação política como parte da formação integral dos estudantes, a escola deve proporcionar a esses discentes um ambiente aberto ao diálogo, à convivência democrática e sensível às suas reivindicações, corroborando para a permanência das crianças e jovens na escola.

São espaços de participação e gestão democrática na EEPCO: Colegiado Escolar, Conselhos de Classe, Conselho de Representantes de Turma, Coletivos Juvenis, Assembleia Escolar.

Para isso são utilizados profissionais e instrumentos que mediam a comunicação dos estudantes com os professores e especialistas, além de comunicar por escrito os responsáveis e divulgar as informações em murais no interior da escola e nas redes sociais.

A escola procurou conhecer melhor seus estudantes no último ano através de rodas de conversa, de atividades que tratam da realidade dos estudantes.

Através de formulário aplicado aos estudantes, eles avaliaram a escola, positivamente em relação ao respeito por eles, sem discriminá-los.

Consideração a opinião dos estudantes, o conhecimento dos problemas pessoais e familiares, a convivência com os colegas e com a direção da escola, e demais profissionais, é imprescindível para que não haja situações de desrespeito e discriminação no ambiente escolar.

Por isso o estreitamento da relação da escola com a comunidade é fundamental, seja no trabalho com a abordagem de temas relacionados aos direitos humanos e à violência, assim como temas de interesse da juventude.

A escola reconhece e valoriza a identidade étnico-racial dos estudantes, assim como incentiva à participação deles, de suas famílias e da comunidade na realização de eventos pedagógicos, esportivos e culturais.

É também uma grande preocupação, a divulgação das atividades, ações e decisões sobre o cotidiano da escola. Isso acontece por meio do diálogo com os estudantes, consulta sobre temas que são de seu interesse.

O respeito que a escola tem por seus estudantes, manifesta-se também na acessibilidade para estudantes com deficiências e no envolvimento dos estudantes na construção das normas de convivência.

Quanto aos funcionários, a escola se comunica e repassa informações por meio de quadro de aviso (mural) na sala dos professores e na secretaria ou por meio do e-mail institucional e através dos aplicativos de redes sociais (whatsapp, facebook e instagram etc.), além da presença nas reuniões.

Além disso, a escola divulga as decisões coletivas à comunidade escolar por meio de mural, redes sociais, comunicados por escrito. Nas reuniões de Conselho de Classe são discutidos os resultados das avaliações internas, o planejamento dos currículos, o processo de intervenção pedagógica.

Já nas Assembleias Escolares, os pontos de discussão são Calendário Escolar, processo de Eleição do Diretor Escolar, situações de conflito na escola, Prestação de Contas da Gestão Pedagógica e Administrativa.

Eixo 4: Fortalecimento do trabalho coletivo

Participação e formação dos professores formação dos professores

O objetivo do Indicador de Adequação da Formação Docente é avaliar a adequação da formação inicial dos docentes das escolas de educação básica brasileira que, segundo a norma legal, prevê a necessidade de licenciatura na área para atuar nos componentes curriculares obrigatórios estipulados pelo currículo da Base Nacional Comum referente às etapas do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Médio. O MEC/INEP organiza as possíveis situações em cinco grupos de perfis de regência:

1. Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.
2. Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3. Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.
4. Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
5. Docentes que não possuem curso superior completo.

A análise descritiva da escola sobre seu Indicador da Adequação Docente é que a maioria dos professores da escola, cerca de 75%, possui formação superior na área requisitada, na modalidade de licenciatura, ou possui formação superior na área requisitada, na modalidade bacharelado, mas com curso de complementação pedagógica.

O padrão descrito acima repercute na aprendizagem dos estudantes da escola, pois acreditamos que a formação inicial adequada e contínua do professor contribui significativamente para melhorar a qualidade da educação.

No entanto, somente a formação do professor não é o suficiente para a melhoria do ensino, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que visem melhorar todo o sistema educacional, desde capacitação dos servidores, investimento em recursos didáticos de qualidade e em infraestrutura, enfim, tudo que contribui para melhorar o interesse e o desempenho do

aluno na escola. Além disso, é necessário o envolvimento da família e da comunidade no processo de aprendizagem escolar.

O percentual aproximado dos docentes da escola que, além da formação inicial, possuem pós-graduação na área em que lecionam é:

- Especialização em curso:10%
- Especialização concluída:80%
- Mestrado em curso:1%
- Mestrado concluído:4%
- Doutorado em curso:0%
- Doutorado concluído:0%
- Outro(s):0%
- Nenhum: 5%

A percepção dos professores da escola acerca de sua própria formação é:

- 10%, aproximadamente, já se consideram formados e preparados o suficiente e não buscam outros aperfeiçoamentos;
- 80%, aproximadamente, já se consideram formados e preparados o suficiente, mas buscam continuamente o aperfeiçoamento;
- 10%, aproximadamente, não se consideram formados e preparados o suficiente e buscam aperfeiçoamento;
- 0%, aproximadamente, não se consideram formados e preparados o suficiente e não buscam aperfeiçoamento.

Os professores da escola buscam complementar sua formação através de Formação continuada em serviço, por meio dos profissionais da escola e formação continuada oferecida por outras instituições.

A escola apoia a iniciativa própria de formação dos professores, disponibilizando ambientes acolhedores, incentivando um clima agradável e flexível, pois cada professor tem seu próprio ritmo, preferências e facilidades.

Também procuramos conversar individualmente com cada docente a fim de trocarmos informações e identificarmos outras alternativas que fortaleçam a sua formação e atuação profissional.

Os temas que já foram ou estão sendo desenvolvidos nessas atividades formativas são: metodologias ativas; BNCC - Base Nacional Comum Curricular e CRMG - Currículo Referência de Minas Gerais; mediação de conflitos/indisciplina dos alunos; apropriação e análise dos resultados das avaliações educacionais; divulgação de cursos, palestras, congressos, seminários aos docentes; formações específicas por áreas de conhecimento ou componentes curriculares; ensino por habilidades e competências; planejamento de aula; transição de etapas (anos iniciais - anos finais, anos finais - ensino médio); centralidade do estudante no processo de ensino-aprendizagem; itinerários avaliativos.

A definição desses temas acontece a partir das necessidades da escola, dos nossos resultados nas avaliações externas, interesse dos professores, dificuldades dos alunos e solicitações da SEE. No presente ano, temos destinado muito tempo a atender as solicitações da SEE, em decorrência das mudanças estabelecidas pela BNCC e CRMG.

Em relação às atividades formativas, elas contribuem para o planejamento das aulas dos professores. O educador estará sempre descobrindo algo novo sobre a sua área de atuação, repensando suas iniciativas pedagógicas e aprimorando suas técnicas de ensino, o que muito contribui para a construção de sua identidade profissional. Isso é crucial para que o profissional se sinta útil, valorizado e, naturalmente, seja mais produtivo.

Dentre as demandas de formação no âmbito da prática docente, a temática do Currículo é central, pois diz respeito àquilo que essencialmente o professor precisa desenvolver em seu fazer cotidiano – o currículo é norteador da prática pedagógica.

A implementação do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) demanda aos profissionais da educação, especialmente aos docentes, conhecer e se apropriar do documento, dos conceitos e terminologias nele presentes para que o trabalho em sala de aula realmente se alinhe aos direitos de aprendizagem previstos em sua organização.

Dessa forma, será possível atingir os objetivos de aprendizagem propostos no CRMG para cada bimestre do ano de escolaridade, ou ainda para uma determinada aula.

Além disso, são atividades formativas extraclasse, disponibilizadas por meio do site oficial do currículo, das web-conferências e outros cursos e informações veiculados na internet.

Participação dos professores

As reuniões de atividades extraclasse, de caráter coletivo, também chamadas de reuniões de Módulo II, são de cumprimento obrigatório pelos professores e devem ser preparadas pela Direção Escolar, em conjunto com os Especialistas em Educação Básica, para o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais, de forma a atender às diretrizes do Projeto Político Pedagógico.

A direção da escola busca criar condições para o fortalecimento do trabalho coletivo, incentivando a troca de experiências/estratégias pedagógicas e atividades inovadoras entre os professores, disponibilizando um ambiente acolhedor, democrático e flexível, pois cada professor tem seu próprio ritmo, preferências e facilidades. Tudo isso acontece nas reuniões de módulos, atividades extraclasse, dias escolares e projetos que a escola desenvolve.

Nas reuniões extraclasse (Módulo II), a escola discute, analisa e busca soluções: para os problemas de aprendizagem e rendimento escolar; os critérios e procedimentos de avaliação dos alunos; acompanhamento das ações do Projeto Político Pedagógico; problemas disciplinares e de relacionamentos interpessoais; compartilhamento de experiências bem-sucedidas relativas ao currículo; análise de indicadores de desempenho da escola; fatores intervenientes, intra e extraescolares nas avaliações externas; aprendizagem dos estudantes; itinerários avaliativos.

Portanto, a docência requer formação contínua, devido à complexidade do papel do educador, que exige além de responsabilidade, o desenvolvimento de conexões entre a ação educacional e as diretrizes pedagógicas. Assim sendo, a presença do professor na sala de aula

é fundamental, na medida em que o contato entre o professor e aluno é fundamental no sucesso do processo de ensino, pois incentiva o aluno a se expressar e dialogar.

Por outro lado, o absenteísmo se define como a ausência do professor no trabalho seja por falta ou atraso, podendo ser parcial ou completa. Os motivos são diversos, como a violência nas escolas, precarização da atividade docente, carga horária de trabalho excessiva, problemas de saúde, entre outros.

Após realizar o levantamento de frequência dos professores, concluímos que não temos grandes problemas com infrequência dos docentes. No entanto, a aprendizagem dos estudantes pode ficar comprometida, quando os professores são substituídos por profissionais sem experiência, comprometimento ou domínio de conteúdo e/ou turma.

As causas mais comuns para a infrequência dos professores na escola são por motivo de licença para tratamento de saúde.

A escola se articula para trabalhar, intervindo de forma positiva no auxílio ao professor em absenteísmo, conscientizando-o das perdas geradas para a qualidade educacional da escola como um todo, por isso são muito valorizados o compromisso e a participação desses profissionais em todos os momentos de trabalho.

Quando acontece a ausência do professor, a escola utiliza outros espaços para atividades com as turmas que ficam sem aula.

Jovem de Futuro

O programa Jovem de Futuro foi estruturado com base na premissa de que uma gestão de qualidade, eficiente, participativa e orientada para resultados, com equidade, pode proporcionar impacto significativo no aprendizado dos estudantes.

O programa estimula as trocas de experiências entre os representantes da comunidade escolar (gestor, vice-diretor, especialista, professor, representante do colegiado e inspetor escolar) e, a parte mais interessada, o representante dos estudantes, de forma a contribuir para o fortalecimento dos conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico.

A cada início de ciclo, o programa Jovem de Futuro estabelece metas específicas de aprendizagem e, com base nelas, a Escola elabora um Plano de Ação. Em seguida, coloca o

plano em prática, monitorando e avaliando as ações realizadas. Esse processo de monitoramento permite identificar as ações que gerarão resultados, compartilhando-as e, ao mesmo tempo, corrigindo rotas, alterando o que não teve o retorno esperado.

A ferramenta básica de gestão escolar é o Sistema Gestão de Projetos (SGP), sistema de apoio no planejamento, na execução e no acompanhamento das atividades previstas pelo Jovem de Futuro, bem como na análise de estatísticas educacionais e a produção de informações sistematizadas para tomada de decisão.

REANP – Regime Especial De Atividades Não Presenciais

O Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP), estabelecido pela Resolução nº 4.310 de 17 de abril de 2020 e regulamentado pelo Memorando Circular nº 34/2020/SEE/SG, foi implementado durante o período de suspensão das atividades escolares presenciais, determinado pela Deliberação do Comitê Gestor Extraordinário COVID-19 nº 18, de 22 de março de 2020 e constitui-se de procedimentos específicos, meios e formas de organização das atividades escolares obrigatórias destinadas ao cumprimento das horas letivas legalmente estabelecidas, visando à garantia das aprendizagens dos estudantes e ao cumprimento das Propostas Pedagógicas, nos Níveis e Modalidades de Ensinos ofertados pelas Escolas Estaduais de Minas Gerais.

Para tanto, foram elaborados Planos de Estudos Tutorados (PET) organizados de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), com o Plano de Curso da unidade de ensino e com a carga horária prevista nas matrizes curriculares dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O PET consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, de forma não presencial, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma autoinstrucional; buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada; e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular.

A escolha pelo recurso mais adequado foi definida pelo Gestor Escolar e sua equipe pedagógica, a partir das necessidades e condições de acesso do estudante, respeitadas às orientações recebidas da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) para a execução do Regime Especial de Atividades Não-Presenciais (REANP).

No REANP, a nossa escola utilizou-se, preferencialmente, dos diferentes recursos oferecidos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e, em casos excepcionais, providenciou a impressão do PET, assegurando que fosse disponibilizado aos estudantes que justificaram não terem o devido acesso à internet para realizarem seus estudos.

Assim, a escola definiu a melhor forma de garantir que o material fosse disponibilizado para todos os estudantes, conforme art. 12 da Resolução SEE Nº 4.310 de 17 de abril de 2020. Para tanto, será utilizado recurso da Caixa Escolar de manutenção e custeio, caso seja necessário, para a disponibilização do PET impresso e sua distribuição deverá ser controlada internamente, conforme modelo disponível no ANEXO VI - CONTROLE INTERNO DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE ESTUDO TUTORADO (PET), da Resolução SEE Nº 4.310 de 17 de abril de 2020, pelo Gestor Escolar.

REANP - Regime Especial de Atividades Não-Presenciais

ATIVIDADE 1:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
<i>Estudo das resoluções, memorandos e planejamento de atividades, por meio de Webconferências entre equipe pedagógica e administrativa.</i>	Tomar ciência e compreender as resoluções e memorandos referentes ao REANP.	Diálogo constante para organização das atividades do REANP e também para tirar dúvidas acerca do regime do Teletrabalho, que forem surgindo durante o processo.	13/05/2020

ATIVIDADE 2:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
<i>Esclarecimentos sobre o Plano de Estudos Tutorados (PET) e solicitação ao Corpo Docente, das atividades escolares que deverão ser apresentadas aos especialistas, em conformidade com os documentos orientadores.</i>	Divulgar e orientar a equipe escolar quanto às estratégias para realização do PET.	Monitorar o cumprimento das atividades estabelecidas pelas resoluções do REANP.	13/05/2020

ATIVIDADE 3:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
--------------	-----------	-----------------	---------

<i>Levantamento de formas de comunicação com os estudantes e responsáveis, por turma, por meio de planilha, conforme Anexo VI da resolução SEE nº4310 de 17 de abril de 2020.</i>	Conferir contatos telefônicos e e-mails para comunicação e repasse de informações sobre o teletrabalho.	Atualizar, constantemente, a planilha de contatos, redes sociais, telefones e aplicativos de mensagens e e-mails.	13/05/2020
---	---	---	------------

ATIVIDADE 4:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
<i>Levantamento e listagem dos alunos que não apresentaram possibilidade de acesso às ferramentas digitais para realização dos estudos.</i>	Imprimir os PETs, e assegurar sua distribuição e entrega aos estudantes que não possuem nenhuma possibilidade de utilização de meio virtual.	Assessorar os professores representantes de cada turma, quando comunicam falta de condições do aluno no acesso ao PET, providenciando o material impresso e fazendo-o chegar ao aluno com urgência.	18/05/2020

ATIVIDADE 5:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
<i>Criação de grupos nas redes sociais, whatsapp e plataformas (Google Meet, Classroom e Forms) para cada turma.</i>	Estabelecer a comunicação com os estudantes para resolução de dúvidas referentes às atividades do PET, ministrar aulas, fazer as correções e repassar informações relevantes.	Verificar se todos os destinatários receberam as instruções e participaram dos momentos de ensino-aprendizagem.	18/05/2020

ATIVIDADE 6:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
<i>Divulgação do acesso ao PET pelo meio virtuale envio aos estudantes dos log-ins (ID do Estudante) e senha (data de nascimento) para acesso ao aplicativo Conexão Escola.</i>	Oportunizar o acesso às atividades do PET, orientando e acolhendo cada aluno.	Acompanhar, nos grupos, os alunos com dificuldades de realizar os acessos, oferecendo suporte até que concluem o acesso.	18/05/2020

ATIVIDADE 7:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
--------------	-----------	-----------------	---------

<i>Instrução para os professores quanto ao preenchimento do Anexo I (REGISTRO DAS ATIVIDADES DO PET E CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA)</i>	Atender a legislação e organizar o cumprimento do registro das ações durante o REANP.	Averiguação por parte das equipes administrativa e pedagógica quanto ao cumprimento e registro das atividades do teletrabalho.	14/05/2020
---	---	--	------------

ATIVIDADE 8:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
Esclarecimento sobre as atividades do Teletrabalho, às famílias, por meio de webconferências por turma.	Esclarecer dúvidas, acolher sugestões e explicar sobre o REANP.	Estabelecer o diálogo da escola com as famílias apresentando os canais e formas de atendimento durante o teletrabalho.	05/06/2020

ATIVIDADE 9:	OBJETIVO:	ACOMPANHAMENTO:	INÍCIO:
<i>Mediação de conteúdos do PET em grupos de whatsapp, Facebook, Instagram, Meet, Classroom, Google Forms, entre outros.</i>	Sanar dúvidas, explicar conteúdos e averiguar a participação e aprendizagem dos alunos.	Acompanhar a interação entre aluno e professor no meio de contato tecnológico escolhido, garantindo	18/05/2020

4. PLANO DE AÇÃO

AÇÃO 1

Ponto de melhoria 1	Grande parte dos alunos apresentam dificuldade na execução e realização dos PETS.
Nome da ação	Revisão dos conteúdos dos PETS e e complementação de conteúdo de acordo com o planejamento anual já estabelecido.
Objetivo e resultados	Estimular e proporcionar oportunidade de aprendizagem igualitária por meio da revisão dos PETS. Criar estratégias para engajar os alunos e torná-los protagonistas do processo de ensino -aprendizagem.
Como podemos medir esse resultado?	Por meio da autoavaliação dos alunos e acompanhamento das tarefas e atividades propostas.
O que será feito?	Grupos de estudo, rodas de conversa.
Como será feito?	Divisão da sala de aula em grupos e delegação, distribuição de atividades que deverão ser executadas pelos alunos utilizando as tecnologias digitais monitorados pelo professor.
Quando será feito?	No retorno das aulas
Por quem será feito?	Professores e alunos.
Principais riscos para o sucesso dessa ação	O não envolvimento e falta de compromisso dos alunos envolvidos no processo. E, a falta de acesso às tecnologias.

Detalhamento da ação

Atividade	Responsável	Data início	de	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
1 . Criação de grupos de estudo por afinidade para realização de tarefas/pesquisas designadas pelo professor.	Professores	etorno aulas	R das	etorno das aulas			

<p>2. Rodas de Conversas: Exposição do resultado da pesquisa (feita no grupo de estudo) e debate sobre a experiência deles.</p>	<p>Alunos e Professores</p>	<p>Rodas de aulas</p>	<p>Retorno das aulas</p>			
<p>3. Utilização de dispositivos eletrônicos em sala de aula para pesquisa/atividades.</p>	<p>Alunos e Professores</p>					
<p>4. Utilização do laboratório de informática por grupos pequenos de alunos contendo um aluno monitor.</p>	<p>Alunos e Professores</p>					

Ação 2.

<p>Ponto de melhoria 1</p>	<p>As atividades não presenciais podem não terem sido acessíveis a todos de forma equânime, sendo necessário ações reparatórias a fim de evitar o aumento da desigualdade promovendo a equidade.</p>
<p>Nome da ação</p>	<p>Ensino Híbrido (Atividade presenciais e remotas – complementares – práticas pedagógicas virtuais)</p>
<p>Objetivo e resultados</p>	<p>Promover atividades que visem a aprendizagem do aluno de forma interativa para que ele se sinta protagonista na construção dos seu conhecimento.</p>
<p>Como podemos medir esse resultado?</p>	<p>Acompanhamento das tarefas e atividades propostas.</p>
<p>O que será feito?</p>	<p>Observação e registro pelos professores durante o processo de ensino-aprendizagem.</p>
<p>Como será feito?</p>	<p>Registro no DED.</p>
<p>Quando será feito?</p>	<p>No retorno das aulas</p>

Por quem será feito?	Professores
Principais riscos para o sucesso dessa ação	A não participação e falta de compromisso dos alunos envolvidos no processo.

Detalhamento da ação

Atividade	R	Data de início	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
1 .Observação da produção, engajamento, retorno de atividades, pontualidade e organização do aluno.	Professores	Retorno das aulas	Retorno das aulas			
2.Registro no DED das atividades executadas.	Professores	Retorno das aulas	Retorno das aulas			

AÇÃO 3

Itinerário Avaliativo	Ação 3: Manter leitura e interpretação
Ponto de melhoria 1	Dificuldade de ler e interpretar informações implícita e explícita.
Nome da ação	Metodologias diferenciadas
Objetivo e resultados	Despertar o desejo de aprender por meio de metodologias diferenciadas, buscando desenvolver a habilidade de interpretação nas diversas áreas.
Como podemos medir esse resultado?	Através da participação e envolvimento dos discentes nas atividades diferenciadas, focando o processo ensino- aprendizagem.
O que será feito?	Trabalho interdisciplinar, oferecendo oportunidades significativas para que os alunos vivenciem novas experiências, por meio de metodologias ativas com foco no letramento.
Como será feito?	Em todos os conteúdos, explorando a diversidade de gêneros textuais que circulam na sociedade.
Quando será feito?	Durante o REANP e no retorno as aulas.
Por quem será feito?	Por toda equipe escolar.
Principais riscos para o sucesso dessa ação	A falta de interesse dos alunos.

Detalhamento da ação

Atividade	Responsável	Data de início	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
1 - Desenvolver o Projeto de Leitura: “A leitura literária com o advento dos multimeios...” Eu leio, tu lê? Ele lê...nós lemos! Adaptação do Projeto para o REANP: trabalho com textos de Monteiro Lobato com todas as turmas da escola.	Professores de Língua Portuguesa.	10/08	30/11	Recursos Humanos: Alunos e professores da escola. Textos de Monteiro Lobato. Recursos tecnológicos.		
2- Seleção de atividades exitosas realizadas durante o REANP: Produções do Projeto de Leitura, fotografias, atividades do PET, depoimentos de pais, alunos e professores, charges, desenhos, reuniões, aulas Online e outros.	Especialistas e professores de Língua Portuguesa.	01/10	15/10	Recursos Humanos: Os professores de Língua Portuguesa e Especialistas. Atividades realizadas pelos alunos.		

3 – Produção da revista online explorando a leitura e a escrita dos Gêneros Textuais, evidenciando as principais atividades realizadas no REANP.	Direção, professores de Língua Portuguesa e Especialistas.	15/10	06/11	Recursos Humanos: professores responsáveis, direção e Especialistas. Recursos tecnológicos.		
4 – Lançamento da revista online da escola	Direção e professores de Língua Portuguesa.	No retorno às aulas.		Recursos humanos: Equipe pedagógica, alunos e direção. Recursos tecnológicos		
5 – Aulas interdisciplinares preparatórias para o ENEM.	Especialistas	09/07	30/11	Recursos humanos: professores dos terceiros anos, Especialistas e Direção. Professores e/ou profissionais convidados. Recursos tecnológicos.		

AÇÃO 4

Ponto de melhoria 1	Ação 4: Pertencimento: trabalho coletivo democrático Ausência quanto ao sentimento de pertencimento, por parte de alguns estudantes, em relação ao trabalho coletivo no cotidiano escolar.
Nome da ação	Gestão democrática e participação estudantil.
Objetivo resultados	Oferecer espaço para o aluno participar e se posicionar enquanto sujeito crítico e atuante na comunidade escolar.
Como podemos medir esse resultado?	Observando a atuação dos alunos em reuniões de Conselhos de Classe, no Colegiado, Projetos, realização das atividades do Plano de Estudos Tutorado (PET), aulas online, grupos de whatsapp das turmas, Chat do aplicativo Conexão Escola, e outras atividades escolares, verificando a segurança e envolvimento de cada participante quanto a liberdade de ação e posicionamento.
O que será feito?	Oferecer segurança ao direito de posicionamento dos estudantes em momentos oportunos.
Como será feito?	Garantindo a participação e envolvimento de todos nas diversas situações e atuações dos diversos segmentos da escola.
Quando será feito?	Durante o REANP e no retorno às aulas.
Por quem será feito?	Por todos os envolvidos na vida escolar e social do aluno, que estarão dando voz às contribuições de cada um para o ambiente escolar.
Principais riscos para o sucesso dessa ação	Não haver a mobilização de toda a comunidade escolar para que o aluno tenha direito a voz e participação.

Detalhamento da ação

Atividade	Responsável	Data de início	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
1- Organizar Rodas de Conversa no Meet e produção de vídeos com o tema Consciência crítica, responsabilidade e autonomia.	Professores de sociologia	Agosto	No retorno às aulas.	Recursos humanos: Professores, alunos e Recursos tecnológicos.		
2- Organizar grupos de alunos e professores para arrecadar doações para entidades e organizações de assistência social e/ou alunos carentes.	Deise e direção	Setembro	No retorno às aulas.	Recursos humanos: Professores e alunos. Recursos tecnológicos. Doações de materiais de limpeza, alimentos perecíveis, roupas e outros.		
3- Preparar lembrancinhas e vídeo de agradecimento para os alunos representantes.	Direção e especialistas	Outubro	Outubro	Recursos humanos: direção, especialistas e professores. Recursos tecnológicos.		

AÇÃO 5

Ponto de melhoria 1	Não há participação efetiva de todas as famílias na vida escolar de seus filhos.
Nome da ação	Comunidade em ação - Canal aberto de comunicação com os pais.
Objetivo e resultados	Manter ações de comunicação realizada no período do teletrabalho com os pais.
Como podemos medir esse resultado?	Observando a participação dos pais/responsáveis através da transmissão das reuniões de pais/responsáveis com o recurso de webconferência.
O que será feito?	Oportunizar a participação dos pais que não conseguem participar de reuniões ou plantões (por motivos de incompatibilidade de horário, de trabalho, de transporte), disponibilizados para a participação na vida escolar de seus filhos, bem como, receberem atendimentos via whatsapp, webconferência com as equipes dirigente, pedagógica e docente.
Como será feito?	Quando marcados encontros, plantões ou reuniões, disponibilizar canal para transmissão à distância.

Quando será feito?	No retorno das aulas
Por quem será feito?	Equipe dirigente, pedagógica e docente. Pais/responsáveis.
Principais riscos para o sucesso dessa ação	A falta de compromisso dos responsáveis com presença efetiva nas oportunidades de acompanhamento à vida escolar de seus filhos.

Detalhamento da ação

Atividade	Responsável	Data de início	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
<p>1. Permanecer com o acesso remoto das famílias, favorecendo a participação à vida escolar dos alunos através de webconferência, whatsapp, garantindo um espaço para a transmissão de reuniões ao vivo para efetivar a presença daqueles que encontram com impossibilidade de se fazerem presentes naquele encontro.</p> <p>“Permanecer com o canal de comunicação também para planejamentos, reuniões, conselhos, através de videoconferência entre as equipes da escola”</p>	Equipe dirigente, pedagógica e docente.	Retorno das aulas	Retorno das aulas			
<p>2. Manter o canal de comunicação virtual com a Biblioteca da Escola, divulgando e garantindo oportunidades culturais que tanto colaboraram para os passeios virtuais (visitas a museus, lives, literatura em geral) lançados e frequentados pelas famílias, equipes de professores e alunos.</p>	Equipe da Biblioteca, pedagógica, docente, discente e famílias.	Retorno das aulas	Retorno das aulas			

AÇÃO 6

Ponto de melhoria 1	Falta de interesse e reconhecimento pelo próprio aluno de seu potencial intelectual. Situações de indisciplina e comportamentos indesejáveis para o ambiente escolar, comprometendo a aprendizagem do estudante e de seus colegas.
Nome da ação	Comunidade Escolar ativa - Situações socioemocionais dos alunos que comprometem a aprendizagem

Objetivo e resultados	Trabalhar o autoconhecimento do aluno. Valorizar os talentos de toda a comunidade escolar, incentivando e divulgando os talentos e o crescimento dos alunos.
Como podemos medir esse resultado?	Diante da participação efetiva de toda a comunidade escolar, especialmente dos alunos, incentivados pelas equipes de docentes e famílias.
O que será feito?	Manutenção da rede de apoio aos alunos como no período de afastamento social. Incentivo, divulgação e valorização dos talentos da comunidade escolar. Manutenção dos grupos de whatsapp e diversas ferramentas e oportunidades que levam ao atendimento personalizado dos professores e equipes escolares para com os alunos. Permanência do espaço para a documentos e atividades virtuais que facilitam a entrega de trabalho dos alunos com a orientação dos professores.
Como será feito?	Usando as diversas ferramentas e recursos remotos, para despertar o autoconhecimento e autovalorização do aluno, diante de todos os momentos de sua vida escolar.
Quando será feito?	No retorno das aulas
Por quem será feito?	Por todos os envolvidos na vida escolar do aluno.
Principais riscos para o sucesso dessa ação	O não envolvimento e falta de compromisso dos alunos e comunidade escolar como parte imprescindível no processo.

Detalhamento da ação

Atividade	Responsável	Data de início	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
<p>1 . Ressaltar e valorizar os talentos dos alunos e toda a comunidade escolar, incentivando a participação e apresentação dos talentos nos diversos canais de comunicação e redes sociais, grupos, lives com a participação de todos.</p> <p>Permanecer com a rede de apoio aos alunos através do sistema de monitoria, apadrinhamento, valorização dos alunos destaque, homenageando-os.</p>	Toda a Comunidade Escolar	Retorno das aulas	Retorno das aulas			
<p>2. Garantir o atendimento personalizado/ individual ao aluno, oportunizado através dos contatos dos professores com os alunos nos grupos e canais virtuais.</p> <p>Manter o recurso de entrega de trabalhos virtuais que facilitam a orientação e a entrega dos alunos/família aos professores.</p>	Equipes dirigente, pedagógica, docente e discentes e seus responsáveis.	Retorno das aulas	Retorno das aulas			

AÇÃO 6

Ponto de melhoria 2	Entraves no processo ensino aprendizagem e avaliativo frente aos estudantes que apresentam laudos médicos com CID's
Nome da ação	Atendimento de alunos com laudos e maiores graus de dificuldades.
Objetivo e resultados	Buscar estreitar um diálogo junto a família (via chat e outros) para que seja possível obter informações e interações com os possíveis profissionais que assistem os estudantes com também identificando nesses estudantes suas habilidades para ampliação de possibilidades de aprendizagem.
Como podemos medir esse resultado?	Através da participação e envolvimento desses estudantes nas atividades no contexto de REANP e em reuniões específicas com a equipe para o levantamento e troca de experiências
O que será feito?	Levantamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais que os pais e/ou responsáveis apresentaram laudos médicos para posterior orientações pertinentes a cada caso.
Como será feito?	A equipe pedagógica irá socializar aos professores os estudantes que necessitam de um olhar diferenciado, tanto no processo de aprendizagem, quanto no avaliativo diante do que descreve o laudo médico.
Quando será feito?	A partir das observações diárias e acompanhamento na realização das atividades do PET
Por quem será feito?	Equipes: Pedagógica, Docente e Direção.
Principais riscos para o sucesso dessa ação	Dificuldades da família em orientar e acompanhar os estudantes dentro das suas necessidades educacionais durante o REANP

Monitoramento e Avaliação do Plano de Ação

Unidade de medida do resultado	Meta numérica	Data limite para o alcance da meta
Percentual de alunos com necessidades educacionais especiais que requer um olhar diferenciado no processo ensino aprendizagem.	0,3	03/04/2020

Detalhamento do Plano de Ação

Atividade	Responsável	Data de início	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
1- Solicitar aos pais e/ou responsáveis daqueles estudantes que apresentem os laudos médicos e seus respectivos CID's.	Supervisora de cada turno	02/03/20	06/03/20	Recursos Humanos		

<p>2- Utilizar estratégias diferenciadas como: vídeos motivacionais, jogos e leitura <i>online</i> e vivências práticas significativas disponibilizando material complementar ao PET para ir de encontro as necessidades educacionais especiais dos estudantes</p>	Professores			Recursos Humanos		
<p>3- Levantar junto aos pais e/ou responsáveis (através de um pequeno questionário) os entraves na realização do PET, as facilidades e níveis de interesse desses estudantes</p>	Supervisora de cada turno	2ª quinzena de julho/2020				

Ação 7

Ponto de melhoria 1	Intolerância às diversidades de culturas.
Nome da ação	Aceitação às adversidades e diferentes culturas
Objetivo e resultados	Oportunizar e trabalhar ações que venham valorizar a diversidade e reduzir os entraves acerca da intolerância às diferenças na comunidade escolar.
Como podemos medir esse resultado?	Através da participação e envolvimento da comunidade escolar nas ações que serão realizadas no contexto do REANP adequando a nova realidade.
O que será feito?	Elaborar folder/panfleto informativo abordando tema definido como também parceria com profissionais (<i>on line</i>) para enriquecer as discussões com os estudantes.
Como será feito?	Para definição do tema ocorrerão debates e reflexões pelo chat, reuniões com as famílias (em vídeo conferência) e trabalho com o grupo de representantes de sala na proposta de REANP para assim ocorrer a construção do folder.
Quando será feito?	A partir das reuniões realizadas pelos convidados e equipe dirigente a pedagógica produzirá o folder
Por quem será feito?	Equipe dirigente, pedagógica, docente, discente, representantes de turma e possíveis parcerias
Principais riscos para o sucesso dessa ação	Falta de interesse, participação e envolvimento da comunidade escolar na realização das ações.

Monitoramento e Avaliação do Plano de Ação

Unidade de medida do resultado	Meta numérica	Data limite para o alcance da meta
Percentual de alunos que participarão das reflexões a respeito das diversidades.	0,8	20/11/2020

Detalhamento do Plano de Ação

Atividade	Responsável	Data de início	Data de fim	Descrição dos insumos	Valor total dos insumos	Classificação dos recursos
1- Reunir com o grupo de professores para definir ações e público alvo.	Professores de história, geografia e sociologia	27 a 31/07/2020		Google Meet		
2 -Realizar momentos de debates e reflexões (em vídeos conferências) para definição do tema	Direção e Supervisão	2ª quinzena de agosto 2020		Google Meet		

3-Elaborar e divulgar folder para o momento e tema definido.	Ludwig(E professores Representantes das turmas)	Setembro e Outubro		Pelas redes sociais e impressos para os estudantes que recebem o PET impresso		
--	---	--------------------	--	---	--	--

5. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPP

Equipe Gestora:

Adriana Cristina Fernandes Vaz Lemos Armada,

Mauro Sérgio Rosa

Mônica Aparecida de Oliveira Cruz

Pollyanna da Costa Silva

Equipe pedagógica

Beatriz Arantes Borges Ferreira

Lidiane Karina Ribeiro Mesquita

Lúcia Rosa Souza de Abreu Saito

Maria Alice Martins dos Santos Gouvêa

Membros da Comissão Representativa dos Itineários:

Deise Arduini de Souza- professora (Componente Curricular: Geografia)

Dagmar Lopes Barbosa Rosa – Segmento Professor (Componente Curricular: Química)

Leonardo Ferreira da Costa – Segmento Professor (Componente Curricular: Matemática)

Segmento Comunidade

Edson Fernandes Vilela - Representante de Pais

Ana Laura de Paula Borges - Estudante do 3º Ano do Ensino Médio

Representante do Conselho de Representantes de Turma.

Ysabella Gonçalves – Estudante do 1º Ano do Ensino Médio

Telma Maria Santos Castilho – Segmento ATB - Colegiado Escolar.

Cristina Luciene da Silva – Segmento ASB - Colegiado Escolar.